



Diário da Sessão n.º 016 de 04/04/01

Vamos dar início ao debate das Propostas do PMP 2001/2004, Plano para 2001 e Orçamento da Região para o ano de 2001.

Para fazer a apresentação destas Propostas, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento, Dr. Roberto Amaral.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento
(Roberto Amaral): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As propostas de Plano e Orçamento para 2001 e de P.M.P. para o período 2001/2004 são as primeiras que o VIII Governo Regional dos Açores saído das eleições de Outubro de 2000 apresenta a esta Assembleia.

Estas propostas ficam a assinalar uma nova fase do ciclo da "Nova Autonomia" iniciado nos Açores pelo VII Governo Regional.

Nova fase que será, simultaneamente, mais exigente e responsabilizante que a anterior e mais transparente e clarificadora do quadro global de investimentos e respectivos financiamentos para os próximos quatro anos. Só agora é que isto é possível porque também somente agora é que veremos aprovado o nosso P.M.P., Plano que servirá de referência e de guia para todos os agentes económicos, públicos e privados, da nossa economia.

O valor do investimento da responsabilidade directa do Governo Regional, a realizar no quadriénio 2001/2004, ascenderá a 225,5 M.c., o que representa um investimento médio anual de 56,4 M.c..

Relativamente ao quadriénio imediatamente anterior, que coincidiu com o mandato do VII Governo Regional dos Açores, este valor de 56,4 M.c. de



investimento projectado representa um acréscimo de 35% ao valor médio do investimento realizado no período anterior, que foi de 41,7 M.c..

Se a comparação for feita com o quadriénio 1993/1996, constata-se então que o investimento que agora se projecta efectuar é o dobro do então realizado (27,7 M.c.).

Estes elevados níveis de investimento que agora se projectam são alcançáveis num padrão de consolidação orçamental também diferente dos conseguidos anteriormente. Assim, enquanto que no período de vigência do P.M.P. 2001/2004 se prevê que o financiamento dos investimentos do Plano seja feito com apenas 8,9% de endividamento (20 milhões de contos), no período de 1997/2000 o financiamento do Plano foi feito com 25,4% de novos empréstimos (42,4 milhões de contos) e no período 1993/1996 com 52,5% de endividamento, ou seja, com 58,2 milhões de contos de novos empréstimos.

As diferenças são notórias e flagrantes e dispensam mais comentários!!!

Este novo padrão de consolidação orçamental que agora se consegue só foi possível alcançar após a grande reforma das finanças públicas regionais operada pela Lei de Finanças para as Regiões Autónomas, reforma esta que veio, igualmente, abrir novas perspectivas ao desenvolvimento económico dos Açores e reforçar o nosso posicionamento na União Europeia, agora, também, em processo acelerado de alargamento e de transformação.

Este considerável reforço das finanças públicas regionais veio aumentar, em muito, as defesas da Região contra crises externas e situações conjunturais internacionais menos favoráveis, como parece ser o caso presente.

Na realidade, o quadro internacional no qual vamos executar o orçamento de 2001, está caracterizado por sinais evidentes de abrandamento do



crescimento económico da economia dos E.U.A e dos países da sua área de influência, da persistência continuada da crise Japonesa e por um crescimento muito mais lento das economias que integram a União Europeia, muito em especial da economia nacional que apresenta taxas de crescimento ainda mais modestas do que as suas congéneres europeias .

No que se refere à União Europeia as grandes orientações da política económica apontam no sentido da estabilidade das políticas macro-económicas e do crescimento económico bem como do reforço do mercado único e do Euro.

Com estas grandes linhas de orientação pretende-se tornar a Europa menos vulnerável a choques externos desfavoráveis e fazer dela um importante centro de crescimento da economia mundial. Para o efeito, é indispensável que as políticas orçamentais continuem a orientar-se por forma a que as finanças públicas se situem perto do equilíbrio ou se tornem mesmo excedentárias, assim incentivando o prosseguimento do crescimento económico, a contenção da inflação e a criação de novos empregos.

Nesta mesma linha segue o Plano de Estabilidade e Crescimento para o nosso país no período 2001/2004, que tem, precisamente, como objectivo central a eliminação do défice orçamental em 2004. Conta-se que este objectivo seja alcançado através de um controle mais apertado da despesa pública corrente de forma a libertar recursos que sustentem o desenvolvimento e a convergência real do país.

Foram também estes, os objectivos que orientaram toda a nossa actuação ao longo do mandato do VII Governo Regional e que agora, no presente mandato, pretendemos prosseguir e reforçar.

Na realidade, é perfeitamente visível ao longo do último quadriénio o êxito do modelo de consolidação orçamental por nós adoptado, que se traduz na



tendência para ser sempre crescente o peso das despesas de funcionamento que são financiadas pelas receitas próprias da Região. Esta tendência, que expressa bem a melhoria da nossa real autonomia financeira, apenas registou uma inflexão no ano de 2000, inflexão esta que foi induzida pelo efeito da baixa dos impostos sobre o rendimento e pela assunção de novos e avultados encargos de funcionamento decorrentes dos diplomas aprovados por esta Assembleia relativos à remuneração complementar e aos complementos de pensões, que fixaram valores muito superiores aos propostos pelo Governo Regional, assim desequilibrando as nossas finanças públicas muito para além dos limites por nós inicialmente admitidos.

Esta tendência, porém, foi já retomada, prevendo-se que no final do quadriénio, em 2004, as receitas próprias da Região sejam quase suficientes para cobrirem as despesas de funcionamento. Em 1999 elas excederam as despesas de funcionamento em 2,2%, em 2004 representarão 98,7% das despesas de funcionamento e a partir de 2005 prevê-se que sejam novamente excedentárias, se bem que em valores reduzidos.

Por seu turno, os indicadores económicos disponíveis apontam, também, claramente, para o êxito desta política que temos vindo a prosseguir.

E, na realidade, a própria União Europeia que, ao divulgar que o P.I.B. per capita da Região Autónoma dos Açores representava, em 1998, 52% do P.I.B. per capita da União Europeia (mais 2 p.p. que anteriormente), está a dizer que os Açores estão a caminhar no sentido da convergência.

De facto, com os valores do P.I.B. da Região agora divulgados pelo EUROSTAT, constata-se que, em 1998, o crescimento do P.I.B. nos Açores foi de 7,3% enquanto que no todo nacional foi de 4% e na União Europeia de apenas 2,7%.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

As projecções que fazemos para os próximos anos, apontam para um abrandamento de todas estas taxas, mas com a Região a ter taxas de crescimento do P.I.B. sempre superiores às taxas nacionais e europeias, o que evidencia, pois, que a convergência real continuará a realizar-se nos próximos anos, se as mesmas condições se mantiverem.

Foi com este grande objectivo central sempre em mente que elaborámos os documentos agora aqui em apreciação e que serão devidamente pormenorizados ao longo do debate dos próximos três dias.

Sr. Presidente Srs. Deputados, Sr. Presidente. e Srs. Membros do Governo:
A proposta de Orçamento para o corrente ano de 2001 ultrapassa, pela 1ª vez, a barreira dos 200 M.c., atingindo, mais precisamente, o valor de 201,8 M.c., dos quais 39,6 M.c. respeitam a Contas de Ordem.

Esta proposta de Orçamento ainda reflecte os efeitos negativos das reduções fiscais aprovadas pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores em 1999 e em 2000, pelo que as receitas do I.R.S. e do I.R.C. foram estimadas com base em taxas de crescimento inferiores às observadas para o Orçamento de Estado. Espera-se, no entanto, que os acertos negativos que, necessariamente, serão efectuados pela Administração Fiscal no corrente ano, relativos ao próprio ano e a anos anteriores, sejam parcialmente compensados com um alargamento da base tributária, principalmente em sede de I.R.C..

As receitas próprias da Região atingirão, em 2001, o valor de 89,1 M.c. o que representa 23,2% do P.I.B. estimado para este ano. Comparativamente a 1997, o 1º ano do mandato do VII Governo Regional, verifica-se uma evolução positiva deste indicador de 4,1 p.p., o que reflecte o esforço desenvolvido no sentido de aumentar as nossas receitas próprias, seja pelo muito maior dinamismo que temos vindo a imprimir na actividade



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

económica regional, seja pela maior eficiência da administração fiscal, seja, ainda, pelo maior rigor na determinação das receitas que efectivamente cabem à Região conseguidos na sequência dos protocolos de colaboração que estabelecemos com a Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais.

O endividamento líquido previsto para 2001 é de apenas 6 M.c., montante este que é inferior às dotações previstas para fazer face às obras de reconstrução do sismo de 1998 (6.084 mil contos) e que não leva, portanto, em linha de conta outras dotações para acorrer a outras calamidades, que serão financiadas com outros recursos que não o do endividamento.

Este défice de 6 M.c. que estamos a propor para 2001, representa apenas 1,57% do valor do P.I.B. estimado para o mesmo ano. Este rácio evidencia uma nítida melhoria comparativamente ao valor verificado no início do mandato do VII Governo Regional, que foi de 5,13%.

O valor agora conseguido está dentro dos valores preconizados nos Programas de Estabilidade e Crescimento elaborados pelos diversos Estados Membros da União Europeia, sendo nosso objectivo prosseguir no caminho da convergência até conseguirmos elaborar orçamentos equilibrados sem o recurso sistemático ao crédito.

O stock da dívida pública regional atingirá no final de 2001 o valor de 55,6 M.c. o que representa apenas 14,5% do P.I.B..

Também neste indicador se regista uma significativa melhoria relativamente ao 1º ano do mandato do VII Governo Regional em que o stock da dívida atingiu o valor de 132,7 M.c., representando 43,9% do valor do P.I.B. da Região.

Quanto às despesas previstas no Orçamento, verifica-se que, em 2001, as despesas de investimento do Plano crescem muito mais significativamente do que as despesas de funcionamento orçamentadas no ano anterior (7,9%



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

para as despesas de investimento contra apenas 6,8% para as despesas de funcionamento).

Dentro das despesas de funcionamento, verifica-se que são as despesas que têm um menor grau de rigidez, nomeadamente, as "aquisições de bens e serviços correntes" e as "aquisições de bens de capital", aquelas em que se regista um maior esforço de contenção.

Este esforço de contenção e de rigor foi desenvolvido ao longo de todo o mandato do VII Governo Regional, mas é particularmente notório neste exercício de início de novo mandato, em que se observam taxas de crescimento negativas de -1,8% para as "aquisições de bens e serviços correntes" e de -9,8% para as "aquisições de bens de capital".

Muito mais haveria ainda a dizer, mas o tempo de que dispomos para esta intervenção inicial é muito reduzido e creio que já foi mesmo excedido, prosseguiremos no entanto no debate.

À guisa de conclusão direi apenas que a aprovação dos documentos que aqui agora o Governo Regional apresenta, será um importante e decisivo passo no caminho do desenvolvimento, do progresso e do processo de convergência real da nossa Região com o país e com a União Europeia que todos nós também estamos a ajudar a construir.

O nível elevado de confiança que, generalizadamente, se vive nos Açores e os valores dos principais indicadores económicos e financeiros, deixam antever que o crescimento económico continuará bastante forte ao longo do corrente ano e, certamente que também ao longo de todo o quadriénio 2001-2004.

Estamos confiantes de que assim sucederá!

Estou certo de que saberemos, todos, corresponder a esta oportunidade e a este desafio.



(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados,
Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional das Finanças, ouvi-o com atenção e sobre a sua intervenção tenho uma referência a fazer e para já duas ou três perguntas, mas queria que o Sr. Presidente me dissesse se podemos fazer intervenções ou apenas pedidos de esclarecimento.

Presidente: Sra. Deputada, conforme ficou acordado na Conferência de Líderes, nesta fase faziam-se pedidos de esclarecimento e posteriormente as intervenções.

A Oradora: Muito obrigado, Sr. Presidente.

A primeira referência, Sr. Secretário, é de que se o Sr., fosse o único a falar nesta Casa e só o ouvíssemos a si, ficaríamos aqui com a ideia de que estávamos no melhor dos mundos, na melhor das confianças e que os próximos 4 anos seriam, com certeza, melhor ainda. O certo é que os parceiros sociais não são da sua opinião, o certo é que os parceiros sociais não compartilham desse optimismo e este Plano pode mesmo considerar-se o Plano da desconcertação e do desconcerto.

É da desconcertação, porque a verdade é que concertação social reuniu apenas uma vez para apreciar este Plano, 10 dias antes. Deram os pareceres dentro do prazo e com a oportunidade que lhes foi possível e esses pareceres são todos negativos e o Governo teve em conta uma única proposta dos parceiros sociais.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

É do desconcerto, porque, de facto, o Plano não tem correspondência entre os objectivos e as dotações. Não tem correspondência entre as orientações estratégicas escritas no Plano e as acções previstas nesse mesmo Plano.

Para além disso, é um Plano que já tem passado, porque grande parte das verbas nele inscritas são para satisfazer compromissos com o passado.

Abstenho-me de muitos exemplos, porque tenho muito pouco tempo, mas a verdade é que os incentivos são um caso desses, a agricultura é outro, as obras do matadouro industrial de S. Miguel é outro e muitos outros. Se quiséssemos podíamos até ir à Expo, até a Hannover é outro, e podíamos ir por aí fora, mas o tempo não nos permite.

Enferma depois de falta de credibilidade, porque avança já com desorçamentação, uma coisa que não é habitual na nossa Região e que se vai importar práticas muito em voga a nível nacional e que desejaríamos muito que não viessem parar aos Açores para não onerar as gerações futuras.

Projectos sub-dotados. Dívidas da saúde não transparecidas em qualquer um destes documentos a não ser de forma muito encapotada nos fundos e serviços autónomos e ainda, se quisermos, alguma falta de rigor ou pelo menos de fundamentação nos pressupostos que conduziram à elaboração destes documentos e é aí que se põe as perguntas.

Pergunto, Sr. Secretário Regional, porque é que desde 1997 não há cálculo de contas regionais?

As últimas contas regionais oficiais elaboradas pelo Instituto Nacional de Estatística são as que constam do documento. Em 1995 é o último ano. Em 1996 é uma estimativa. Em 1997 é uma estimativa e a partir daí nem contas nem estimativas. Mesmo assim em 96 cresceu-se 4% em termos reais, quando há bocado referia, provavelmente, termos nominais. Em 1997



creceu-se 1,6% em termos reais e perdeu-se poder de compra nos Açores, entre 95 e 97, de acordo com os dados do Serviço Regional de Estatística.

Gostaria, portanto, que me dissesse em que pé é que se encontra o projecto de cálculo e de determinação das contas regionais? Também por que é que a situação sócio-económica produzida no DREPA ainda está no ano de 1998?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento

(Roberto Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Berta Cabral:

Também dedico muito interesse e atenção, aliás, como sempre, às suas intervenções e às suas questões, mas desta vez deu-me a ideia de que V. Exa. não estava no momento presente, não está a viver os nossos dias, não está nos nossos tempos. Parece-me que, depois de ouvir o seu discurso, estamos na crise de 1992 aqui na Região Autónoma dos Açores. Felizmente tal não é o caso.

Apesar de todos os esforços que V. Exas. certamente farão para denegrir este Plano, para denegrir os documentos que agora apresentamos aqui a esta Assembleia, por mais esforços que farão, não o conseguirão, porque a realidade é tão boa, tão boa, comparada, obviamente, com a do passado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É um oásis!

O Orador: Gostaríamos que ainda fosse melhor e lutaremos para que o seja...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*



O Orador:... e agora temos mais condições para o fazer, porque não vamos cometer erros como fomos obrigados a cometer no nosso último mandato.

Deputada Berta Cabral (PSD): Cometeu? Ainda bem que admite!

O Orador: Sim, porque tudo o que foi aprovado, para além daquilo que nós propusemos, nós consideramos que foi um erro, porque aquilo que nós apresentamos é que consideramos como certo.

No fundo, V. Exa. apenas me põe uma questão que é a das contas regionais. O resto foram considerações a denegrir o Plano, como, aliás, creio que é da vossa obrigação fazê-lo. Infelizmente que quanto melhor forem os nossos planos menos sucesso terão V. Exas. nesse esforço.

Quanto às contas regionais, elas neste momento já não dependem do meu departamento, mas sei o que é que se passa, concretamente, com as contas regionais: nós estamos a tentar fazer contas regionais aqui nos Açores, mas não autonomamente, porquanto se todas as contas regionais que fossem feitas aqui e não fossem reconhecidas pelas autoridades estatísticas nacionais e europeias não teriam qualquer valor, daí que estejamos a desenvolver esforços e já temos muitos passos conseguidos neste sentido, ou seja, no sentido de fazer as contas regionais aqui nos nossos Serviços Regionais de Estatística em íntima articulação com o INE e com o EUROSTAT. Nós prevíamos que já pudéssemos elaborar contas relativamente a 2000 e depois fazer a sua conciliação com as contas dos anos anteriores. Certamente de 2000 já não será possível, mas no corrente ano 2001 será já possível desenvolver os trabalhos para apurar as próprias contas do ano 2000 e que são disponibilizadas certamente mais tarde e com o tempo necessário e suficiente para haver uma articulação e uma fusão,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

digamos assim, com as contas elaboradas com outros métodos que não os actuais.

Quanto aos atrasos das contas, a responsabilidade deve ser pedida ao INE porque é entidade que neste momento as faz. Como sabe a série estatística que foi produzida aqui no SREA não teve continuidade. Iniciou-se uma nova série estatística compilada e calculada pelo INE, sempre com métodos indirectos e é precisamente devido à existência desses métodos serem indirectos, e quanto a nós pouco fiáveis, é que desenvolvemos todos os esforços no sentido de que as contas passassem a ser elaboradas aqui na Região, mas em íntima articulação com as autoridades estatísticas nacionais e europeias.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional das Finanças:

Comecei por dizer, nestas considerações que acabei de fazer ao Plano, que todos os parceiros sociais eram unânimes. Sobre isto estamos entendidos, ao menos que o Sr. queira ser o protagonista daquela história do batalhão em marcha e que é o único que leva o passo certo.

(Voz inaudível do Secretário Regional da Finanças)

A Oradora: Quer que eu insista em que todos os parceiros sociais são contra este Plano? É preciso dizer mais uma vez para perceberem e ouvirem?

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Não são. Está enganada.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

A Oradora: Não têm os documentos? Não foram distribuídos por todos? Não os leram como era vossa obrigação?

Deputado Francisco Sousa (PS): Lemos. A Sra. é que não os leu.

Deputado Clélio Menezes (PSD): Agora têm maioria, já não interessa.

A Oradora: Os Srs. estão tão admirados com as minhas considerações que sou levada a crer que provavelmente não leram os documentos que vos foram distribuídos, o que é muito grave.

Se quiser que continuamos a falar disto, continuamos, mas a questão é que o tempo é pouco e como é pouco quero passar à frente. Agora, quero que fique registado: os parceiros sociais são todos contra este Plano. O Sr. Secretário Regional é o único que leva o passo certo.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): O povo dos Açores é que nos deu essa garantia.

A Oradora: Se quiser em repito.

(Vozes inaudíveis das bancadas do PS e do Governo)

A Oradora: Se foram instrumentalizados para fazer com que eu não diga aqui tudo aquilo que eu tenho para dizer, estão muito enganados.

Presidente: Srs. Deputados, deixem a Sra. Deputada continuar a sua intervenção.

A Oradora: Apenas peço ao Sr. Presidente de Mesa que imponha disciplina na Câmara.

Voz dum Sr. Deputado: Era só o que faltava!

A Oradora: Não sei se faltava ou não, o Sr. Presidente dirá se pode ou não pode, se deve ou não deve. Eu sei que deve.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Quanto às contas regionais e aos atrasos do INE, Sr. Secretário Regional, a ligação entre o INE é feita pelo Governo Regional, não é feita pela oposição, não é feita pela Assembleia Legislativa Regional, não é feita por mais ninguém senão pela entidade que tem a responsabilidade de ter estatísticas fiáveis nos Açores. Sem estatísticas fiáveis não se chega a lado nenhum; sem estatísticas fiáveis não se tiram conclusões; sem estatísticas fiáveis não se pode desenvolver uma estratégia de desenvolvimento desta Região; sem estatísticas fiáveis não se pode fazer, como os Srs. fizeram, previsões de crescimento do produto interno bruto da ordem dos 4 a 4,5%. São previsões que são o vosso desejo, a vossa vontade, que eu espero que, para bem dos Açores, se confirme, mas que não tem qualquer fundamento do ponto de vista oficial; não tem fundamento fiável.

Portanto, estas são as questões que eu não vi respondidas e também não vi respondida o que é que se passa com as contas da situação sócio-económica que, apesar de tudo, era a única publicação geral e abrangente existente nos Açores, feita pela Direcção Regional de Estudos e Planeamento e que a partir de 1998 nunca mais foi publicada.

Quanto à credibilidade e à vontade que o Sr. tem, naturalmente, de que tudo isto corra muito bem, eu queria lembrar-lhe que em 1999, quando aqui discutimos o Orçamento e que os Srs. pediram ao Ministro da Finanças o endividamento de 15 milhões de contos, que não foi autorizado, empolaram 5 milhões nos fundos comunitários e empolaram 5 milhões nas transferências do Orçamento de Estado. Desses 5 milhões levou os fundos comunitários de 17 para 22 milhões e as transferências de 31 para 36. Sabe o que é que aconteceu, Sr. Secretário Regional, na conta de 99?

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento
(Roberto Amaral): Lembre-me!



A Oradora: Vou lembrar-lhe.

Os fundos comunitários nem foram 17, nem foram 22; foram 9,5 milhões e as transferências do Orçamento de Estado, não foram os 32 nem os 36, mas sim 30,3 milhões, para ser mais precisa. Portanto não foram nem os 32 nem os 36.

Isto é só para dizer que não seja tão auto-convencido nas suas afirmações, porque a verdade é que depois vamos ler o Diário das Sessões e se quiser em lembro-lhe, quando eu lhe perguntei aqui várias vezes e o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro também, se isso se confirmaria, se acreditava nisso e o Sr. acabou por dizer: “Olhe, é só para lhe dizer que acredito, sim senhor”. Pois veja lá no que acreditou e veja lá no que tivemos que ter na conta de 99, em termos de execução orçamental da receita.

Deputados Mark Marques e Joaquim Machado (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Vieira.

Deputado Cabral vieira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu também ouvi com muita atenção a intervenção da Sra. Deputada Berta Cabral e queria-lhe pedir também um esclarecimento.

Em determinada altura a Sra. Deputada disse que este Plano onerava ou punha em causa o bem-estar - se não foi assim corrija-me, mas penso que isto é suficiente para perceber o que eu pretendo transmitir - das gerações futuras ou que não tinha em consideração as gerações futuras. Estava a falar em questões relativamente à desorçamentação.



Mais recentemente a Sra. Deputada fez uma referência à Conta de 1999, relativamente às transferências que teriam sido, digamos assim, inflacionadas, gostaria de dizer, sem ter os números neste momento, mas posso confirmá-los daqui a pouco, que a receita é uma previsão e também pode haver atrasos no próprio processo de transferências e tem um erro associado.

Relativamente ainda a esse ano eu gostava de lembrar à Sra. Deputada o seguinte:

Em termos reais, ainda voltando ao Plano de 99, deve exceder, a preços de 99, o Plano de 96 em 75%. Portanto, eu penso que o ano de 99 não é necessariamente um ano negro no que diz respeito à execução orçamental.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Sra. Deputada Berta Cabral, eu julgava que estávamos a discutir o futuro. Afinal já estamos a apreciar a Conta de 1999.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): A sua intervenção é de 92. O Sr. é que recuou no tempo!

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): A verdade é que de 92 para 99 mudou pouco!

O Orador: Não se excite tanto, porque vai ter muita oportunidade para falar ao longo deste debate.

Quanto aos fundos comunitários, efectivamente eu confirmo tudo aquilo que a Sra. Deputada referiu e que está no Diário das Sessões e posso-lhe até dizer, uma a uma, quais eram as previsões que nós então tínhamos feito:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

nós tencionávamos receber um primeiro adiantamento de 99 de 8,1 milhões de contos; um segundo adiantamento de 99 no valor de 5,4 milhões de contos, portanto adiantamentos referentes ao próprio ano, com receitas do próprio ano. Contávamos receber 0,4 milhões de contos do REGIS, do porto da Horta. Tínhamos fundos retidos em Lisboa de 6,6 milhões de contos. REGIS/Sismo, 1 milhão de contos, somando tudo isto os tais 21,5 milhões de contos.

Portanto, previsões são previsões e ainda mais quando se está a prever em variáveis que não se controla e que, como V. Exa. sabe, os fundos comunitários nestes anos andaram sempre atrasados e por isso nós acabamos por ter uma concretização nesta rubrica de receita muito inferior àquela que estava projectada.

No entanto, lembro a V. Exa. que o ano de 1999 foi o ano em que aqui, em toda a história autonómica na Região Autónoma dos Açores, se atingiu a taxa de execução mais alta de sempre com 94,5%. A mais alta de sempre, apesar destes constrangimentos todos a que nos vimos forçados a enfrentar ao longo do exercício de 1999.

Voltando agora ao presente e ao futuro, apresenta V. Exa. os parceiros sociais como sendo todos eles contra este Plano.

A ideia com que eu fiquei da sua leitura dos parceiros sociais, é que todos eles queriam mais para os sectores que representam e que defendem, mas isto é normal, Sra. Deputada. O Governo também queria mais meios, mais fundos para fazer mais ainda pelo desenvolvimento dos Açores, mas tal não é possível. Aqui é que entra a política de fazer selecção, de fazer hierarquização de objectivos, de afectação de meios a esses objectivos. Aqui é que está a política e o que estamos aqui a fazer é discutir os meios que temos, e são muitos relativamente ao passado, são sempre crescentes



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

relativamente aos anos anteriores, no sentido de fazer a sua afectação da melhor maneira e não vir aqui embandeirar em arco, porque os parceiros querem mais para si. É evidente que sim. Se eu fosse parceiro social também reclamava mais para um sector que tivesse a representar, assim como nós também Governo, dentro destas linhas de orientação que nós temos e dentro daquilo que conseguimos, queremos sempre mais para o futuro. Lutaremos por isso e enquanto isto suceder, creio que estamos a fazer um bom papel relativamente ao progresso dos Açores.

Quanto às projecções do PIB, Sra. Deputada, as projecções do PIB que eu falo são baseadas em factos efectivos passados e em projecções feitas com rigor científico para o futuro. São essas que nós temos e são essas que, para nós, são as oficiais deste Governo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Cabral Vieira:

Muito rapidamente, porque o tempo é pouco e tenho que orientar os meus pedidos de esclarecimento e dar também esclarecimentos ao Governo.

De qualquer forma, quando eu referi isso, referi em relação ao projecto finance, o que significa onerar as gerações futuras. Se não concorda diga-me?

Plano de 96 e plano de 99, a única resposta rápida e concisa é a seguinte: o PIB em 96 cresceu 4%, o PIB em 97 cresceu 1,6%. Não é por se investir muito que se cresce muito. Não é por se investir muito que se desenvolve necessariamente a Região Autónoma dos Açores.

É preciso investir bem, ter as opções certas, ter as prioridades correctas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Sr. Secretário Regional, a política de desconcerto é grande e não é, como diz, que todos querem mais para si. Há declarações, designadamente da Câmara do Comércio, que eu podia citar, mas não tenho tempo para o fazer, mas recordo-lhe uma frase que diz: “As orientações estratégicas e o modelo de desenvolvimento não está correcto”. Portanto, os Srs. procuram na parte teórica do documento ir ao encontro dos sectores produtivos. Na parte quantitativa do documento abrem as frentes todas para agradar a todos e acabam por não agradar a ninguém.

Esta é que é a questão e o ponto fraco deste documento. Não tenha dúvida nenhuma. Por mais que ande às voltas, é isso que os parceiros sociais dizem.

A própria Quercus, que nem sequer é um organismo que se dedica ao desenvolvimento da Região, fala de que não há um modelo de desenvolvimento para a Região, de que não há uma estratégia concertada de desenvolvimento, quanto mais a Federação Agrícola, a Câmara do Comércio e todos os outros parceiros que têm preocupações de natureza macro-económica e estratégia. Esses são unânimes em dizer que aqui o que se põe é uma questão de desenvolvimento, de orientação estratégica, de consonância entre os objectivos do programa, as metas, as ambições e as orientações que pretendiam, de facto, ir ao encontro dos sectores produtivos e que depois na prática e na quantificação não foram.

Isto é que é a questão essencial e em relação à qual não há resposta, porque isto é um Plano, acima de tudo, eleitoralista que pretende abrir as frentes todas, que pretende agradar a todos os sectores, a todas as ilhas, dando pouco a cada um e depois dando execuções do Plano efectivamente elevadas, mas só depois de fazerem uma série de transferências de verbas



de uns programas para os outros de forma a concentrá-los e poder executar alguma coisa. Esta é que é a verdade.

(Aplausos da bancada do PSD)

Deputado Francisco Sousa (PS): Nós é que fazemos os programas para os outros. Nós é que fazemos as transferências.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Vieira.

Deputado Cabral Vieira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção é para fazer duas rectificações.

A primeira é para me confessar que há pouco avancei um número de 75% e devia ser 52%. Portanto a execução seria os 75% se eu comparasse o que está previsto para 2004 com a de 96. Se comparar a de 99 com a de 96, são 52%. Portanto, fica aqui a rectificação, pois tinha aqui os dois números e é normal que me engane e tenho humildade suficiente para reconhecer, mas são 52% o que é muito bom.

A segunda rectificação que eu queria fazer é a seguinte: eu não falei em taxas de crescimento do PIB, embora a Sra. Deputada me tenha respondido a isso, mas também queria fazer aí uma rectificação: é que eu não acredito naquele valor que me colocou para 97. Sobre aquele valor, apesar de já ter saído dois artigos em determinada altura em que refere esse valor, penso que a Sra. Deputada está errada.

Deputada Berta Cabral (PSD): Então o Plano está errado.

O Orador: Pode ir ver ao Plano, mas digo-lhe que está errada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento.



Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento

(Roberto Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para, à guisa também de conclusão, dizer que por mais esforços que façam não conseguem iludir a realidade que é boa.

Já sabemos, depois da intervenção da Deputada Berta Cabral, qual vai ser a intenção de voto da sua bancada. Não esperávamos outra coisa. Já contávamos que ia ser contrária e iriam votar contra o Plano.

De qualquer das maneiras e para que não reste qualquer dúvida quanto ao bom clima e à boa situação económica que estamos a viver nos Açores, queria apenas apontar muito rapidamente os seguintes dados:

Nos Açores o crescimento do PIB em 98 foi 7,3%. Em Portugal Continental, ou seja, no todo nacional, foi de 4%.

Deputada Berta Cabral (PSD): Em termos reais ou em termos nominais?

O Orador: Em termos nominais, Sra. Deputada, mas a inflação neste ano foi de 3,1%.

Deputada Berta Cabral (PSD): Está a brincar comigo?!

O Orador: Não estou. A inflação neste ano foi de 3,1%. Faça a dedução.

A taxa de desemprego aqui nos Açores que em 1998 era de 4%, passou para 2,7% em 1999 e para 2,5% em 2000.

A inflação nos Açores que sistematicamente apresentava sempre índices indicadores superiores aos nacionais, passou a ser inferior. No ano 2000, 1,9% contra 2,8% a nível nacional.

Sra. Deputada, estes tempos que nós estamos a viver são os tempos do ano 2000. São estes tempos que nós ainda vamos melhorar relativamente ao futuro.

Não voltaremos nunca mais às crises de 1992 que vivemos aqui na Região. Muito obrigado.



Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

Deputada Berta Cabral (PSD): *É preciso é ter fé.*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Cabral Vieira:

Recomendo-lhe a página 1-11 do Plano, onde tem Região Autónoma dos Açores, verá que o PIB em 95, foi de 279.3, em 96, 288.5, em 98 302.1. Se se fizer a diferença em termos reais, não nominais como o Sr. Secretário quer pôr ali, porque se a gente fosse aqui em termos nominais, provavelmente a Irlanda podia estar a apresentar neste momento 15 ou 20% de crescimento e o Sr. está aí muito contente com 7% nominais. Por isso é que eu digo que está a brincar.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): A inflação foi de 3,1. Faça as contas.

A Oradora: Desde quando é que os crescimentos do PIB se calculam a preços nominais. Ó Sr. Secretário Regional, essa só mesmo a brincar! Nem o Pina Moura diz isso.

Os crescimentos do PIB calculam-se a preços reais, como é óbvio, para as coisas serem comparáveis e terem a sua razão de ser, porque senão não há comparação possível, uma vez que a inflação dum ano para o outro varia.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): Faça as contas. Faça um leve esforçozinho!



A Oradora: Não pode fazer essa comparação. Se eu posso fazer, o Sr. também pode. Portanto, faça e diga aqui em termos reais, porque isso é que é correcto e é assim que deve ser feito.

Em relação aos outros cálculos que fez, continuam a ser cálculos privados, cálculos do Governo, cálculos que não estão acessíveis a todas as pessoas.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento
(Roberto Amaral): São oficiais!

A Oradora: A verdade é que o Governo deixou que as contas da Região ficassem em 1995 devidamente calculadas e em 1997 em termos de estimativa. Esta é que é a realidade.

O INE faz aquilo que o Governo Regional lhe proporciona fazer.

O que está visto é que o protocolo existia, o trabalho estava a decorrer, foi interrompido e neste momento nós caminhamos à deriva, navegamos à vista. Esta é que é a questão.

Vozes dos Srs. Deputados Manuel Azevedo e Mark Marques (PSD):
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Parecendo não haver mais pedidos de esclarecimento, dou a palavra ao Sr. Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus.

Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus *(Carlos Corvelo):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Os documentos do Plano de Médio Prazo 2001/2004 e do Plano Regional para 2001 cujo debate se inicia hoje nesta Assembleia Legislativa Regional



decorrem em primeiro lugar, e tem uma história de elaboração, das orientações de política económica e social contidas no programa do VIII Governo Regional dos Açores, aprovado nesta Assembleia em 6 de Dezembro de 2000 e da estratégia delineada e dos objectivos aprovados no âmbito do Programa Operacional para o Desenvolvimento Económico e Social dos Açores (PRODESA), que constituem uma das suas principais fontes de financiamento.

Estas duas referências nucleares aos documentos que agora analisamos foram precedidas de um amplo processo de participação, seja a nível político-partidário e aberto à sociedade, às Conferências sobre a Nova Autonomia, seja na ampla participação que os parceiros económicos e sociais tiveram da elaboração do PRODESA e cujas contestações não foram tão evidentes como se faz às vezes fazer crer.

Para além disso, e já no quadro da preparação dos documentos, procedeu-se à audição prévia dos partidos políticos e de mais de uma dezena de parceiros económicos e sociais, tendo sido solicitados, no quadro dos prazos legais estabelecidos na orgânica do planeamento aprovada em 91, pareceres ao Conselho Regional de Concertação Social e aos Conselhos de Ilha já constituídos.

Esta ampla participação da sociedade açoriana foi, como não poderia deixar de ser, acompanhada pelo trabalho empenhado a nível político e técnico de todos os departamentos do Governo e de outras entidades com tutela pública.

Assim, em nosso entender, e com base na ampla participação conseguida, ambos os documentos, com horizontes temporais e de execução diferenciados, relevam a intervenção da Administração Pública Regional no sentido de dar uma resposta eficaz ao desafio histórico, complexo e



difícil de modernização da economia e da sociedade açoriana, criando e consolidando dinâmicas geradoras de um futuro melhor para as próximas gerações.

A nossa preocupação fundamental é pois, garantir ao longo dos próximos quatro anos, as melhores condições possíveis de **sustentabilidade global do processo de desenvolvimento da Região**, seja no que respeita aos níveis de fruição e utilização dos recursos disponíveis e da afirmação do nosso potencial económico, seja ainda na garantia de melhores condições de vida para as nossas populações, designadamente contribuindo para a dignificação dos mais necessitados.

Quer o Plano para 2001, quer o PMP 2001-2004 que, relativamente ao anterior evidenciam crescimentos reais da ordem dos 22,4% e 21,7% respectivamente, exigem ainda algumas considerações específicas para que se torne visível, transparente e compreensiva a verdadeira dimensão da intervenção da administração pública regional no esforço de desenvolvimento a implementar nos próximos 4 anos.

A primeira dessas considerações diz respeito à leitura minimalista que muitas vezes se faz do Plano, principalmente alguns partidos da oposição o fazem.

O Plano evidencia no Capítulo 40 do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, mas a intervenção pública regional ultrapassa esse Capítulo 40 em termos que vem explícitos no Mapa 9 do Orçamento e em Anexo aos Planos que foram entregues.

Para além da contribuição do Orçamento da Região e dos fundos comunitários que integram esse Capítulo 40, evidencia uma rubrica designada por Outros Fundos e que não vem englobada no Capítulo 40.



Esses Outros Fundos representam a contribuição do Orçamento de Segurança Social Nacional para o esforço de desenvolvimento da Região, representam a contribuição do PIDDAC para o desenvolvimento regional, designadamente naquilo que diz respeito e neste caso específico com grandes valores para a modernização das pescas e integram outros fundos comunitários tais como o FSE associado à formação profissional, o FEOGA à Agricultura e o IFOP às Pescas cuja expressão no Capítulo 40 do Orçamento apenas vem referida a comparticipação regional.

Portanto, assim podemos considerar que o investimento público, e este esforço de intervenção pública ainda pode ser acrescida do investimento realizado, seja pelas empresas públicas, seja ainda pelas Juntas Autónomas dos Portos, ascendem a mais de 40 milhões de contos no Plano 2001/2004 e a mais 15 milhões de contos no Plano de 2001.

Isto significa que o valor nominal global efectivo do investimento público no período de programação ascende a mais de 330 milhões de contos e não apenas aos 225 da leitura minimalista do Plano de Médio Prazo.

Uma segunda referência que quero fazer diz respeito à falsa ideia que muitas vezes se pretende transmitir relativamente à dicotomia entre o investimento público e o investimento privado.

O apoio público concedido ao investimento privado, que regista no Plano de Médio Prazo um acréscimo real de 75,4%, cerca de 15 milhões de contos, é complementado ainda com mais 26,4 milhões de contos de fundos estruturais do Programa Operacional da Economia, e ao qual os empresários açorianos se podem candidatar, sendo as condições mais adversas dessa candidatura colmatadas por um dos sistemas de incentivos, regulamentado e aprovado no último Conselho do Governo Regional.



É claro que este investimento é da exclusiva responsabilidade das empresas e empresários, contribui para a efectiva melhoria do tecido empresarial, aumenta o seu nível de qualidade e competitividade, melhora as suas instalações e colmata, pelas taxas de comparticipação que têm, os riscos acrescidos da insularidade e ultraperifericidade que caracterizam o nosso tecido empresarial.

Contudo, menos certo não é o facto de que os investimento públicos constantes do Plano e da intervenção regional não afectam negativamente mas, antes beneficiam, na sua quase totalidade, e de forma directa, os agentes económicos privados.

Quem constrói as estradas, os portos, os aeroportos, as estruturas de saúde e o parque habitacional são as empresas privadas; quem beneficia dos matadouros, dos caminhos rurais e agrícolas, da compra de guas e rebocadores, da promoção turística e de uma melhor e mais eficiente rede eléctrica são os agentes económicos privados; quem utiliza as acções de formação, o parque tecnológico e informático, a rede de cuidados de saúde e educacional, as indemnizações compensatórias da SATA e os transportes marítimos são a população no seu conjunto.

Portanto, o designado investimento público, tantas vezes erradamente considerado perverso por alguns partidos da oposição, mais não significa do que a criação de mais emprego e das condições objectivas para o aumento e garantia da competitividade regional e da sobrevivência da iniciativa privada.

Estar contra este investimento público é estar contra as empresas privadas, contra os agentes económicos privados e mesmo contra a população.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*



(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Em terceiro lugar, uma breve referência à desagregação espacial das verbas inscritas nos documentos em discussão.

Para nós, o ideal seria afectarmos mais recursos a todos os sectores, a todas as ilhas, a todos os interesses e a todos os parceiros, como já disse o Sr. Secretário.

Contudo, apesar da limitação de recursos com que nos confrontamos não permitir a concretização dessa afectação máxima que desejaríamos, julgamos que ela foi o mais eficiente possível e que completamente cumprida a transparência deste Plano, pois as verbas não desagregadas espacialmente atingem neste Plano 21,7% do total contra 22,6% no anterior PMP e imaginem, contra 30% do PMP de 1993-1996, antes do PS formar governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Plano de Médio Prazo que agora trazemos à vossa consideração contempla cinco grandes linhas de orientação estratégica associadas ao **fomento e diversificação da actividade produtiva regional, à modernização das redes de estruturação territorial e ao reforço da nossa posição geoestratégica, à melhoria da qualificação dos recursos humanos e dos níveis de solidariedade e protecção social, à promoção do desenvolvimento sustentado (strictu sensu) e à melhoria dos níveis de eficiência e parceria na gestão pública e institucional.**

Todos estes grandes objectivos estratégicos registam aumentos reais significativos relativos à proposta do PMP anterior que, apesar de não ter sido aprovada nesta Assembleia Legislativa, foi efectivamente executado em todas as suas grandes linhas de orientação, conforme o demonstram os



resultados das últimas eleições legislativas regionais, em que a população açoriana o sufragou amplamente.

A primeira das grandes linhas traduz-se no objectivo de **dinamização do crescimento e da competitividade da economia regional** que assenta no reajustamento da base económica e na diversificação do sistema produtivo, cujos elementos essenciais são o acréscimo dos níveis de produtividade, a ascensão da cadeia de valor da actividade turística, o acréscimo da capacidade técnica e tecnológica e a fixação da massa crítica, assim como a melhoria do nosso potencial exportador direccionando o esforço de marketing para núcleos e segmentos qualificados de mercado.

A segunda grande linha, **associada à rede de estruturação do território**, implica a modernização e o aumento da eficiência dos equipamentos e infraestruturas de desenvolvimento, melhorando a eficácia e a funcionalidade das redes de transporte, energia e comunicações e promovendo a inserção da Região na sociedade de informação e do conhecimento, potenciando a investigação científica e tecnológica.

No âmbito da **Qualificação dos Recursos Humanos e do aumento dos níveis de protecção da sociedade**, procura-se, no essencial, a melhor qualificação dos activos, a manutenção dos níveis de emprego, uma maior flexibilidade e eficiência no mercado de trabalho, o combate à inactividade voluntária e a obtenção de melhores níveis de sanidade e protecção social.

Assim, procurar-se-á, nesta medida, incrementar a articulação dos subsistemas de educação e formação profissional, qualificar os desempregados e o emprego em segmentos que se encontram em reestruturação, incrementar a entrada qualificada do segmento feminino no mercado de trabalho e intervir decisivamente nos sectores sociais,



promovendo a equidade de acesso, a prevenção e promoção da saúde e a redução da pobreza com a dignificação dos mais necessitados.

Quanto à promoção da **sustentabilidade e do desenvolvimento e da qualidade de vida**, as principais intervenções centram-se na valorização e protecção dos ecossistemas insulares, na melhoria das condições de habitação e na melhor utilização e fruição dos bens culturais. Aqui as nossas preocupações vão fundamentalmente para as questões do ordenamento do território, dos recursos hídricos bem como, na qualidade ambiental, designadamente intervindo sobre as áreas protegidas e a Rede Natura.

Na habitação, procura-se implementar uma política que viabilize uma maior racionalização na aquisição e produção do solo urbanizável, assim como na produção e promoção de habitação social.

No que respeita à cultura, continuar-se-á o processo de inventariação e recuperação do património cultural e proteger-se-á a criação artística nas vertentes erudita, urbana, rural e de raiz tradicional.

No que concerne à última grande **melhoria dos níveis de eficiência e parceria estratégica na gestão pública e institucional**, as intervenções centram-se numa maior visibilidade e afirmação da Região no plano externo, numa aproximação da administração pública ao cidadão, numa mais eficiente colaboração e cooperação com a administração local e na continuação do esforço de reestruturação do sector público empresarial.

Neste quadro, os esforços irão no sentido da defesa dos interesses regionais, na utilização do espaço regional por entidades estrangeiras, designadamente a negociação da Base das Lajes e na gestão da ZEE, no aprofundamento das relações com a União Europeia, que atingiu níveis que nunca tinha atingido anteriormente, na preservação da nossa identidade



cultural e económica nas comunidades emigradas e numa melhor articulação da administração regional com as autarquias locais tornando mais eficiente o exercício das respectivas atribuições e competências.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o facto de sabermos que muitas vezes mais dinheiro não significa maior eficiência ou eficácia, levou-nos a elaborar internamente um exercício prospectivo de avaliação ex-ante deste PMP onde procuramos analisar, por um lado, a adequabilidade dos diferentes programas às condições objectivas de evolução, aos pontos fortes e pontos fracos da sociedade açoriana e desses programas aos objectivos e às grandes linhas estratégicas.

Da avaliação integrada destas análises determinámos a coerência global do Plano e concluimos que os programas que maior impacto geram registaram taxas de crescimento reais significativas e se evidenciam-se como os que maiores sinergias e complementaridades geram no Plano.

De entre eles destacamos, o do Desenvolvimento da Actividade Científica e Tecnológica, o Desenvolvimento do Turismo, a Qualidade Ambiental, a Juventude e Emprego, os Sistemas de Incentivos, o Apoio à Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas e a Diversificação Agrícola.

Como vemos, projectos de intervenção pública e de intervenção privada, ambos aqueles que geram maiores complementaridades e sinergias.

Apesar deste ser um teste interno, podemos afirmar que o Plano de Médio Prazo, que integra o Plano para 2001 é o melhor e aquele que, desde sempre, maiores recursos financeiros envolve para a Região permitindo atingir as metas propostas e os objectivos definidos, contribuindo assim para a continuação do processo de convergência real da economia açoriana com a nacional e comunitária.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Este facto decorre do último relatório do EUROSTAT em que os Açores em 1998 atingiram já 52% do PIB per capita médio da União Europeia, quando até 1996 com apenas 50% desse PIB, eram a região mais atrasada da Europa, integrando a partir desse altura, 96, 97, 98, o conjunto das 74 regiões que, no total das 211 regiões existentes na UE, registaram aumentos de crescimento real no seu conjunto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Estes documentos que agora pomos à vossa consideração e relativamente aos quais esperamos, antes de mais, um contributo para a sua melhoria são, estamos certos, os Planos da concertação, da participação, do rigor e da eficácia com que os açorianos poderão contar nos próximos 4 anos.

Muito Obrigado.

Deputados Francisco Sousa e Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Ouvi com muita atenção a intervenção do Sr. Subsecretário, atenção essa, aliás, que não era muito necessária, dado o tom comicieiro de parte da intervenção e, digamos, acentuadamente apologético que não era de esperar nesta circunstância, mas o que me move agora é o pedido de esclarecimento que queria fazer, e é muito preciso e muito objectivo.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Este Grupo Parlamentar, tal como os restantes, recebeu, assinado pelo Sr. Subsecretário, cópia dum ofício em que diz que foram detectados erros de processamentos informáticos extremamente volumosos.

Eu penso que era devida a esta Câmara uma explicação rigorosa sobre isto. Muito obrigado.

Deputados Manuel Azevedo e Humberto Melo (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional.

Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus (Carlos Corvelo): Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Ainda bem que os descobrimos a tempo e os enviámos.

Quando o tratamento da base de dados em que registam as fichas por acção do Plano e em que a componente de desagregação espacial é bastante complexa na inscrição nessas fichas, ao fazermos as desagregações, seja a nível para as diferentes acções, seja tornarmos essa agregação visível a nível de projectos, que é um outro nível de agregação, houve efectivamente alguns erros de processamento informático.

Há casos muito claros que são aqueles em que foram usados alguns critérios indirectos para desagregar verbas, outros em que houve efectivamente saltos de verbas de uma rubrica para outra.

Daí que, numa observação minuciosa que fizemos a nível da Direcção Regional dos Estudos e Planeamento, permitiu-nos ainda na véspera mandar as verbas desagregadas e como o Plano só hoje é que se começa a discutir, nós pensamos que essa desagregação ainda chegou a tempo de ser reflectida e discutida.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.



Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Subsecretário Regional:

Devo reconhecer o esforço que fez para tentar aqui justificar a repartição de verbas entre investimento público e investimento privado e para tentar dar uma resposta a todos os parceiros sociais que exactamente convergem nessa crítica a este documento.

Mas penso que essa questão foi suficientemente debatida e não vamos, dada a escassez de tempo, continuar a discuti-las, porque há unanimidade entre todas as pessoas que apreciaram este Plano, relativamente a essa questão.

Continuamos a ter um enorme grau de intervencionismo na sociedade açoriana. Isso é indiscutível, isso é indesmentível e isso levaria muito tempo para estarmos aqui a justificar e o Sr. sabe muito bem que é assim e, portanto, não vale a pena estarmos aqui a perder muito tempo.

Quanto à desagregação espacial e aos documentos que nos foram entregues ontem, eu queria perguntar ao Sr. Subsecretário Regional que vírus foi esse...

Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus (Carlos Corvelo): Não foi vírus.

A Oradora: ... tão esquisito, se é que ele tem nome, e que aparece sobretudo depois do último Conselho do Governo, em que a promoção turística aumenta 1,5 milhões de contos em S. Miguel, 400 mil contos na Terceira e perde 400 mil contos em Santa Maria, 361 na Graciosa, 200 mil em S. Jorge, perde 330 no Pico, perde 393 no Faial, perde 233 nas Flores e perde 3.671 contos no Corvo.

Deputado Mark Marques (PSD): Maldito vírus!



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

A Oradora: Isto foi um vírus muito esquisito e sobretudo gostaria de saber se ele tem nome e se pratica alguma modalidade especial.

Muito obrigado.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

Deputado João Cunha (PSD): Afinal o vírus não tem nome. O pior é se anda mais algum por aí!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional.

Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus (Carlos Corvelo): Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O nome do vírus é o nome dos critérios da desagregação espacial.

Deputado João Cunha (PSD): Não foi baptizado!

O Orador: É o vírus do critério que eu há bocado referi e que não permitiu, digamos, na agregação das verbas uma operação informática correcta.

Presidente: Srs. Deputados, parece não haver mais pedidos de esclarecimento, vamos fazer um intervalo, com todo o rigor, de 15 minutos.

(Eram 11 horas e 25 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 11 horas e 50 minutos)

Prosseguindo o debate e as intervenções, tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Vieira.

Deputado Cabral Vieira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



O Plano Regional de Médio Prazo incorpora grandes medidas e linhas de acção alicerçadas no âmbito de uma estratégia de crescimento e de desenvolvimento. Assim sendo, tal documento reveste-se de particular importância e constitui um elemento de referência e de apoio à tomada de decisão por parte dos restantes agentes económicos e sociais.

Tal não significa que o papel dos poderes públicos se substitua ao da iniciativa privada, nem sequer pressupõe existência de qualquer forma de paternalismo ou de subserviência entre o público e o privado. Numa economia de mercado, o ónus do crescimento e do desenvolvimento assenta, acima de tudo, na iniciativa privada. Aos poderes públicos cabe a criação de condições ou, simplesmente, a desobstrução de impedimentos ao desenvolvimento e ao funcionamento do mercado. O Plano é, portanto, no que respeita ao sector privado, um instrumento indicativo.

Ao Governo, na procura do bem-estar económico e social dos cidadãos, cumpre, além do desenvolvimento de muitas funções de natureza social, a prestação de apoio indirecto ao funcionamento da actividade económica mediante a melhoria das acessibilidades, a valorização dos recursos humanos, a divulgação de informação e o desenvolvimento de actividades científicas e tecnológicas, entre outras. Estas são actividades geradoras de externalidades positivas que, na ausência de intervenção pública, ficariam sempre aquém do nível socialmente óptimo.

O apoio directo à actividade produtiva constitui, também hoje, na maioria das sociedades, uma área de intervenção dos poderes públicos no sentido de influenciar e orientar as decisões dos agentes económicos. O apoio ao investimento privado constitui a forma mais visível deste modo de actuação.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

A expansão da capacidade produtiva da economia e a melhoria das condições de vida das populações são objectivos que figuram no cerne de qualquer Plano. O Plano Regional de Médio Prazo 2001-2004 não foge a esta regra. A modernização e a diversificação da actividade produtiva regional, o desenvolvimento de infra-estruturas e equipamentos colectivos, a valorização dos recursos humanos, a valorização da ciência e da tecnologia, a valorização da qualidade ambiental e a aposta no turismo, constituem opções válidas, assentes, certamente, numa estratégia de crescimento e de desenvolvimento.

A Proposta de Plano de Médio Prazo não mistura crescimento e estabilização económica, não mistura curto e longo prazo. É um documento com uma visão estratégica. É um documento dirigido à expansão da oferta agregada. É um documento virado para o futuro, um documento que aposta e faz-nos acreditar no desenvolvimento dos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O indicador mais utilizado para medir o nível de bem-estar das populações é, apesar de conter imensas limitações, o Produto Interno Bruto por habitante. Tal como é reconhecido no texto de enquadramento da Proposta de Plano de Médio Prazo, o valor deste indicador situa-se nos Açores em 70% da média nacional. A aproximação à média nacional requer que a nossa taxa de crescimento seja superior à verificada para o resto país. Embora não tenhamos qualquer influência sobre o crescimento dos outros espaços económicos, a Proposta, ao apostar no emprego e na produtividade, abraça aquele objectivo e, sobretudo, abraça a melhoria das condições de vida da população residente nos Açores.

O facto do Produto Interno Bruto por habitante ser inferior ao montante verificado para a média nacional decorre essencialmente de dois factores.



Por um lado, tal como é indicado na Proposta de Plano, a produtividade média do trabalho atinge na Região cerca de 84% do valor verificado para a média do país. Por outro lado, a taxa de participação no mercado de trabalho e, conseqüentemente, a taxa de emprego da população potencialmente activa é menor nos Açores. Facilmente se conclui que o crescimento económico da Região, ou seja do seu Produto Interno Bruto por habitante, exige o crescimento destes indicadores (basta pensar que o Produto Interno Bruto por habitante é igual à multiplicação da produtividade média do trabalho pelo rácio entre a população empregada e a população total).

O aumento da produtividade do trabalho resulta da qualificação dos recursos humanos, da adopção de novas tecnologias e da modernização do tecido produtivo. Foi assim em todos os espaços que se desenvolveram! A Proposta de Plano de Médio Prazo 2001-2004 incorpora e reconhece a importância daqueles grandes vectores, que funcionam como autênticas molas do processo de desenvolvimento e de crescimento económico.

O aumento da taxa de emprego da população potencialmente activa requer a diversificação da actividade produtiva. Ao contrário do que se verificou no continente, com um processo de industrialização virado para a exportação iniciado na década de 60 do século passado, as oportunidades de emprego, sobretudo para a mão de obra feminina, foram sempre bastante limitadas nos Açores (exceptuando as que resultaram da expansão dos serviços públicos, incluindo a educação e a saúde, na sequência das mudanças políticas verificadas no país e na região depois de 1974). Em grande parte devido a isso, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho ascende a 28%, situando-se abaixo dos 44% registados para a economia portuguesa. É por isso que a diversificação da actividade



produtiva, nomeadamente através do desenvolvimento do turismo, pode contribuir para aumentar a utilização dos nossos recursos e, conseqüentemente, para elevar o bem-estar da população. Constitui, aliás, um alargamento da nossa base económica de exportação e, portanto, do sector básico da economia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Plano de Médio Prazo 2001-2004 ascende a 225,5 milhões de contos, traduzindo-se numa média anual de 56,3 milhões de contos. No que respeita à sua distribuição, 27.8% destinam-se à dinamização da economia regional, 22.7% ao desenvolvimento de infra-estruturas e equipamentos, 17.9% a valorizar e aumentar os níveis de protecção da sociedade açoriana, 13.8% a promover a sustentabilidade do desenvolvimento e da qualidade de vida, 5.6% a aumentar a eficiência da gestão pública e institucional e, finalmente, 12.2% destinam-se a recuperar estragos provocados pelas calamidades.

O montante financeiro incluído nesta Proposta de Plano é bastante elevado, se comparado com o valor médio executado no quadriénio 1997-2000 e, sobretudo, quando comparado com os valores médios executados nos quadriénios 1989-1992 e 1993-1996, embora nestes casos a análise em termos reais seja sempre mais conveniente e reveladora.

A preços de 1999, o investimento público ascendeu, de acordo com as execuções orçamentais, a uma média anual de 38,7 milhões de contos no período 1989-1992, a 31,5 milhões de contos no período 1993-1996, a 42,7 milhões de contos entre 1996 e 2000 e, assumindo uma taxa de inflação anual de 2.5%, prevê-se que ascenda a 51,9 milhões de contos no quadriénio 2001-2004.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Ou seja, o Plano de investimentos decresceu, em termos reais 19% de 1989-1992 para 1993-1996, e aumentou 34% no período 1997-2000 e, pelo exposto, prevê-se que continue a aumentar significativamente no quadriénio 2001-2004. Aliás, o investimento público decresceu, em termos reais, de forma abrupta e contínua desde início da década de 90 até 1996. O valor real dispendido no Plano de 1996 ascendeu a 67% do valor dispendido em 1989, traduzindo-se, assim, numa quebra de 33%. Esta descida originou, como todos sabemos, uma séria crise económica na Região. Os anos posteriores a 1996 foram, indiscutivelmente, melhores. A situação financeira da Região transformou-se radicalmente. Uma simples análise de origem e aplicação de fundos não deixa qualquer margem para dúvida. Os fundos ao dispor da Região aumentaram substancialmente no período 1997-2000. Uma parte desse aumento teve origem na Lei de Finanças das Regiões Autónomas, quer através do aumento das transferências do Estado para Região, quer através da redução dos encargos com a dívida, na sequência da transferência de 110 milhões de contos da dívida para o Governo da República. Relativamente a este indicador, importa referir que entre 1990 e 1996 foram pagos 30,0 milhões de contos de juros da dívida, os quais ascendem, a preços do ano 2000, a 38,0 milhões de contos. Uma outra fonte de origem de fundos decorreu dum melhor apuramento das receitas próprias da Região.

Este processo de aumento de fundos permitiu assegurar o aumento da despesa corrente e, além disso, veja-se, libertar um montante significativo de recursos financeiros destinado a Plano de investimentos. Em termos reais, o Plano de 1999 ultrapassou o de 1996 em 52%. O de 2004 pode ultrapassar em 75%.



A Proposta de Plano de Médio Prazo 2001-2004, pressupõe a manutenção de condições favoráveis no que respeita às origens de fundos, nomeadamente as provenientes de Transferências do Orçamento do Estado. Tal facto, conjugado com o vultoso envelope financeiro habilmente negociado no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio (o PRODESA), assegura a manutenção dum elevado investimento público nos próximos anos, sem que daí resulte qualquer esforço adicional sobre o contribuinte (é bom que se entenda isto!). Bem pelo contrário, com a adaptação fiscal o esforço sobre os contribuintes decresceu. Basta olhar para os elementos estatísticos incluídos na Proposta de Orçamento para 2001, para perceber o efeito daquela medida sobre a receita fiscal da Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Plano Regional de Médio Prazo 2001-2004 reflecte as orientações de política económica e social incluídas no Programa do VIII Governo Regional dos Açores, aprovado nesta Câmara, assim como as linhas de orientação estratégica, os objectivos de desenvolvimento e os eixos prioritários aprovados no âmbito do Programa Operacional para o Desenvolvimento dos Açores (PRODESA), através da Decisão da Comissão Europeia C(2000) 1784, de 28 de Julho de 2000, como a melhoria da competitividade regional, a modernização da base produtiva tradicional, a promoção do desenvolvimento sustentado e o fortalecimento do tecido empresarial regional.

Os montantes envolvidos e a existência duma estratégia de crescimento e de desenvolvimento constituem, na leitura que faço do documento, motivos mais do que suficientes para acreditar que este Plano vai, conjuntamente com a iniciativa dos restantes agentes económicos, continuar a contribuir



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

para o progresso e para o desenvolvimento dos Açores. É, afinal, isso, penso eu, o que todos nós pretendemos.

Disse!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

“Nada de Novo”

“Um documento estruturalmente muito semelhante aos que são apresentados há mais de duas décadas”

“Objectivos macro-económicos fixados ad-hoc, sem fundamentação adequada, aparecendo mais como um rol de desejos do que estimativas de impactos”.

“Convergência real ao sabor do acaso”

“O PMP deveria reflectir uma abordagem mais agressiva que a tradicional que, podendo ter sido a indicada num determinado período, (para recuperar o atraso secular ditado pelo abandono e isolamento dos Açores), não terá actualmente tanta justificação...”

“O PMP deveria apresentar um novo modelo de desenvolvimento que possibilitasse aos Açores aproximarem-se de níveis de bem-estar mais elevados e descerem no ranking das regiões mais pobres no seio da União Europeia”

“Os Açores precisam de mais”



Estas são afirmações públicas de diferentes especialistas convidados a pronunciarem-se publicamente sobre o Plano de Médio Prazo e o Plano de 2001, agora em discussão nesta Assembleia.

Declarações com as quais concordamos.

Receios que partilhamos.

Preocupações que os principais parceiros sociais, (Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, Federação Agrícola dos Açores e Quercus, entre outros) transmitiram também de forma objectiva.

Segundo a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores e passo a citar: “A presente proposta de PMP não constitui, como seria legítimo esperar, um instrumento relevante na definição e na prossecução de uma política de desenvolvimento sustentada, numa perspectiva de dinamização e fortalecimento das empresas regionais.

A desejada aposta na economia e nas empresas não se encontra materializada na nova proposta, a não ser em termos de definição estratégica, não se registando, uma vez mais, correspondência entre as políticas e as dotações adequadas e necessárias para os sectores reprodutivos assumirem o papel decisivo que devem ter numa economia forte, geradora de riqueza e capaz de promover o desenvolvimento da nossa região de uma forma sustentada.” Fim de citação.

Palavras duras, mas fundamentadas e autorizadas, da principal instituição representativa do empresariado regional.

Aliás, dos parceiros sociais com assento no Conselho de Concertação Social não recebemos um único parecer favorável e dos muitos outros contactos que fizemos, ao longo das últimas semanas, também não encontramos quem avalizasse as propostas em causa.



Facilmente se conclui que o PMP e por arrastamento o plano para 2001, não agrada a ninguém senão ao próprio governo.

Numa Região como a nossa, onde o sector público tem um peso excessivo na economia e na sociedade em geral, os documentos em apreciação assumem uma importância acrescida na medida em que condicionam toda a actividade económica.

Pela mesma razão, são também instrumentos incontornáveis na mudança deste estado de coisas, onde as orientações estratégicas e a afectação dos recursos públicos são decisivas para que se caminhe no sentido de uma maior ou menor governamentalização da sociedade.

Perante a escassez de recursos disponíveis, é fundamental saber estabelecer prioridades e fazer as opções correctas em função dos objectivos que se pretende atingir.

O desejado e necessário equilíbrio entre o sector público e o sector privado no processo de desenvolvimento sustentado da nossa economia passa por uma orientação diferente e conseqüentemente por políticas e acções distintas das consubstanciadas nestes documentos.

Infelizmente não é nesta legislatura nem com este Governo que se irá alterar a política intervencionista que tem caracterizado a sua acção.

O modelo de desenvolvimento tradicional, tão criticado pelos actuais responsáveis, no tempo em que era inevitável apostar nas infraestruturas, mantém-se bem patente neste PMP, sem que se dê sinais claros de querer apostar num modelo inovador e potenciador da iniciativa privada como principal motor da actividade económica.

A injeção de dinheiro na economia pela via da despesa pública directa não proporciona o crescimento económico desejado e sobretudo não garante sustentabilidade desse crescimento.



A Região Autónoma dos Açores, uma das mais pobres da Europa, com um Produto Interno Bruto per capita equivalente a 51% da média europeia tem um longo caminho a percorrer no processo de aproximação aos níveis médios europeus.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento
(Roberto Amaral): 52%!

A Oradora: Não é por o Governo investir muito que a economia cresce muito.

Basta analisar o crescimento do PIB entre 1995 e 1997 (último ano disponível), para se ver que assim é.

O que é necessário é potenciar os efeitos multiplicadores do investimento e isso só é possível com a participação activa e directa dos cidadãos através das suas organizações empresariais e produtivas.

Os documentos em apreço, e com particular destaque para o PMP, não estão orientados neste sentido e não configuram uma estratégia global de valorização dos nossos recursos endógenos e de desenvolvimento económico e social sustentado.

Quando se esperava que em 2001-2004 se apostasse claramente nos sectores produtivos, verifica-se exactamente o oposto.

Os programas relacionados com a actividade produtiva da Região representam apenas 14,6% deste Plano.

As verbas afectas às Estruturas de Apoio à Actividade de Pesca (-58%), à Modernização da pesca, (-61%), ao Desenvolvimento Industrial (-24%) e ao Desenvolvimento do Comércio (-8%), relativamente aos 4 anos do período anterior.



Quanto ao volume de recursos afectos aos sistemas de incentivos, manda a verdade que se diga que se regista neste PMP um acréscimo considerável relativamente ao período anterior.

Contudo, e também em abono da verdade, temos de sublinhar que uma boa parte destas verbas (cerca de 90%, isto é, 4 milhões de contos dos 4,5 que estão previstos para 2001), são para fazer face a compromissos de anos anteriores.

Para além disso, este programa tem um peso estrutural de apenas 7,1%, o que revela a pouca importância que lhe é atribuída no contexto do investimento total, sobretudo se comparado com outros programas, designadamente o ligado à Ciência e Tecnologia que só por si tem uma dotação financeira de 7,4 milhões de contos, superior ao “Desenvolvimento do Turismo” que tem apenas 6,6..

Por melhores que sejam as intenções, temos de convir que as verbas afectas ao Turismo, para 2001-2004, não traduzem a aposta que o Governo diz querer fazer neste sector tendo em vista o desenvolvimento e a diversificação da economia regional.

Em matéria de privatizações nada de novo ou de significativo se acrescentou desde 1996, a não ser o insucesso registado na venda de direitos de subscrição do capital do BCA, comprometendo o prestígio da Instituição por incapacidade e falta de visão do governo.

Do mesmo modo, nada se fez para reduzir a intervenção directa da Região em domínios que podem e devem ser entregues à iniciativa privada.

Só a título de exemplo, refira-se que continuam previstos investimentos em “Equipamento para o Parque de Máquinas” da Secretaria Regional de obras públicas no valor de 570.000 contos.



Quem não se recorda dos compromissos assumidos pelo PS, em finais de 1996, sobre esta matéria, para que o PP aprovasse o programa e o primeiro orçamento do Governo anterior?

Deputada Alvarino Pinheiro (PP): Fomos bem enganados.

A Oradora: Quem não se recorda dos propósitos solenemente assumidos pelo mesmo Governo, em 1997, para reduzir os gastos com viaturas e instalações públicas?

Também nesta matéria, e mais uma vez a título de exemplo, saliente-se que estão orçamentadas mais verbas para edifícios públicos (1.810 mil contos) do que para o somatório dos programas relativos ao desenvolvimento industrial, desenvolvimento comercial e apoio às exportações o que é um absurdo.

Se a tudo isto acrescentarmos que para a feira de Hannover (unanimemente reconhecida como um fracasso)...

Secretário Regional da Habitação (José Contente): Só nas vossas cabeças.

A Oradora: ... aliás, deve-se dizer que a muitos quilómetros daquela cidade, estão ainda previstos 100.000 contos, a somar aos 220.000 dos anos anteriores, perfazendo a módica quantia de 320.000 contos, tudo isto sem contar com deslocações, inaugurações e outras mordomias), então o absurdo ganha dimensões de escândalo.

Tal como a expo - 2000 de Hannover, há no Plano verbas para projectos que já deviam ter terminado e há outros que deviam ter dotação orçamental e não têm ou estão insuficientemente dotados.

A construção da via alternativa de acesso à Ribeira Quente o Centro de Congressos de Ponta Delgada, o Pavilhão de Exposições, a Escola Hoteleira, o Parque de Combustíveis da Praia da Vitória e muito outros são



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

exemplos de projectos que se arrastam de promessa em promessa e de plano em plano sem verbas suficientes e sem qualquer execução material.

Na agricultura, as dificuldades não param de surgir, conduzindo este sector a uma acentuada descapitalização.

Os agricultores aguardam o pagamento de vários subsídios em atraso, reclamam mais verbas para a sanidade animal e também para a criação de melhores condições de abastecimento de água, de electricidade e de acesso às suas explorações.

(Vozes inaudíveis da bancada do PS)

Presidente: Srs. Deputados, deixem a Sra. Deputada prosseguir com a sua intervenção.

A Oradora: Estão a ficar incomodados, Sr. Presidente.

(Risos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado Clélio Meneses (PSD): Alguns mais do que outros.

A Oradora: Por incrível que pareça, a electrificação agrícola conta, em 2001, com 30 mil contos, veja bem Sr. ex-Secretário da Agricultura, o equivalente a metade da verba afecta à construção de um edifício para jardineiros no Palácio de Sant'Ana, orçado em 60 mil contos.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Que escândalo!!!

A Oradora: Em matéria de educação a situação é preocupante.

Apenas um terço das escolas previstas na Carta Escolar, estão programadas para o próximo quadriénio e mesmo assim com enormes atrasos e dotações inferiores ao necessário.



Também as verbas destinadas à formação de professores são consideradas insuficientes por todos os representantes do sector.

Na Saúde o panorama não é melhor.

O Plano de Médio Prazo apresenta um decréscimo de 5% , relativamente ao período anterior, deixando antever uma quebra de investimento num sector que atravessa grandes dificuldades de toda a ordem.

As urgências nos hospitais estão cada vez mais sobrecarregadas e a construção do Centro de Saúde de Ponta Delgada continua adiada desde 1999.

Com uma reconhecida falta de recursos humanos e materiais associada ao crescimento exponencial do respectivo défice corrente, a saúde nos Açores está em situação de pré-rotura.

A par de tudo isto existem no PMP cerca de 22% de verbas não desagregadas, o que nos leva a concluir que o documento além de dar, injustificadamente, prioridade a certos programas e projectos em detrimento de outros, peca por falta de transparência.

Os documentos em apreço apresentam prioridades inexplicáveis e um desajustamento de verbas incompreensível, devidamente evidenciados por todos os parceiros sociais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma breve referência ao orçamento.

As despesas correntes sobem 9,6% relativamente ao ano anterior, ou seja, quatro vezes mais do que a inflação e, dentro destas, as despesas com pessoal, tendo em conta grande parte da dotação provisional se destina a reforçar estas rubricas, sobem 12,7%. Os encargos com a dívida, por seu turno sobem 30%.

A máquina governativa engorda todos os dias.



Não se conhece uma única medida que tenha sido adoptada, nestes últimos anos, com vista à desburocratização da administração pública, à redução da máquina administrativa,...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Isso é por causa da equiparação das IPSS.

A Oradora: ... à racionalização de processos, à introdução de uma cultura de qualidade e de exigência. Devo acrescentar que o orçamento dos gabinetes dos Secretários Regionais sobem de 2000 para 20001, 12 milhões de contos, ou seja, um milhão de contos por mês.

Criaram-se Fundos e Institutos com competências sobrepostas a Direcções Regionais e com duplicação de encargos para a administração.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Criaram-se institutos?!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Onde é que eles estão?

A Oradora: As transferências anuais do OE e os impostos aumentaram substancialmente, entre 1996 e 2000, porém o equilíbrio das contas públicas está longe de ser atingido.

O financiamento do Orçamento da Região passa pela contracção de um empréstimo externo na ordem dos 18 milhões de contos o que elevará a dívida directa da Região para 55,6 milhões de contos, em cinco anos.

A dívida administrativa da região, incluindo Fundos e Serviços Autónomos não para de crescer, com especial destaque para a dívida da saúde.

Por sua vez, a dívida garantida, constituída pelos avales concedidos, é hoje de 15 milhões de contos, prevendo-se que passe para 22 milhões durante o ano e curso.

Como se tudo isto não bastasse, o Governo prepara-se ainda para importar as práticas de desorçamentação adoptadas pelo Governo de Lisboa, sob a



forma de “Project Finance”, que não são mais do que endividamento encapotado, que irá onerar fortemente as gerações futuras.

Todos os pareceres apresentados pelos Sindicatos, Federação Agrícola, Câmara do Comércio e Indústria, Universidade dos Açores, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Ordem dos Médicos e organizações ambientais, entre outros são contra este Plano.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): E as Câmaras Municipais?

A Oradora: Daí se conclui que os documentos em apreço não servem os patrões nem os trabalhadores.

Não correspondem aos interesses dos agricultores nem dos industriais.

Não interessam a públicos nem a privados.

Estes não são os documentos que o PSD apresentaria aos açorianos

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

A Oradora: Obrigada. Fico muito lisonjeada com as palmas da vossa bancada

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Eram palmas irónicas!

A Oradora: Termino como comecei, citando um dos pareceres dos parceiros sociais.

“Os Açores precisam de mais” e acrescento: merecem muito melhor.

Muito obrigada.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)



Deputado Vasco Cordeiro (PS): Essas palmas foram fraquinhas!

Deputada Berta Cabral (PSD): Faltaram as vossas!

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria pedir um primeiro esclarecimento à Sra. Deputada Berta Cabral e que é o seguinte: o que é que a Sra. Deputada entende por orientação ou divisão estratégica? Também gostaria de saber se as contas que fez, em termos de orientação estratégica, se limitam às apresentadas no Capítulo III, página 1 do Plano ou se teve também em conta as que se referem, e já um bocadinho mais para a frente, aos outros fundos e têm a ver com a estrutura de financiamento?

Eu pergunto, porque se assim o tivesse feito, notaria certamente que os objectivos gerais definidos pelo Governo apresentam, por exemplo, ao nível da dinamização do crescimento e da competitividade da economia regional a parcela de investimento do PMP é de 27,8%, mas se somarmos a esta os investimentos realizados pelos outros fundos, chegamos à conclusão de que estes representam 41% e é neste objectivo geral que se inclui o fomento agrícola a diversificação do sector agrícola, o turismo, os sistemas de incentivos, o comércio e toda a actividade produtiva.

Se isto não é orientação estratégica, o que é para si orientação estratégica?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É tudo menos isso.

Deputado Francisco de Sousa (PS): *Muito bem!*

A Oradora: A nível de efeitos multiplicadores, e referiu a verba excessiva que está afectada à Ciência e Tecnologia, eu penso que este é um sector que efectivamente pode produzir efeitos multiplicadores em todos os outros



sectores da actividade, incluindo o comércio, a indústria, a energia, o turismo, todos esses sectores.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

A Oradora: Eu sei que acredita na iniciativa privada e no apoio à iniciativa privada.

O investimento dos sistemas de incentivos não é representativo dessa aposta do próprio Governo na iniciativa privada? O que é isto para si?

Para já são estas as minhas questões.

Vozes das bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PS e do Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência)

Presidente: Tem a palavra, para prestar esclarecimentos, a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Andreia Cardoso:

Orientação estratégica é a forma como nós queremos que evolua o desenvolvimento económico e social duma sociedade.

A nossa visão é esta. Não é investimento directo do Governo no sectores, apesar de ter os sectores produtivos.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Afinal são investimentos produtivos. Fica registado.

A Oradora: A questão que se põe aqui é uma questão de orientação de investimentos.

Não se excite, Sr. Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Estou calmíssimo.



A Oradora: A questão que está aqui é uma questão de orientação de fundos, orientação de investimento, capacidade de aplicação desse investimento, que deve ser feito pelo sector privado e não directamente pelo sector público.

A questão que aqui está é que todo o Orçamento e todo Plano e todos os de investimentos, embora investindo em sectores, dirigem-se à sociedade ou acha que se dirigem ao umbigo do Governo?

Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus (Carlos Corvelo): Muito bem! É assim mesmo!

A Oradora: Para esses estão os tais 12 milhões dos gabinetes dos Secretários. Para esses estão as viaturas e todas as despesas correntes do orçamento.

Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus (Carlos Corvelo): Outra vez!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas essa questão já foi esclarecida pelo Sr. Subsecretário Regional.

A Oradora: Em termos de investimento há que fazer opções claras entre pôr esse dinheiro na mão da iniciativa privada para ser ela a investir ou deixar esse dinheiro na mão dos sectores públicos para serem estes a investir.

Esta é que é a questão de orientação estratégica que nós adoptamos, que nós defendemos, contrariamente àquela que está explicitada neste documento.

Este documento, embora agregue as verbas de acordo com uma terminologia que faz pensar que se está a investir nos sectores produtivos, embora adopte uma terminologia que tende pôr na dinamização da actividade económica determinadas verbas, não corresponde ao titular da



aplicação das verbas. O titular de grande parte das verbas contidas neste documento é o Governo Regional, não são as empresas privadas.

A grande diferença é esta:

O Governo Regional aplica essas verbas em investimentos públicos, na sua maioria construções que levam ao desenvolvimento sectorial, designadamente a construção civil e de outros, criando emprego nesses sectores, esse emprego não é sustentável, porque tem a ver com variações conjunturais desses sectores. Esse investimento não é reprodutivo e muito dele sai dos Açores, como muito bem sabe, porque as empresas não são açorianas. Muito desse investimento fica apenas em termos de aumento de poder de compra e não em termos de desenvolvimento e crescimento de produtividade. É esta a questão.

A questão que pôs em termos de orientação estratégica, devo dizer que a nossa orientação estratégica é que deve haver uma desgovernamentalização da sociedade açoriana. Deve haver um menor intervencionismo do Governo na sociedade açoriana. Esta é que é a questão...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): É uma questão de 20 anos!

A Oradora: ... que é indesmentível e bem patente neste documento.

Em termos de outros fundos, como sabe Sra. Deputada, os fundos extra-Plano são possibilidade de investimento, são indicações de verbas disponíveis que não passam pelo orçamento regional, não constituem compromisso de despesa pública e, portanto, estão à disposição de quem apresentar as suas candidaturas para os aplicar da forma que entender.

Aquilo que nós estamos aqui a discutir é o orçamento público e o Plano de Médio Prazo 2001/2004.

Portanto, se quiser juntar tudo tem que fazer a proporção em relação a tudo. Eu fiz a proporção como deve ser feita em relação aos documentos que nós



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

vamos aprovar aqui nesta Casa, porque não vamos aprovar intenções de investimento seja de quem for, nem fundos que estão à disposição através de outras entidades de fora da Região, porque esses ou já estão aprovados em termos de pacote ou não estão e as empresas candidatar-se-ão a elas se entenderem por bem fazê-lo.

Isto são questões meramente indicativas que não estão neste momento em discussão.

A propósito disto gostava ainda de saber as intenções do Sr. Secretário Regional das Finanças em fazer inscrever todos os investimentos no orçamento, e que em 98 dizia que apenas tinham reflexo nas contas de ordem, como é o caso de alguns projectos de empresas públicas, autarquias locais, Juntas Autónomas dos Portos, projectos novos como o cabo de fibra óptica e a geotermia, etc.. Não estão nem podiam estar. Isto foi uma afirmação de quem pensava que, na altura, se andava a esconder fundos, mas a verdade é que estes fundos não estão e não podem estar. São meramente indicativos e não fazem parte – podem fazer como anexos – integrante dos documentos que estamos aqui a discutir e a aprovar.

Esta é que é a questão e isso em nada invalida a questão de orientação estratégica, quaisquer que sejam os fundos que estejam à disposição dos chamados fundos extra-Plano. Os fundos que aqui estão devem ter uma repartição diferente, mais orientada para as empresas, mais orientada para a intervenção da sociedade civil na economia. É esta a questão principal que este Plano continua a reflectir, ou seja, um enorme intervencionismo do Governo na sociedade.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:



O facto da terminologia a que se referiu há pouco, de facto utiliza-se terminologia. Isso é certo. Agora, também é certo que quando falamos de dinamização do crescimento temos correspondência nos programas, nos projectos e nas acções do PMP para 2001/2004.

Quando eu me refiro, neste caso, à dinamização do crescimento, a Sra. Deputada sabe muito bem que este inclui 10 programas, entre eles o fomento agrícola, o apoio à transformação e comercialização de produtos agrícolas, a diversificação agrícola, o desenvolvimento florestal, mas inclui um, quanto a mim fundamental, que é o programa 10 – Sistema de Incentivos, mas não era por aí que eu queria ir.

Deputada Berta Cabral (PSD): Nós estamos a falar de coisas diferentes. Por amor de Deus, não confundam!

A Oradora: Penso que é importante a terminologia para sabermos o que é que está incluído e o investimento para onde é que se direcciona e por aqui podemos obviamente chegar lá, mas quando refere que os outros fundos são um indicativo, pois todo o Plano é um documento indicativo, não é um documento coercivo. Portanto, relativamente a isto tanto são indicativos os outros fundos como o próprio Plano. Se fossemos entrar por aí então não chegávamos a conclusão nenhuma.

O que nos interessa é que, de facto, designadamente ao nível do fomento agrícola, para além dos cerca de 13 milhões de contos de investimento do Plano, temos a acrescer cerca de 24 milhões de outro fundo. São muito significativas estas verbas, daí que eu tenha falado nelas e penso que devemos todos reflectir sobre elas, senão estamos a enganarmos a nós próprios e a quem nos ouve e acho que não chegamos a conclusão nenhuma por essa via.

Obrigado.



Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus.

Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus (*Carlos Corvelo*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada Berta Cabral: Parece que eu tive a falar para o boneco.

(Risos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado Victor Cruz (*PSD*): Não. Estava a falar para o Partido Socialista.

O Orador: A sua interpretação e a leitura que faz da Região continua a ser minimalista, porque sabe muito bem que as condições de insularidade, de ultraperifericidade a que nós somos sujeitos, sabe muito bem que os sobrecustos de investimento, que as economias de escala permanentemente manifestadas em todos os investimentos, que o elevadíssimo risco do investimento privado nos novos micro-mercados desta Região não possibilitam que a iniciativa privada...

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Há 20 anos atrás era assim!

O Orador: ... construa matadouros, faça promoção turística sem pedir auxílio ao Governo, construa caminhos rurais e agrícolas, compre rebocadores e gruas para os portos. Portanto, querem privatizar o lucro e tornar público o que dá prejuízo.



O que eu lhe pergunto é que num quadro e numa realidade destas como é que a Sra. prevê que se possam colmatar os défices de desenvolvimento e como é que prevê que o nosso território possa constituir uma externalidade para as empresas.

Voices dos Srs. Deputados João Ponte e Hernâni Jorge (PS): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Vieira.

Deputado Cabral Vieira (PS): Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Berta Cabral:

No seu texto disse que o endividamento da Região ascenderia a 18 milhões de contos.

Eu também vi aqui no quadro um número, mas além de olhar para o número eu li o texto e 12 milhões desse montante referem-se apenas a uma operação de reestruturação e de gestão da dívida pública para as operações sempre convenientes quando daí resulta uma revisão da carga dos juros a pagar sobre os empréstimos contraídos.

Portanto, relativamente a isso, e para quem estiver menos atento ao número que apontou, até parece que o ano passado os empréstimos foram de 5 milhões e que este ano passam para 18 milhões e não subtrai os tais 12 milhões. Efectivamente o endividamento da Região será de 6 milhões de contos, ou seja, mais um milhão de contos do que o ano passado. Isto é o endividamento previsto.

Relativamente ao dinheiro gasto na Região e que sai para o exterior e os efeitos multiplicadores, nós aqui teríamos uma grande história, porque, como eu disse na minha intervenção, importa distinguir duas coisas, pelo menos do ponto de vista da estrutura económica é importante que se faça isso entre aquilo que é o curto prazo e aquilo que é o longo prazo. Não que



isto seja demasiado importante. Eu sei que são palavras, mas é importante e quero dizer que é através das palavras que a gente se entende e é através das palavras que a gente se desentende e por vezes interessa clarificar o que é que está em causa.

O conceito de crescimento económico, não é um conceito de curto prazo, é um conceito de médio e longo prazo.

Obviamente que numa Região pequena como os Açores, e acontece em todas regiões, os recursos são gastos em investimento, ou seja, um montante financeiro sai para o exterior.

Mas uma coisa é também verdade: a capacidade produtiva, e essa é que importa, instalada na Região, seja ao nível de capital físico, seja ao nível do capital humano, que irá potenciar o crescimento da Região, esse fica. Portanto, penso que o que está aqui não é só uma questão de efeito multiplicador, porque nós sabemos que uma parte desses recursos saem da Região, o que está aqui é uma questão de aumentos de expansão da capacidade produtiva. Acho que são duas coisas bastante diferentes e que interessa clarificar.

Eu sei que em determinada altura se pensava que o aumento da despesa pública, na chamada perspectiva queneziana, aumentava o rendimento da Região, isso não é necessariamente verdade e nós vimos aos longo de muitos anos que a capacidade produtiva da Região não se terá expandido como deveria.

Portanto, o que interessa aqui é o investimento em infraestruturas e essas estão claras, estão no Plano. O investimento em capital humano também é claro e está no Plano.



Estamos a fazer uma avaliação a jusante. Daqui a alguns anos temos hipótese de fazer uma avaliação mais realista. Penso que os números não irão enganar nessa altura.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, Sra. Deputada Andreia Cardoso, voltamos ao mesmo assunto.

É uma questão de orientação estratégica, é uma questão de opções de quem executa ou não executa o investimento. Ser o Governo a injectar directamente ou não o dinheiro na economia, é ele o dono das obras, o dono do investimento, o dono do dispêndio das verbas que estão à disposição da Região.

Outra situação completamente distinta é haver um maior equilíbrio entre quem executa uma parte e quem executa outra. Essa é que é a orientação estratégica que nos distingue.

Sr. Deputado Cabral Vieira, e deixo o Sr. Subsecretário para o final, a capacidade produtiva pode estar a aumentar, mas cuidado porque ela pode não ser sustentável.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O problema agora já não é aumentar!

A Oradora: Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o Sr. não sabe do que é que eu estou a falar...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Que coincidência!

(Risos das bancadas do PS e do Governo)



Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus (*Carlos Corvelo*): Há muita gente aqui que não sabe do que é que está a falar.

A Oradora: ... e aí respondo-lhe como o Sr. Deputado Francisco de Sousa: “daquilo que não sabe não se meta”. São palavra do Deputado Francisco de Sousa. Citei.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Fica-lhe muito bem. Continue assim que vai arranjar muitos amigos.

A Oradora: Já estou em idade de que os amigos que eu tenho, tenho e os que não tenho já não os vou arranjar. Tenho muitos e esses chegam.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Olhe a arrogância.

A Oradora: Pois é, mas eu ainda estou muito longe da arrogância apresentada pelo Partido Socialista. Ainda estou muito longe dessa.

Sr. Deputado Cabral Vieira, capacidade produtiva para crescer tem que ser sustentável, caso contrário estamos também a falar de curto prazo.

Sr. Subsecretário Regional, já ouvi falar em concessionário de serviços, já ouvi falar em estabelecer contratos programa, já ouvi falar em privatizar, já ouvi falar em ceder património mediante determinadas contrapartidas.

Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus (*Carlos Corvelo*) Não sabe do que está a falar. Eu falei de investimento e não de funcionamento.

A Oradora: Quer que eu lhe diga inúmeras formas de transferir para a iniciativa privada. Pois vou ler-lhe um relatório feito pelo Governo Regional, do Partido Socialista, em 1997 sobre as privatizações, relatório esse que nunca mais foi editado, foi apenas este, a que se referiu o artigo 10º. do Decreto Legislativo Regional n.º 9/A/97/A, e que diz o seguinte:

“A privatização da EDA deverá concretizar-se ainda no decurso do presente mandato do Governo.



A SATA, o início da privatização desta empresa deverá ocorrer após o concurso público para a exploração do transporte aéreo – e já vamos para o segundo – entre os Açores e o Continente Português, o qual deverá ocorrer em 1998” e por aqui fora estão muitas outras tais como a TRANSMACOR, a LOTAÇOR, etc..

Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus (*Carlos Corvelo*) Continue.

A Oradora: Não posso, porque já me deram um papel a dizer-me que já gastei 38 minutos.

(Vozes inaudíveis das bancadas do PS e do Governo)

A Oradora: Vou continuar, porque quero chegar ao fim.

Paralelamente a esta questão das privatizações e da sua alienação está a ser desenvolvido um estudo de trabalho com a finalidade de proceder à identificação dos serviços assegurados pelo sector público administrativo regional para serem transferidos e prestados por sectores públicos, privados e cooperativos.

Após a definição da metodologia de trabalho, foi efectuado, por sectores do Governo, um levantamento daqueles serviços, foram definidas áreas de possível intervenção designadamente cantinas, bares, escolas, hospitais, centros de saúde, matadouros, casas de matança, serviço de classificação de leite, lavandarias, etc..

Presidente: Sra. Deputada, eu peço que abrevie, pois o seu tempo já terminou.



A Oradora: Na sequência destes resultados serão desenvolvidas algumas experiências piloto visando melhorar o conhecimento existente em matéria de reacções e comportamentos dos utentes.

Entretanto passaram 3 ou 4 anos, o que é que fizeram?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional.

Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus (*Carlos Corvelo*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu só queria que a Sra. Deputada me dissesse se sabe qual é a diferença entre investimento e funcionamento das infraestruturas?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (*PSD*): Naturalmente que sei, Sr. Subsecretário.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Ricardo Rodrigues*): Não parece.

Presidente: Srs. Deputados, o debate está animado. Ainda bem, mas peço-vos que procurem respeitar o tempo para esclarecimentos.

Pata uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (*PP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Um Plano não pode ser um mero enunciado de intenções, mais ou menos realisticamente quantificado sem qualquer correspondência temporal. Pelo contrário. O elemento fundamental de avaliação dum Plano é exactamente, a par do realismo da programação financeira, o rigor da calendarização temporal.

Por muito nobres que sejam os objectivos dum executivo, quando não existe um mínimo de compatibilidade daqueles com a capacidade de execução, não há metas que resistam.



Por isso, a principal falha dos Governos Socialistas tem residido precisamente a este nível, embora estes Governos e os que o antecederam tenham disfarçado as suas incapacidades, privilegiando as chamadas boas execuções financeiras das verbas orçamentadas para Investimento.

Porém é óbvio que não se pode confundir capacidade de gastar dinheiro com capacidade de execução dum Plano.

Para a avaliação da boa governação, importa ter presente a execução material do Plano, seja ele anual ou quadrienal.

Nessa perspectiva os sucessivos desvios da governação, face aos seus propósitos estabelecidos nos diversos Planos, têm sido a nota predominante dos executivos do PS.

Resta-nos a dúvida se estamos perante um problema de incapacidade técnica e ou política, ou se estamos apenas perante uma repudiável postura ética, que leva à consciente inscrição de projectos e acções nos Planos anuais e quadrienais, sem qualquer possibilidade prática de virem a ser executados.

Neste segundo caso estamos claramente perante uma situação que configura uma fraude política, que visa sistematicamente iludir os destinatários dos respectivos projectos e acções, que na prática são as populações das diferentes Ilhas e as suas instituições representativas.

Importa denunciar este tipo de irresponsável atitude governativa, que acaba por envolver directamente a credibilidade da própria Assembleia Legislativa Regional, que ao aprovar, de boa fé, os documentos dos Planos Governamentais, fica co-responsável pelos mesmos e obrigada a zelar pela eficaz execução daqueles.

Ora, neste particular, o que se verifica é um crescente descrédito das populações açorianas nos Planos apresentados pelos Governos Regionais



do PS, cuja concretização de muitos dos projectos e acções previstas não ocorrem no período determinado, havendo casos em que passam de um Plano de Médio Prazo para o outro.

São inúmeros os exemplos deste tipo de situações, nos diversos sectores e nas diferentes Ilhas da Região.

Para não ser fastidioso, vou enumerar alguns casos que se têm verificado no meu círculo eleitoral, a Ilha Terceira, e que por isso são do meu conhecimento quotidiano.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Na minha rua!

O Orador: Nessa perspectiva o Plano de Médio Prazo e o Plano para 2001, do Governo Regional do PS, no que diz respeito à minha rua, ao meu concelho, à minha ilha, ao interesse daqueles que votaram em mim e oxalá não se arrependam dos votos que deram maioritariamente a outros 6 que dizem aqui representá-los e vamos ver se o zelo e o empenho que colocam, é o mesmo que colocavam quando eram deputados da oposição...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não tenha dúvida!

O Orador: ...e faziam aqui, a custo, lentamente (a gasóleo) a defesa dos projectos da sua ilha.

Ora, é exactamente desses projectos que os Srs. Deputados do Partido Socialista, os mais antigos, alguns que quando cá estavam durante anos e anos atacaram os governos e os planos do PSD, pelo facto deles serem sistematicamente adiados, eu hoje, para infelicidade daqueles que aqui nos colocaram, vou ter possibilidade de citar esses mesmos projectos e se tiverem memória e paciência para ouvir, lá chegaremos.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Paciência há pouca!

O Orador: Desde logo, nos primeiros dois anos, os Planos limitam-se, quanto aos projectos mais significativos, no geral, a dar andamento a



acções e projectos que estão em curso e que já deveriam ter terminado no mandato anterior e, por outro lado, retomam promessas que sistematicamente foram inscritas nos Orçamentos anteriores sem que a respectiva execução se tivesse iniciado.

Neste capítulo, para os Terceirenses e os Açorianos mais conscientes, este repudiável estilo de Governação Socialista na sua política do não cumprimento do anunciado e até do programado, em nada se distingue da prática dos Governos anteriores, profundamente criticados por esta Assembleia.

O caso do Matadouro Industrial da Ilha Terceira já estava previsto pelos Governos Sociais Democratas.

Entretanto passou a constituir um compromisso eleitoral do Partido Socialista, que o inscreveu no seu Plano de Médio Prazo para o concluir na Legislatura, pondo cobro aos graves prejuízos daí advenientes para a economia regional local e para a própria população, já que o actual corria sérios riscos de encerramento.

Na verdade o Governo Socialista iludiu novamente os agricultores e a economia Açoriana e Terceirenses, dotando no Plano de Médio Prazo anterior (1997-2000) o Matadouro da Terceira com 988.258 contos; vejam o requinte de chegar à unidade de milhares de escudos, estratégia que notoriamente visa dar a ideia de alguém que sabe o que está a fazer e que domina minimamente a técnica da programação. Pura ilusão!

No Plano anual para 1999 o Governo Socialista mantém a ilusão, ao inscrever no orçamento uma dotação de 193.264 contos para a construção do Matadouro da Ilha Terceira.



Claro que os Deputados do Partido Socialista, de boa fé, na altura tecem louvores ao seu Governo, dizendo que agora é que tínhamos um Governo capaz, bem diferente dos anteriores,...

Deputado Francisco Sousa (PS): Em 4 anos foi só crescer!

O Orador: ... que cumpria com as promessas inscritas no Plano de Médio Prazo.

Mas, os socialistas não desanimaram e garantem que as promessas são para se cumprir!

Vem o Plano para 2000 e o Governo Regional quer aumentar a confiança nos Açorianos e nos Terceirenses e para isso nada melhor do que também fazer crescer a dotação para o Matadouro Industrial da ilha Terceira com o apoio claro dos deputados do Partido Socialista da Terceira.

Volta a dotar o Matadouro da Terceira deste feita não com os 794.994 contos, inscritos no PMP, mas com cerca de metade, 409 mil contos. Porém este acto magnânimo do Governo Socialista não obstou a que a obra não arrancasse.

Conclusão: como se diz na "dança" a "porca comeu" um milhão de contos que estavam destinados ao Matadouro da Terceira e como o Governo Regional tem sempre execuções financeiras de 100%, alguém que não tinha projectos aprovados nos Planos Regionais lá viu a sua vidinha a andar para a frente, perante a frustração deste Parlamento e o desespero dos empresários agrícolas da Ilha, que continuam sem Matadouro, sem certificação da sua carne e sem um matadouro privado que entretanto não foi apoiado.

Deputado João Cunha (PSD): Grande razão tem essa dança!

O Orador: É óbvio que perante este fracasso da administração socialista, o próximo Plano de Médio Prazo tem que trazer para a Terceira novamente



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

uma dotação, que atinge, por estranho que pareça, apenas 325 mil contos, para um projecto que esteve para ser feito no passado por 1 milhão de contos. Entretanto a ilha fica duplamente prejudicada. Ainda não tem o Matadouro e perdeu a afectação de um verba de um milhão de contos.

Estamos assim perante uma nova versão do “milagre das rosas”.

Isto é: os socialistas vão fazer em 2001-2004 por 325 mil contos o que se propunham fazer em 1997/2000 por 988.258 contos,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): São rosas, Senhor, são rosas!

O Orador: ... o que é bem sintomático das expectativas existentes sobre o ritmo de execução que se espera para este estruturante projecto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Num Matadouro que está para ser feito nos próximos quatro anos, o Governo do PS inscreve uma dotação que corresponde a 1/3 do que estava previsto para a sua construção há quatro anos atrás e em relação ao Matadouro de S. Miguel, que já foi feito no mandato anterior e já foi inaugurado, o Governo Regional, do Partido Socialista, inscreve para o próximo Plano de Médio Prazo uma verba de 1,8 milhões de contos, que corresponde a 75% do custo total previsto no PMP anterior.

Deputado Clélio Meneses (PSD): E esta?!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O que está para ser construído tem inscritos no orçamento 325 mil contos; o que já está feito tem uma dotação de 1,8 milhões de contos.

Isto não tem ponta por onde se lhe pegue, Sr. Presidente e Srs. Deputados!

(Risos da bancada do PSD)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Será que isto corresponde a alguma lógica, a algum modelo de boa gestão, a algum sistema de planeamento, a alguma eficácia administrativa?

(Risos da bancada do PSD)

Será que isso resulta da convenção para a Nova Autonomia?

Será que não estamos perante um exemplo acabado de irracionalidade, de má gestão, de imprevisto absoluto e de irresponsabilidade administrativa geradoras dum enorme descrédito financeiro e político?

Se o Governo Regional do Partido Socialista está a pagar com o próximo PMP as obras que fez no PMP anterior, que crédito merecem estes documentos?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Qual PMP anterior?

O Orador: Será que já não tivemos experiências no passado com consequências bem nefastas para a nossa Região e para a própria Autonomia?

Como o Secretário Regional da Agricultura já admitiu que estes 1,8 milhões de contos inscritos no Matadouro de S. Miguel se destinam ao pagamento de compromissos já assumidos, é caso para perguntar quantos mais milhões de contos neste PMP se destinam ao pagamento de dívidas com execuções feitas no passado?

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Mal feitas!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Foi esclarecido nas Comissões.

O Orador: Sr Presidente, Srs. Deputados:

No caso, por exemplo, das infraestruturas da Educação, a situação que se vive é desastrosa e bem reveladora da incapacidade de execução deste Governo Regional do PS, decorridos mais de 4 anos do seu mandato.



Vamos aos exemplos que melhor conhecemos:

A grande reparação da Escola Francisco Ornelas da Câmara, na Praia da Vitória, estava contemplada no Plano de Médio Prazo 1997-2000 com uma dotação de 461.788 contos.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Esse PMP não valia!

O Orador: O relatório de execução de 1997 refere que se procedeu ao início do processo do concurso público.

Em 1998 os Socialistas inscreveram e fizeram aprovar, pelos seus Deputados nesta Câmara, uma dotação de 125 mil contos, criando a expectativa de que as obras iriam arrancar em força. Entretanto nada se fez. Em 1999 o Governo Regional, do PS, dá um sinal claro quanto ao objectivo de arrancar com as obras naquela Escola e aumenta a dotação para 150 mil contos. Iludindo tudo e todos acaba por também nada se fazer.

Para o ano 2000, embora tivesse baixado a dotação para 100 mil contos, perante esta Assembleia Legislativa comprometeu-se a começar as obras ainda antes do início da pré-campanha eleitoral. Nem isso cumpriu!

Estamos pois perante mais meio milhão de contos que, segundo a "dança", a "porca comeu" à Ilha Terceira,...

Deputado João Ponte (PS): Devia mandar essa porca para S. Miguel!

O Orador: ... sem que a Escola Francisco Ornelas da Câmara visse um centavo, o que deve ter dado um jeitinho a alguém, já que o Governo, como costuma anunciar, tem sempre uma execução financeira de 100%.

É evidente que quem não foi capaz de iniciar em quatro anos a execução que se propunha, tem que inscrever de novo para os próximos quatro anos o projecto da grande reparação daquela Escola. Agora com 2 milhões de contos.



Só que, por incrível que pareça, nem se propõe arrancar com as obras em 2001, como havia prometido, já que não inscreveu qualquer dotação para o presente ano.

Outro projecto regional requeitado, ainda do tempo dos Governos do PSD, diz respeito à Escola EB 2,3 + Ensino Artístico de Angra do Heroísmo, prometida também pelo Governo anterior do Partido Socialista, que a inscreveu no PMP 1997-2000 com uma verba de 708.567 contos. É o tal preciosismo do planeamento.

Acabei de ouvir nesta Câmara o Sr. Subsecretário do Planeamento afirmar que o Governo se gabava, inconsciente e irresponsavelmente, porque não fez a análise dos documentos, de ter executado na plenitude o que constava da sua Proposta de Plano de Médio Prazo.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Proposta do Plano de Médio Prazo que os Srs. chumbaram!

O Orador: E muito bem chumbada, como agora se vê, porque foi uma proposta que não foi efectivamente cumprida da forma que era exigido.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, vamos continuar a esclarecer e a chamar a atenção para as incapacidades deste Governo.

No Plano Anual de 1998 criaram-se grandes expectativas com a inscrição de 150 mil contos para a obra da Escola Secundária e Artística de Angra do Heroísmo. Nada fizeram!

Em 1999, voltando a enganar os Açorianos e os Terceirenses, o Governo e o seus Deputados tornaram a incluir no Plano uma dotação para aquela obra de 150 mil contos. Também nada se fez!

Para não fugir à regra, o Governo Socialista, o ano passado, voltou a colocar no Plano uma dotação de 250 mil contos para arrancar com a obra



da Escola, no início da pré-campanha eleitoral, como aqui foi referido. Nem isso cumpriu!

Será que isto corresponde a alguma lógica, a algum modelo de boa gestão, a algum sistema de planeamento, a alguma eficácia administrativa?

Sr. Presidente e Srs. Deputados, não será que estamos perante um exemplo acabado de irracionalidade, má gestão, improviso absoluto e irresponsabilidade administrativa geradora dum enorme descrédito financeiro e político?

Estamos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, perante uma situação em que dos 100% de execução financeira este ano há 0% de execução material.

É evidente que quem não foi capaz de iniciar em quatro anos a execução que se propunha, tem que voltar a inscrever de novo, para os próximos quatro anos seguintes, o projecto daquela Escola. Agora com 3,5 milhões de contos.

Só que, em relação a este ano de 2001, que se desenganem os Deputados. A dotação proposta é de apenas 50 mil contos. Logo não teremos o arranque da Escola nem em 2001.

Esta análise poderia ser feita para outras projectos de Construção de Escolas Secundárias, por toda esta Região fora, como é o caso da Horta que, apesar de ter estado dotado com 225 mil contos no PMP anterior, com verbas anualmente inscritas, também nada se fez.

Agora, o Governo do Partido Socialista tem o desplante de no novo Plano de Médio Prazo nada incluir para o ano de 2001. Nada incluir para 2002 e nada incluir para 2003, transcrevendo 500 mil contos para o ano de 2004, para o lançamento da 1º pedra antes das eleições. O Faial que faça cruces quanto à nova Escola Secundária.



Mas os Socialistas não revelaram apenas uma total incapacidade no arranque da construção dos grandes projectos escolares em algumas ilhas dos Açores. Também nas pequenas construções do 1º ciclo, excepto o que foi entregue às Câmaras Municipais, no âmbito da cooperação financeira, e que foi um êxito, para incompetência e incoerência total.

Vejamos o caso da Escola Básica do Porto Martins,...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Essa não passa na minha rua!

O Orador: ... prometida pelos Socialistas no início do mandato, foi esquecida durante dois anos, aparecendo de novo em 2000, com uma dotação de 5 mil contos.

Estamos perante um caso semelhante à chamada "Flor Humana", que ora aparece ora desaparece!

É um sistema de planeamento próprio da Nova Autonomia para o Novo Século, tão do agrado do sector mais fundamentalista desta maioria parlamentar.

Curiosamente o projecto da Escola do Porto Martins volta a desaparecer em 2001, para tornar a aparecer com dotação em 2002.

Esta forma de governar e de fazer planeamento parece, de facto, brincadeira de miúdos!

O mesmo se pode dizer quanto à Escola da Serra de Santiago, que estava dotada no PMP anterior, ou em relação às promessas quanto ao Porto dos Biscoitos.

Talvez não aconteça em S. Sebastião porque há-de haver um histórico capaz de sensibilizar o Governo para resolver os grandes problemas de S. Sebastião.

(Risos da bancada do PSD)



No que se refere à Escola, em 1998 o Governo Regional inscreveu uma verba de 5 mil contos, mas nada se fez!

Só por coincidência é que vieram aqui os exemplos da Educação, que tanto incomodam o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Não incomoda.

O Orador: Podia vir com os exemplos da estradas, mas lá chegaremos.

Em 1999, para variar, o Governo Socialista abandonou o projecto.

Os Srs. sabem do que é que eu estou falando? É de escolas primárias.

(Voz inaudível da bancada do PS)

O Orador: Eu sei que já não interessa, já não interessa a escola. Isso foi no ciclo anterior.

Em 2000, relativamente à dita escola, o Governo volta a lembrar-se e torna a inscrever o mesmo montante de 5 mil contos.

Deputado Francisco de Sousa (PS): É chapa 5!

O Orador: É chapa 5 mil contos.

Como nada fez no mandato anterior, os socialistas, com o apoio dos incondicionais e fervorosos deputados, recomeçam neste PMP 2001-2004 tudo de novo, volta tudo à estaca zero, volta até a inscrever o projecto. Agora é que vai.

Porém, houve um lapso que julgo que não foi corrigido pela folha milagrosa do vírus do computador do Sr. Subsecretário, que mais uma vez se esqueceu de garantir qualquer dotação para o presente ano de 2001.

Portanto, em relação àquelas escolas, uma entra nos anos pares, a outra entre nos anos ímpares.



(Risos da bancada do PSD)

Pelo que vem do passado, já vimos que o desfasamento médio – e é um dado importante para os mais novos - entre o que o Governo Regional do PS anuncia e promete e o eventual arranque da sua execução, em regra, são quatro anos. Façam as contas, mas em média para esses projectos são 4 anos.

Continuemos no sector da Educação e vamos verificar que todas as grandes promessas inovadoras do Partido Socialista para este novo mandato, em matéria de construções Escolares anunciadas, com pompa e circunstância, durante a campanha eleitoral e propagandeadas pela tentacular máquina informativa do Governo Regional do PS, não encontram nenhuma tradução credível neste PMP. E repito: Pela tentacular máquina informativo do Governo Regional do PS.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Mais um instrumento para pagar.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Televisão que o Sr. paga agora 130 mil contos.

O Orador: Isso já foi. Agora já não conta. Já lá vai o tempo.

Oxalá que ainda restem jornalistas fora do controle governamental

Senão vejamos:

Quer a Construção da EB 2,3 do Ramo Grande, quer a Construção da EB 2,3 de São Sebastião, - aí está uma que S. Sebastião não a protegeu - quer a Construção da EB 2,3 do Livramento, quer a Construção da Escola Secundária de Vila Franca do Campo, quer a Construção da EB 2,3 das Velas, quer a Construção da Escola Secundária Geral Básica da Horta, não



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

têm qualquer verba inscrita no Plano de 2001, nem no Plano de 2002, nem no Plano de 2003. Só a poucos meses da eleições de 2004 é que vão aparecer 900 mil contos para estas seis construções escolares de grande importância e urgência para o nosso sistema escolar. Estamos entendidos.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Quer queiramos quer não, é evidente que já estamos perante mais seis promessas requeitadas para a próxima Legislatura e para o respectivo Plano de Médio Prazo 2005-2008.

Mas também no campo das obras públicas podemos prosseguir esta constatação de que, em muitos aspectos, este Governo Regional do PS se propõe voltar a fazer em 2001-2004, aquilo que se comprometeu a fazer nos últimos quatro anos.

Voltemos por exemplo à análise dos principais projectos que na área das estradas estão previstos para a Ilha Terceira onde o baixo grau de execução neste sector também tem sido alarmante.

Os socialistas, à total semelhança de situações do anteriores, nestes últimos 4 anos foram entretendo os Terceirenses com o avanço, a ritmo de caracol, da estrada Lajes - Santa Bárbara e da via rápida Angra/Praia.

Na construção de novos troços, em 1998, dos 2,2 milhões de contos para os Açores, foram apenas gastos naquela ilha 229 mil contos, cerca de 10%.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Para 9 ilhas, 10% está bem bom!

O Orador: Espero que os deputados eleitos pela Terceira concordem com essa sua posição.

Em 1999, dos 2,05 milhões de contos gastos os Açores, foram apenas utilizados 270 mil contos na Terceira.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Para 2000 manteve-se a inaceitável disparidade neste tipo de verbas, cabendo àquela Ilha, num conjunto de 1,5 milhões, 0,1, isto é, cerca de 8%. Foi esta a consideração que o PS e o seu Governo Regional tiveram para com aquela Ilha e para com aquela população.

Mas vejamos o grau de eficácia do planeamento regional em matéria rodoviária:

A ligação da via rápida ao Porto da Praia, foi inscrita em 1997 no Plano Regional, por iniciativa do Partido Popular e aprovada também com os votos dos Deputados do Partido Socialista.

Naquele ano de 1997 nada foi feito.

Durante 1998 e 1999 também nada foi feito.

No ano 2000 e a pensarem na pré-campanha eleitoral, lá inscreveram 50 mil contos. Prometeram faixas de rodagem. Tiraram faixas de rodagem, mas, na prática, voltaram a nada fazer!

É evidente que quem não foi capaz de iniciar em quatro anos a execução que se propunha, tem que inscrever no novo PMP o mesmo projecto, o projecto da conclusão da via rápida Angra/Praia.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, por incrível que possa parecer, não existe qualquer verba para este projecto no Plano para 2001!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não é para fazer em 2001!

Deputada Berta Cabral (PSD): O melhor é rasgar este Plano!

O Orador: Moral da história: - como diz o Sr. Deputado e muito bem, não é para fazer em 2001 - o Governo Regional comprometeu-se a arrancar com o troço da ligação da via rápida em 1997.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Já está pronta há muito tempo.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Orador: Enganou a Assembleia Legislativa Regional, incluindo os seus próprios Deputados; enganou o povo dos Açores, e só sete anos mais tarde, isto é, em 2003, se propõe avançar efectivamente com aquele projecto, quando grande parte da restante via já se encontra em elevado estado de degradação.

Será que isto corresponde a alguma lógica, a algum modelo de boa gestão, a algum sistema de planeamento, a alguma eficácia administrativa, a alguma seriedade política?

É bem verdade que os Governos do PSD foram duramente criticados pelo facto de irem fazendo a via - rápida ao ritmo de 1 Km por ano. Mas que dizer agora, Sr. Presidente, deste Governo dos Socialistas que não consegue, ou não quer, avançar com a referida via rápida a mais de 500 metros por ano? Quando os Srs. gostam de comparar a sua acção com a acção do PSD, é dramático, quando o PSD andou naquela via a 1 km por ano, os Srs. não passam dos 500 metros por ano. É uma tristeza!

(Risos da bancada do PSD)

(Voz inaudível do Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos)

O Orador: Tivemos agora consciência de que o Sr. Secretário das Obras Públicas está da sala. Ainda bem que é bom lembrar-lhe algumas. Vamos a elas, Sr. Secretário:

A reabilitação e pavimentação da Estrada Silveira - Cruz das Cinco (6-2a), como o Sr. gosta de dizer, tinha 60 mil em 1999. O Sr. nada fez. A 6-2ª tinha em 2000 uma dotação de 150 mil contos. O Sr. não foi capaz de fazer alguma coisa. A 6-2ª desaparece em 2001, desaparece em 2002. É o tal



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

fenómeno da “flor humana”, e reaparece em 2003, com apenas 25 mil contos. Sr. Secretário, reveja as folhas do computador. Isso está tudo enganado.

Vamos a mais:

A reabilitação da Estrada 1-1a Cruz das Cinco-Silveira,...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Isso é um carnaval!

O Orador: É, de facto. É triste!

Mas vamos a outra, para abreviar:

A Serretinha, que os Srs. Deputados bem conhecem, tinha uma dotação de 60 mil contos em 99. Nada se fez, Sr. Secretário.

A Serretinha tinha 2000 contos postos pelo Governo do PS, que anda, de facto, a brincar aos Planos

Isto é a prova evidente de que quando nós ouvimos as macro-análises feitas aqui pela macro-estrutura e depois caímos na realidade, isto é pior do que o império do Carlinhos Papagaio. Os Srs. lembrem-se dele.

(Risos da bancada do PSD)

Com estes amigos estamos pior que no tempo do império do Carlinhos Papagaio, muito pior.

Vamos à estrada da Serretinha:

(Vozes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Eu continuo quando os Srs. deixarem.

Eu sei que isto é doloroso, mas têm mais para ouvir.



Voltando à estrada da Serretinha, tinham 100 mil contos no ano de 2000 e nada fizeram. É óbvio que também passou para este PMP com três anos de atraso, o seguinte:

O troço Lajes - Santa Bárbara, agora encontra uma nova componente, porque já têm vergonha de pôr no Plano Lajes-Santa Bárbara, agora é Serreta - Santa Bárbara, com 45 mil contos em 2000. Foi mais uma situação de fracasso da política rodoviária do Governo Regional em matéria de ritmo de execução, em matéria de cumprimento do prometido. Claro que também vem no novo PMP.

Finalmente o troço Lajes - Praia teve uma dotação de 50 mil contos em 2000, mas não arrancou, nada fizeram....

Deputado João Cunha (PSD): Mas gastaram o dinheiro!

O Orador: Quando se esperava que naturalmente surgisse bem dotado no primeiro ano deste novo PMP, o Governo Regional, do PS, inscreve uma verba ponderadíssima de 10 mil contos. Em 2002, com um desvio novamente de três anos, é que aparece uma dotação de 150 mil contos. Será que os restantes Srs. Deputados, os dos Açores em geral e os 10 dessa ilha, em particular, têm noção disso?

Até na estrada do Pico Gordo - Altares, que estava dotada com 120 mil contos para arrancar em 2000, acabou por nada se fazer, passando naturalmente para este ano de 2001. O que é que os Srs. andaram a fazer durante estes anos neste domínio?

Deputado João Cunha (PSD): A gastar o dinheiro!

O Orador: Para o primeiro ano do PMP nada existe programado para a estrada do Cabrito, que se encontra em péssimo estado e o trajecto S. Sebastião - Barraca, continua sem dotação no PMP.



Está assim demonstrado que o panorama da actuação deste Governo Regional do PS, em matéria de reabilitação da rede rodoviária, também foi de molde a desacreditar totalmente a sua capacidade de programação.

Aliás, idêntico exercício poderia ser feito para outras zonas e ilhas da Região. Obviamente fiz mais em relação à minha ilha onde me é particularmente mais acessível fazê-lo, mas espero bem que outros Srs. Deputados, e estou crente que isso vai acontecer, vão demonstrar aqui, ilha a ilha, o panorama lastimoso da acção governativa neste domínio.

Mas há áreas como o económico em que se constata-se também a ausência duma política de valorização, de dinamização, de infraestruturas, para as quais havia um compromisso, como é o caso do Porto da Praia da Vitória, bem como a persistência na sua não dotação em equipamentos básicos, já nem me refiro ao rebocador que vem com 4 anos de atraso e que afecta a sua operacionalidade e o crescimento do Turismo da Ilha.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Já foi adjudicado!

O Orador: O que eu quero significar é que estas coisas se vão fazer. Os Srs. têm 200 milhões de contos no seu conjunto e um Plano com uma dotação expansionista.

Como eu já disse aqui, gastar é fácil. Agora o que se verifica, e como comprovadamente aqui se vê, é que não há nenhuma correspondência entre aquilo que se propõe fazer, entre os compromissos assumidos perante esta Assembleia, perante os Srs. Deputados e aquilo que fazem depois. É essa incapacidade que tem que ser revista sob pena, repito, de pôr em causa a credibilidade do Parlamento, a credibilidade da própria Autonomia.

Deputado Francisco de Sousa (*PS*): O rebocador vai chegar!

O Orador: O rebocador vai chegar. Ora, o que mais faltava era que o Sr. Deputado Francisco de Sousa dissesse aqui que não autorizava que ele fosse para lá. Era o



Agora, fazer em 2002 e 2003 o que era para fazer em 2007, isto é que é lamentável

Tudo isto passa agora para o novo PMP, sem honra, Srs. Deputados, e sem glória!

De nada nos serve o reconhecimento feito por Carlos César sobre o efectivo esquecimento de algumas ilhas no passado e no caso concreto da Terceira, quando ele e o seu Governo continuam a prosseguir uma política de esvaziamento daquela comunidade e que tem consequências e impactos que vão desde os horários da SATA Air Açores, quer no plano interno, quer nas ligações com o continente americano.

No passado, tal como agora, mais do que as promessas, falharam as obras e a prática política.

Não se trata dos volumes globais de investimento previsto, trata-se da incapacidade de execução.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Numa breve análise ao Orçamento Regional para 2001, importa desde logo referir que as receitas fiscais previstas apresentam bom ritmo de crescimento, o que confirma a perspectiva de que a redução dos impostos em vigor nos Açores não impediu o crescimento das receitas fiscais próprias da Região.

Por seu turno as despesas correntes inscritas no Orçamento continuam a crescer a uma taxa bem superior à da inflação. Efectivamente crescem 7% em relação ao orçamento revisto do ano anterior; mas se compararmos com o valor inicialmente orçamentado, a subida já é de 15%. É óbvio que os aumentos das pensões e dos complementos de remuneração não explicam estes valores.



Aliás, desde que o PS chegou ao Governo Regional, constata-se que, entre 1996 e 2001, as despesas correntes passaram de 62,6 milhões de contos para 94,4 milhões. Isto é: um aumento de 51%, correspondente a um acréscimo de 32 milhões de contos em 5 anos de governação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como eu noto que o Sr. Secretário das Finanças e o Governo gostam, de facto, de fazer comparações com governações anteriores, nomeadamente no período em que a governação anterior foi, efectivamente, menos conseguida, eu segui a orientação do Partido Socialista, foi a única matéria em que eu segui essa orientação, e fui ver nos últimos 5 anos de governação do PSD como é que tinham evoluído as despesas correntes respectivamente, vejam, Srs. Deputados, o que se constatou:

Entre 1991 e 1996, as despesas correntes subiram de 41,1 para 62,6 milhões de contos, isto no tempo do PSD, o que corresponde a um crescimento de 52%,...

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento
(Roberto Amaral): A preços correntes.

O Orador: Tal como a vossa.

... para uma subida de 21,5 milhões de contos, numa altura em que a taxa de inflação era bem maior do que agora, o que penaliza a sua situação, Sr. Secretário. Se o PSD nos últimos 5 anos que foram os 5 anos em que a situação do orçamento regional sofreu o maior desequilíbrio, teve um crescimento das despesas correntes de 52% com uma taxa de inflação elevado, o Sr. no mesmo período de tempo tem um crescimento de 51% com uma taxa de inflação menos de metade da outra. Isto é de pôr as mãos à cabeça!



Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento

(Roberto Amaral): O Sr. está a contemplar os aumentos das pensões de reforma e dos complementos ou não?

O Orador: Isto num parágrafo põe por terra o vosso enquadramento e a perspectiva do equilíbrio orçamental e do controle da despesa corrente. Isto é uma ilusão que não corresponde à realidade. Os Srs. estão a caminhar para uma situação de derrapagem, para uma situação de desequilíbrio, para uma situação preocupante.

Felizmente que os aumentos das pensões foram feitos.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento

(Roberto Amaral): Mas não estão aqui.

O Orador: Estão aqui, estão muito bem e devia estar mais. Devia estar um aumento maior.

Eu vou explicar, Sr. Presidente:

O aumento das pensões devia ser maior.

(Voz inaudíveis do Sr. Deputado Vasco Cordeiro)

O Orador: O Sr. exerça disciplina sobre o seu Grupo Parlamentar que isso já se resolve.

Já que a questão foi colocada, tem que ser esclarecida aqui.

Os Srs. atribuem todos os males da situação orçamental da Região àquele magro aumento das pensões de reforma.

Quero dizer aos Srs. Deputados, olhos nos olhos, que para nós, Partido Popular, o aumento devia ser maior. Todos sabem isso. Devia ser de 1.500\$00 mensais. Agora a nossa opção não é só fazer crescer. Nós temos alternativa e vou dizer-lhe qual é:



Deputado Dionísio de Sousa (PS): Tem está aí na tribuna!

O Orador: O Sr. Deputado Dionísio de Sousa acabou de apoiar uma política governamental que atribui 250 mil contos a 11 jogadores de futebol.

Deputado Francisco de Sousa (PS): É mentira!

O Orador: Os Srs. apoiam a entrega de 250 mil contos a 11 jogadores de futebol. A alternativa é mesmo essa. 250 mil contos dá para pagar pensões a 18.940 pensionistas dos Açores a 1500\$00 por mês. Façam as contas. A nossa alternativa é esta: entre entregar 250 mil contos a 11 jogadores de futebol que vem 10 meses à Região, nós preferíamos, se fôssemos governo, pegar nesse dinheiro e entregá-lo a 18.940 pensionistas. Aqui está a diferença entre o PP e o Partido Socialista. Aqui é que está a diferença.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Uma outra matéria que deve ser vista aqui, envolve o sector da saúde.

É do domínio público que o Serviço Regional de Saúde já reconheceu, pelo menos, uma dívida de cerca de 12 milhões de contos.

Ora, sabendo-se que as despesas do sector estão em perfeito descontrolo, Sra. Secretária, como se explica que as dotações orçamentais para aquele serviço só cresçam genericamente neste orçamento 3,9%?

Este Governo do PS está a proceder, sob o ponto de vista financeiro, em relação ao sector da Saúde, exactamente da mesma forma como o Governo do PSD que o antecedeu, e que, por isso, tantas e fundamentadas críticas sofreu.

Deputado Victor Cruz (PSD): Está a fazer pior!

Deputada Berta Cabral (PSD): Está tudo esquecido!



O Orador: Certamente por isso não será necessário o Partido Popular recomendar a este Governo do PS o que deve fazer. Não vai ser necessário. Nós só lamentamos é que os Socialistas se tenham esquecido das receitas que propuseram ao PSD na altura nesta Assembleia, porque, Sr. Presidente, a doença não é a mesma, a doença agora é bem pior.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): *Muito bem!*

O Orador: O PS teve grande preocupação, no início da anterior legislatura, de avaliar as dívidas que herdava do Sector da Saúde. Os Srs. lembram-se? Já que apreendeu, espero que seja mais fácil encontrar agora uma solução para o seu caso.

Só nos resta uma dúvida:...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): É que haja saúde!

O Orador: ... é que o Secretário que tinha a tutela do sector do 1º Governo do PS, comprometeu-se perante esta Assembleia a liquidar essa dívida em dois ou três anos. Sr. Secretário Álamo Menezes, o Sr. lembra-se? Como neste momento a dívida representa quase ou mais do dobro da dívida herdada, como é que a actual Secretária pensa vir a pagá-la, se para o efeito não consegue introduzir verbas no Orçamento?

Eu só tenho pena é de não estar hoje aqui a questionar o Secretário Álamo de Menezes, mas se há coisa que ele sempre revelou foi esperteza nesse domínio e ele cavou enquanto era tempo. Ele pôs-se a andar e deixa agora uma pobre duma ex-colega nossa que aqui, e muito bem, na altura atacou a situação herdada do governo anterior e por capricho do destino acaba por estar hoje sentada aí sem saber o que fazer, porque V. Exa., Sra. Secretária, com todo o respeito não conseguiu sensibilizar o seu Governo para meter aqui um escudo para atenuar a dívida da saúde. V. Exa. sabe disso?! Eu também sei! V. Exa. nem conseguiu sensibilizar o seu Governo para



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

inscrever neste orçamento a verba suficiente para manter os gastos deste ano e não aumentar a dívida. Nem isso a Sra. conseguiu.

Estamos todos aqui numa armadilha em que ano a ano essa dívida vai acentuar-se, vai acumular-se e a Sra. daqui a um ano vai estar aqui numa situação, se ainda cá estiver e espero bem que sim, bem mais difícil do que aquela em que se encontra hoje que já não é nada saudável.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Está de perfeita saúde!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos acabar.

(Risos da Câmara)

Deputado João Cunha (PSD): Autêntica manifestação de alívio!

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Já não era sem tempo!

O Orador: Olhe que se os Srs. ameaçam eu continuo, porque ainda tenho tempo.

Sr. Presidente, eu vou terminar, e agradeço a atenção de V. Exa. que presumo que já passa um bocadinho da hora regimental, mas queria dizer ainda o seguinte:

Para concluir de forma muito clara e inequívoca, o entendimento do Partido Popular é que os documentos não traduzem uma programação realista, não atendem a prioridades requeridas e sugeridas por importantes parceiros e agentes económicos e sociais que no passado estiveram, é bom reconhecê-lo, inequivocamente ao lado deste Governo, até estiveram demasiado ao lado deste Governo para nosso gosto, mas como a verdade vem ao de cima eles estão a abrir os olhos e hoje estão a ir para o lugar certo.



Por outro lado, não contempla os apoios ao investimento com as dotações necessárias, - são eles que o dizem; são eles que sabem; são eles que reconhecem - não aponta minimamente para a racionalização da administração, que também já vimos, nem indicam uma vontade mínima de diminuir e equilibrar o peso do sector público na economia, não fazem as melhores opções por forma a dar sequer satisfação aos sectores mais pobres da sociedade, como sejam o exemplo dos reformados e dos pensionistas que aqui demonstramos que tínhamos medidas alternativas.

Por tudo isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de forma fundamentada, o Partido Popular vai claramente votar contra estes documentos, porque são maus.

Voices da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Eu receio que as últimas palavras do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro não se concretizem, porque o seu tempo está quase esgotado. De qualquer forma queria informar o seguinte:

Como compreendem o Sr. Deputado iniciou a sua intervenção 20 minutos antes da hora regimental e não era curial interromper a intervenção, daí termos chegado a esta hora.

Vamos interromper os nossos trabalhos e prosseguiremos às 15 horas e 30 minutos.

Ainda antes de interrompermos os nossos trabalhos pedia ao Sr. Secretário o favor de divulgar os tempos disponíveis.

Secretário: Os tempos disponíveis são os seguintes:

Governo – 258m, gastou 42m

PS – 282m, gastou 22m

PSD – 168m, gastou 42m

PP – 11m, gastou 48m



PCP – 59m, gastou 1m

Presidente: Os nossos trabalhos ficam interrompidos até às 15 horas e 30 minutos.

(Eram 13 horas e 30 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, estão reabertos os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 45 minutos)

Srs. Deputados, não é só o Governo que tem problemas informáticos, nós também tivemos e aquela carta que vos foi distribuída hoje está errada. A data do próximo plenário é no dia 8 de Maio.

Portanto, foi também uma questão informática e peço imensa desculpa e já vem nova carta corrigida para ser entregue aos Srs. Deputados.

Esclarecida esta questão do vírus, dou a palavra para uma intervenção ao Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Para interpelar a Mesa tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, gostava que me informasse se não é aberto nenhum período de inscrições para pedidos de esclarecimento.

Presidente: Com certeza, Sr. Deputado.

Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, eu devo-lhe confessar a minha dificuldade em ter acompanhado uma intervenção de 48 minutos que mais me fez



lembrar a intervenções do camarada Fidel Castro. Suponho que está a fazer uma concorrência directa com ele.

Mas, pelo que eu percebi isto, ao fim e ao cabo permitiu esvaziar metade do tempo do seu Grupo Parlamentar, mas isso não é um assunto que me diga directamente respeito.

De qualquer modo havia aqui dois ou três pequenos aspectos que eu gostaria de deixar claros.

Em primeiro lugar, este problema dos vírus está a alastrar. Como já aqui foi afirmado o Governo Regional enferma dum vírus, a Assembleia também, mas pelos vistos V. Exa. também terá algum problema no seu sistema informático, isto porque os números que o Sr. referiu nomeadamente aos investimentos que à Terceira diz respeito para o corrente ano e pegando na sua querida estrada 6-2^a, por acaso é um nome engraçadíssimo para a mesma, se verificar, a não ser que o seu sistema informático não o permita, vai identificar claramente que está inscrita uma verba no Plano para 2001 respeitante a essa estrada e a outras que V. Exa. referiu.

Mas, já que falamos em estradas esclareçamos, duma vez por todas, um assunto que de vez em quando vem à baila e que pode ser que assim nós nos entendamos. Refiro-me à questão da famosa estrada Lajes/Santa Bárbara que, convenhamos, entre 1995 e 1996 duma empreitada inicial de cerca de 585 mil contos, isso resultou a construção de 9 km, ou seja, 4,5km por ano com um custo total de aproximadamente 600 mil contos.

Entre 97 e 2000 na mesma estrada foram feitos 27km o que dá uma média de 6,8km por ano, havendo o contrato inicial de 672 mil contos e um custo final de aproximadamente 1.450 mil contos. Não se avançou mais porque pura e simplesmente atingiu 50% de trabalhos a mais do valor da empreitada e convém especificar que esse valor aconteceu devido ao facto



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

desta estrada ter sido adjudicada, como sabe, sem projecto, ou seja, cada metro ou cada km que se avançava tinha que se fazer o projecto, porque o projecto existente não contemplava escoamento de águas, valetas, nem correcção de curvas. Não previa rigorosamente nada.

Enche-se tanto a boa com a história da estrada Lajes/Santa Bárbara, mas quero deixar aqui claro que entre 95 e 96 foram construídos 4,5km e foram construídos 6,8 km, por ano, entre 97 e 2000, o que fez o total de 27 km. Quanto ao resto, a seu tempo iremos discutir.

Muito obrigado.

Presidente: Quero informar a Câmara que está presente aqui nesta Casa a turma de técnica de higiene e segurança no trabalho, 1º ano, da Escola Profissional da Horta, a quem saúdo em nome da Assembleia Legislativa Regional.

(Aplausos da Câmara)

Para esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Ouvi com alguma atenção, apesar de ser longa, a sua intervenção que fez sobre a Terceira.

Particularmente prestei atenção ao que disse sobre as escolas daquela ilha. Falou inclusivamente da Escola Francisco Ornelas da Câmara, uma escola que, de facto, esteve inscrita no Plano a Médio Prazo anterior e congratulamo-nos porque está inscrita e vai ser construída neste PMP.

Eu relembro que a Carta Escolar na página 7 diz o seguinte, referindo-se à forma de organização do modelo da rede escolar adoptado por este



Governo, nomeadamente na alínea c): “Substituição do edifício escolar que, pela sua localização ou características construtivas, não mereçam ser recuperados”. Penso que isto vem de encontro à explicação e ao esclarecimento que gostava de prestar.

O processo que se passou com esta escola foi o seguinte:

Havia uma intenção deste Governo de fazer reparações, mas quando este Governo se apercebeu de que esta recuperação, digamos assim, não seria suficiente, o que fez, e penso que fez bem, foi recuar e optar por construir uma escola nova que proporcionasse condições mais condignas aos alunos daquele concelho.

Ora, ao contrário daquilo que o Sr. tinha dito, essa escola, apesar disso, sofreu uma intervenção em 97, que permitiu que continuasse a desenvolver os seus serviços, nomeadamente ao nível de arranjos na cozinha, pintura, enfim, coisas que eram fundamentais.

Agora, julgo que não é o facto desta escola ter estado inscrita e porque surgiram simultaneamente outras prioridades, como a rede escolar do 1º ciclo daquela ilha que foi profundamente remodelada, na ordem dos 90% e que atrasaram, obviamente, processos de maior monta, o que impediu a sua concretização.

Por outro lado, fala ainda na escola de S. Carlos. Pois este processo não foi atrasado. São processos morosos, ao contrário do que nós gostaríamos e o Governo certamente gostaria que isso já tivesse sido efectuado e nós ainda mais.

Portanto, não houve aqui um atraso deliberado do Governo, ouve sim, como sabe, uma escola que tinha terrenos adquiridos para a sua construção e que teve de adquirir mais para que, de facto, se pudesse incorporar a escola na área prevista e todos esses atrasos demoraram o processo. Neste



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

momento a escola está pronta a ser adjudicada, passada a fase do concurso, sendo que as empresas que apareceram a concurso não reuniam as condições necessárias satisfatórias e o processo será adjudicado muito proximamente.

O que eu gostaria, de facto, de dizer é que os terceirenses estão preocupados com estas escolas, mas compreendem também que nós somos uma Região com dispersão geográfica que implica que por vezes também tenhamos que contemplar ilhas que estão em situação pior, como foi o caso de S. Miguel em que se teve que construir escolas de raiz como a Maia que era uma necessidade premente, uma vez que os alunos tinham que percorrer uma distância de 35 km diariamente para ir para a sua escola.

Portanto, há estas prioridades que têm que ser abalizadas e que têm que ser avaliadas e não podemos estar com essa sua perspectiva catastrófica a destruir as boas intenções dum PMP que veio a esta Câmara para ser discutido e julgo que deve ser discutido numa perspectiva de optimismo em relação ao futuro e não numa perspectiva catastrófica como aqui foi feito.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para mais esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Quando se referiu ao matadouro industrial da ilha Terceira, foi pena que não tivesse a oportunidade de estar presente na reunião da Comissão de Economia por altura da audição do Sr. Secretário da Agricultura e Pescas.

No dia 5 de Março nessa reunião o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros colocou exactamente a questão ao Sr. Secretário da Economia relativamente ao matadouro da Terceira e à situação desse processo,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

colocando também a questão da verba inscrita ser insuficiente para a realização dessa mesma obra, tendo obtido a resposta que eu passo a transmitir: “A verba inscrita representa 15% do valor do projecto, uma vez que o restante são fundos comunitários. É uma obra estimada em cerca de 2 milhões de contos e que vai ser realizada nos próximos 4 anos. Proximamente o Governo lançará o concurso dessa mesma obra.”

Era este o esclarecimento que eu gostava de prestar à Câmara.

Obrigada.

Presidente: Parecendo não haver mais pedidos de esclarecimento, dou a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Encerrado que foi o primeiro mandato de governação, da responsabilidade do Partido Socialista no sector da Agricultura, eis que se inicia o mandato seguinte, o qual, tudo o indica, virá a ser executado com a mesma transparência, o mesmo empenho e a mesma coerência do anterior.

Foi para inculcar a este Governo a responsabilidade de continuar a governar, que o povo açoriano, nomeadamente o do mundo rural onde vivem os agricultores, respondeu nas assembleias de voto, da forma que o fez : atribuindo uma vitória que não fosse objecto de qualquer dúvida, à força política que o suporta.

As manobras desestabilizadoras que alguns partidos da oposição encenaram, não foram esquecidas pela população dos Açores, lembrada que estava da época conturbada por que havia passado a sua situação sócio-económica anterior.

Já longe – mas não esquecidos – vão os tempos, em que entre os agricultores reinava a maior frustração, devido à falta de uma política de



orientação para a Agricultura, consentânea com as dificuldades existentes: eram os produtos por escoar; os largos meses com o valor do leite por receber, chegando os produtores das Ilhas do Faial, Pico e Flores a ficarem respectivamente 12, 15 e 18 meses nessa angustiante situação; os preços dos factores de produção a aumentar; a brucelose instalada; os investimentos infra-estruturais só para privilegiados, etc.

Foi toda esta situação que se alterou e até inverteu com a chegada do PS ao Governo.

Durante o mandato que findou, foi reestruturada de forma eficaz a indústria de lacticínios, investindo-se na modernização de várias fábricas e em várias ilhas, casos da UNILEITE, UNICOL e Queijaria do Corvo, processo que ainda decorre no Pico, Graciosa e Faial.

Investiu-se significativamente na diversificação de produtos, possibilitando a conquista de novos mercados.

Baixaram-se acentuadamente factores de produção como o gasóleo, a electricidade, as tarifas portuárias, apoio a fábrica de ração.

Procedeu-se à nova classificação de leite na Terceira e em S. Miguel, tendo também sido implementada pela 1ª vez em S. Jorge, num processo de melhoria da sua qualidade e consequente optimização da qualidade do queijo.

Inverteu-se totalmente o procedimento existente na construção de infra-estruturas nas explorações e no acesso a elas, aumentando-se significativamente os perímetros de desenvolvimento agrário, procurando desta forma abranger o maior número de agricultores possível. Em caminhos agrícolas, abastecimento de água e instalação de rede eléctrica, investiram-se 4,1 milhões de contos, beneficiando-se 7.587 explorações agrícolas e pecuárias.



Aprovaram-se 1.607 projectos num valor de 10.2 milhões de contos.

Formaram-se 2255 jovens empresários agrícolas.

Iniciou-se a reestruturação e modernização da rede de abate regional, tendo-se construído os matadouros de S. Miguel, Flores e Corvo, num valor superior a 3 milhões de contos, estando concluídos os projectos para os da Terceira e de Sta. Maria.

Concluiu-se o processo de candidatura de certificação da carne dos Açores. Para além da melhoria da qualidade deste produto para o consumo interno, estas acções tendem a criar condições para que as cerca de 44 mil cabeças de gado bovino que ainda são exportadas vivas da Região, possam vir a sê-lo em carcaça, se tal vier a ser mais favorável aos agricultores. Pelo menos, ficam assim criadas as condições de opção em termos de exportação de gado bovino.

Na área da viticultura lançaram-se 3 vinhos VLQPRD, e incentivou-se o aparecimento de mais uma adega cooperativa e conseqüente lançamento de dois vinhos de mesa na Região.

Na floricultura há a realçar a excelente produção de flores existente e a exportação, nomeadamente para a Holanda, o maior mercado de flores do mundo.

Em relação à floresta, arborizaram-se, de 97 a 99, 600 ha de terrenos agrícolas, construíram-se 128Km de novos caminhos rurais, realizaram-se intervenções em 780Km e repararam-se 954Km atingidos pelas calamidades.

Apoiou-se o rejuvenescimento empresarial agrícola tendo sido aprovadas até à data cerca de 1200 candidaturas à reforma antecipada e materializou-se a tão necessária ajuda à compra de terra por rendeiros e para o emparcelamento agrícola, através do SICATE.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Apoiaram-se 3.505 explorações agrícolas atingidas pelas calamidades.

Como nota final, destaque para a criação de mais de 3 mil postos de trabalho nos diversos sectores que envolvem a Agricultura.

Foram assim, respectivamente, mantidas e reforçadas as fileiras do leite e da carne; deu-se cumprimento à diversificação agrícola, e desenvolveu-se a Floresta, sempre no respeito pela paisagem e pelo meio ambiente, numa óptica de aproveitamento das condições naturais em que a agricultura se insere.

Apesar do PMP para os 4 anos anteriores não ter sido aprovado, o que causou enormes contrariedades aos empresários agrícolas que ficaram sem poder programar os seus investimentos, o Governo Regional foi executando ano após ano o que havia planeado.

Foi dado cumprimento ao estabelecido no Programa e Planos do VII Governo Regional durante o mandato de 1997/2000:

Modernizou-se a Agricultura, tornando-a mais competitiva e profissional, tendo como reflexo directo uma inegável melhoria da qualidade dos seus produtos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Iniciemos agora a análise das propostas para o segundo mandato.

A coerência que esteve subjacente às atitudes do VII Governo Regional, volta a estar em evidência quando o Partido Socialista apresenta aos açorianos um Programa Eleitoral que dá corpo ao Programa do VIII Governo e que agora se concretiza na apresentação deste PMP 2001/ 2004.

Assim, importa prosseguir na modernização e diversificação da agricultura e consolidar o desenvolvimento do mundo rural, tendo em conta valores fundamentais como as necessidades dos mercados, a qualidade dos



produtos, a segurança do consumidor e a inovação da utilização da floresta como recurso natural económico.

Os objectivos a conseguir traduzem-se na manutenção da fileira do leite e no reforço da fileira da carne como as principais da actividade agro-pecuária; na promoção da extensão rural; nas acções de ordenamento agrário e estrutura agrícola; na melhoria da comercialização dos produtos pecuários; na diversificação da produção agrícola; na redução dos custos de exploração; na garantia e segurança da qualidade dos produtos animais através da execução de planos pormenorizados de despiste de doenças; na valorização dos recursos humanos; no ordenamento das áreas florestais e na demonstração da necessidade da floresta como componente paisagística e parte integrante duma agricultura sustentada.

Para os concretizar, estão inscritos neste PMP 33.964.019cts que potenciarão a utilização de 43.268.374cts de fundos comunitários, totalizando a quantia de 77.232.393cts a investir no sector da Agricultura durante os próximos 4 anos. A verba inscrita significa um crescimento de 21% em relação ao PMP anterior, e encontra-se distribuída por quatro programas diferentes:

O Fomento-Agrícola, com cerca de 13,5 milhões de contos que representam 13,5% de aumento, que inclui os projectos relacionados com infra-estruturas agrícolas, sanidade animal e vegetal, modernização das explorações pecuárias e redução dos custos de produção.

Com este programa pretende o VIII Governo Regional desenvolver acções de construção de 55 Km de caminhos agrícolas, investir 3.800.000 contos na captação e distribuição de água, abrangendo com esta acção 12.000 ha e levar a electricidade a 40 explorações agrícolas;

De manutenção da redução dos custos de produção;



De erradicação da brucelose e de análise laboratorial EEB (Encefalopatia Espongiforme Bovina) a todos os animais abatidos com idades superiores a 30 meses;

De construção do laboratório regional de veterinária na ilha Terceira;

De incentivo a projectos de investimento que visem a modernização, a redução de custos de produção e a generalização de boas práticas agrícolas, bem como o ordenamento agrário através do emparcelamento;

O Apoio à Transformação e Comercialização dos Produtos Agro-Pecuários, com a verba de 12.822.500cts, constituindo um aumento de 37% e onde está incluída a rede de abate regional.

É pois intenção deste Governo proceder à conclusão da rede de abate nos Açores, remodelando os matadouros do Pico, Graciosa e S. Jorge e construindo os da Terceira e Santa Maria.

Pretende-se ainda desenvolver acções de classificação do leite e a regularização dos mercados agrícolas.

A Diversificação Agrícola com 3.815.000cts, mais 2,8% do que o anterior, onde se enquadram os projectos de diversificação da produção agrícola, formação e informação, e renovação e estruturação das empresas agrícolas.

As acções aqui previstas, têm por objectivo a aplicação do SICATE no apoio à compra de terra por rendeiros e para emparcelamento;

A promoção de novas culturas e incentivo à produção biológica;

Implementar a extensão rural;

Promover os produtos regionais no mercado externo;

E desenvolver acções de formação para jovens empresários. Neste Programa está incluído um projecto dedicado expressamente ao desenvolvimento da freguesia de Rabo de Peixe, na área da agricultura.



E por fim ***O Desenvolvimento Florestal*** com 3.838.700cts e um aumento de 8,6%, inclui os projectos de fomento e gestão dos recursos florestais, infra-estruturas e equipamentos florestais e uso múltiplo da floresta.

No âmbito deste programa prevê-se a concretização de acções de arborização de 1.230ha de terrenos agrícolas, a arborização de 200ha de incultos, a recuperação de 68ha de povoamento degradado e a arborização de 1.000ha.

Em relação às infra-estruturas está prevista a intervenção em 800Km de caminhos rurais, a construção de 80Km de novos caminhos e o revestimento betuminoso de 60Km.

Com um Plano desta natureza, temos a convicção de que os agricultores regionais que anseiam por melhores condições de trabalho e uma maior sustentabilidade económica da sua actividade, estarão ainda mais confiantes no rumo que a Agricultura prossegue.

Por ultimo, uma breve análise ao Plano para 2001, também no que respeita à Agricultura:

Com a dotação de 9.511.040cts e o financiamento de 11.341.110cts de fundos comunitários, o que totaliza uma verba de 20.852.150cts, ele significa uma entrada com passo firme, no PMP que acabámos de analisar, atribuindo-lhe à partida uma grande consistência.

De maior realce nos parecem no Fomento Agrícola o abastecimento de água a uma área de 2.800ha e a construção de 30Km de novos caminhos;

O reforço das organizações agrícolas, o apoio ao rendimento a 4500 explorações através das Indemnizações Compensatórias e os 740 projectos de investimento previstos, sendo 196 respeitantes à instalação de jovens agricultores.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Na sanidade animal, sobressai o propósito de erradicação da brucelose prevendo-se o abate de 700 animais com esta doença, de 400 com leucose, o abate de 3.100 animais coabitantes e o diagnóstico laboratorial EEB (Encefalopatia Espongiforme Bovina) a cerca de 15.000.

Em relação á transformação e comercialização teremos o início das obras de remodelação nos matadouros do Pico, Graciosa e S. Jorge, bem como da construção dos da Terceira e St^a. Maria.

No que respeita à diversificação agrícola e à formação, realce para as 600 candidaturas às agro ambientais e as 14 acções de formação de jovens empresários agrícolas.

A grande aposta na Floresta como componente paisagística e recurso natural económico adquire elevada importância neste Plano, prevendo-se que sejam plantados ou beneficiados 472ha. A construção de 20Km de novos caminhos rurais, o revestimento betuminoso de outros 15 e a regularização e conservação prevista em 200Km completam este quadro inovador que se pretende atribuir ao sector da Floresta.

Os agricultores não têm por isso nenhuma razão para estarem intranquilos como alguém por vezes procura fazer crer.

Têm uma linha orientadora da política agrícola para a Região. Sabem que há dinheiro para investir. Têm um Secretário que já deu provas, em curto espaço de tempo de estar ao seu lado e de merecer a sua confiança e têm um Presidente do Governo em quem se habituaram a acreditar.

Eles sabem que este Governo tudo fará pelo desenvolvimento da Agricultura nos Açores e pelo bem estar dos agricultores.

Por isso estão tranquilos.

Disse.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*



(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos mais uma vez nesta câmara, centro nevrálgico do debate político, para a análise e discussão de documentos que deveriam traçar o rumo para um desenvolvimento harmónico e assim podermos construir agora no presente, um futuro mais risonho.

Embora seja nesta data que aqui, nesta casa, são discutidos os documentos acima referidos, já foi por mim tornado público, em data achada oportuna, uma primeira análise a este Plano a Médio Prazo 2001-2004 e Plano para 2001.

Alguns socialistas, e digas-se a reboque, como é habitual, vieram muito eufóricos fazer comparações, embora essas comparações são consideradas em meu entender muito ridículas e sem qualquer cabimento, próprio de quem sofre de “miopia conveniente”.

Comparar este PMP 2001-2004 com o último PMP, apresentado há cerca de 9 anos pelo PSD, é próprio de quem não se revê nos últimos cinco anos de governação socialista, não está, nem vive o presente, e muito mais grave do que isso, não tem ele próprio perspectivas para um melhor futuro.

A prova disto é que, várias das obras, que foram promessas eleitorais, ficaram goradas, ou então pergunto, porque é que o PS, não veio publicamente regozijar-se com os documentos agora em análise?



Estes documentos agora em apreciação não correspondem de forma alguma às aspirações dos Jorgenses, nem retratam o que o Partido Socialista prometeu durante a última campanha eleitoral.

Não é este o nosso entender de como se constrói um **desenvolvimento harmónico**.

Senão vejamos:

EDUCAÇÃO:

Foi promessa do PS a construção de uma nova Escola Básica 2,3/S, nas Velas.

Estes documentos, apenas contemplam 60.000 contos para o ano de 2004. Não haverá nestes próximos quatro anos qualquer execução física desta escola.

Continuará assim uma população escolar e docente, por mais quatro anos, sem ter um edifício escolar com dignidade.

PORTOS:

Foi promessa do Partido Socialista, a construção do **Porto de Recreio das Velas** investimento em nosso entender, importantíssimo, para o desenvolvimento turístico da Ilha de São Jorge.

Tanto que é apregoado pelo PS que o turismo é um sector que tem de se desenvolver, e mais quatro anos sem que se construa o referido porto. É inadmissível !!!

Nesta proposta do PMP 2001-2004, não está inscrita qualquer verba para este investimento.

A ampliação do **Porto Comercial de São Jorge (Velas)**, mais que necessário para o desenvolvimento do sector económico da Ilha, e considerando que o existente se encontra manifestamente estrangulado com



o movimento que ali é gerado, não está previsto qualquer verba neste PMP, para mais este investimento.

Nos **portos de pesca**, a verba contemplada, de 18.600 contos, para os próximos quatro anos é para inglês ver!!! (a não ser que a se crie uma associação por cada porto ou fajã) e então aí talvez teremos obras de beneficiação em alguns dos portos como o do Topo, Norte Grande e a criação de melhores condições e espaço para os pescadores no porto das Velas, já que esta tem sido a prática em alguns casos ultimamente, ou seja, a criação de Associações!!!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

REABILITAÇÃO DE ESTRADAS REGIONAIS:

Se é verdade que existe verba contemplada para a reabilitação e correcção da ER 1-2ª Aeroporto/Urzelina, (Obra esta também já prometida há quatro anos, e que nesta data se encontra de tal forma degradada que os buracos já passaram a autênticas **crateras vulcânicas**, e continua-se sem fazer a conservação por uma questão de autentica teimosia, birra e desleixo), não é menos verdade que não há qualquer referência para a repavimentação do troço de estrada regional **Urzelina-Terreiros-Manadas**, troço este com cerca de 6,5 Kms, com a agravante de passar pela zona habitacional destas freguesias de Urzelina e Manadas.

(Voz inaudível do Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos)

O Orador: O Sr. Secretário pode inscrever-se a seguir. O Sr. tem muito tempo, eu é que não tenho.



As populações destas freguesias, não terão nos próximos quatro anos uma acessibilidade condigna.

Mais uma promessa de campanha eleitoral que não transitou para estes documentos.

TRANSPORTES AÉREOS.

Foi promessa do Partido Socialista a remodelação e beneficiação da Aerogare de São Jorge.

Nos últimos quatro anos apesar de ter alguma verba contemplada, foi o que se viu, (nem uma pequena reparação).

Para os próximos quatros anos existe uma verba de 130.000 contos, para a aerogare. Ficaremos como São Tomé: “VER PARA CRER”!

E ampliação do aeródromo?

Ficou no esquecimento?

Nem uma pequena referência sobre este assunto que é de extrema importância, tendo em conta que este aeródromo é um dos mais penalizados da Região.

Para confirmar e regra, é consultar a estatística dos voos cancelados para aquela ilha nestes últimos meses.

AGRICULTURA:

Falar de agricultura em São Jorge, é falar do sector Cooperativo Leiteiro.

Este sector recebeu um aval, não um saneamento financeiro, repito, não um saneamento financeiro, de um milhão de contos em Junho de 2000.

Este aval não foi mais do que “**um balão de oxigénio**” e não a resolução do verdadeiro problema do sector.

Nesta data o Sector Cooperativo Leiteiro de São Jorge continúa com o seu passivo por resolver.



Este passivo como é obvio, são dívidas de investimentos realizados. (infraestruturas e equipamentos).

Segundo declarações recentes do Secretário Regional da Agricultura e Pescas, algumas das Cooperativas de São Jorge, até poderão fechar.

Consideramos grave, esta falta de perspectiva para o futuro do sector, tendo em conta que cada uma das nossas Cooperativas tem uma importância social muito grande, em cada uma das nossas freguesias, desde logo pelos postos de trabalho que criam, e em Ilhas “**chamadas pequenas**” como é o caso da Ilha de São Jorge o emprego é uma prioridade para fixar os jovens à Ilha.

É uma forma de “**desrespeitar, desenraizar e diluir**” uma organização que ao longo de décadas tem sido a forma encontrada pelos Jorgenses, para rentabilizar o seu produto (O Queijo São Jorge).

Então o Governo anterior, que já era Socialista, porque não anunciou esta sua intenção?

Claro está, que estávamos em Junho de 2000, a 4 meses de eleições. Não era conveniente!

Como deputado do maior partido da oposição, tenho alertado ao longo destes últimos quatro anos de governação socialista, para as situações mais prementes da Ilha de São Jorge, sempre de uma forma construtiva.

Como deputado eleito pelo círculo eleitoral de São Jorge, desejo que este governo, governe bem.

Embora seja esta NOVA MAIORIA MUSCULADA, que suporta este Governo Socialista, não pude deixar de trazer aqui, apenas e tão só algumas das promessas que o PS fez em campanha eleitoral e que, depois foi afectado por uma espécie de “**amnésia conveniente**”_e não as transcreveu para estes documentos.



Faço votos que, também o **vírus informático** que “comeu” cerca de 200.000 contos, segundo informação da Secretaria Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento, do passado dia 2 do corrente, não coma as restantes verbas que estão contempladas para estes próximos quatro anos., porque então aí será o descalabro total.

Os Jorgenses merecem que façamos tudo pela nossa terra.

Os Jorgenses são pessoas de palavra.

Os Jorgenses esperam que os políticos que elegeram, cumpram a sua palavra, por uma questão de honra e verdade.

Disse.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputado, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Mark Marques:

A sua intervenção resulta de um péssimo trabalho de casa.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

O Orador: O Sr. nem tão pouco soube ler os documentos, o que é lamentável.

Nas suas declarações à comunicação social diz que, por exemplo, não existe verbas para o Porto de Recreio das Velas. Não reparou que o Plano tem 640 mil contos para duas estruturas desse género, ou seja, para a Velas de S. Jorge e para as Lajes das Flores.

Deputado Mark Marques (PSD): Dê-me a página e o programa.



O Orador: Daqui a bocadinho digo-lhe qual é a página.

Sr. Deputado, gostaria que estivesse atento, porque gostaria de prestar alguns esclarecimentos na sequência da intervenção que acabou de proferir.

O Sr. Deputado fala nos portos de pesca de S. Jorge e digo-lhe que são só dois, ou seja, o porto de Topo e o porto do Norte Grande com uma verba de 18.600 contos. Mais uma prova de que não leu os documentos.

Mas há mais:

Em cima desse valor há mais cerca de 80 mil contos, porque isso representa só 5%. Não sabe ler os documentos.

O Sr. Deputado fala na reabilitação das estradas regionais de S. Jorge e fala na situação caótica em que está o troço entre Manadas-Terreiros-Urzelina, mas o que é certo é que este Governo neste mandato vai compor esse troço de estrada com a repavimentação betuminosa dessa estrada.

Falou nos transportes aéreos. O Sr. sabe que neste PMP estão lá 130 mil contos para a aerogare de S. Jorge.

Falou também nas escolas e o Sr. Deputado que tem uma filha, sabe que quando o seu partido governava, já há mais de uma dúzia de anos que não havia pintura, as caixilharias estavam a cair. Sabia que havia escolas com espeques a aguentar as coberturas e o Sr. Deputado sabe que já foi este Governo que recuperou quase todo o parque escolar do 1º Ciclo e Ensino Básico.

Deputado Mark Marques (PSD): A Câmara Municipal da Calheta!

O Orador: O Sr. sabe que este Governo tem neste PMP 800 mil contos para a Escola do Topo, 420 mil contos para a Escola da Calheta e 60 mil contos para a Escola das Velas? O Sr. também sabe que é ao nível deste manifesto eleitoral que o Projecto de instalação da Escola Básica Integrada vai ser executado? Está aqui o dinheiro para executar esses projectos.



Deputado Vasco Cordeiro (PS): É o vírus.

O Orador: O Governo disse que ia fazer a escola e vai dar o seu passo inicial na elaboração do respectivo projecto.

Deputado Mark Marques (PSD): Daqui a 4 anos!

Orador: Quando eu falo à comunicação social sobre o que é este Plano e o que foi o último Plano dos Srs., é precisamente para comparar a gestão de um governo que está agora no exercício de funções com um governo que exerceu as suas funções até 1996 e o Sr. aqui aplaudiu.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não exerceu!

O Orador: Relativamente ao investimento para S. Jorge, Sr. Deputado, a diferença é simplesmente esta: há um aumento de 300% em relação ao Plano que o Sr. aprovou aqui em 1993.

O Sr. fala no sector agrícola, fala no abastecimento de água à lavoura, e esse Plano tinha zero escudos para o abastecimento de água à lavoura e este Plano tem 106 mil contos. Tem cerca de 200 mil contos para caminhos de penetração.

Ó Sr. Deputado, relativamente a estas questões e para ficarmos esclarecidos duma vez por todas, ao nível da dinamização da actividade económica este Plano tem um aumento de 500% em relação ao último Plano que o Sr. aprovou aqui, dum governo do PSD.

Para o turismo temos aqui 395 mil contos no PMP, enquanto os Srs. tinham 33 mil contos.

Deputado Mark Marques (PSD): Já não tem. Os 200 mil contos saíram daí. O vírus comeu esse número!

O Orador: Ao nível do investimento privado os Srs. tinham 90 mil contos, nós temos 776,810 contos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Para obras escolares este PMP está dotado para S. Jorge com 1.399.800 contos. Os Srs. tinham zero escudos.

Presidente: Sr. Deputado António Gomes, lamento informá-lo que terminou o seu tempo.

O Orador: Ao nível dos transportes marítimos este PMP tem 1.840 mil contos. Os Srs. tinham simplesmente 102 mil contos.

Ao nível da habitação também temos aqui um aumento de 500% em relação ao último Plano do Governo da sua cor política.

Ao nível de infraestruturas portuárias temos aqui um aumento de 2.800%. Era só isto.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, eu agradecia que se circunscrevessem ao tempo dos esclarecimentos.

Eu já fui advertido pelos serviço de que não posso tocar aqui, senão baralha o esquema. Portanto, são 3 minutos para esclarecimentos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu vou ser breve e não vai ser preciso bater no microfone, nem dizer que acabei o meu tempo. Vou ser muito rápido.

O Sr. Deputado refere-se com certeza, quando eu na minha intervenção disse que já tinha manifestado publicamente...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Tem um papel cor de laranja!

O Orador: Por acaso é. Alguns escrevem em branco porque não têm cor, mas o meu é cor de laranja.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Diga lá se ele não é imparcial?!



O Orador: É este papel cor de laranja e muitos outros que incomodam a sua bancada e nomeadamente os dois deputados de S. Jorge.

(Vozes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Agradecia que este tempo fosse descontado, porque apartes não é barulho.

Este documento, muito claro e transparente, como é a minha maneira de ser, é um comunicado que elenca questões que o Sr. Deputado António Gomes respondeu com um comunicado, em papel branco, das tais percentagens dos 500%, do 2,800%, até estou convencido que ele calculou alguma percentagem sobre zero e tenha dado algum número, o que eu duvido.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Eu esperava que, de facto, quando disse que vinham a reboque, este comunicado foi feito no dia 19 de Março e o do PS saiu no dia 21.

Eu esperava sinceramente um esclarecimento taco a taco sobre tudo o que foi dito aqui e que vinha escrito.

O Sr. Deputado afirmou que a Escola Básica das Velas só tem 60 mil contos. Está a mentir, porque tem isto, isto e isto.

O Sr. Deputado afirmou que o Partido Socialista não ia construir o porto de recreio das Velas. Está a mentir, porque no programa tal, no projecto tal, na acção tal.

Eu esperava que o Sr. Deputado dissesse que a ampliação do aeródromo estava no programa tal, projecto tal, acção tal.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Está no Plano!



O Orador: Ó Sr. Deputado Dionísio de Sousa, eu adoro quando falo e os Srs. se irritam. É sinal de que me estão a ouvir.

Continuem, eu gosto muito e não me incomoda nada. Há coisas que não me incomodam e o barulho é uma delas.

Deputado Vasco cordeiro (PS): Não seja convencido!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado António Gomes: Vir falar em percentagens, milhões e mais milhões, quero dizer que os 185 mil contos para o turismo desaparecerem do Programa 7.1.

Deputado António Gomes (PS): Não desapareceram. Está a faltar à verdade.

O Orador: Cuidado com o vírus, não vá percorrer mais alguns programa e coma ainda mais alguma coisa.

Olhe, eu quero tirar-lhe o chapéu por uma coisa, embora baixinho, porque o Sr. Secretário está ali na outra bancada, o Sr. reconheceu, de facto, que o chamado caminho novo, ou seja, o Troço Urzelina/ Aeroporto está com autênticas crateras.

Há um mês atrás fiz um requerimento e recebi a resposta ontem em que me dizem que vai ser feita a habitual conservação.

Ó Sr. Deputado, são autênticas crateras e agradeço ter concordado comigo e já agora, se é que tem peso para isso, sensibilize a Secretaria ou a quem de direito a tapar esses buracos.

Relativamente a vir aqui anunciar milhões, eu quero fazer um pequeno exercício de memória: este Governo há 4 anos tinha 300 mil contos para o matadouro, Sr. Deputado, e um dia de manhã o então Secretário da Agricultura levantou-se e fez uma proposta de resolução e diz: já não há matadouro.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Sr. Deputado, vir aqui apresentar estes números todos é muito bonito, mas daqui a 4 anos estaremos cá para ver.

O mais grave é que quando existe um programa, um projecto ou uma acção mal dotado eu ainda lhe dou o benefício da dúvida, porque tem cinco mil contos, talvez para o ano que vem ou para o outro será dotado de mais, agora quando não vem o programa, o projecto nem a acção, como é que o Sr. Deputado quer que eu acredite naquilo que não vejo, quando eu não acredito naquilo que vejo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Silveira.

Deputado Manuel Silveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É só para dizer ao Sr. Deputado Mark Marques que o peso que falta ao António, realmente eu tenho-o.

(Risos do PS)

Também lhe quero dizer, Sr. Deputado Mark Marques, que o tempo em que o Sr. fazia, punha e dispunha sozinho já acabou.

Quero-lhe dizer ainda que nós, deputados do PS, eleitos por S. Jorge, estamos conscientes que aquilo que prometemos ao nosso eleitorado vai ser cumprido por este Governo, porque é pessoa de bem e porque nunca nos desiludiu e não vai desiludir os jorgenses.

Mais:

Quero dizer ao Sr. Deputado Mark Marques, com toda a sua organização, aquilo que disse o meu colega António Gomes tem toda a razão de existir,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

tem toda a razão e eu subscrevo por baixo, quando diz: “não soube ler o Plano”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É simplesmente para dar uma ajuda ao Sr. Deputado Mark Marques relativamente à leitura dos documentos.

Se o Sr. Deputado pegar no PMP, na página 3-18, nos investimentos da Junta Autónoma dos Portos diz o seguinte:

“Empreitada de construção dos núcleos de recreio náutico de Velas e Lajes das Flores”.

O Sr. acabou de dizer neste plenário que isto não estava no Plano e estão aqui 640 mil contos.

Deputado Mark Marques (PSD): Qual é a dotação para o porto de recreio?

O Orador: São dois núcleos idênticos. Naturalmente é dividir isso por 2. Relativamente aos portos de pesca, o Sr. corrija, porque não são 18.600 contos, são cerca de 100 mil contos para os portos de pesca de S. Jorge, porque há investimentos da LOTAÇOR. Já este ano são 400 mil contos para obras portuárias. Foi uma falha sua e, portanto, corrija essas coisas, para poder informar convenientemente, que bem merecem, os eleitores jorgenses.



Relativamente ao matadouro o Sr. ainda anda com essa fobia do matadouro. O Sr. não sabe que o matadouro está em fase de construção?

Deputado Mark Marques (PSD): Mais grave do que isso, está em fase de documento.

O Orador: O Sr. não sabe que foi assinado a consignação dos trabalhos? Não sabe que o Plano para 2001 tinha a dotação para essa obra?

Quanto ao que foi prometido pelo Partido Socialista, tenho aqui o manifesto eleitoral e o que diz relativamente à Escola das Velas é que se vai elaborar esse projecto, porque entretanto no anterior mandato este Governo já fez obras de beneficiação por forma a que aquele imóvel aguentasse mais uns anos, enquanto se dava prioridade a outras situações mais carenciadas.

Relativamente à questão do estudo de viabilidade da ampliação do aeródromo de S. Jorge, não é preciso estar aqui especificada essa questão, porque é um estudo que está aqui no manifesto eleitoral e que este Governo certamente o irá fazer.

Sobre esta matéria é o que tinha a acrescentar.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente e apenas para fazer uma abordagem em matéria de construções escolares da ilha de S. Jorge, na medida em que aqui foram produzidas afirmações que não correspondem à verdade, desde logo porque foram feitas promessas eleitorais em que foram assumidos compromissos nos Planos aprovados nesta Casa desde 1998 que ainda hoje continuam por ter qualquer execução material.



Deputado Dionísio de Sousa (PS): Desde 95!

O Orador: O projecto da escola das Velas já vem anunciado desde o ano de 1998. Diz-me agora o Sr. que no ano de 2004 é que se vai elaborar o projecto. Ele já estava no Plano de 98 e nesse mesmo ano de 98 o Plano do Governo Regional, daqueles Srs. que ali estão,...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Aqueles Srs., são o Governo!

O Orador: ... do Sr. Secretário da Educação que habitualmente quando se toca nos assuntos da sua área sai da sala, nesse ano de 98 para a Escola das Velas já se dizia: “início da empreitada”. No Ano de 2004 os Srs. ainda não terão dinheiro suficiente para pagar o projecto.

Relativamente à da Calheta, pois essa também já vem com a elaboração do projecto desde 1998. Em 1999 o Plano do Governo, os planos são vossos, não são nossos, dizia: “início da empreitada”. Em 2000 repetia: “início da empreitada” e desaparece do Plano deste ano. No próximo ano, em 2002, a verba que lá está nem dá para pagar um quinto do projecto.

O Sr. Deputado sabe quando é que as obras dessa escola, e não é fazer uma escola nova, é apenas obras de remodelação e ampliação, devia estar concluída? Em Setembro de 2000. Em 2004, passados 8 anos de governação socialista, nenhuma dessas escolas, das obras que necessitam, estarão concluídas.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):

Precisam de obras porque os Srs. não concertavam as escolas.

O Orador: Levante-se e fale. O Sr. tem medo de falar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



Eu gostaria de prestar alguns esclarecimentos ao Sr. Deputado Joaquim Machado.

(Vozes inaudíveis entre as bancadas do PS, PSD e Governo)

Presidente: Srs. Deputados, deixem falar o Sr. Deputado que está inscrito.

O Orador: Sr. Deputado Joaquim Machado, o Sr. tem memória curta. Naturalmente já se esqueceu que quando fazia parte dum elenco governativo visitou a Escola das Velas, sabia que ela estava em significativo estado de degradação, com peças de betão a estalar por tudo o que era sítio e, de facto, era uma situação preocupante para um edifício escolar.

Não sabe, porque não se informou, que o anterior Governo do PS fez um investimento nesse imóvel de dezenas de milhares de contos para lhe dar a segurança mínima por forma que pudesse acudir a outras situações mais prementes na Região Autónoma dos Açores e ao nível do parque escolar.

O Sr. Deputado também não sabe que este Governo não fez investimento na escola da Calheta pelo facto do projecto não estar convenientemente elaborado por forma que fosse posta a concurso a respectiva obra. Foi simplesmente por essa razão que não se fizeram obras na Escola da Calheta, porque o que se pretende é fazer um investimento ao nível da recuperação daquele imóvel que sirva a comunidade escolar. Foi simplesmente por essa razão que a situação está no ponto em que está.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



Muito rapidamente para lhe dizer, Sr. Deputado, que as dezenas de milhares de contos...

Deputado António Gomes (PS): Dezenas de milhares de contos, Sr. Deputado!

O Orador: ... que o Sr. anunciou na escola das Velas eu vou-lhe dizer quais foram: em 1998, de 25 mil contos o governo regional gastou ali 549 contos, ou seja, 2,2%; no ano de 1999, de 100 mil contos, gastou 21 mil. São estas verbas as dezenas de milhares de contos.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): E o fundo escolar?

Presidente: Creio que não há mais esclarecimentos sobre S. Jorge.

Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PCP ao participar neste debate tem, legitimamente, objectivos que definiu previamente e que é importante serem clarificados.

O que está em causa neste debate e como consequência dele, não é a aprovação, reprovação, ou substituição destes documentos propostos. A correlação das forças presentes neste hemiciclo determina à partida que estes documentos irão ser, no essencial, aprovados.

Esta não é, como todos sabemos, uma situação nova, pois durante os 20 anos de poder regional do PSD foi essa, salvo um pequeno período, a situação que se viveu.

Assim sendo, que está em causa neste debate é saber, se, sim ou não, o poder regional actual está disponível para, do debate, retirar algumas



ilações que possam contribuir para reequilibrar, em termos de orientação e de opções concretas, aspectos importantes do que é proposto.

Dentro desta linha de orientação, iremos intervir, colocando questões e iremos apresentar, no momento próprio, algumas propostas de alteração que julgamos oportunas e úteis.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Finalmente!

O Orador: Dentro desta linha de actuação estamos, depois, em condições de definir uma posição final sobre estes documentos.

Convém contudo dizer desde já que os documentos apresentados nos suscitam algumas preocupações importantes que adiante explicitarei, como convém também esclarecer que, para nós, os defeitos principais destes documentos não se situam naquilo que é chamado de "intervencionismo de Estado".

A natureza insular distante e dispersa desta Região, obriga na nossa óptica, a que seja realizada uma política de investimento público que ajude a promover ritmos de desenvolvimento adequados às necessidades e que devem visar basicamente a criação de condições para o fortalecimento dos sectores produtivos essenciais e devem criar também condições para uma eficaz concretização das prestações sociais básicas nas áreas da saúde, da educação, segurança social e contribuir para a formação cultural, qualidade geral de vida e a qualidade ambiental.

As nossas principais dúvidas, críticas, preocupações sobre estas propostas centram-se realmente no plano da orientação que é imprimida aos vários sectores e é nesta área que vamos fazer incidir os nossos esforços.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Ss. Membros do Governo:



Gostaria de colocar de forma totalmente clara as dúvidas que temos, desde a aprovação do Programa de Governo, sobre aquilo que é, ou que vai ser, a política agrícola deste Governo.

O sector agrícola em geral e a agro-pecuária em especial constituem o sector produtivo para o qual esta Região tem maior aptidão. Na nossa óptica qualquer política de desenvolvimento e de convergência passa pelo aproveitamento dessa potencialidade própria. De acordo com estudos económicos recentes, o desempenho da cadeia de valor da Agricultura depende em 2/3 da rentabilidade da produção agro-pecuária e em um terço da transformação e comercialização, sendo certo que o desenvolvimento dos Açores depende em 45% do desempenho dessa Cadeia de Valor da Agricultura.

Fala-se em diversificar, fala-se em reconverter, fala-se em substituir.

A incerteza das palavras definem a flutuabilidade e pouca segurança da orientação que se quer imprimir.

Na nossa óptica há lugar à diversificação agrícola mas esse conceito, para nós, não é conflitual com a importância da agro-pecuária, da produção de leite e da produção de carne e respectivas transformações.

Pretender que outros sectores, nomeadamente o turismo sejam substitutivos da agro-pecuária, no contexto da economia regional é o mesmo que querer aceitar, sem qualquer razão objectiva, pôr de parte a principal e a maior aptidão económica regional. Encarar o turismo como uma importante actividade é absolutamente essencial, mas há que saber compreender que essa importância é, necessariamente, complementar, do peso real que as actividades produtivas têm que ter.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Como já aqui disse por várias vezes não defendemos o crescimento, nem da área nem do encabeçamento na pecuária regional, defendemos sim o completo aproveitamento da capacidade produtiva regional neste sector.

Pensamos que esse aproveitamento da capacidade produtiva instalada só será conseguido quando se modificar o limite máximo, imposto pela Comunidade para a produção de leite, pois com o encabeçamento que hoje se tem, associado ao crescimento da qualidade animal, pode-se produzir mais. Quando se produzir mais leite poder-se-à transformar mais e hoje, ao contrário do que acontecia há alguns anos, a evolução europeia do mercado consumidor é favorável a essa expansão.

Temos que ter em conta que qualquer hesitação nesta área pode marcar negativamente a evolução da economia regional por muitos anos.

Se é certo que, neste sector, as orientações estão indefinidas é também certo que os Planos apresentam soluções para a Agricultura que podem eventualmente ser caracterizadas como de continuidade, de manutenção, mas não de renovação modernização e apoio claro.

A insuficiência das verbas para caminhos e outras questões infra-estruturais; a exiguidade das verbas para reformas antecipadas; a inexistência das medidas de apoio à qualidade são reveladoras da desaceleração que o Governo resolveu fazer neste sector.

Os agricultores estão, de facto, intranquilos, todos o sabemos, por muito que possamos dizer ao contrário, e estão intranquilos porque está muito por definir.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Ss. Membros do Governo:

Procuraremos abordar outros sectores económicos e sociais ao longo do debate, mas nesta primeira intervenção é necessário deixar claro alguns outros aspectos essenciais.



Estes Planos são marcados por uma programação excessiva, muito virada para a satisfação, à partida, de certas reivindicações; estes Planos continuam muito marcados por uma insuficiente ligação entre o resultado previsível das acções e os objectivos enunciados; estes Planos seguem uma metodologia antiga que interessaria renovar muito mais.

O crescimento do investimento ao longo do quadriénio e o excessivo número de obras previstas para terem início ou projecto aprovado em 2004, o pagamento da obra já realizada com verbas deste ano, são outras tantas características, que sendo embora herança de uma prática anterior e antiga, não são abonatórias das propostas.

Áreas como a saúde, a educação, a compensação dos trabalhadores pelos custos da insalubridade e problemas concretos de diversas ilhas irão merecer a nossa atenção nestes 3 dias. Esperamos poder influenciar num bom sentido, por forma a que, para além das distorções na planificação, se possam conseguir algumas orientações mais equilibradas.

A nossa luta e acção política visa sempre contribuir para a realização de melhores políticas. Assim faremos agora.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Ss. Membros do Governo:

Pensamos e com clareza o dizemos que a prestação de determinados serviços públicos essenciais devem ser feitos por entidades ou empresas no sector publico. Concretamente não vemos qualquer vantagem regional na privatização da SATA, da EDA, ou mesmo da LOTAÇOR, que é um instrumento de intervenção num sector importante.

Apoiamos de forma inequívoca e clara a política de incentivos ao sector privado, mas pedimos garantias de que esses incentivos sejam criteriosamente concedidos e rigorosamente aplicados. Num investimento



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

de meios públicos não basta parecer que se está a fazer bem; têm mesmo que se fazer bem.

Como dissemos no debate do Programa do Governo, se o Governo quiser, mas não puder, contará com o nosso apoio; se o Governo puder, mas não quiser, contará com a nossa oposição.

Estes documentos reflectiram à partida o que o Governo pode. Esperamos, no fim do debate, poder concluir seguramente sobre o que o Governo realmente quer.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados. Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Deputado José Decq Mota versou essencialmente o tema da agricultura e por isso mesmo merece naturalmente um debate mais particular sobre as questões que levantou.

Concordo consigo e com a explanação que fez sobre o que é fundamental na agricultura. Não há dúvida nenhuma do Governo Regional de que o sector do leite e o sector da carne são e continuarão a ser as fileiras fundamentais no investimento do sector agro-pecuário.

Como V. Exa. sabe a única limitação que temos na produção do leite é a quota que nos é imposta pela Comunidade Europeia. Mesmo essa, como se recordará, lancei o repto, se calhar em desafio seu, de fazermos um debate interno nos Açores com todas as forças políticas, no sentido de eventualmente reivindicarmos todos em conjunto esse aumento da capacidade produtiva dos Açores.



Portanto, nesta matéria, Sr. Deputado, penso que existe sintonia de posições com V. Exa., ou seja, os sectores fundamentais do investimento na agricultura residem na fileira do leite e na fileira da carne. Porquê na fileira da carne? Pensamos que esse complemento vai naturalmente compensar e complementar em muitas das circunstâncias e em muitas ilhas o próprio sector leiteiro. Com o limite de quota imposta pela Comunidade, é na carne que se podem arranjar complementos de produtividade e complementos de rendimento para os agricultores.

Há aqui só duas ou três questões particulares que penso que o Sr. Deputado não verificou bem no Plano. Trata-se do apoio ao investimento que disse que não era o suficiente. Devo dizer-lhe que para a proposta do Plano 2001 essa rubrica aumenta 44%, ou seja, é das que em todo o programa agrícola aumenta mais consideravelmente. Nós entendemos que a estrutura da empresa agrícola deve ser apoiada no sentido do seu reforço e da conveniente estruturação, daí ser uma das áreas suficientemente dotadas.

Quanto à reforma antecipada, Sr. Deputado, como sabe resulta do plano de desenvolvimento rural onde está inscrita a verba de 10 milhões de contos. A reforma antecipada, e concordo consigo também, é um bom meio de fazer rejuvenescer a agricultura, mas não se esqueça que a reforma antecipada é uma medida excepcional no domínio da política agrícola comum. Esta reforma antecipada, não é uma reforma, ela é antecipada, ou seja, dos 50 aos 65 anos os lavradores podem-se reformar e, portanto, é uma medida excepcional. Como medida excepcional e na Região tendo uma dotação de 10 milhões de contos, penso que só por si é significativa. Se quiser comparar, nós temos nos Açores, como há pouco o Sr. Deputado Francisco referiu, cerca de 1.200 lavradores reformados. No Continente há 700 e tal reformados.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo está a terminar.

O Orador: Como sempre, Sr. Presidente, excedo-me no tempo.

Só para concluir, Sr. Deputado, penso que não estamos muito longe nem divergimos grandemente. De resto, não era possível divergir num sector tão importante da economia açoriana e penso que aquilo que essencialmente disse está contemplado no Plano deste Governo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Agricultura, muito obrigado pelas suas respostas.

Eu queria apenas dar um esclarecimento e também dizer que estava à espera da sua intervenção, e sei que vai ser hoje, para lhe colocar algumas questões.

De qualquer maneira o esclarecimento é o seguinte:

Eu não falei, de facto, no investimento. Falei na questão das reformas antecipadas, sabendo que há uma disponibilidade, também parece-me que há um tecto demasiado baixo, pelo menos na fase inicial do quadriénio em relação àquilo que aparece, não direi como necessidades, mas como pretensões objectivas da lavoura.

Fala-se na possibilidade duma média anual de 50 ou 650, quando levantarmos um pouco a situação, apenas nalgumas ilhas, rapidamente ultrapassamos isso e tenho a ideia que isto tem a ver com a situação objectiva e com um processo acelerado de modernização em curso na nossa agricultura e, portanto, há que não desincentivar e desacelerar, mas pelo contrário procurar acelerar.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

De qualquer maneira gostava de lhe pôr uma questão concreta: estou satisfeito com a sua resposta no que respeita ao limite da produção do leite e satisfeito por ter lembrado que é necessário discutir este problema em profundidade e sabe que pela nossa parte estamos disponíveis para essa discussão.

Gostava só de lhe pôr um problema mais de pormenor, mas também de importância dentro desta linha ou destas necessidades políticas. Trata-se das questões do contraste leiteiro. Como se sabe é um tipo de procedimento absolutamente essencial para um actual maneio, para uma actual gestão das explorações rurais em termos modernos e gostava de saber qual é a perspectiva de se poder realizar em todas as ilhas? Permita-me também concretamente perguntar isto: nesta ilha do Faial, que já teve e que agora não tem, qual é a perspectiva, de facto, de voltar a ter?

Ainda ontem tive oportunidade de falar com produtores agrícolas, jovens conhecedores e que me fizeram sentir a profunda diferença que lhes faz não ter a possibilidade de dispor desse tipo de análise regular.

Portanto, deixava esta questão ao Sr. Secretário Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relativamente à questão concreta que coloca, gostaria de lhe dizer que o Governo Regional entende que o contraste leiteiro é uma mais valia indubitável para as explorações pecuárias. Nas ilhas onde é possível transferir para as Associações Agrícolas meios técnicos para fazerem esse contraste, assim se fará. Nas ilhas onde isso não é possível, naturalmente,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

que o apoio será dado directamente pelos Serviços de Desenvolvimento Agrário de cada ilha, que têm competência para essa matéria.

Contudo, Sr. Deputado, não quero também lhe dar expectativas que não possa cumprir, ou seja, a expectativa de todas as Associações Agrícolas é que nós possamos transferir técnicos para essas associações e que o Governo Regional pague a totalidade desses técnicos. É uma modalidade que nós entendemos não ser a mais adequada.

Nós estamos naturalmente disponíveis para apoiar esse tipo de situações, de transferir essas responsabilidades, mas também entendemos que essa mais valia que se reflecte directamente nos Srs. lavradores pode ser ligeiramente comparticipada por estes. Isto é, quando uma riqueza que aparece para o devido conhecimento da exploração agrícola, para conhecer os animais, para conhecer a sua capacidade, para ter uma ideia real da exploração e que se trata duma riqueza e duma mais valia para essa mesma exploração, pensamos que cada um dos Srs. lavradores poderá participar, ainda que ligeiramente, mas para corresponsabilizar nesse processo. Sempre assim aconteceu, sempre que alguém entender que precisa dum apoio e não do pagamento integral desse serviço, nós ou transferimos a responsabilidade e apoiamos ou fazemos nós com a participação dos próprios lavradores.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, agora sem o limite dos 3 minutos de tempo.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A Assembleia Legislativa Regional propõe-se hoje apreciar e debater as propostas de Plano e Orçamento para 2001 e as propostas de Plano a Médio Prazo para o quadriénio 2001/0004, enquanto instrumentos fundamentais a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

implementação da estratégia de desenvolvimento económico e social, definida pelo VIII Governo Regional dos Açores .

Tentando, na medida do possível, seguir as regras da clareza, da correcção e da síntese, passo de imediato às questões que me trazem a esta tribuna, para realçar e reforçar a importância e a dimensão que o sector primário tem na nossa economia e na distribuição da população, quer em termos ocupacionais, quer em termos geográficos.

No que directamente diz respeito ao sector das pescas, julgo não ser de mais relembrar que servirão de pouco os nossos esforços - do Governo e da iniciativa privada - se não soubermos interpretar os sinais e respeitar as regras que nos impõe a Natureza.

É nosso dever participar activamente na luta pela preservação dos recursos piscícolas, respeitando o mar que nos rodeia e tendo sempre presente a necessidade de manter o equilíbrio ecológico, para assim garantirmos o nosso futuro.

Podemos e devemos daqui, deste recanto de Portugal, constituir um exemplo concreto de não participação na rota humana para a poluição dos mares e destruição das espécies marinhas.

Embora reconhecendo que na Região não são utilizados meios depredadores na arte de pesca, o VIII Governo Regional iniciou já um conjunto de medidas que visa a prevenção de eventuais excessos. Neste sentido e a par do reforço da fiscalização, foi determinado, internamente, o limite máximo de 1400 toneladas para a pesca do "Goraz", que é uma medida preventiva tendo em vista a gestão sustentada deste recurso.

Por outro lado, interditamos as embarcações de maior porte a pesca, dentro do limite das três milhas da costa, ao redor de cada ilha, também e fundamentalmente como forma de melhorar a gestão e a sustentabilidade



dos recursos. Recusaremos, por outro lado, até onde nos for possível, o uso na nossa zona económica exclusiva de artes depredadoras.

Só assim disporemos de autoridade moral e obteremos maior capacidade de reivindicação para pugnarmos pelo direito que nos assiste - o direito à preservação dos nossos recursos – e por um dever que é, afinal, de toda a humanidade - o dever de respeitarmos a Natureza enquanto fonte de vida.

Mas é incontestável que a gestão das pescas não se faz apenas com restrições, mesmo que elas tenham como objectivo único prevenir no presente, para não se remediar no futuro próximo. A gestão das pescas faz-se também com a prática de uma política de desenvolvimento global e sustentado, visando a construção e modernização das infraestruturas, apoiando e dignificando os pescadores e consolidando a indústria directa ou indirectamente ligada ao sector.

Não rejeitamos as responsabilidades que nos tocam, quer no que respeita à defesa dos recursos e do património, quer no dever que temos de procurar as alternativas e as melhores soluções para o progresso e desenvolvimento da actividade pesqueira nos Açores.

Neste pressuposto e com a colaboração das entidades regionais e nacionais, com competência nesta área, reforçaremos no decurso deste ano, a fiscalização dos recursos pesqueiros, aumentando em 50% o número de horas em relação ao ano de 2000.

Por seu lado, a criação da Inspeção Regional das Pescas, como organismo especificamente vocacionado para a protecção das águas dos Açores, não dispensa o reforço dos meios que lhe permitam aumentar a sua capacidade e assegurar o cabal desempenho das suas funções. E este é mais um passo a dar e mais um objectivo a conseguir.

Assim, e no seguimento das principais linhas de orientação estratégica



previamente definidas para o sector das pescas, apostamos na monitorização e modernização da frota pesqueira açoriana, procurando não só adaptá-la às novas realidades e às necessidades de valorização do produto, mas propiciando, por via disso, maior permanência no mar, naturalmente com as compensações devidas no que toca a melhores condições de segurança e de trabalho a bordo. Devo aqui registar, que existe já uma verba significativa inscrita em Plano, no sentido de facilitar o processo aos pescadores e armadores que pretendam participar nesta iniciativa de renovação. Aqui faço um parêntesis, porque vejo que genericamente das bancadas da oposição, com excepção da bancada do PCP, que o documento do PMP não foi interpretado por V. Exas. designadamente no que diz respeito à estrutura do financiamento.

Ouvi a Sra. Deputada Berta Cabral, relativamente às pescas, referir que descia consideravelmente a percentagem.

Devo confessar que a Sra. ao referir a estrutura de financiamento esqueceu duas ou três grandes linhas que são financiadoras da pesca e devo dizer-lhe que para um recurso de Plano a Médio Prazo de 1.920 mil contos, existe a nível nacional para a modernização da frota de pesca 3.161 mil contos e que isso potência um investimento comunitário de 5.947.651 contos, ou seja, para a modernização da frota existe disponível para o sector cerca de 12 milhões de contos para o próximo quadriénio.

Portanto, o Governo dispõe de todos os meios para que os Srs. pescadores possam investir nessa área. O nosso receio é que tenhamos até verba a mais neste sector.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sempre houve!

O Orador: Convém ver as fontes de financiamento para não vir aqui dizer que há uma redução substancial nas pescas. Não há, a Sra. está enganada e



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

convém que leia todo o documento para, pelo menos, aqui corrigir os seus erros.

Julgamos também de todo o interesse para a Região, e naturalmente para os pescadores e armadores, a abertura de outros mercados para os produtos não tradicionais, que nos permitam obter rendimentos superiores aqueles que actualmente retiramos dos recursos que temos a nossa disposição. Importa, por isso, estimular a cooperação com outros parceiros, nomeadamente com países africanos, nomeadamente Guiné, Angola, Cabo Verde e Moçambique, certos de que desta cooperação deverão resultar vantagens para ambos os lados.

Paralelamente, não podemos deixar de reiterar a defesa dos nossos interesses piscatórios no seio da Comunidade Europeia, por mais adversa que seja a realidade e por mais difícil que seja a negociação. O nosso exemplo de cumprimento com as regras e de compromisso responsável com o futuro, há-de traduzir-se em justiça e constituir a base de apoio de que necessitamos para fazer prevalecer os nossos pontos de vista fora de portas.

Mas a evolução deste ou de outro sector, não dispensa a formação profissional e a valorização individual de todos os intervenientes no processo. A actividade da pesca só atingirá o seu objectivo se a formação nesta área for uma realidade activa e permanente. Garantimos, por isso, o reforço da formação profissional, na criação de um centro de apoio a actividade que assegure níveis superiores de formação, e no fomento de condições para aumentar a capacidade e a qualidade de intervenção das organizações de produtores, como parceiros indispensáveis ao desenvolvimento. E é imbuído deste espírito que o VIII Governo Regional prossegue no melhoramento das infraestruturas de apoio à actividade da



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

pesca onde variadíssimos projectos já foram aprovados neste primeiro trimestre.

Neste esforço regional de investimento, onde pretendemos concluir a modernização da base industrial, adequando-a as exigências necessárias para o controlo da qualidade, temos já na sua fase terminal a definição de critérios para atribuição de um fundo salarial de apoio, de modo a compensar o pescador nos períodos de mau tempo ou de escassez de peixe, desta feita, de forma estrutural e não conjunturalmente.

Por outro lado, e para terminar no que se refere ao sector das pescas, resta-me reafirmar que o contributo da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, neste processo de desenvolvimento, que com certeza todos pretendemos contribuir, será sempre de abertura e de procura constante do equilíbrio económico e social das comunidades piscatórias, para a melhoria das suas condições de trabalho e estabilidade financeira e para elevar o grau de cooperação empresarial e o associativismo de todos os profissionais e agentes económicos do sector.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Quanto ao sector agrícola, é fundamental continuar a desenvolver as condições necessárias ao sucesso dos empresários no mercado de livre concorrência em que nos encontramos e onde a conjuntura de produção (o preço dos factores de produção, e em especial a qualidade dos produtos obtidos), constitui um conjunto determinante do seu êxito.

Relativamente aos documentos em análise e iniciando pelo PMP, verifica-se que em comparação com a proposta de PMP 97/2000 as verbas destinadas ao sector agro-pecuário sofrem um acréscimo de cerca de 13 milhões de contos, o que corresponde a um aumento de 15% a preços



constantes de 2000.

Neste caso concreto, os maiores destaques vão para os projectos de título "*Modernizar as Explorações Agro-pecuárias*", "*Apoio à Transformação e Comercialização dos Produtos Agro-pecuários*" e "*Fomento e Gestão dos Recursos Florestais*" que também a preços constantes de 2000 crescem respectivamente, 38, 45 e 85%.

Durante os próximos quatro anos serão, assim, afectos ao sector agro-pecuário cerca de 78 milhões de contos de despesa pública, conjugando verbas do PMP, PDR e do PRODESA. Em média, esta área de desenvolvimento económico da Região absorverá cerca de 20 milhões de contos em cada ano.

A aposta continuada no sector da transformação e comercialização, permitirá consolidar, a jusante, a fileira do leite e criar condições para a fixação na Região de mais valias provenientes da fileira da carne. Devo, aliás, salientar que, em conjunto com as Associações Agrícolas da Ilha de S. Miguel, iniciamos o processo de disponibilização dos terrenos do PECA, com o objectivo de transformarmos uma exploração vocacionada para a produção de leite, numa exploração directamente dirigida para a fileira da carne e para a sua certificação.

Creio que estes factos representam o exemplo que queremos dar a iniciativa privada, já que na sequência da construção do matadouro de Ponta Delgada, seguir-se-á a construção do matadouro da Ilha Terceira, cuja obra deverá iniciar-se ainda este ano, concluindo assim a Rede Regional de Abate.

Só deste modo poderemos substituir a exportação de gado vivo pela exportação da carcaça ou da carne embalada, aumentando por essa via as mais valias regionais, certificando e credibilizando a carne de origem



açoriana, como produto efectivamente genuíno e de qualidade. Desta forma as características da carne dos Açores, produzida à base de erva, poderão evidenciar-se positivamente num mercado nacional e europeu, onde a massificação da produção de bovinos tem levantado graves problemas sanitários e de saúde pública

Ainda no que respeita ao *"Apoio à Transformação e Comercialização"* verifica-se também nesta rubrica um montante de 4.695.000 contos. Este valor surge, porque as grandes áreas deste programa resultam, por um lado, do apoio a reestruturação do sector nas Ilhas Flores, Pico e S. Jorge, apoio esse que reverteu a favor dos produtores, enquanto por outro lado, é de referir a beneficiação e construção da Rede Regional de Abate e ainda a amortização de empréstimos, alguns que vêm desde o ano de 1993, que só agora se vencem e outros contraídos mais recentemente.

A existência de estruturas de abate adequadas, a criação de condições para acabamento final de engorda de grande parte dos animais nados na Região, e uma vez assegurado e implementado o processo de certificação da carne, ficam criadas as condições para que a fileira da carne se apresente como uma área de investimento economicamente viável.

A isto, ainda acresce o sistema de incentivos à extensificação, contemplado na política agrícola da União Europeia e que se ajusta de modo particular ao sistema de produção de carne predominante na Região Autónoma dos Açores.

Numa perspectiva, e apesar de serem estas as duas fileiras que sustentam e suportam a economia deste sector, promovemos a sua competitividade, noutra perspectiva, e sempre que possível, deverá potenciar-se a diferenciação e diversificação da produção, induzindo a uma maior solidez e vitalidade do sector.



A diversificação das actividades produtivas deste sector, além das produções horto-fruti-florícolas, envolverá também as culturas industriais e merecerá, por isso, a atenção do VIII Governo Regional, sobretudo no que se refere à beterraba e ao tabaco, sem esquecer a motivação necessária dos privados para a recuperação da cultura e transformação da chicória. De qualquer maneira estamos sempre a falar de valores residuais relativamente àquilo que é estruturante no sector agrícola.

Ao nível do ordenamento agrário, pretende-se adoptar uma filosofia de acção que alargue os seus benefícios e vantagens, designadamente no que se refere a caminhos e abastecimento de água, a um maior número de agricultores, de modo a promover a realização de obras nos perímetros agrários, e fora deles, em todas as ilhas e também conservando os caminhos já intervencionados.

Esta estratégia, visa abranger pelos benefícios do ordenamento agrário, o maior número possível de agricultores que, como agentes do desenvolvimento regional, decididamente perceberam e entenderam a importância destas acções, não só no que se refere à redução dos custos de produção, mas especialmente no que se refere à melhoria da qualidade do produto final.

Note-se que para abastecimento de água, caminhos e electrificação agrícola, o Plano a Médio Prazo prevê a dotação de 2,6 milhões de contos, exclusivamente no âmbito das competências do Instituto Regional de Ordenamento Agrário, que potencia uma significativa despesa pública para este fim, na ordem dos 16 milhões de contos e, em simultâneo, mantemos os investimentos em caminhos rurais a executar pela Direcção Regional dos Recursos Florestais.

Importa, ainda, fazer uma especial referência à sanidade animal, dotando-a



das verbas necessárias ao programa de erradicação da brucelose e, simultaneamente, criar um quadro desmotivador de importação de animais. Já basta os problemas sanitários que temos, dispensamos perfeitamente a importação de outros.

Na verdade, problemas sanitários como os provocados pela febre aftosa, teriam repercussões de extrema gravidade em ecossistemas tão sensíveis como o arquipélago dos Açores. Neste sentido, creio que todos temos a consciência de que se a nossa realidade atlântica nos cria constrangimentos de ordem estrutural e económica, o Oceano que nos rodeia constitui uma importante área de protecção natural, que nos evita estes e outros inconvenientes que tem assolado a Europa.

Sem querer repetir-me, o Governo Regional não pode proibir genericamente a importação de animais, todos conhecemos as imposições de um mercado livre e aberto, nomeadamente no que concerne à circulação liberalizada de pessoas e bens. Mas é nosso dever o controlo de entradas, através de um progressivo rigor nas medidas sanitárias. Por isso, o melhoramento genético pela importação de reprodutores de qualidade, deverá dar lugar ao aperfeiçoamento das raças, por via da inseminação artificial.

Com este PMP pretende-se ainda incentivar os projectos de investimento privado que visem a modernização, a redução dos custos de produção e a generalização das boas práticas agrícolas.

Quanto ao Plano, cuja execução já está em curso, e muito rapidamente, saliento apenas os *projectos "Modernizar as Explorações Agro-pecuárias", "Reduzir os Custos de Exploração Agrícola", "Transformação e Comercialização" e "Diversificação da Produção Agrícola"*, como aqueles que reflectem dotações superiores em relação ao ano 2000, com aumentos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

sempre superiores a 25%. Destaco, contudo, os Projectos 2.1, "Transformação e Comercialização" que aumenta consideravelmente pelas razões que atrás tive já oportunidade de esclarecer.

Apesar das verbas para o sector aumentarem cerca de 3 milhões de contos o que corresponde a dizer (38%) relativamente às propostas de Plano de 2000, existem, no entanto, acções que são penalizadas em favorecimento de outras. Neste sentido, acções como Infraestruturas que têm a ver com o Laboratório de Veterinária que irá ser construído, prejudica naturalmente essa área do investimento, mas temos outras acções como a "Silvicultura Ambiental e Protecção", com uma dotação inferior à proposta do ano transacto.

Porém, estas acções são por vezes compensadas no Plano plurianual, como sucede com as "Infraestruturas Veterinárias", onde o Laboratório Regional de Veterinária, na Ilha Terceira, será uma realidade durante esta legislatura. Com estes objectivos e dotações financeiras, estamos convencidos que o sector primário sai reforçado, correspondendo assim a um objectivo mais genérico do VIII Governo Regional dos Açores que é o fortalecimento dos sectores produtivos.

Muito obrigado.

(Aplausos do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

Devo dizer que ouvi com atenção toda a sua exposição e ficámos, de facto,



maravilhados com o potencial desenvolvimento que se apresenta neste Plano.

Vozes do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

Secretário da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Muito obrigado.

O Orador: Porém, quando começamos a fazer uma análise um bocadinho mais detalhada, essa ideia desvanece-se, porque verificamos, efectivamente, que há uma exiguidade de verbas nalguns programas que não permitem fazer a mudança que se esperava que este Plano fizesse.

E apontarei apenas um único programa que V. Exa. citou na sua intervenção, o Programa – Apoio à Comercialização e Transformação dos produtos agro-pecuários que, de facto, tem uma dotação de 12 milhões de contos, mas quando começamos a verificar as verbas sectoriais nesse Programa, verificamos que 50% dessas verbas são destinadas à satisfação de compromissos assumidos anteriormente. Aliás, quando ouvimos V. Exa. na Comissão de Economia e quando eu referi que estranhava a existência da rubrica “Regularização de Mercados Agrícolas”, considerando que as organizações comuns do mercado têm as seus próprios mecanismos de regularização de mercado e que não faria sentido existir regularização de mercados na Região, V. Exa. informou-me que essas verbas, creio que num montante de 4 milhões e não sei quantos mil contos, eram, de facto, destinadas a satisfazer compromissos anteriores.

Acresce ainda a verba destinada à conclusão de matadouro de S. Miguel que, já concluído, ainda absorve neste PMP uma verba de 1.800 mil contos que, para mim, é um bocadinho difícil de perceber e digo que é difícil de perceber, porque olhando para os Planos anuais anteriores, em 1998 o matadouro de S. Miguel teve uma dotação revista de 100.700 contos; em 1999, 990.700 contos; em 2000, 1 milhão de contos, todas elas com uma



execução financeira de 100%, de acordo com os documentos oficiais, o que quer dizer que o matadouro de S. Miguel já canalizou cerca de 2 milhões e 91 mil contos dos recursos da Região Autónoma. Se somarmos mais 1.800 mil contos, estamos a falar duma verba de 3.800 mil contos para uma obra, cuja adjudicação foi feita por 2.135.580 contos e que é suposto ter tido um financiamento, a fundo perdido, dos fundos estruturais que não deve ter sido inferior a 75%.

Portanto, pergunta-se quanto é que custou o matadouro de S. Miguel? Isto só para referir que, de facto, quando descontarmos a esta verba de 12 milhões, os 6 milhões de contos são para satisfação de compromissos anteriores.

(Vozes inaudíveis das bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, deixem o Sr. Deputado concluir a sua intervenção.

O Orador: Eu termino já, Sr. Presidente.

Presidente: As filas da frente não deixam o Sr. Deputado concluir a sua intervenção.

O Orador: Também me chamou a atenção a existência de uma acção sobre “Resgates de quantidade de referência”, dotada com 73 mil contos nos primeiros 3 anos deste PMP. V. Exa., Sr. Secretário, informou-nos que esta verba se destinava ao pagamento dos resgates feitos anteriormente. Entretanto sou surpreendido pelo Açoriano Oriental de hoje que nos diz: “Outro compromisso considerado importante, assumido pela Secretaria Regional da Agricultura, foi enquadrar no próximo Plano anual um resgate regional para colmatar a situação do déficite em relação à reforma”.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Portanto, pergunto se, de facto, houve uma mudança relativamente a esta questão de resgate de gestão de quotas leiteiras, que obrigaria a uma revisão das verbas inscritas neste Plano ou não?

Presidente: Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

O Orador: Eram estas as questões que queria pôr ao Sr. Secretário Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito obrigado, Sr. Presidente, por me conceder a palavra.

Eu começaria por perguntar ao Sr. Deputado por que é que acha que este Governo Regional não deve pagar os compromissos que vem assumidos do anterior?

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Eu não disse isso.

O Orador: Se fosse assim tinha sido um grande alívio para nós em 96.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Devo-lhe dizer mais:

O IAMA, onde V. Exa. foi Presidente, tem que pagar este ano uma dívida contraída em 1993, de 1.500 mil contos e eu tenho que amortizá-la. V. Exa. deve saber que ela existe.

O Sr. Deputado pergunta-me para que é que eu preciso de tanto dinheiro no apoio à transformação e comercialização? Olhe, Sr Deputado, V. Exa. uma



resposta devia saber de imediato: foi contraído no seu tempo, por si e pelo seu Instituto, um empréstimo e só aí são 500 mil contos de amortização. Como sabe foi um empréstimo a 10 anos, que teve 7 anos de carência e que se vence agora.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Tem 3 anos para pagar.

O Orador: No próximo ano são mais 500 mil contos, no outro tem que ser mais 500 mil e, portanto, só para esse empréstimo anterior são 1.500 mil contos.

Deputada Berta Cabral (PSD): E nós vamos pagar as vossas.

O Orador: Mas mais:

De facto o apoio à transformação e comercialização tem essas verbas, e eu posso citar-lhe parágrafo por parágrafo, rubrica por rubrica porque é que elas são necessárias e digo-lhe que tem a ver com pagamentos de empréstimos e juros contraídos. Um ter a ver com o seu tempo e outro tem a ver com o início do VII Governo Regional que é preciso resolver e cumprir os compromissos.

Deputada Berta Cabral (PSD): Estava dentro do plafond?

O Orador: Depois tem também a ver com várias portarias sobre classificação de leite que vão ser iniciadas em todas as ilhas e está na rubrica “Regularização de Mercados”.

Tem também a ver com a promoção da carne e a promoção de produtos agrícolas dos Açores. As verbas para este efeito estão inscritas na rubrica “Apoio à Transformação e Comercialização”.

Matadouro de Ponta Delgada:

Vamos desfazer esses equívocos de uma vez por todas, assim o espero, e façam fé de que aquilo que o Governo diz é verdade ou pelo menos que os Membros do Governo não vêm aqui inventar nada ou trazer falsas



questões.

A verba inscrita para o matadouro de Ponta Delgada corresponde a uma verba não candidatável que tem a ver com trabalhos a mais do matadouro e esses trabalhos a mais têm a ver, sobretudo, com a estação de tratamento.

(Voz inaudível do Deputado Joaquim Machado)

O Orador: O Sr. é da área da educação e sobre a agricultura a gente não se entende.

Eu explico por que é que o matadouro não está a funcionar.

(Vozes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Sr. Presidente, se não me deixam falar depois o meu tempo tem que crescer um bocadinho.

Presidente: Sr. Secretário, a Mesa tem em atenção as perturbações à sua intervenções. Pode prosseguir.

O Orador: Já ontem tive oportunidade de dizer que o matadouro de Ponta Delgada só não está a funcionar porque foi preciso e está a ser preciso abater milhares de cabeças de gado em S. Miguel, por força do Regulamento 27/77 de 2000.

As pessoas que trabalham no matadouro antigo são as mesmas que têm que ir trabalhar para o matadouro novo. Fazer a transferência do pessoal do velho para o novo implica 15 dias a 3 semanas de paralização ou de grandes dificuldades de operacionalização, daí que neste momento o Governo não pode mandar parar o antigo matadouro de Ponta Delgada para fazer essa transferência na medida em que nós temos que abater mais



alguns milhares de cabeças de gado, porque estamos a cumprir um Regulamento comunitário que é salutar para as empresas agrícolas, que tem trazido benefício aos agricultores e entre essas duas questões, dar benefício aos agricultores e fazer um capricho da oposição, nós optámos por beneficiar os agricultores.

A oposição acha que a gente ainda não tomou posse do matadouro porque ele não está pronto, ele está lá para visitarem quando quiserem. Todos os Srs. Deputados podem lá ir ver que ele está todo pronto.

Portanto, o matadouro só não está a funcionar por este motivo.

Por outro lado, Sr. Deputado, fazer aqui no Parlamento intervenções com base em notícias de jornal, basta, porque já tínhamos aqui um deputado da oposição que faz as suas intervenções com base em notícias de jornal.

Sr. Deputado, as notícias de jornal são falta de fundamento para factos políticos.

Nós já sabemos que o PSD gosta de fazer intervenções políticas com base em notícias de jornal.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É uma nota de imprensa feita pelo Sr. Secretário.

O Orador: É mentira. Não é verdade.

O resgate é aquele que está previsto e admitimos, eventualmente, se no final de 2003 houver necessidade de regularizar algum problema para os Srs. agricultores, que eventualmente possam produzir acima da quota que nós estamos autorizados, então aí sim, mas nunca é por decisão antecipada. Nós não queremos fazer mais nenhum resgate, queremos é que os Srs. lavradores produzam com qualidade e quantidade. Se for preciso e não houver outro remédio lá faremos isso.

Portanto, essa notícia não corresponde minimamente a nenhuma orientação



de política deste Governo.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque tenho que gerir muito bem o meu tempo.

Ouvi com atenção o Sr. Secretário Regional e ouvi-o em relação à política de pescas e queria apenas pedir um pequeno esclarecimento, mas que me parece que é importante, muito embora gostava de lhe dizer que no que respeita à política de pescas que está a ser esboçada e desenvolvida, grosso modo, a apreciação que nós fazemos é uma apreciação de concordância e uma apreciação convergente com as atitudes que agora o Governo está a tomar.

Embora saibamos que é uma política difícil de desenvolver, porque pretendendo-se como se pretende ter como objectivo a rentabilização do sector, tem que se ter como objectivo, como já se discutiu aqui, também a preservação dos stocks e isto cria um processo difícil de gerir e é também difícil de gerir do ponto de vista humano, do ponto de vista das pessoas, porque como se sabe a relação de trabalho predominante da pesca, é uma relação muito antiga e é uma relação de trabalho que não é cativante para a geração mais nova, porque não introduz, à partida, um grau de segurança em relação ao rendimento que as gerações mais novas aspiram, naturalmente, a ter.

Sendo assim, é importante a notícia, daquilo que o Sr. Secretário Regional chamou de “Fundo Salarial de Apoio” que tem sido chamado “Fundo de Garantia Salarial”, etc., mas como pode ter várias configurações, vários figurinos e vários modos de funcionamento, eu pedia ao Sr. Secretário o



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

favor de dar uma pista sobre qual é a ideia que o Governo está começando a desenvolver?

Reentrando na agricultura gostava de fazer uma referência à questão dos caminhos agro-silvo-pecuários que também, como se sabe, é uma área em que houve ao longo dos anos investimento regional e de certa forma também municipal, mas em que não houve, também ao longo dos anos, um cuidado de haver uma política de conservação e de manutenção adequada e hoje temos nos Açores, e penso que em todas as ilhas, centenas de quilómetros de caminhos agro-silvo-pecuários que estão muito degradados e que não podem cumprir a sua função de estrutura de apoio e redutora dos custos das explorações agrícolas.

Assim sendo, pensamos que seria necessário procurar dar um sinal no sentido de planificar melhor esta área, de que é necessário investir mais nela, gostava de saber se o Governo Regional está disposto a que possa haver um sinal nessa área?

Era só, porque não posso gastar muito tempo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer o seguinte, Sr. Secretário Regional:

Eu sei perfeitamente que foi feito um empréstimo a 10 anos, com período de carência de 7.

A única coisa que eu digo aqui é que esse empréstimo que, aliás, teve fins muitos claros, muito objectivos, que foi para fazer o reestruturamento do sector cooperativo regional, que permitiu a reestruturação da UNILEITE, permitiu a reestruturação da UNICOL, permitiu a reestruturação da



UNIQUEIJO e ainda a LACTOPICO.

Esse empréstimo obviamente que tem que ser pago, agora o que me faz uma certa confusão é que se ponham esses pagamentos, que são para fazer face a compromissos assumidos anteriormente, em rubricas do Plano que tem um conceito de acções novas. Não me surpreenderia nada se visse aqui: satisfação de compromissos anteriores e assim separávamos o trigo do joio e sabíamos o que é que eram verbas viradas para o futuro e o que eram a satisfação dos compromissos anteriores.

Quanto à questão do matadouro não estar a funcionar, Sr. Secretário, o Sr. já nos disse várias vezes e a gente gostaria muito de acreditar, mas a verdade é esta: o matadouro foi inaugurado no dia 25 de Setembro e os abates começaram a 19 de Janeiro. Houve 4 meses para treinar pessoal.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Por alguma razão não se está a trabalhar e não é por causa de pessoal, porque podia ter havido todos os cursos e toda a formação durante os 4 meses que medeiam entre a inauguração e o início dos abates da BSE.

Posto isto, gostava de perguntar ao Sr. Secretário se a obra já foi recepcionada pelo Governo Regional? Se não foi, não está pronta.

Uma última questão:

Eu não faço as minhas intervenções com base em recortes de jornal, mas vi-me confrontado com esta notícia hoje de manhã e na sequência da nossa reunião na Comissão de Economia em que o Sr. Secretário tinha dito que não ia haver resgates de quota leiteira, eu vejo aqui isto. Então eu pergunto: Foram ou não distribuídos 28 milhões de litros de leite de quota na Região? Satisfizeram-se ou não 1.500 pequenos produtores? Se eu tenho que acreditar na primeira, por que é que não hei-se acreditar na última?

Portanto, as notícias de jornal fazem-se para informar e eu estou



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

perguntando apenas, Sr. Secretário, não estou fazendo nenhuma afirmações. Eu só perguntei a V. Exa. se vai ou não haver resgate?

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Ricardo Rodrigues*): Eu já respondi.

O Orador: V. Exa. já respondeu e eu estou satisfeito.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas para esclarecimentos.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Francisco de Sousa disse em aparte, que é regimental, que o Governo inaugurou e fez esse investimento, obviamente para ganhar votos, para ganhar eleições e por isso é que estavam tantos aqui.

Deputado Mark Marques (*PSD*): Agora já está no diário.

O Orador: Portanto, na sequência deste aparte que sendo regimental também não deixará certamente de fazer parte dos diários destas das sessões e que expressa, mais ou menos, aquilo que os socialistas fizeram e pensam, mas disfarçam, eu gostaria de lhe fazer uma pergunta: dessas verbas que foram gastas, como disse o Sr. Deputado Francisco de Sousa em aparte para fazer essa campanha eleitoral, para inaugurar e ganhar votos, e que o Sr. Secretário disse que tinham sido trabalhos a mais, gostava que explicitasse melhor o que é esses trabalhos a mais, a que é que se referem e qual é o valor final da obra?

Por outro lado, em relação às pescas gostaria também de lhe perguntar, Sr. Secretário, o seguinte:

No que toca aos portos de pesca, as verbas que aqui estão previstas nos desagregados para algumas ilhas, para além de insignificantes e de algum



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

modo até ridículas, julgo que não darão para fazer grandes coisas, mas gostaria, no entanto, de lhe perguntar especificamente o que é que o Sr. Secretário está pensando fazer com 20 mil contos para portos de pesca na Graciosa? O que é que está pensando fazer com os 18.600 contos para S. Jorge? Com 14.800 contos o que é que está pensando fazer nas Flores? Portanto, o que é que está pensando fazer nestas ilhas com estas verbas? Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, eu não sei se o aparte do Sr. Deputado Francisco de Sousa ficou registado. Pode ter sido um aparte inaudível.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu partilho das preocupações do Deputado Decq Mota relativamente às questões que aqui colocou relacionadas com a pesca. Também partilho duma preocupação do Sr. Secretário e que tem a ver com o facto de, provavelmente, em termos de investimento ou em termos de frota não se vir a gastar toda a verba disponível. Não só partilho dessa preocupação, como até desejo que isso aconteça se as coisas não forem devidamente enquadradas.

Não sei se os Srs. sabem, naturalmente que o Sr. Secretário sabe e o Deputado Decq Mota sabe de certeza, que o livro verde da Comissão Europeia sobre a reforma da política comum das pescas diz claramente que nos últimos 30 anos a quantidade de pelágicos adultos em águas europeias diminuiu 90% e diz também que em 10 anos as espécies mais consumidas nesses mesmos mares reduziram-se a 50%.

Aqui nos Açores estamos numa situação em que não há sub-exploração generalizada, mas em algumas espécies essa exploração já começa a ser



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

exagerada e há também um declínio generalizado e significativo nas capturas que, apesar de terem crescido em termos de valor económico, diminuíram drasticamente em termos de qualidade.

Chegámos também a uma situação aqui nos Açores em que até o próprio palangre de fundo se está a tornar pouco rentável e porquê? Porque dada a natureza dos nossos fundos e resultado de muitos anos de esforço neste momento estão no fundo milhares de milhas de palangre e milhões de anzóis que lá continuam a degradar, a matar e a destruir os stocks. Por isso temos, efectivamente, que crescer e esta verba é importante para isso, mas não podemos crescer dirigindo esse esforço para as espécies que neste momento dirigimos, porque essas estão a ficar esgotadas.

Temos que conhecer cientificamente essas espécies, saber o que temos e dosear o esforço que sobre estas tem que recair. Só podemos e devemos crescer se dirigirmos esse esforço para novas espécies, nomeadamente para espécies de águas mais fundos. Se não for neste sentido de aumentar esse esforço para essas novas espécies de águas mais profundas, eu partilho da preocupação do Sr. Secretário, mas até desejo que realmente essas verbas não venham a ser gastas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Relativamente a questões sérias:

- “Fundo de Garantia Salarial”, o nome, de facto, não é importante, mas relativamente a este Fundo, nós internamente, nos vários departamentos do Governo Regional que com essa matéria têm a ver, já fizemos várias



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

reuniões técnicas no sentido de arranjar uma solução, como disse, estrutural e não conjuntural, ou seja, não é para ser por um ano, é para vigorar de forma consistente para as próximas temporadas e, portanto, envolvemos a Direcção Regional das Pescas por um lado e, por outro, a Direcção Regional da Solidariedade Social, porque entendemos que há aqui aspectos sociais que são relevantes nessa perspectiva e ainda a Direcção Regional do Emprego, no sentido de criarmos alternativas ocupacionais, - e há fundos próprios para essa matéria - uma vez que há períodos de paragem sazonais e nesses períodos podemos encontrar alternativas ocupacionais que trazem rendimento aos pescadores.

Portanto, são estas três Direcções Regionais que estão internamente, sob as orientações dos três Secretários Regionais e a coordenação do Sr. Presidente do Governo, a estudar e a finalizar os seus trabalhos sobre esta matéria.

Logo que internamente esse processo esteja concluído, e está para breve, naturalmente que vamos conversar depois com as organizações de produtores sobre as conclusões que chegámos, sobre as opiniões que temos e com eles acordar a forma de sustentadamente podermos contribuir com esse apoio, porque sabemos que muitas vezes os Srs. pescadores ficam em terra não é por quererem, não é por não quererem trabalhar, mas sim porque o mar os impossibilita e quem quer trabalhar e as condições não o deixam, designadamente as climatéricas, tem naturalmente que merecer a atenção do Governo Regional e isso ficará resolvido de forma definitiva.

Relativamente à proposta que faz o Partido Comunista, no sentido de investir mais em caminhos, Sr. Deputado Decq Mota, venha daí a proposta. Nós estamos disponíveis para aceitar uma proposta do Partido Comunista Português, tendo em conta as verbas destinadas ao sector da agricultura,



posso equacionar uma alteração de rubrica ou do projecto nos caminhos rurais.

Estamos abertos e isso foi dito desde o princípio. Nós não estamos aqui com os ouvidos tapados. Nós estamos disponíveis para fazer algumas alterações. Esta dos caminhos rurais parece-me ser uma óptima oportunidade para que os agricultores tenham mais caminhos nas suas explorações agrícolas.

Relativamente às perguntas que me fazem outros Srs. Deputados, nomeadamente sobre as facturas e os recibos do matadouro de Ponta Delgada, para discriminar as obras, como deve calcular eu não as trouxe Sr. Deputado Duarte de Freitas, mas prometo que quando quiser dar um passeio e passar lá pela Secretaria, naturalmente o IAMA terá essas facturas para lhe mostrar, de forma aberta, livre e transparente.

Presidente: Sr. Secretário, está no limite do seu tempo.

O Orador: Tenho pena.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para o seguinte esclarecimento:

Olhando aqui para a questão das verbas orçamentadas no projecto 5.2, isto só prova que o Sr. Deputado Duarte Freiras não olhou à estrutura de financiamento e esses 257 mil contos que aí estão orçamentados para o ano de 2001, permitirão um investimento da ordem dos 900 mil contos.

Portanto, julgo que isso significará, de certeza absoluta, muita obras.

Deputada Berta Cabral (PSD): Só em trabalhos a mais foram 800 mil!

O Orador: Quando aqui há pouco se falou dos compromissos do passado



que ainda hoje continuam a ser pagos, falou-se do saneamento e da reestruturação da UNIQUEIJO e da LACTOPICO, por exemplo, ainda há pouco o Deputado Mark Marques falou...

Deputado Mark Marques (PSD): Eu não disse isso.

O Orador: ... que o saneamento da UNIQUEIJO continua por fazer e a reestruturação da LACTOPICO deu em quê? Pagamentos em atraso 200 mil contos, correspondente a 14 meses e 100 mil contos de passivo à banca. Isto foi o resultado da vossa reestruturação.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Quero dizer só mais uma coisa:

Comparando agora também números do passado aqui na área da agricultura, o executado em 1996 nos programas da agricultura foi 4 milhões de contos, o executados em 2000 - e estamos a falar nos dois anos terminais das últimas duas legislaturas - foi superior a 7 milhões de contos. A preços de 200 temos aqui um aumento de mais de 60%.

Deputada Berta Cabral (PSD): Preços de 2000!

O Orador: Sim, sim, fazendo-lhe a vontade, temos aqui um aumento de mais de 60%. Isto são valores de execução, Sra. Deputada. Para 2001 temos orçamentado 9,5 milhões de contos.

Pegando agora nas palavras do Sr. Deputado Duarte de Freitas, uns ganham eleições por aquilo que fizeram, pelas inaugurações que fizeram. Outros perderam-nas também por aquilo que fizeram.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.



Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Jovem Deputado Duarte Freitas: Quero-lhe dizer que, de facto, já sou velho de cabelos brancos e sei muito bem o que é um aparte e porque sei o que é um aparte, só que lhe quero dizer o seguinte aparte:

Se a memória não me falha o Partido Socialista existe desde 1973. Foi criada para aí uma tal Constituição que ontem aqui fizemos a comemoração dos seus 25 anos e a partir daí foi obrigatório fazer algumas contas dos partidos e o meu partido não tem memória de não ter apresentado contas e até ao momento tenho a memória de ainda não ter sido condenado pelo Tribunal de Contas para pagar nenhuma coima nas suas campanhas que tem feito.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Isso é um aparte?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais gostava de fazer aqui referência a algo que foi dito e que me deixa preocupado.

O Sr. Secretário da Agricultura ao iniciar a sua última intervenção referiu-se como sendo uma questão séria a colocada pelo PCP. Acho que essa distinção feita aqui do que são questões sérias e questões não sérias, é reveladora duma postura que alguns já conhecem e outros começam a aperceber-se e que, de facto, penso que devia ser corrigida.

Em relação à questão do matadouro, todas as explicações que foram aqui dadas ainda não me esclareceram e penso que nem à maioria da minha bancada.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É para amanhã!



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Orador: O que é certo é que para o matadouro da Ilha Terceira, durante 4 anos, estão previstos 325 mil contos. Para o matadouro de Ponta Delgada, já inaugurado – e parece que foi, porque não foi desmentido – gastaram 1.800 mil. Não percebo, expliquem-me qual é o critério? É de interpretação? Como é que se interpreta duas questões com distintos critérios de apresentação? Se me dizem que relativamente ao matadouro da Terceira estão previstos os 15% e para S. Miguel estão previstos os 100%, expliquem. Não percebemos!

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Eu explico-lhe, Sr. Deputado, 10 vezes se for preciso. Você não percebe nada à primeira.

O Orador: Qual é o preço global da obra do matadouro de Ponta Delgada? Não quero saber de facturas, quero é saber o preço final do matadouro de Ponta Delgada.

Outra questão relativamente ao matadouro da Terceira.

O Sr. Secretário Regional referiu aqui que a obra vai iniciar-se ainda este ano. A respectiva resolução do Governo apresenta como prazo de execução da obra 18 meses. O PMP prevê verbas em 2002. Em que é que ficamos? Quando é está pronta a obra?

Gostaria que me esclarecesse sobre esta matéria.

Relativamente a portos de pesca o Plano prevê para a ilha Terceira 52.500 contos em 2001; 16.500 contos para 2002; 22.500 para 2003; e 7.500 para 2004. Gostaria de saber quais são, efectivamente, os portos que vão ser intervencionados na ilha Terceira?

Era só.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas dois esclarecimentos dirigidos ao Sr. Secretário da Agricultura e Pescas.

O Sr. tentou mas não creio ter conseguido, sobretudo para a boa inteligência, esclarecer tudo a respeito do matadouro de S. Miguel, mas devo dizer-lhe que fazendo um esforço, e creio que tem esse dever, de humildade e até de solidariedade com o anterior Governo e designadamente com o anterior Secretário dessa área, deveria conhecer que foi dito pelo Sr. Secretário de então, em relação ao matadouro de S. Miguel, o seguinte:

“Não estou disposto a investir dinheiro para depois prestar um mau serviço e mais tarde fazer reparações e incorrer em custos a mais”.

Acabou o Sr. de revelar que afinal esses 1,8 milhões de contos previstos, são para trabalhos a mais, entretanto num investimento já inaugurado.

Mais ainda: A concepção e construção desta obra foi da competência e da exclusiva responsabilidade do Governo do Partido Socialista.

Dizia então o Sr. Secretário responsável pelas obras públicas, José Contente, o seguinte:

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Que é o mesmo, para mal dos vossos pecados!

O Orador: Que é o mesmo.

Não tenho pecados!

“Excelência de projectos, condição “sine quo non”. A obra ficará mais onerosa, mesmo antes de começar, se não se optar por obras públicas com base nestes vectores fundamentais. Excelência administrativa, fiscalização mais rigorosa, qualidade nos materiais”. Aonde é que se aplicou qualquer destes vectores, designadamente nesta obra?

Este assunto não ficou esclarecido, nem pelo Sr. Secretário da Agricultura e



Pescas, nem por nenhum deputado da bancada do Partido Socialista e creio que vai ser difícil esclarecer.

Apenas num exercício de humildade deveria reconhecer que correu mal, não foi bem feito, foi inaugurado apressadamente e hoje ainda é preciso fazer muito mais. Vão gastar-se, pelo menos, mais 1,8 milhões de contos nos próximos 4 anos.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Numa obra já inaugurada.

O Orador: Temos mais, Sr. Secretário Regional:

Que destino vão ter ou estão a ter neste momento as águas residuais a sair da ETAR do matadouro. Naturalmente a excelência do projecto teve com certeza em conta este cuidado.

Sr. Secretário, outra dúvida:

Não sei se está ao corrente ou não, mas a Câmara Municipal de Ponta Delgada deliberou na sua reunião de Segunda-Feira solicitar alguns esclarecimentos ao Sr. Secretário sobre a perigosidade das vísceras dos animais sob suspeita de BSE...

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Isso foi ontem!

O Orador: ... e se o tratamento que é dado até ir para a lixeira não oferece qualquer risco. Entretanto, até ter estes esclarecimentos vai suspender a recepção dessas vísceras na lixeira de Ponta Delgada.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É um acto de grande responsabilidade.

O Orador: Sr. Secretário, o que é que se lhe oferece esclarecer sobre esta matéria?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Presidente e Srs. Membros do Governo:

É apenas uma questão que eu gostaria de colocar directamente ao Sr. Secretário Regional.

Pareceu-me ouvir dizer e, aliás, isto é do conhecimento público, que neste momento em S. Miguel já é possível fazer o teste rápido à BSE.

O Sr. Secretário referiu a futura existência na Terceira. Ontem um dos Srs. Deputados do Partido Socialista referiu, e a comunicação social também referiu, que os testes rápidos seriam extensivos no futuro ao Grupo Central e às Flores.

Gostaria de perguntar o que é que se prevê ou qual é a ideia, se é que o governo tem alguma ideia concreta, da altura em que os testes rápidos irão ser feitos nesses locais onde vão ser implementados?

Por outro lado, todos nós sabemos dos inconvenientes e dos prejuízos económicos que tem sido a impossibilidade dos agricultores abaterem, de acordo com a intervenção, os novilhos inteiros e por isso mesmo gostaria de perguntar que mecanismo é que está criado no sentido dos agricultores das 8 ilhas, com excepção de S. Miguel, onde não é possível ainda fazer o teste rápido e que pretendam abater novilhos com mais de 30 meses, qual é o mecanismo que está gizado no sentido de que esses agricultores possam entrar com essa carne no mercado de carne, até porque estamos a aproximar-nos das festas do Espírito Santo e em todas as nossas ilhas vai haver solicitação dos touros com mais idade e das vacas e penso que terá que se equacionar a possibilidade desses abates, porque isso valorizar o produto de venda dos agricultores?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte de Freitas.

Deputado Duarte de Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Sr. Deputado Francisco de Sousa que não está cá e que apesar de ter cabelos brancos como eu, tem muito mais idade parlamentar do que eu e certamente experiência parlamentar também.

Devo dizer-lhe que não negou, como não podia fazer, o aparte que eu aqui comentei.

O Sr. disse concretamente que a obra do matadouro de Ponta Delgada tinha sido inaugurada 15 dias antes das eleições e que se tinha gasto aquelas verbas em trabalhos a mais e que estão a ser pagas agora, por medidas para ganhar votos. O Sr. disse isto e não o negou. Falou em algo que devo dizer-lhe sinceramente que não sei o que é.

Eu sei o que foi que o Sr. disse quando fez o aparte, agora não sei o que é que o Sr. quis dizer quando falou em voz alta.

Voices da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como fui citado, e muito bem, das palavras que aqui proferi, noutras funções, sobre o matadouro de Ponta Delgada, tenho a esclarecer a Câmara que os trabalhos a mais – não posso precisar ao centavo porque não tenho o dossier comigo e a minha memória não chega a tanto – são grosso modo 790 e tal mil contos e correspondem aos seguintes trabalhos a mais:

Transformação do programa inicial que era a de ter uma unidade de produção de farinhas dentro do matadouro numa inceneradora e que tem a ver com o cumprimento da legislação que veio a ser actualizada no seguimento da questão da BSE e, portanto, aí as palavras que proferi na altura estão perfeitamente adequadas, ou seja, os trabalhos a mais são justificados. Não faria sentido acabar o matadouro no meio do



desenvolvimento duma crise da BSE, com legislação, e não fazer a actuação necessária.

Portanto, eu penso que os Srs. Deputados concordarão que são trabalhos a mais bem feitos e, aliás, esses trabalhos a mais no que respeita à inceneradora – a inceneradora entrou agora em testes – foi dito na altura da inauguração que não estava pronta, porque não podia estar na altura.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): O problema não é não estar pronta, é ter sido inaugurada.

O Orador: Deixe-me acabar se faz favor.

Depois houve também uma outra reformulação ao programa do matadouro que tem a ver com ritmos das linhas. Os ritmos iniciais previstos não eram suficientes para resguardar as necessidades futuras de abate. Portanto, houve alteração e, de facto, houve aumento da capacidade das linhas. Não lhe posso citar agora de memória qual foi a alteração, mas é uma alteração significativa. Basta dizer que a capacidade prevista no programa inicial, que vinha do anterior governo, se limitava à capacidade que já existia no matadouro antigo. Neste momento a capacidade instalada é várias vezes superior ao matadouro antigo.

Existe ainda um terceiro grupo de trabalhos a mais que têm a ver com injecções de cimento nos terrenos. Se os Srs. Deputados não sabem, houve um primeiro estudo geotécnico que foi encomendado ainda antes do lançamento do concurso.

Entendeu-se por bem, já depois de adjudicada a obra, voltar a encomendar um estudo, porque havia dúvidas sobre os resultados e pagou-se mais por esse estudo.

Mesmo assim, mau grado se terem feito dois estudos, um antes que foi da responsabilidade do anterior governo e outro que eu assinei e tive



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

responsabilidade nele, surgiram imprevistos em obras, ou seja, a composição do terreno era, de facto, irregular, havia locais e houve necessidade de fazer injeções de cimento e isso foi feito. A obra ficou feita e está bem feita.

Do ponto de vista técnico, quem programou, fiscalizou e acompanhou a obra foi capaz de o fazer e fê-lo com competência.

Portanto, não tenho vergonha de dizer aqui que se gastou mais 790 mil contos para que a obra ficasse bem feita.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Num aparte o Sr. Secretário da Agricultura disse que eu era da educação e devia ter acrescentado que eu tenho educação e por isso delicadamente vou fazer-lhe uma pergunta, na expectativa de que não diga que a resposta é para amanhã.

A pergunta é esta: Quanto vai custar o matadouro de S. Miguel?

O Sr. não sabe e por isso não diz ou não diz porque sabe.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa. Recordava que estamos a tratar de agricultura e pescas e não de contas de campanhas eleitorais.

Deputado Francisco de Sousa (PS): É para esclarecer o Sr. Deputado Duarte Freitas que fez um pedido de esclarecimento.

Presidente: Permito-lhe esse esclarecimento, porque foi interpelado nesse sentido, mas estamos a tratar de agricultura e pescas.



Deputado Francisco de Sousa (PS): E eu dentro da agricultura e pescas tentarei responder.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Duarte Freitas está ausente da sala, mas respondendo à questão que me pôs direi que no caso do matadouro de Ponta Delgada é uma obra que o Partido Socialista fez, que gostou muito de fazer, que inaugurou para efeitos de campanha e vai fazer muitas mais para efeitos de campanha, porque nós estamos aqui para servir os açorianos.

Se essa obra coincidir, quer na sua inauguração, quer no lançamento da primeira pedra, quer na sua execução,...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isto está lindo!

O Orador: ... com qualquer campanha – e vamos ter campanha para as autárquicas daqui a dias, depois vamos ter para o Parlamento Europeu, a seguir para a Assembleia da República, depois para a presidência da República – será feita na mesma, porque nós estamos a trabalhar para os açorianos e não estamos a trabalhar só para alguns açorianos ou para alguns, muito poucos açorianos.

Deputada Berta Cabral (PSD): Há pouco era por causa da campanha, agora é coincidência.

O Orador: Estamos a trabalhar para todos e se coincidir com qualquer campanha eleitoral não vai deixar de ser feito.

Agora, tenho muito gosto, Sr. Deputado Duarte Freitas, em dizer-lhe que o Partido Socialista faz a sua campanha eleitoral com as verbas que tem. Não precisa de verbas da agricultura ou das pescas para fazê-la e tem aquelas a que por lei tem direito e há-de utilizá-las bem e tem-no feito.

Neste sentido estamos à vontade, porque não utilizamos nenhuns dinheiros indevidos e as nossas contas têm ido para o Tribunal de Contas e têm sido



visadas e não temos tido, até ao momento, qualquer queixa desse órgão de soberania nas nossas campanhas.

Portanto, vamos continuar a fazer campanha, quando chegar a altura, com os dinheiros que temos. Os dinheiros públicos são para utilizar no bem público.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Ora, ai está!

O Orador: Se isso coincidir com qualquer campanha, com qualquer acto eleitoral, há-de coincidir, mas vai coincidir internamente e não é por causa disso que nós vamos deixar de fazer obras, de fazer um PMP, fazer um Plano para 2001.

Porque há eleições autárquicas em 2001, não vamos deixar de inaugurar nem vamos deixar de lançar as primeiras pedras.

Não sei se está esclarecido ou não. Se não estiver eu desta vez não tenho mais tempo para o esclarecer.

Deputada Berta Cabral (PSD): Isso é que é andar para trás!

O Orador: Não, é para a frente.

Presidente: Foi, de facto, necessário um enorme esforço por parte da Mesa para enquadrar essa intervenção em agricultura e pescas.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas para esclarecimentos.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Continuando nos esclarecimentos que me são solicitados relativamente ao matadouro de Ponta Delgada, Sr. Deputado Bolieiro, não vou tecer mais considerações. Três minutos não são suficientes para continuarmos a discutir um tema que considero encerrado e que já convidei um colega da sua bancada a visitar os serviços próprios e pedir, se quiserem, as facturas,



os recibos e tudo isso vos será fornecido.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não é preciso as facturas, só queremos saber o preço.

O Orador: Por isso é que eu digo que é preciso distinguir coisas sérias de coisas não sérias, ou seja, o Sr. Deputado Clélio Meneses sabe perfeitamente que não é possível eu dizer-lhe em pormenor quais são as obras realizadas ou não, porque não é para isso que um Secretário Regional existe.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu não perguntei isso. Eu perguntei qual era o critério e os custos. Foi só isso.

O Orador: O Secretário Regional existe para definir políticas, para vos dar respostas a objectivos políticos, para transmitir as suas orientações, para responder às vossas perguntas.

Há figuras regimentais para pormenorizadamente perguntarem aos membros do Governo aquilo que os Srs. quiserem para nós nos prepararmos. Isto é só para facilitar, porque nós respondemos.

Os Srs. no Plano a Médio Prazo e no Plano para 2001 perguntam-me qual foi o recibo ou a factura do matadouro de Ponta Delgada.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Ninguém perguntou isso.

O Orador: Era preciso que eu aqui trouxesse todos os recibos e todas as facturas de todas as obras que esta Secretaria tem e todos os meus colegas trouxessem das obras deles.

Olhe, como convenhamos, há limites para tudo e nessa “carrioneta” eu não vou.

Portanto, estamos esclarecidos quanto a esta matéria.

Relativamente à questão do Sr. Deputado Paulo Valadão que falou dos testes rápidos e dos laboratórios.



De facto existem dois, um foi inaugurado à semana passada em S, Miguel, o próximo será inaugurado na próxima semana na Ilha Terceira e há, de facto, a intenção de construir mais dois. No imediato não lhe posso é dizer a data em que isso vai ser feito, porque quando foi destes dois nós encomendamos os equipamentos por volta de Novembro ou Dezembro e só chegaram a meados de Março e, portanto, há, de facto, uma procura imensa desses equipamentos e não lhe posso dar datas certas, agora o que lhe posso dizer é que os equipamentos estão encomendados para podermos instalá-los. Isso é uma questão lógica. As Flores, como sabem, infelizmente, têm problemas de tempo, de aviões, de celeridade às vezes, porque há dois ou três dias em que não há avião e é preciso necessariamente ter lá um equipamento desses a funcionar.

Portanto, aquilo que está preparado é para que, por via electrónica, ou seja, um “modem” instalado no matadouro das Flores, isto para dar resposta já ao Espírito Santo e aos abates com mais de 30 meses nesse período, através de correio electrónico vamos tentar dar a resposta dentro do prazo de 24 horas. Isto para todas as ilhas e relativamente aos dois laboratórios que estão construídos e que o de Ponta Delgada já funciona e o da Terceira entrará em funcionamento a partir do dia 7 de Abril.

Relativamente às festas do Espírito Santo também devo aqui dizer, a talho de foice, que foram abolidas as taxas para o Espírito Santo...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não tem tempo para explicar o que é preciso, mas para isso tem.

O Orador: ... porque se trata duma festa de solidariedade social e, portanto, estão isentas de qualquer taxa de abate. É uma questão que também fica esclarecida para o Espírito Santo em concreto.

No que diz respeito às análises elas são solicitadas e tem que mandar o



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

tronco cerebral que é analisado na Terceira ou em S. Miguel conforme mais facilmente o avião poder transportar.

Como sabe, tem de haver um período de 2 a 3 dias para descanso da carne e tudo tem que ser feito nesse espaço de tempo.

Se tivermos, infelizmente, o azar para as Flores neste período, não tenho outro meio de resposta que não seja este que acabei de lhe dizer.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, o Sr. continua sem responder quanto vai custar o matadouro de S. Miguel? O Sr. das duas uma: ou não sabe e por isso não diz, ou não diz porque sabe.

Já que não consegue fazer o debate em questões na especialidade, ao menos na generalidade responda, na ordem dos milhões, quanto custou o matadouro de S. Miguel?

Deputado Hernâni Jorge (PS): 3 milhões de contos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Lamentavelmente o Sr. Secretário continua a insistir numa pretensa habilidade intimidadora para criar as questões.

(Risos da bancada do PS)

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Muito bem! Se está a fazer um esforço, está a conseguir.



O Orador: Todas as questões que foram aqui pretensamente colocadas e com a habilidade que lhe é reconhecida tenta fugir às questões e das três questões que lhe coloquei nenhuma delas mereceu resposta.

Percebi que há uma relação privilegiada com as perguntas do PCP, no entanto todos somos deputados e penso que devemos merecer a mesma atenção por parte do Governo Regional.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Vou repetir novamente as questões que lhe coloquei, porque talvez não tenha percebido.

Qual o critério que distingue a forma como estão previstas as obras no matadouro da Terceira e estiveram previstas no matadouro de S. Miguel? Não foi respondida.

O Sr. Secretário sabe, já disse aqui, que a obra do matadouro da Terceira começa este ano e eu perguntei: Estando prevista a execução da obra em 18 meses, e existindo verbas no PMP para 2004, quero que me diga quando prevê a conclusão da obra?

Relativamente aos portos da Terceira o PMP prevê genericamente um montante e a minha pergunta foi a seguinte: Quais são os portos que efectivamente vão ser beneficiados por esse investimento?

São perguntas simples e penso que merecem resposta simples. Se não as tem para dar, diga.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente apenas para dar nota de que fez bem o Sr. Deputado Fernando Lopes em ter esclarecido o que esclareceu, aliás, num exercício de honestidade e até de preocupação séria em esclarecer o que era possível



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

nas suas circunstâncias actuais, como deputado e não como membro do Governo, em esclarecer como esclareceu e por isso fica este registo.

Por outro lado, Sr. Secretário Regional, fica também o registo que o Sr. não se confortou no esclarecimento que o seu antecessor fez, mas também não esclareceu,...

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Então não esclareci!

Orador: ... porque o Sr. Deputado Fernando Lopes falou de 790 mil contos e estamos a falar, no Plano e no Orçamento, numa previsão de 1.800 mil contos. Portanto, mais do dobro.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Ele disse mais ou menos.

(Risos da bancada do PSD)

Deputado Clélio Meneses (PSD): O rigor é esse, Sr. Secretário.

O Orador: Mas mais, Sr. Secretário:

Pela consideração institucional e pessoal que lhe tenho, Sr. Secretário Ricardo Rodrigues, não é tão difícil esclarecer o destino das águas que neste momento estão a ter ou que poderão vir a ter, porque isso também envolve uma preocupação ambiental, da qual o Sr. também teve responsabilidades no anterior Governo. É preciso esclarecer isso para tranquilidade de todos.

Depois, antecipando, já que não tinha a informação dessa deliberação da Câmara Municipal, que medidas tem para resolver este problema? São problemas sérios, preocupantes e exigem acção imediata. Faça este esforço de humildade para se confortar no primeiro esclarecimento do Sr. Deputado



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Fernando Lopes e de respeito institucional para que a gente possa ter resposta. Com certeza que isso envolverá um esforço pela sua parte, mas responda, Sr. Secretário.

Muito obrigado.

Deputado João Cunha (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para o seguinte esclarecimento:

Convém recordar que no âmbito do II QCA os matadouros eram considerados projectos de investimento com valor económico, logo apenas 50% de fundos do FEOGA.

Houve necessidade, porque este Governo entrando a meio do II QCA, recebeu os fundos do FEOGA quase todos comprometidos, de orçamentar a 100% as obras do matadouro de Ponta Delgada.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu só perguntei isso. Agora estou esclarecido, mas o Sr. Secretário não respondeu

O Orador: No âmbito das negociações do PRODESA, que foi uma grande vitória deste Governo e convém aqui realçá-lo, as obras dos matadouros passaram a ser consideradas projectos públicos cofinanciados em 85%, daí que não tenha havido necessidade de orçamentar mais de 15% para o matadouro da Terceira.

Srs. Deputados, isto é tal simples quanto isso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados:



Eu julgava, na minha humildade, que qualquer um dos Srs. Deputados, olhando para a estrutura de financiamento de cada uma das rubricas e dos programas do Governo ou deste Plano, chegava à conclusão efectiva daquilo que disse o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Portanto, basta olhar para lá e não tenho que justificar minuto a minuto aquilo que o Sr. acha que eu devo justificar.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu já percebi isso, Sr. Secretário. Responda às outras 2 questões.

O Orador: Basta que eu lhe diga que olhe para a estrutura de financiamento e facilmente verificará a diferença.

Em resposta à questão dos portos, Sr. Deputado Clélio Meneses, na estrutura de financiamento relativamente a portos, voltamos a ter exclusivamente 15%, matéria que já dissemos várias vezes. Depois temos ainda mais 400 mil contos na LOTAÇOR.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu só perguntei quais são.

O Orador: Está bem, mas eu estou a responder-lhe genericamente aos portos. Já tive oportunidade de responder por escrito a essa pergunta à bancada do PSD.

Relativamente a portos da Terceira também já foi feito um requerimento por um Deputado da ilha Terceira e essa questão foi também respondida expressamente.

Portanto, os Srs. querem é saber particularismos e eu respondo a questões genéricas.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não são particularismos. Um porto de pesca é um particularismo?

O Orador: Sr. Deputado Bolieiro, relativamente às águas residuais do matadouro, isso é preso por ter cão e preso por não ter, ou seja, os Srs. não



inauguram o matadouro, ele não está a trabalhar, que tratamento é que temos que fazer se o matadouro não está a trabalhar nem a funcionar. Sr. Deputado, se o matadouro não está a funcionar, obviamente que a estação de tratamento também não está a funcionar, logo não tenha nenhum problema com a estação de tratamento. Se calhar vamos ter, mas lá chegaremos. Neste momento o que é que quer que eu lhe diga das águas residuais do matadouro que não está a funcionar?

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Para onde é que elas vão?

O Orador: Obviamente que eu não lhe posso dizer nada, ou seja, não vale a pena insistir.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

Duas perguntas muito breves por limitações de tempo, naturalmente.

Em primeiro lugar gostaria de saber, uma vez que passados 4 anos não foram realizadas nenhuma obra nem tão pouco lançada a primeira pedra do matadouro da ilha Terceira, quando é que se prevê a homologação do actual matadouro?

Também gostaria de perguntar ao Sr. Secretário Regional, na medida em que fui questionado há poucos dias por empresários do comércio de carnes, o seguinte: foi-me dito que ter-se-ia verificado, por razões de falta de equipamento de frio, danos graves em carne de vaca e carne de porco, carnes estas que foram para a lixeira. Naturalmente que eu não tinha qualquer informação para prestar a esses empresários e disse-lhes que no local próprio, no Parlamento, iria questionar o Sr. Secretário Regional. Queira pois prestar-nos estas duas informações.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Infelizmente continuo a não ter respostas.

Sei que o Sr. Secretário não sabe quais os portos que vão ser intervencionados na Terceira e a outra nem sequer me respondeu.

Gostava de saber quando é que prevê a conclusão do matadouro industrial da ilha Terceira?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Obviamente que Sr. insiste muito, vamos a isso:

Paia da Vitória - melhoramento das condições do abrigo da bacia, construção do edifício da DRP, armazém de grossistas, vedação do porto de pescas.

Biscoitos – Consolidação e alargamento do molhe e limpeza dos fundos.

Vila Nova – Melhoramento do porto.

Está esclarecido? Quer mais da Terceira? Está aqui as obras todos concretas sobre essa matéria.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu só perguntei quais eram os portos.

É só Biscoitos e Praia. Tanto tempo para dizer isso.

O Orador: Eu já disse que se os Srs. Deputados resolvem fazer perguntas minuciosas a cada um de nós, não vai restar tempo. Nós estamos aqui para responder a todas as questões, mas as de pormenor poupem-nos. Perguntem qualquer coisa que a gente informa sempre. Não há problema nenhum em



esclarecer.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Quando é que acaba o matadouro?

O Orador: Sr. Deputado Bento Barcelos, desconheço em concreto a situação que me coloca. Posso mandar averiguar, porque não sei do que é que está a falar. É uma situação muito concreta

Também é um bocado complicado que o Sr. me pergunte se a carne congelada de um abate e não sei mais quê, quando estamos a discutir documentos estruturais para os próximos 4 anos.

Agora se a carne congelada do matadouro foi para a lixeira eu não sei, mas só para corrigir digo-lhe que a Terceira, felizmente, tem aterro sanitário e não lixeira,

Se o matadouro é homologado, desconheço essa designação. O matadouro está legitimado para abater animais e, portanto, pode abatê-los em qualquer circunstância. Naturalmente que o Sr. Deputado querará perguntar sobre a desmancha da carne que a Terceira não tem neste momento, pelo menos o matadouro que é público não tem e por isso mesmo não lhe posso responder. Não tem homologação porque não tem a desmancha. Agora, para abater animais o matadouro da Terceira está perfeitamente adaptado e legal para o fazer. É o que tem feito nos últimos tempos.

Em todas as ilhas, todos os matadouros estão legalmente a funcionar para abater animais.

Portanto, o problema que existe são os matadouros novos que tem a ver com outras condições a jusante do abate e essas são outras mais valias que a Rede Regional de Abate vai conter.

Penso que respondi a todos o Srs. Deputados:

Deputado Clélio Meneses (PSD): Quando é que pensa acabar o matadouro?



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Presidente: Srs. Deputados, desculpem eu ter que intervir aqui, mas tem de haver alguma disciplina no debate.

O Sr. Secretário está a prestar esclarecimentos e os Srs. Deputados estão sucessivamente a fazer perguntas “of record”. Os Srs. Deputados inscrevam-se e formulem de novo as perguntas, porque assim não pode ser. Portanto, durante uma intervenção não pode aparecer sucessivas perguntas, porque se não nunca mais se sai daqui.

Neste momento está inscrito o Sr. Deputado Clélio Meneses para esclarecimentos. Tem a palavra.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estou a ser um bocadinho maçador, mas estou desconfiado que o Sr. Secretário gosta de me ouvir, porque perguntei-lhe já por três ou quatro vezes o seguinte: Quando é que prevê a conclusão do matadouro da Ilha Terceira? É esta a pergunta pura e simples.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Resposta curta e rápida.

Concurso aberto, propostas ainda não recebidas. Conclusão das obras depende do concurso.

(Risos da bancada do PSD)

Deputada Berta Cabral (PSD): Quer dizer que não tem caderno de encargos.



(Vozes inaudíveis da bancada do PSD)

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): O Plano é indicativo, toda a gente sabe disso.

(Voz inaudível do Sr. Deputado Joaquim Machado)

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): O Sr. só sabe de educação e mesmo assim...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mais do que o senhor.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. secretário Regional da Agricultura e Pescas:

Eu pareceu-me que V. Exa. disse que a homologação do matadouro dependia da desmancha ou de terem acautelado a desmancha e que os matadouros em funcionamento neste momento na Região estão todos legalmente a funcionar. Não duvido, mas não estão nem são homologados, porque efectivamente um matadouro pode funcionar, pode estar homologado desde que satisfaça todos os requisitos da Portaria 740/99, se não me falha a memória, e não tem que ter incluída a desmancha no matadouro para poder ser homologado e ser aprovado na Comunidade Europeia.

Gostaria que me esclarecesse se realmente a ideia é essa?

Presidente: Srs. Deputados, não há mais pedidos de esclarecimento.

São 18 horas e 20 minutos, vamos fazer um intervalo de meia hora.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

(Eram 18 horas e 20 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 19,00 horas)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para apreciação e posterior votação temos, em cima da mesa, as Propostas do Plano a Médio Prazo 2001-2004 e as do Plano e Orçamento para 2001, que depois de aprovadas, por esta casa, serão a pedra basilar da gestão do Governo Regional para os próximos quatro anos; condição, por si só, suficientemente importante para os legítimos representantes do Povo dos Açores conduzirem o seu debate, sobre esta matéria, com a responsabilidade que se impõe.

Sem mais delongas, entro no cerne da minha intervenção, abordando um sector de relevante importância para a nossa Região. Trata-se das Pescas e, no alinhavar destas minhas palavras tive o cuidado de não só equacionar, o Programa do Governo (recentemente aprovado por esta Assembleia) mas ainda efectuar uma aportação ao Plano de Médio Prazo, da responsabilidade do último executivo laranja, tão só por ter a consciência de uma constante mutação que se tem vindo a verificar na área das pescas. Todavia, devo dizer que na abordagem ao último documento, atrás referido, (P.M.P.1993 - 1996) recordei que, (contrariamente à boa gestão e nomeadamente à importante planificação que se exige dos dinheiros



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

públicos) previu, para o sector das pescas um investimento de 4.534.000 contos , dos quais 4.093.456 contos corresponderam a verbas não desagregadas ou seja, o saco laranja representou, nesta matéria, mais de 90%, testemunho óbvio de uma falta de planeamento de médio prazo!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As Pescas têm vindo a representar 60% do total das nossas exportações mas, se é certo que a nossa Zona Económica Exclusiva (consagrada pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, já em Dezembro de 1982) abrange uma área, aproximadamente 938.000 de quilómetros quadrados, não menos verdade é o facto da sua topografia não favorecer o desenvolvimento, em larga escala, de espécies demersais. Sabemos que desse mar imenso só 0,4% , ou seja 3.500 quilómetros quadrados correspondem à nossa plataforma continental ,consequência do relevo vulcânico acidentado das Ilhas, à existência de profundas fossas submarinas e de bancos dispersos. Estas condicionantes são incompatíveis com a intensificação do esforço da pesca tradicional, e poderia criar danos irreversíveis ao nível das espécies demersais, se o Governo não estivesse, efectivamente, atento a esta problemática. Temos a noção de que os nossos tradicionais bancos de pesca não suportam a actividade piscatória que se verifica há várias décadas e infelizmente é uma certeza a desmesurada exploração dos stocks, facto que nos sujeita também às imposições comunitárias sobre as capturas máximas permitidas a cada um dos Estados-Membros.

Não apenas pelas razões atrás referidas, já foi criada a Inspeção Regional das Pescas e a presente Proposta de P.M.P. 2001-2004, prevê os necessários meios humanos e materiais, não esquecendo a criação das suas respectivas infra-estruturas. Este projecto designado por “Inspeção e



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Gestão” contempla um investimento de 850 000 contos do ORAA e 97.500 contos de financiamento comunitário. No âmbito da fiscalização das pescas serão encontradas novas e mais eficazes formas para um maior controlo da nossa ZEE, muitas vezes procurada por frotas de outras regiões ou nacionalidades que encontram nos Açores um elevado manancial pesqueiro.

Para o mesmo fim o Governo Regional continua a apostar na instalação dos sistema de fiscalização (SIFICAP) e monitorização da frota por satélite (MONICAP), todavia sem prescindir da colaboração da Força Aérea Portuguesa e da Marinha de Guerra pois, a nossa ZEE com quase um milhão de quilómetros quadrados é bastante vulnerável ao apetite das frotas estrangeiras. Tem chegado ao nosso conhecimento o esforço, com resultados positivos, que o Executivo Regional tem feito junto das autoridades nacionais competentes nesta matéria, por forma a aumentar os meios navais e aéreos, bem como um maior número de horas de operação nas missões de fiscalização, com vista à defesa dos nossos recursos pesqueiros, sendo certo que no ano de 2001 haverá um acréscimo de 50% do número de horas de fiscalização em relação a 2000.

Ao nível da investigação estão dotadas verbas para acções do Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores e da gestão das unidades navais de investigação (navio Arquipélago e a lancha Águas Vivas). Estas embarcações continuarão a desempenhar um papel importante na componente científica das Pescas e na experimentação de novas tecnologias pesqueiras, por forma a conhecermos melhor os nossos recursos piscatórios. Lembremos que o sector das pescas, como acima referi, está em permanente mutação, tanto é que a situação de crise de muitos stocks tradicionais , ao nível mundial, já arrastou para a ruína



muitos investidores que se deixaram levar por uma visão conservadora sobre esta matéria. O Governo evidencia, neste P.M.P., respostas rápidas para o sector e, por ter consciência no respeito que se impõe às Capturas Máximas Permitidas, aos Estados Membros, em consonância com os pescadores, acabou de definir um limite máximo para a pesca de goraz nos Açores, na ordem das 1.400 toneladas. Ainda baseado nestes pressupostos o Executivo Regional também promoverá, em colaboração com o DOP e armadores, experiências dirigidas a novos recursos, sobretudo de profundidade. A título de exemplo refiro os testes recentes e, com dados positivos da pesca do peixe espada preto, existindo já em Santa Maria um fábrica de filetagem desta espécie que, certamente promoverá uma nova pescaria sustentada.

Acredita-se também que a exploração (já em pequena escala) de alguns crustáceos com referência para a sapateira, caranguejo real e camarão serão também recursos abundantes e praticamente inexplorados.

É assim que este Governo acredita que o futuro das pescas, nos Açores, também passa pelos cerca de 95% de extensão dos nossos mares ainda inexplorados, ou seja, na exploração de espécies de profundidade.

Para a consecução deste objectivo e criação de melhores condições de trabalho aos pescadores, as Propostas em discussão garantem a continuidade no apoio a aquisição de novas embarcações e modernização das existentes, estando previstas verbas significativas, (600.000 contos do ORAA) para o suporte dos apoios financeiros necessários ao pagamento de bonificação de juros e subsídios a fundo perdido das respectivas candidaturas, no âmbito do PRODESA que por sua vez atribuirá, para este mesmo projecto, 4.892.890 contos, existindo para além disso outro financiamento Regional/Nacional de 3.161.000 contos.



Esta disponibilidade financeira não só irá melhorar a frota local, em todas as Ilhas, garantindo meios de subsistência a pequenas comunidades piscatórias (que desempenham um papel importante no abastecimento do mercado local e também contribuem para a exportação) como também permitirá melhorar e substituir palangreiros e atuneiros, por forma a poderem operar em melhores condições na nossa ZEE.

O Programa n.º 6 – MODERNIZAÇÃO DAS PESCAS engloba os projectos n.º 6.2 – “Transformação, Comercialização e Cooperação externa” que, dotado com 1.050.000 contos do ORAA visa apoiar as organizações de produtores do sector e o estabelecimento de protocolos de cooperação com os PALOP’s, nomeadamente com vista ao alargamento da área de actuação da frota atuneira regional. Para este projecto prevê-se, ainda, um financiamento de fundos comunitários de 340.000 contos.

O projecto n.º 6.3 apresenta-se com a importância de 270.000 contos do ORAA e 714.761 contos de financiamentos comunitários para investir em recursos humanos com particular destaque para a formação profissional que dispõe de 190.000 contos.

Em termos de meios materiais regista-se já a existência de uma unidade móvel de formação capaz de simular os mais importantes equipamentos de uma ponte de comando e muito recentemente, por ocasião da última Semana das Pescas, assistiu-se à cerimónia do “bota a baixo” de uma embarcação também para o apoio prático da formação profissional. Meios que permitirão continuar a política de descentralização da formação.

Considerando a formação de pescadores e empresários, de capital importância para o suporte da pesca, em particular a do atum, urge reforçar a consciencialização de que a união entre armadores e a alteração de alguns hábitos de pesca relativamente aos pescadores, são uma necessidade crucial



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

que não pode ser protelada. Não podemos esconder uma crise que existe ao nível da pesca industrial e por esse facto todos os factores coadjuvantes são imprescindíveis para uma maior rentabilidade do sector.

É preciso apanhar mais atum porque as capturas, infelizmente, tem sido 1/5 do patamar que se anunciou na década de oitenta!

A situação com que nos deparamos nos Açores, ao nível desta pesca, é deveras preocupante. Sabemos quanto é importante para a nossa Região a indústria conserveira (um pescador que apanhe peixe garante, pelo menos, cinco postos de trabalho em terra) e a nossa conserva de atum tem qualidade reconhecida internacionalmente, nomeadamente no mercado Italiano, sendo certo que não temos a competição de conservas de peixe de pior qualidade oriundo de outros países, com referência para a América Latina.

Eis a principal razão para mudança de algumas mentalidades que professam hábitos ancestrais!

É desejável que os nossos atuneiros se tornem numa frota coesa e muito solidária entre si, sem esconder que a sua qualidade e autonomia estão subaproveitadas. Não faz sentido que tenhamos boas embarcações, com mais de 30 metros e mais de 500 KW/ unidade instalados para operarem durante cinco a seis meses do ano.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:
O Projecto n.º 5.2. “Estruturas Portuárias”, com uma previsão de 1.379.854 contos do ORAA e 3.597.506 contos dos fundos comunitários, permitirá a beneficiação, reparação e manutenção de cerca de 40 portos de pesca dos Açores, bem como a construção de casas de aprestos e de novas lotas. Serão ainda melhoradas as condições higio-sanitárias dos edifícios da lota já existentes, bem como de alguns entrepostos frigoríficos.



Este projecto também contempla a compra de gruas e equipamentos de alagem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:
Como acabei de demonstrar as Propostas que o Governo nos trouxe a esta Casa para discussão e aprovação, contemplam, na área das Pescas, um reconhecido esforço de investimento dirigido para três vertentes fundamentais: **frota de pesca, formação profissional e infra-estruturas** (de apoio às pescas e portuárias).

Pelo forte impacto sócio-económico que terão no sector estes três vectores de desenvolvimento são fundamentais para a modernização que se deseja na actividade piscatória da nossa Região.

Estou certo que o Governo traçou o melhor rumo para o sector das pescas, o que nos leva a sair tranquilos deste debate

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. membros do Governo:

Ao abordar alguns dos aspectos da proposta de Plano a Médio Prazo 2001/2004 relacionados com agricultura, gostaria de referir que, em minha opinião, este Plano a Médio Prazo não poderá deixar de ter em conta que as perspectivas de desenvolvimento da agricultura açoriana se encontram fortemente condicionadas. Por um lado, pela própria Política Agrícola Comum e pela sua reforma e, por outro, pela situação conjuntural dos



mercados, onde, no nosso caso, assume uma particular importância a limitação ao crescimento imposta pela quota leiteira e as consequências das dificuldades que se fazem sentir no mercado da carne, decorrentes da BSE. Consequentemente, deverá procurar privilegiar-se a diversificação do panorama agrícola regional e o incentivo à qualidade dos produtos, a segurança do consumidor, a aposta em novos produtos, em novas formas de estar nos mercados, tudo com vista ao aumento da capacidade de penetração nos mercados e das vendas para o exterior, única forma de se caminhar no sentido do equilíbrio da nossa economia.

De facto, no Cap. 2 do Plano, Prioridades Estratégicas de Intervenção, surge um primeiro grande vector que parece dar satisfação a estes propósitos, quando visa “fomentar e diversificar a actividade produtiva regional”. E no que respeita especificamente à agricultura esta estratégia desenvolve-se, e passo a citar, “cimentando factores de diferenciação dos produtos regionais”, garantindo o “funcionamento eficaz dos sistemas de controlo em termos de manutenção da associação dos produtos regionais às condicionantes únicas em termos de produção de qualidade e ecológica”, “na conciliação entre a produção, a comercialização, a qualidade e segurança dos consumidores, com as exigências em matéria da preservação dos recursos e dos equilíbrios naturais”.

Porém, tudo se desvanece quando entramos no capítulo das estratégias sectoriais para a agricultura. Aqui, parece esquecer-se e passa-se ao lado dos propósitos atrás referidos, apresentando-se um Plano com a mesma estrutura, as mesmas medidas e as mesmas acções dos planos anuais anteriores. Nada de novo, portanto!

Em parte nenhuma se refere o que se espera do sector agrícola regional, designadamente:



- o papel social que para ele se pretende, sobretudo na fixação das populações no mundo rural, na criação de emprego e na ocupação de mão de obra, bem como no nível de rendimentos e de remunerações que se espera poder gerar;
- o peso que deverá representar no conjunto da economia;
- as metas que se pretendem atingir a médio e longo prazo nas suas diversas componentes;
- e, na decomposição dos diferentes vectores que o constituem, quais os que se deverão estimular, para que se possam atingir os fins em vista.

Facilmente nos apercebemos de que as linhas estratégicas sectoriais apresentadas no capítulo da agricultura estão longe das grandes linhas estratégicas do Plano, limitando-se a elencar um conjunto de afirmações que, tal como estão formuladas, podem ser confundidas com outras tantas medidas e acções.

Feitas estas considerações de ordem geral, passo a deter-me em alguns aspectos das designadas “principais linhas estratégicas para o sector agrícola” e nos objectivos para elas delineados.

Desde logo, refere-se a definição “de zonas destinadas à agricultura extensiva e ou intensiva”.

Sabemos que a tendência na UE e as exigências de protecção ambiental levam a que se caminhe no sentido da extensificação da produção. Por outro lado, deverá caber aos produtores, dentro dos parâmetros definidos na PAC, adoptarem os sistemas que julgarem mais convenientes para as respectivas explorações. Interrogámo-nos, portanto, sobre o significado prático de uma tal linha estratégica que implica à partida, julgo eu, o recurso a uma “carta de capacidade de uso dos solos” e de um “código de boas práticas agrícolas”. Será que vamos condicionar o sistema produtivo



das explorações por esses critérios?

Logo a seguir, fala-se, e passo a citar, em “compatibilizar áreas de reserva agrícola com o natural crescimento urbano”.

Parece esquecer-se que vivemos em ilhas cujos solos constituem uma verdadeira manta de retalhos sob o ponto de vista geológico, e que a terra com boa aptidão agrícola deve ser intransigentemente preservada para esse fim. Para isso é que se definiu uma reserva agrícola. E, das duas uma: ou aquilo que foi classificado como reserva foi mal classificado e não teve em conta a correcta aptidão dos solos e um correcto ordenamento do território, - e neste caso, o que há a fazer é rever a reserva agrícola - ou então estaremos a negar o próprio conceito de reserva. Por isso me parece que deverá ser o desenvolvimento urbano a ser compatibilizado com a reserva e não o contrário, como parece pretender-se.

Propõe-se também apoiar o emparcelamento e a aquisição de terrenos, falando-se na redefinição de Unidade Mínima Agrícola. Não creio que alguma vez este conceito tenha sido definido, nem estamos a ver o alcance prático de tal desiderato, já que não encontramos qualquer suporte material para todas estas “linhas estratégicas”, quando analisámos os objectivos e as medidas propostas no plano.

Ainda a propósito de emparcelamento cabe abrir desde já um parêntese e referir muito em particular, a exiguidade das verbas destinadas ao SICATE, no valor de 145.000 contos no quadriénio, montante que nos faz duvidar da eficácia deste Programa. Não havendo mais nenhuma outra medida que vise a reestruturação fundiária, pergunta-se onde ficou a promessa do programa deste Governo de, e cito:

“Iniciar projectos nos perímetros de ordenamento agrário nas ilhas identificadas com maiores handicaps fundiários e naturais”.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Um outro exemplo do que me pareceu ser falta de consistência na estruturação do Plano consiste em se constituir como uma linha estratégica sectorial, cito, “construir e melhorar os caminhos de acesso florestal”. Mas, no que respeita às redes de caminhos de acesso às explorações agrícolas, estas não figuram nem na estratégia nem nos objectivos. Surgem, tanto quanto parece, consubstanciadas em duas medidas. A primeira referindo genericamente a construção e beneficiação de caminhos de acesso às explorações agrícolas, que julgamos corresponder à acção 1.1.2. Caminhos Agrícolas, do Programa Fomento Agrícola, com a dotação de 1 675 000 contos. A segunda, mais quantificada, referindo a regularização e conservação de 800 Km de caminhos rurais, a construção de 80 Km de novos caminhos e o revestimento betuminoso de 60 Km. Esta segunda medida parece corresponder à acção 4.2.1. Caminhos Rurais, do Programa Desenvolvimento Florestal, dotada com 1 850 000 contos no quadriénio. Sendo uma medida integrada no Programa de Desenvolvimento Florestal, será que estes caminhos ditos Rurais são os designados nas linhas estratégicas como caminhos de acesso florestal? Neste caso, e não pretendendo desmerecer nas necessidades da rede viária e dos acessos florestais, mas comparando as dotações inscritas nas duas medidas, pergunto se não será lícito interrogarmo-nos sobre se, na vigência deste Plano, não se estará a sub-avaliar as necessidades dos caminhos agrícolas. Ou será que caminhos agrícolas e caminhos rurais são uma e a mesma coisa, sendo a distinção resultante apenas de estarem integrados em acções a cargo de Direcções Regionais diferentes e, se assim for, a verba destinada em conjunto à rede viária agrícola passará a ser de 3.525.000 contos? De qualquer modo, e continuando a analisar as dotações financeiras de alguns programas e acções relacionados com a agricultura, verifica-se que a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

verba de 4.268.000 contos, 12,5% da dotação global deste sector, é o montante destinado para as questões fundiárias (aquisição de terras por rendeiros, caminhos, electrificação, distribuição de água). Considera-se que esta verba é manifestamente insuficiente se tivermos em conta, não só as necessidades de novos empreendimentos, mas também e apenas os encargos com a manutenção da rede viária agrícola regional existente, conforme se encontra consignado no Programa do Governo.

Interrogo-me muito seriamente sobre qual a dimensão do que poderá efectivamente realizar-se com dotações médias anuais da ordem dos 30.750 contos na área da electrificação rural, ou dos 143.750 contos na área do abastecimento de água às explorações, mesmo sabendo que estas verbas vão gerar, digamos, o aproveitamento de fundos comunitários.

Em outra área, tenho dúvidas que as verbas destinadas à diversificação, inovação, qualidade, promoção de produtos, etc., embora correspondendo a 29% da dotação global para sector, sejam suficientes, se tivermos em conta, como já afirmei, a extrema necessidade de se fomentar a diversificação da produção, a qualidade e a presença consistente e continuada da Região nos mercados exteriores.

Um outro aspecto que sobressai é o de algumas verbas, em montantes muito consideráveis, serem destinadas à satisfação de compromissos assumidos anteriormente. Veja-se o caso do Programa nº 2 Apoio à Transformação e Comercialização dos Produtos Agro-Pecuários em que me prece que efectivamente 51% das verbas inscritas são a satisfação de compromissos anteriores e não vou referir a questão do matadouro de Ponta Delgada que já foi suficientemente debatida.

Ainda no que respeita a matadouros vejo com preocupação que o Governo Regional não pretende dotar as ilhas do Pico, São Jorge e Santa Maria com



Matadouros novos. Opta por remodelar os dois primeiros e beneficiar o terceiro. Não conheço nem os projectos de remodelação nem o da beneficiação que se pretende para Santa Maria. Admito até que possam ser excelentes, mas serão sempre remodelações em estruturas pré-existentes. Porém, no que respeita ao Pico, e sobretudo a Santa Maria, tudo aconselhava a uma mudança de localização pois as actuais, limitativas de perspectivas de crescimento, colocam problemas de acessos e de escoamento dos produtos, dos detritos e dos efluentes líquidos.

Manter o matadouro de Santa Maria no mesmo sítio não é aceitável, e mesmo que seja esse o desejo da Câmara Municipal de Vila do Porto, conforme informou o senhor Secretário Regional da Agricultura aquando da sua audição pela Comissão de Economia, deveria procurar-se, consensualmente, um outro local e construir um matadouro novo, de raiz, naquela ilha, como aliás já esteve previsto em Planos anteriores.

Um último reparo no que concerne às dotações para investigação e desenvolvimento no sector, matéria essencial quando se pretende promover a mudança.

A acção 1.3. “Modernizar as explorações agro-pecuárias”, apresenta uma dotação média anual de 530.000 contos. Se se considerar que esta verba terá de suportar todos os encargos com o funcionamento do SNIRB, quanto ficará disponível para a experimentação nas áreas de pastagens e forragens, bovinicultura de leite e de carne, floricultura, fruticultura, viticultura e enologia, apicultura e agricultura biológica? E ainda para todas as acções de “divulgação agrária”, incluindo a realização de palestras, edição de folhetos, as emissões de programas de televisão, a participação da Região em eventos agrícolas quer no exterior, quer na Região, a realização anual da Feira Açores, bem como para todas as acções de Melhoramento Animal,



que incluem a supervisão dos serviços de Contraste Leiteiro, o Programa de preservação da raça bovina autóctone do Ramo Grande e a manutenção do Centro Cavalari dos Açores (citei o Plano a Médio Prazo e o Plano para 2001). (É um verdadeiro milagre de multiplicação dos pães).

Deputado Joaquim Machado (PSD): Milagre das rosas!

O Orador: Por seu lado, os 141.000 contos de dotação média anual da acção Qualidade e Certificação do Programa 2. - Apoio à Transformação e Comercialização, não permitirão, com certeza, conseguir a eficácia e a dimensão necessárias para o desenvolvimento de projectos de caracterização de produtos agrícolas, de inovação tecnológica nas indústrias alimentares, novas apresentações e embalagens, designadamente na área das carnes, da salsicharia e dos lacticínios, para já não falar dos produtos vegetais.

Totalmente omissa neste plano é a formação profissional de empresários e operários nas áreas da higiene, tecnologia e qualidade da produção agro-alimentar.

Não me alongarei mais.

O que atrás referi são razões que me levam a julgar este Plano insuficientemente inovador e mal dotado para que possa constituir o motor da profunda mudança que o sector agrícola desta Região carece, com vista a vencer os desafios que se lhe colocam no futuro próximo.

Por isso, não lhe posso dar o meu acordo.

Tenho dito

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos das bancada do PSD)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É só para dar um esclarecimento ao Sr. Deputado.

O matadouro não vai ser feito no mesmo sítio. Vai ser feito no polígono da crosta submarina. Aquela zona vai ser toda requalificada.

Portanto, isso que o Sr. disse não está correcto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Humberto Chaves:

Permita-me repetir a informação que me foi transmitida pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas na reunião da Comissão de Economia.

Quando interpelado sobre essa questão, que é uma questão que me preocupa, porque se há matadouro que eu conheço bem é o de Santa Maria, porque lá tenho trabalhado todos os anos e sei perfeitamente as dificuldades que aquela localização coloca e comecei por uma dúvida de português e o que está escrito no Plano é: “beneficiar” e, portanto, beneficiar é trazer algo de novo, de melhor a um bem existente. (quando eu beneficio o mau automóvel não é comprando um automóvel novo).

Portanto, beneficiar pressupõe a manutenção do existente e interpelei o Sr. Secretário nesse sentido perguntando o que é que se pretendia para o matadouro de Santa Maria e o Sr. Secretário informou-me que realmente a Câmara Municipal de Vila do Porto pretendia manter o matadouro no mesmo local. Isso foi dito na Comissão de Economia e por isso é que eu referi esta questão aqui.

Deputado João Cunha (PSD): Isso é má informação do Presidente da



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Câmara, Sr. Deputado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Dá-me a impressão que o que o Sr. Secretário deve ter dito é de que a Câmara Municipal de Vila do Porto estava de acordo para se fazer no polígono da crosta submarina. É um edifício que existe e que vai ser beneficiado e adaptado para o matadouro de Santa Maria.

Toda a gente está de acordo. Tem bons acessos, não tem problemas de estar situado na zona histórica. Portanto, está mais que esclarecido.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): O que lá está escrito é beneficiar.

Deputado João Cunha (PSD): O Sr. Presidente da Câmara não comunga dessa opinião.

Presidente: Eu pedia aos Srs. Líderes Parlamentares para se acercarem aqui da Mesa para conversarmos sobre a programação dos nossos trabalhos. Pedia também ao Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

(Pausa)

Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No contexto social em que vivemos a Educação desempenha um papel extremamente relevante. Atrever-me-ia a dizer imprescindível ao bom funcionamento de uma sociedade. A Educação assume-se, actualmente,



como um bem fundamental para o ser humano. Aquele que lhe sugere formas distintas de entender o mundo, o que lhe faculta novos caminhos, o que lhe permite alçar-se acima da sua condição económica e social, o que lhe confere a capacidade de entender os outros e a de se entender a si mesmo, o que, em suma, o ajuda a formar-se e a situar-se perante a vida.

Na sociedade em geral e na sociedade açoriana, em particular, a Educação constitui um meio privilegiado de combate à baixa qualificação profissional que esta ainda apresenta, e que é motivada por diversos factores, de entre eles, o ainda significativo índice de iliteracia, o precoce abandono escolar e a fraca valorização da educação por parte de muitas famílias açorianas.

A Educação é basilar na formação de qualquer indivíduo, mesmo daqueles que o negam peremptoriamente, mesmo daqueles que abandonaram a escola convictos da opção que, então, tomavam. O nível de formação ou a falta dele condicionaram, inevitavelmente, o percurso destes indivíduos; daqui decorrendo uma conclusão lógica: a de que a valorização e o investimento no sector educativo devem ser privilegiados, por forma a garantir a progressiva mudança de qualificação dos recursos humanos.

A orientação seguida pelo anterior Governo da responsabilidade do P.S. assumiu, claramente, a valorização da Educação, por considerar que dela dependia, e continua a depender, o desenvolvimento desta Região. Compreendeu a urgência de se propiciar o sucesso educativo dos nossos alunos. Entendeu que, para que a Educação se efectivasse não bastava existirem pessoas interessadas em aprender e outras interessadas em ensinar, mas, tornava-se indispensável criar condições para que as escolas, progressivamente, se transformassem em lugares acolhedores, motivadores e adequados aos nossos alunos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros



do Governo:

Discutimos, hoje, nesta Assembleia, o Plano Regional de Médio Prazo e o Plano para o ano em curso. Um plano não deve ser entendido apenas como uma lista de verbas consignadas a um conjunto de projectos ou acções; o Plano deve ser compreendido enquanto reflexo inequívoco da postura assumida por um determinado governo. Enquanto materialização das prioridades subjacentes à sua política de actuação.

Nos últimos quatro anos assistimos a alterações significativas no sector regional da Educação. Alteraram-se prioridades, escolheram-se novas formas de resposta às questões, adoptou-se, em suma, uma postura distinta perante os problemas. E esta postura obteve resultados que importa agora consolidar. Como sejam a qualificação e valorização das pessoas, o sucesso educativo dos alunos e o investimento em construções escolares que tem vindo a assegurar a transformação das escolas em lugares acolhedores e propiciadores de bem estar.

Este Plano a Médio Prazo contempla um conjunto de acções fundamentais ao desenvolvimento do sistema educativo regional. Prevê um investimento singular na construção e conservação do parque escolar, prossegue no entendimento de alargar a rede de escolas básicas integradas, insiste na especialização do ensino secundário, e proporciona a integração no ensino regular do ensino vocacional da música e das artes.

Confirmando a valorização atribuída ao sector educativo no mandato anterior, este Plano a Médio Prazo apresenta um investimento sem precedentes na área do desenvolvimento das infra-estruturas educacionais. Com uma dotação superior a 21 milhões de contos para o quadriénio, que corresponde a 53% da dotação global do programa intitulado «Valorizar e Aumentar os Níveis de Protecção da Sociedade Açoriana», e a 10% do



investimento total do Plano Regional de Médio Prazo, este Plano consigna um investimento singular no sector educativo, ultrapassando anualmente os 5 milhões de contos, valor que não só duplica a dotação anual do anterior mandato deste Governo, como não encontra precedentes no investimento assumido por governos anteriores.

O Programa 17 «Desenvolvimento das infra-estruturas educacionais» prevê um conjunto de acções fundamentais para o desenvolvimento educativo. Por um lado, prosseguindo a ordem de prioridades traçada no anterior mandato, por outro lado, assumindo prioridades distintas.

Prevê-se a conservação dos edifícios escolares dos Ensinos Básico e Secundário feita com recurso aos respectivos fundos escolares, em consonância com a autonomia administrativa de que hoje, graças à acção do anterior governo, as escolas desta Região desfrutam. Assim, é-lhes atribuída a responsabilidade pela consecução de pequenas e médias obras e pela gestão do seu orçamento, entendendo que são as próprias escolas as melhor habilitadas para conhecer e atender às suas próprias necessidades.

Na passada legislatura o Governo assumiu a corajosa atitude de plasmar num único documento - a Carta Escolar - as necessidades regionais em termos de infra-estruturas escolares. Este documento, mais do que a inventariação dos edifícios que compunham ou deveriam compor o parque escolar da Região, corresponde a um instrumento orientador do desenvolvimento do sistema educativo. No âmbito das necessidades apontadas privilegiou-se o investimento no 1º ciclo do ensino básico, investimento que se prevê consumado nesta legislatura, e que envolve um montante superior a 2 milhões de contos que assegurará a completa reformulação de todo o parque escolar e deste ciclo de ensino, correspondendo a 10% da dotação global do Programa 17.



Na passada legislatura apostou-se, de facto, de forma convicta na reestruturação e remodelação das escolas do 1º ciclo, que se encontravam em elevado estado de degradação, correspondendo, na sua grande maioria, a edifícios do Plano dos Centenários, propiciando às crianças de então as mesmas condições do que às de há 40 anos atrás. Hoje grande parte destas escolas encontram-se recuperadas, reestruturadas, ou ampliadas, capazes, no fundo, de proporcionar aos nossos alunos condições melhores e mais adequadas ao tempo em que vivem.

Por outro lado, este Plano a Médio Prazo dá continuidade ao levantamento das necessidades apontadas pela Carta Escolar, propondo agora um investimento muito significativo nas infra-estruturas escolares dos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário.

Se é facto que alguns dos edifícios escolares dos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico sofreram intervenções na passada Legislatura, eles são, nesta Legislatura, assumidos como a grande prioridade. Assim, o investimento total na reparação, ampliação e adequação dos edifícios escolares destes ciclos aumenta substancialmente, a par da aposta em construções de raiz fundamentais para colmatar diversas dificuldades. São disso exemplo as acções de construção previstas para as Escolas Básicas com Ensino Artístico de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, ou da Escola Básica 2,3 dos Ginetes. A construção da EB2,3+Ensino Artístico de Angra do Heroísmo permitirá, por um lado, colmatar as dificuldades de sobrelotação do actual edifício onde funciona a Escola Básica 3/S Pe. Jerónimo Emiliano de Andrade de Angra do Heroísmo, por outro lado, proporcionará a separação, neste concelho, dos dois níveis de ensino por se consubstanciarem em filosofias distintas, devendo, por isso, ocupar espaços distintos. A construção da Escola Básica 2,3 dos Ginetes permitirá resolver



o problema da distância excessiva entre a freguesia de residência e a escola que o aluno frequenta. A evidente aposta na ampliação, remodelação ou construção de Escolas do 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e Secundário envolve uma parcela substancial da dotação global, que ultrapassa os 14 milhões de contos, correspondendo a mais de 67% do investimento global do Programa 17.

Outra das premissas subjacentes a este Plano a Médio Prazo é a aposta na adaptação funcional de edifícios escolares ao Ensino Secundário. Na sequência do alargamento da rede de escolas ministrando o Ensino Secundário torna-se fundamental proceder à reestruturação destes edifícios, nomeadamente, na criação de espaços laboratoriais adequados. Esta medida tem cabimento dentro da filosofia subjacente a esta política educativa que defende a criação, nas áreas escolares de baixa densidade populacional, de Escolas Básicas Integradas com Ensino Secundário. A adaptação das escolas ao Ensino Secundário envolve, como sabem, custos elevados, já que este nível de ensino requer infra-estruturas diferentes das exigidas pelo Ensino Básico. Assim, o investimento neste quadriénio, destinado à adaptação de edifícios escolares ao Ensino Secundário, que se faz acompanhar, na maioria dos casos, de grandes reparações dos edifícios escolares que o albergarão aproxima-se dos três milhões de contos, correspondendo a 14% da dotação global do Programa 17; contemplando Escolas Básicas de cinco ilhas distintas, começando pela EB2,3 Bento Rodrigues em Santa Maria, envolvendo as ilhas Flores, S. Jorge, Graciosa e o caso particular da Escola Básica 2,3 do Nordeste.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano de Médio Prazo que esta Assembleia tem a responsabilidade de



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

discutir e votar contempla um quadro favorável de acções fundamentais no âmbito da educação. Inscreve construções escolares prioritárias para esta Região. Prevê a adaptação de edifícios escolares ao ensino secundário. Calcula, sensatamente, a dotação das necessidades constantes de equipamento escolar e distribui os investimentos de forma equilibrada e proporcional. A criação de novos espaços, a melhoria de outros, a adequação de todos eles à realidade actual constituirão, certamente, um avanço na melhoria do sistema educativo, mas não o garantem por si só. Necessitam de ser coadjuvadas pela valorização das pessoas, particularmente dos alunos enquanto cerne do sistema educativo. E, nesta matéria, já nesta legislatura o Governo do P.S. deu garantias de o saber fazer ao sentar os alunos, como nunca antes se verificara, à mesa das negociações, valorizando a sua opinião e atendendo às suas expectativas. Por valorizar as pessoas e por reconhecer que o sucesso educativo é também condicionado por um espaço escolar adequado e atraente, este governo, à semelhança do que acontecera no mandato anterior, assegura o investimento na melhoria do parque escolar, entendendo-o como veículo privilegiado do sucesso das políticas educativas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Perante a evidência da melhoria significativa do investimento no sector educativo em relação a este Plano em relação aos precedentes, quer da autoria deste, quer da autoria de outros governos, cabe-nos aprovar as suas linhas de intervenção para que se concretizem as acções que nele se encontram consignadas.

Dotado de um investimento sem precedentes na área das infra-estruturas educacionais, reflectindo as preocupações evidenciadas na Carta Escolar,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

contemplando o desenvolvimento do sistema educativo assegurado, quer pela necessidade permanente de equipamentos escolares, quer pela formação contínua de docentes, este plano a Médio Prazo oferece todas as garantias de vir a ser bem sucedido. E se vier a ser bem sucedido aí tem, meus senhores, a garantia de que o sistema educativo regional e, com ele, os nossos alunos, terem sido bem sucedidos.

Disse.

Obrigado.

Deputado Francisco de Sousa (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Cláudia Cardoso:

Folgo muito em saber que tem sonhos cor de rosa.

A minha pergunta é a seguinte:

A Escola de S. Carlos abre no próximo ano?

A Escola da Levada abre em 2003?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, eu tenho sonhos cor de rosa e o Sr. fica com a parte dos espinhos.

(Risos e aplausos das bancadas do PS e do Governo)



(Voz inaudível do Sr. Deputado Joaquim Machado)

A Oradora: Não me interrompa, Sr. Deputado. Eu ainda não comecei e o Sr. já me está a interromper. Isto começa a ser uma confusão aqui dentro. O Sr. como deputado tem trazido, e muito bem, está a fazer o seu papel, a esta Casa preocupações legítimas.

Recordo-me da sua intencionalidade permanentemente literária, uma vez epistolografia,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito obrigado.

A Oradora: ... outra vez o diário e outras vezes os recortes de jornal. Portanto, essa variedade com que nos tem brindado, julgo que lhe deve também fazer perceber que eu trago aqui também as minhas preocupações legítimas e o que eu disse naquela tribuna é, de facto, aquilo em que acredito e acredito sinceramente. Penso que o Sr. também, se ler com atenção a dotação de verbas que estão neste Programa, acreditará que este é, sem dúvida, um Plano de investimentos, em termos de infraestruturas escolares, sem precedentes.

Portanto, julgo que a pergunta que me fez sobre a Escola de S. Carlos e sobre a Escola da Levada eu não posso garantir, porque, como sabe, não sou empreiteira, ...

(Risos da bancada do PS)

Deputado Joaquim Machado (PSD): Pela sua intervenção parece que é.

A Oradora: Parece que sou? O Sr. disse foi que eu tinha era sonhos cor de rosa, não disse que eu parecia.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O que interessa agora aqui é que eu não lhe posso dar uma resposta sobre isso, como deve calcular. Não lhe posso dizer que abrirá no dia tal, porque não sei. Agora, o que sei é que neste mandato, com certeza, qualquer um desses edifícios escolares se concretizará, disso tenho a certeza.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Cláudia Cardoso:

Eu também tenho sonhos cor de rosa com quem quero.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Ainda bem!

O Orador: Não sendo a Sra. empreiteira, mas tinha, pelo conhecimento que lhe reconheço que tem nestas matérias, a capacidade suficiente para saber se uma escola que ainda nem sequer foi iniciada se está ou não pronta no ano que vem.

Mas vou dizer-lhe que acabou de fazer uma afirmação que não é verdadeira e eu lamento muito ter de lhe dizer isso, porque a Escola da Levada nunca ficará concluída antes do ano 2006 e sabe porquê? Porque há um documento da Secretaria Regional da Educação e Cultura que estabelece as áreas pedagógicas de Ponta Delgada e freguesias limítrofes e esse documento diz, é um despacho assinado pelo Sr. Secretário, na sua última página, na alínea b) o seguinte: “No ano escolar 2005/2006, a EB 2,3 Canto da Maia, mantendo, para além dos alunos do seu território, os da Fajã de Baixo e Fajã de Cima, até ser construída a EB 2,3 Natália Correira (Levada).



Portanto, no ano de 2006 a Escola da Levada não está concluída.

Muito obrigado.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Isso é a sua conclusão.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Será concluída no mandato do PS.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O Sr. Secretário aplaudiu 2004 e escreveu 2006.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:

De facto eu tenho conhecimento dos atrasos sucessivos que houve em determinadas obras, mas deixe-me dizer-lhe, como sei que sabe também, que esses atrasos se verificam normalmente em qualquer tipo de obras de grande vulto. Já se verificavam no passado e continuam a verificar-se agora.

Infelizmente algumas das infraestruturas escolares que na Carta Escolar tinham uma data de execução, arrastaram-se, como sabe. Agora, penso que faz uma interpretação bastante redutora da Carta Escolar. A Carta escolar é um documento orientador...

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Isso está escrito em dois lugares no documento.

A Oradora: ... que com grande coragem este Governo assumiu e que anteriormente outros governos não tinham assumido, mas é também importante perceber que não vincula este Governo a terminar determinadas acções. Portanto, é um documento indicativo e orientador. Não é uma promessa e muito menos com datas fixas.

Portanto, o que lhe queria dizer é que devia interpretar este documento na sua verdadeiro acepção.



Entretanto o que acontece em relação à escola da Levada é que se ela ficar concluída em 2006, não é neste mandato e o Sr. tem toda a razão, mas recorda-se, com certeza, da altura em que também fez parte do governo, como gosta inclusivamente de mencionar, que houve muitas escolas que não ficaram completadas num único mandato e nessa altura também sei que houve alguém que lhe disse que não iam ficar e o Sr. afirmou que iam.

Portanto, as coisas muitas vezes não acontecem como nós queremos e desejamos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Está a ver!

A Oradora: Sr. Deputado Joaquim Machado, não podemos ver as coisas redutoramente. Trata-se duma Carta Escolar que engloba imensos investimentos e não vamos ficar só pela ilha de S. Miguel.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:

Já que estamos a falar de cartas eu também tenho nas minhas mãos uma carta que data de 1992 e que se chama “Plano de 1992”.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Era uma carta a Garcia!

O Orador: Era uma carta que não tinha a ver com Garcia, mas com João Bosco da Mota Amaral e que dizia assim:

“- Construção de uma escola tipologia C+S/30 turmas na Maia, 1992;

Construção de uma escola tipologia C+S/35 turmas na Ribeira Grande, 1992;

Construção de uma escola tipologia C+S/30 nos Ginetes, 1992;



Construção de uma escola tipologia C+S/35 turmas na Povoação, 1992”.

Portanto, estamos a falar de cartas.

Deputado Joaquim Machado (PSD): A minha lista é maior do que a sua e vou-lhe provar isso.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Vir a esta tribuna, no contexto parlamentar em que nos movemos e sobrevivemos, pode ser rotina para uns, desobriga para outros, cumprimento de dever para uns tantos, paixão democrática para mais alguns. É que tudo está feito pelo governo como, aliás, lhe compete, tudo merecerá o amen do PS, coisa que lhe fica muito bem e receberá as críticas da oposição, como é justo e salutar.

Do Pico falarei e do que nos está reservado para os próximos quatro anos de PMP, um conjunto de intenções, segundo se diz e para o ano em curso – 2001, um conjunto de programas e acções passíveis de serem concretizados, porque se perfilam em horizonte mais curto e com verbas mais apropriadas a uma eventual execução .

À cabeça de todas as intenções **a ampliação do aeroporto** e a criação das infraestruturas necessárias para a operação de aviões de médio e longo curso. Criadas que foram tantas expectativas em 1996 e 1997, que prosseguiram em 1998 e 1999 com alguma concretização em 2000, aguardamos com muita esperança o início de tão importante obra anunciado para o corrente ano. Terminada a obra, que tornará o Pico mais acessível ao mundo, será grande o nosso regozijo. Acreditamos que pode ser um passo importante para o desenvolvimento do Pico, desta subregião,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

dos Açores.

(Voz inaudível do Sr. Secretário Regional da Economia)

O Orador: Ouço vozes e penso que é o Sr. Secretário da Economia que durante este debate tem estado muito engraçado. Deve estar a aprender aí com o Sr. Secretário José Contente.

(Risos da bancada do PSD)

Já agora, Sr. Secretário da Economia, é pena não olhar para os outros dois Srs. Secretários, o Sr. Secretário Álamo de Meneses e a Sra. Secretária Fernanda Mendes que têm estado todos o debate com um ar sorumbático e meditabundo, naturalmente fazendo contas acerca da dívida da saúde.

O Sr. devia era de estar também meditabundo e sorumbático, porque também tem algumas contas para fazer.

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Mas continuemos naquilo que interessa.

A seguir, igual preocupação, ou talvez maior, para **a consolidação do Porto Comercial de S. Roque** porque ninguém sabe quanto tempo resistirá,...

(Voz inaudível do Sr. Deputado Dionísio de Sousa)

O Orador: Para o Sr. Deputado Dionísio de Sousa vou usar de caridade



cristã dada a sua idade, idade de vetusto do tempo que já tem nesta Casa.
Caridade Cristã!

... bem como para o ordenamento da baía, incluindo o porto de passageiros. **O Porto da Madalena**, local por onde nos Açores transita o maior número de passageiros – mais de três centenas de milhar - está também à espera que das intenções se passe à realidade.

Nas **estradas repavimentadas** “consola a andar” mas para cumprir a promessa de “fechar o anel” falta ainda muito, o que esperamos seja para esta legislatura. Não vislumbramos o necessário tratamento para a estrada transversal e para alguns ramais em estado acentuado de degradação. Nem uma palavra, nem um escudo, para a importante Estrada Cachorro-Barca. Será que vai mesmo em conjunto com as obras do aeroporto ou do porto da Madalena, como chegou a ser anunciado e, diga-se, tem todo o sentido pois que liga os dois maiores pólos de entrada e saída de pessoas da ilha?

Defender a Orla Costeira das Lajes é imperioso. Aqui, desde o sermão presidencial proferido em 1997 do alto da muralha da Vila, que temos visto de tudo: avanços poucos, recuos vários, paragens muitas. É um baralhar para dar de novo.

De verbas planeadas para tudo isto – e serão necessários muitos milhões – não vale a pena falar que são curtas... Hão-de aparecer as que faltam – vão-nos dizendo... E assim nos planeiam! E assim nos governam!...

A agricultura será sempre um sector importante do nosso viver colectivo. Por isso, vemos com agrado a nova Fábrica de Laticínios e os novos postos de recolha de leite a tomar forma, verbas destinadas à remodelação do Matadouro (um novo seria bem melhor!) que o converterá numa estrutura que, para além do abate, permitirá a certificação da carne, mas vemos com muita apreensão o abandono a que estão votadas as pequenas fábricas de



queijo típico do Pico a que não é alheio o não funcionamento do Laboratório do IAMA apto a trabalhar desde 1997 e anunciado para essa data, por decisão do Conselho do Governo.

Água à lavoura não parece para breve, apesar dos anúncios pouco convincentes do Secretário do sector. Para construir três reservatórios onde estão as verbas, como se abastecerão, em que locais se vão instalar? Sem as respostas a estas perguntas não podemos crer.

Não só precisamos de mais caminhos de penetração, mais que isso, os nossos lavradores têm de conseguir passar naqueles que de há muito têm vindo a ser abertos. A conservação deixa muito a desejar!...

Da Vinha e do Vinho direi simplesmente da necessidade da segunda fase da reconversão da vinha e da urgente remodelação e ampliação da Adega Cooperativa, com os indispensáveis apoios também ao marketing na procura de novos mercados e ao desenvolvimento de novos produtos.

A pesca será cada vez menos actividade exclusiva na vida daqueles que ainda se dedicam ao mar.

A pesca industrial vive maus momentos por falta de peixe, por falta de gente, por falta de vontade e, agora, segundo alguns iluminados, por inadequada dimensão da frota. Importa sustentá-la e à indústria que lhe está a jusante, pelo contributo importante às nossas exportações e pelos muitos postos de trabalho que absorve.

Da pesca artesanal pouco mais se pode esperar porque a gente está velha e cansada, os novos não querem, as condições logísticas não ajudam. As casotas de aprestos pouco trouxeram. As pequenas obras nos portos, esses sim, essenciais à actividade vão-se arrastando, sempre inacabadas...

Estou a imaginar alguns a aguçar os neurónios para debitar resmas de



falhas dos tais vinte anos de pretensa “escuridão”! Os poucos que ainda têm memória recordar-lhe-ão a obra feita. Os que, como eu, mais esquecidos lembrar-lhe-ão um passado mais recente de promessas não cumpridas, de omissões várias e dilações tantas, de tentativas vãs para tudo justificar.

Enquanto isto, dir-vos-ei mais: aquele coelho que o Secretário da Educação tirou da cartola em 1997...

(Risos da bancada do PSD)

...– **o da nova Escola das Lajes** – sem que ninguém lho tivesse pedido, está sem terrenos, sem projecto, sem verbas, atirado sabe-se lá para quando (que nem o Secretário sabe)...

Ao **património cultural e ambiental** continua a não se dedicar a devida atenção pois que as verbas são nuns casos poucas, noutros inexistentes: Museu do Pico - dos Baleeiros (ampliação), da Indústria Baleeira (musealização), do Vinho (sem mobiliário e sem recheio), aquisição das casas dos botes, recuperação do vasto património baleeiro (algum já irrecuperável) mereciam mais atenção nestes planos. Aqui, também, como no forte de Santa Catarina, no Convento de S. Pedro de Alcântara, na reconstrução das igrejas afectadas pelo sismo de 1998, vamos continuar a marcar passo.

Intenções, boas intenções para as paisagens protegidas da Vinha e da Montanha, para o nosso património espeleológico que os entendidos sublinham como do melhor. Para a recuperação da Fábrica da Baleia das Lajes e instalação do Projecto Científico da Biologia do Cachalote, se o meu contentamento não é com as verbas que não vão chegar, é com o



assumir dum projecto – estou contente, como viram, com algumas coisas que estão feitas - que pode complementar várias acções que se devem cada vez mais desenvolver neste verdadeiro santuário da baleação que é as Lajes do Pico.

Algumas **estruturas de apoio social** aos idosos, à infância e juventude, à comunidade em geral estão em curso e esperamos dotadas de verbas suficientes: Lar de Idosos de S. Roque e Lar de Jovens da Candelária têm entrada em funcionamento prevista para 2002. Outras são necessárias e, segundo o PMP, há intenção do governo avançar para a Remodações no Lar da Madalena, para um Centro de Ocupação de Deficientes, este para avançar em 2001.

Não se pode esquecer os polivalentes...

Deputado Francisco de Sousa (PS): Mais ainda?!

O Orador: ... para as freguesias da Piedade e Santo Amaro e o edifício sede de Segurança Social na Madalena (este para iniciar-se já em 2001) e que não se podem ver no Plano porque financiados por verbas extra.

Tenho, frequentemente, referido a **prática desportiva** na nossa ilha com o envolvimento de muitos jovens praticantes, dirigentes e treinadores. Prática com resultados excelentes a nível regional, nacional e até internacional. O Pico é a 2ª ilha com mais praticantes desportivos per capita, só ultrapassado por Santa Maria. A Associação de Ténis de Mesa do Pico, isto são só alguns exemplo, é a 2ª maior do País. Todas as freguesias do Pico têm atletas federados em várias modalidades e podíamos continuar com outros dados que configuram a necessidade de, no Pico, ser pelo Governo estruturado um Parque Desportivo à semelhança das sedes actuais da tripolaridade que se “estilhaça” quando convém e se mantém quando dá jeito.



Deputado Victor Cruz (PSD): *Muito bem!*

O Orador: A multipolaridade tem sido mais uma canção de embalar... Mais apoios para instalações e meios de transporte é, no mínimo, uma questão de justiça, de justiça equitativa.

Se **os Bombeiros** da Madalena vão ter, brevemente, um novo quartel, os das Lajes e S. Roque reclamam obras de remodelação e ampliação. Os esforços desta gente para bem da comunidade reclamam melhores condições de trabalho.

Diz-se do novo fôlego na **reconstrução**. Pudera! Depois de três anos a encher os pulmões...

Deputado Francisco de Sousa (PS): Não têm falta de ar.

O Orador: ... não podíamos esperar outra coisa. Foi muito tempo desperdiçado, mesmo admitindo os realojamentos e os projectos. Isto e mais todas as asneiras que foram feitas (os alertas surgiram de muitos lados) e todo o tempo perdido não podem ser abafados pela maior celeridade que o tempo se há-de encarregar de julgar.

Em suma, parafraseando o meu colega Duarte Freitas, “somam-se as obras com dotação às promessas sem verbas, multiplica-se pelos anúncios sucessivos e como resultado passa-se mais um ano, dois, três e quatro com metade do que se prometeu, mas com a vantagem de se poder continuar a falar do mesmo”.

Até que vos deixem...

Disse. Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Presidente: Srs. Deputado, atingimos a nossa hora regimental. Os pedidos de esclarecimentos ficam para amanhã de manhã, pelas 10,00 horas.

O Sr. Secretário da Mesa vai anunciar os tempos disponíveis dos diferentes partidos e do Governo.

Secretário (Raúl Rego): Tempos disponíveis:

Partido Socialista – Tempo gasto 96m, tempo disponível 204m

Partido Social Democrata – Tempo gasto 102m, tempo disponível 108m

Partido Popular – Tempo gasto 48m, tempo disponível 12m

Partido Comunista Português – Tempo gasto 18m, tempo disponível 42m

Governo – Tempo gasto 84m, tempo disponível 216m

(Os trabalhos terminaram às 20 horas e 5 minutos)

Diário da Sessão n.º 017 de 05/04/01

Ontem, quando terminámos os nossos trabalhos, estavam inscritos 2 Deputados para pedidos de esclarecimento, por isso, dando seguimento ao debate de ontem, tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Manuel Azevedo:

Mesmo prejudicado por só hoje poder usar da palavra, procurarei, mesmo assim, recuperar nas minhas notas o essencial da sua intervenção.

Não vou abordar as questões que teremos oportunidade de esclarecer nos debates sectoriais que vão acontecer hoje e amanhã, onde o Sr. Deputado voltará a recolocar oportunamente. Contudo, permita-me esclarecer



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

algumas questões de ordem genérica ou outras, cujo debate sectorial já foi realizado.

Tal como já havia sucedido com um comunicado do PSD do Pico, o Sr. Deputado não foi capaz de referir aqui uma única acção, nas suas palavras promessa, que tivesse ficado esquecida neste PMP. Estranhei.

Também estranhei que não se tivesse referido aos 5 milhões, alegadamente em falta neste PMP para o Pico. Será porque não concorda com este número, ou será que essa questão fica para os especialistas?

Já que estamos a falar em milhões, Sr. Deputado, este PMP tem desagregado para o Pico, 20 milhões de contos.

Sabe quanto é que o último PMP aqui aprovado tinha desagregado para o Pico? 4,1 milhões de contos.

Mais. O Plano de 2001, tem uma verba desagregada para o Pico com cerca de 5 milhões de contos.

Como se vê facilmente, por aquilo que eu acabei de dizer aqui, não há taxa de conversão que valha a V. Exas..

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente também para tecer duas ou três considerações em relação à intervenção do Sr. Deputado Manuel Azevedo e porque não há futuro sem presente, nem presente sem passado, vou fazer aqui uma breve referência ao último Plano aprovado nesta Casa, no último Governo do PSD.

As verbas desse Plano e do Plano 2001-2004, são substancialmente diferentes e cresceram também ligeiramente acima do valor da inflação, ou seja, cresceram 477,56%.



Relativamente a algumas questões específicas, nomeadamente à dinamização da actividade económica, as verbas cresceram 254%.

No que se refere às pescas, uma questão frisada na sua intervenção, as verbas cresceram 313%.

Quanto aos transportes marítimos e às infraestruturas, nomeadamente os portos comerciais, também houve aqui um crescimento um pouco acima da inflação, ou seja, 1109%.

Relativamente aos transportes aéreos, cresceu 763%.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Vai ganhar o Prémio Nóbel da Economia!

O Orador: Muito obrigado, Sr. Deputado. Eu sei que tem por mim alta estima e consideração.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

No que se refere a algumas questões em concreto, como a ampliação do porto do Pico, a obra de consolidação desse porto está a andar e não é só a consolidação, é um pouco mais do que isso, uma vez que a construção da cabeça monolítica permite melhorar substancialmente o porto comercial.

Este porto vai melhorar substancialmente.

Como o Sr. Deputado sabe, no que se refere ao porto de passageiros, no interior, aquela obra dá-se num porto que não tem espelho líquido, não tem bacia de manobra, portanto, tem muitas limitações. Por isso, não permite no seu interior grandes obras.

O porto de passageiros a fazer no interior, só se for mesmo muito no interior, tipo Lagoa do Capitão.

Quanto ao aeroporto, ele também está a andar.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

As estradas já estão em fase de conclusão (62 quilómetros de tapete betuminoso). É claro que podia faltar menos, se em 20 anos tivesse sido colocado nem que fosse só um metro desse mesmo tapete.

Relativamente à orla costeira, o problema é outro. Eu percebo que agora “esteja a fugir ao tapete”, porque é difícil ao fim de 20 anos, dizer que não se fez nada e daqui a dois meses temos um estudo preliminar, em seguida um projecto e para o ano a obra, mas isso é fatal como o destino.

No que se refere a essa matéria, acabou-se “o sexo dos anjos”. Essa discussão não se vai fazer. Portanto, vamos passar também à obra.

Quanto ao abastecimento de água à lavoura, a verba que está no Plano de 41 mil contos, permite um investimento superior a 300 mil contos. Portanto, os valores do Plano mais uma vez não foram bem analisados em função dos globais e relativamente ao resto dos fundos.

Em relação à pesca, a verba que está consignada de 93 mil contos, permite um investimento superior a meio milhão de contos. É claro que podiam ter sido feitos mais investimentos.

Por exemplo, na Legislatura passada, podiam ter sido feitos outros investimentos. As verbas que foram gastas para fazer o saneamento financeiro à lavoura que os senhores levaram à falência, podiam ter sido investimento, mas infelizmente não puderam ser.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Educação e Cultura)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.



Deputado Manuel Azevedo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não tenho tempo!

De qualquer maneira, meteram-se por números. Quero apenas dizer que vou entregar-vos a minha intervenção que de números só tem a numeração das páginas. Não há mais nenhum número na minha intervenção.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Deputado Hernâni Jorge (PS): E os 5 milhões de contos?!

A folha nem era laranja, era branca!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de fazer aqui, embora com as limitações que o tempo impõe, uma apresentação daquilo que são as linha de orientação do Plano a Médio Prazo 2001-2004 e do Plano e Orçamento para 2001, no que se refere às áreas que estão sob a tutela da Secretaria Regional da Educação e Cultura.

No caso vertente, temos a área da educação, a área do emprego e da juventude, a cultura e o desporto. São quatro programas que são o núcleo central daquilo que no programa é investimento na melhoria dos recursos humanos, na melhoria da qualidade de vida das pessoas e, particularmente, na melhoria da empregabilidade e daquilo que é hoje o principal recurso das sociedades modernas, ou seja, a melhoria da qualidade dos recursos humanos.

Começando pela área da **Educação** que é aquela que merece o maior investimento, eu gostaria de vos fazer uma breve caracterização da situação do nosso sistema educativo.



Em termos da população activa — população activa essa que no 1º trimestre do ano 2000, ultrapassou as 100 mil pessoas empregadas — nós temos estatísticas que não são nada favoráveis.

Entre os nossos activos, 10% deles declaram ter menos do que o 4º ano de escolaridade completo; 40% deles têm apenas 4 anos de escolaridade completos e 25% têm o 6º ano de escolaridade. Isto significa que nós temos mais de 70% da nossa população activa com 6 ou menos anos de escolaridade, isto numa União Europeia em que mais de 60% da população tem 9 ou mais anos de escolaridade, o que nos coloca numa posição muito difícil em termos de competição dos nossos trabalhadores, com os restantes trabalhadores europeus e numa situação penalizadora da sustentabilidade do nosso crescimento económico.

Efectivamente, ao longo de muitas décadas, eu diria mesmo, ao longo quase de um século, no nosso país descorou-se o investimento na educação, algo que não aconteceu na generalidade dos outros países da Europa. A factura desse descorado investimento na educação ainda está a ser paga pela nossa geração e, diria mais, ainda gerações futuras irão pagar, porque mesmo com a taxa de investimento enorme que tem sido feita nos últimos anos, ainda demorará muito tempo até que tenhamos uma estrutura educativa que responda às necessidades dos nossos jovens. Mais do que isso: o investimento na educação é sempre um investimento que produz resultados a médio e a longo prazo.

Ainda há muita gente, inclusivamente jovem, conforme as estatísticas visam, que ainda tem uma escolaridade extremamente deficiente.

Em termos do parque escolar e para vos dar uma ideia da evolução da situação do nosso parque escolar, eu diria que entre as escolas do 2º e 3º ciclos do Ensino Secundário dos Açores, nós temos 7 escolas com menos



de 500 alunos, 7 escolas com uma população escolar compreendida entre os 500 e 700 alunos, 5 escolas entre os 700 e mil alunos e 12 escolas com mais de 1000 alunos.

A maior escola da Região, a Escola Gerónimo Emiliano de Andrade, em Angra do Heroísmo, este ano lectivo tem 2.315 alunos a frequentá-la.

Estes valores demonstram claramente a necessidade de continuar a investir no parque escolar e a necessidade de continuar a investir em escolas de pequena dimensão que contribuam para a progressiva diminuição das populações escolares em cada uma das nossas escolas.

É evidente que nas cidades mais populosas, teremos que manter escolas com alguma dimensão, mas o ideal seria que a maioria das nossas escolas fosse para o grupo dos 700 alunos. Essa é uma meta que, infelizmente, ainda não vai ser atingida neste quadriénio, mas vamos dar passos nesse sentido.

Por outro lado, a demografia está a ter um impacto profundo sobre o funcionamento das escolas.

A Escola Jerónimo Emiliano de Andrade já teve mais de 3 mil alunos. Hoje está com 2315.

A generalidade das escolas perdeu alunos e neste momento têm populações que se situam entre 15 e 20% inferiores ao seu pico que ocorreu por volta de 93/94.

Se estes números são por si eloquentes, eles não revelam toda realidade. Há também que olhar para a qualidade dos edifícios escolares e para a qualidade das infraestruturas escolares que nós temos.

Nos Açores, temos algumas das melhores escolas do país, mas também temos algumas que, em termos de estrutura, de construção e em termos de



qualidade, não correspondem àquilo que deve ser a escola de um país moderno.

Infelizmente, temos um grupo de escolas dos anos 80 que, devido a um projecto extremamente deficiente, se hoje tivéssemos disponibilidades financeiras que o permitisse, seriam integralmente substituídas. Escolas tipo modelo que existem, como a do Canto da Maia ou as escolas da Graciosa ou São Jorge, são escolas que do ponto de vista do seu conceito e da sua estrutura, não satisfazem as necessidades do sistema educativo.

São escolas que, estou seguro, daqui a algumas décadas, haverá com certeza disponibilidade para as substituir e retirar de funcionamento muitas delas.

Em termos de ensino secundário, no cumprimento daquilo que está na lei de bases e daquilo que são os novos currículos apontados, vamos tentar iniciar o processo de especialização e de separação em relação ao ensino básico.

As escolas dos Açores apresentam aí um panorama bastante melhor. Temos 9 escolas do ensino secundário com menos de 500 alunos, duas entre os 500 e 700, 1 entre os 700 e os 1000 e apenas 4 com mais de 1000 alunos, ou seja, a Antero de Quental, Laranjeiras, Domingos Rebelo e Jerónimo Emiliano de Andrade.

Contudo, não é apenas de edifícios que se faz o sistema educativo, aliás, os edifícios apesar de serem importantes não são de maneira nenhuma a única vertente ou a vertente mais importante, já que a ampliação da qualidade das escolas, mostra que não há uma correlação directa entre a qualidade do edifício e a qualidade do processo educativo, antes pelo contrário.



Há também a vertente humana que é essencial no sistema educativo e nessa vertente avançámos mais depressa do que aquilo que avançámos em termos de infraestruturas.

A fase inicial dos concursos para o próximo ano lectivo já decorreu e pelo número de candidatos e sua qualidade, permite-me afirmar que no próximo ano nós teremos um corpo docente que será quase todo ele profissionalizado.

As restrições que durante décadas existiram em termos de pessoal preparado para as nossas escolas, estão quase ultrapassadas e hoje o número de docentes não profissionalizado é cada vez mais pequeno e neste momento já teria de ser residual.

Em termos de investimento na área da educação, no Plano, as principais linhas orientadoras são, por um lado, a construção de escolas de vizinhança, reduzindo os tempos de transporte e a sobrelotação das escolas existentes; por outro, a melhoria da qualidade das escolas e destaco aqui a melhoria das escolas do 1º ciclo onde ainda há alguma coisa a fazer e a melhoria das escolas onde funciona o ensino secundário e que não foram construídas de raiz para esse fim; por outro lado, a reconstrução daquelas escolas cujos edifícios estão muito degradados têm uma qualidade construtiva que nalguns casos nem sequer aconselha que seja feito investimento neles.

Em termos de formação de pessoal docente e não docente, há também aqui prioridades claras. Em termos do pessoal docente, para além do processo de formação contínua — que é necessário e é preciso manter e reforçar — há também um investimento que nestes próximos 4 anos terá um peso muito grande, ou seja, o investimento na formação complementar e de qualificação para os professores do 1º ciclo e para os educadores de



infância que agora vão ter a possibilidade de pedir uma equivalência a licenciatura.

Esse investimento é extremamente grande e envolve cerca de 1500 docentes na nossa Região. Não ficará completo nos próximos 4 anos, mas ficará quase completo, aliás, a nossa Região, neste momento, é percentualmente aquela que tem um maior número destes docentes em formação.

Também na área do pessoal não docente, há novas exigências e novos desafios. Com a publicação do Decreto-Lei 515/99, foram reestruturadas as carreiras do pessoal não docente da educação e foi criada a carreira de assistente da educação, que tem uma função muito diferente dos antigos contínuos ou dos actuais auxiliares da acção educativa. Eles têm funções que são essencialmente pedagógicas e que exigem formação muito aprofundada.

A Região, em breve, vai iniciar a contratação desses assistentes de educação e a reconversão daqueles auxiliares de educação que satisfaçam os requisitos legais para tal. Isso implicará o lançamento de um programa de formação que terá que ser exigente em termos de tempo e de qualidade e terá que abranger um número muito elevado de funcionários.

Para fazer face a estes investimentos e a estas orientações, no próximo quadriénio vamos dispor do maior volume financeiro em Plano, que jamais foi feito na nossa Região em termos de investimento em infraestruturas educativas. São 21,5 milhões de contos para investir nos próximos 4 anos.

A esses 21,5 milhões de contos, ainda acresce 1,1 milhões de contos para equipamento e formação, dos quais 300 mil contos são para formação do pessoal docente.



Utilizando uma taxa de comparticipação na ordem dos 85%, com estes 300 mil contos seria possível fazer um investimento na ordem dos 2 milhões de contos em formação. Não vai ser possível fazer tanto, porque há alguns aspectos que não são co-financiáveis, mas estes 300 mil contos garantem, pelo menos, 1,5 milhões de contos em formação do pessoal docente e não docente.

Isto faz com que o investimento previsto para o sector da educação, nos próximos 4 anos, ultrapasse os 24 milhões de contos. Efectivamente, é um investimento muito grande. É o maior investimento que já se fez.

Nós, em cada um dos anos, dos próximos 4 anos, vamos investir mais do que aquilo que foi investido em cada um dos quadriénios anteriores.

Se me perguntarem se isto é suficiente, eu dir-vos-ei que não. É evidente que este é um esforço muito grande, é um esforço que representa um crescimento na ordem dos 500%, mas a verdade é que o nosso parque e o nosso sistema educacional vão continuar a precisar da manutenção deste esforço de investimento para outros planos futuros.

Vai ser preciso manter este esforço de investimento pelo menos durante mais uma década, para nós termos um parque escolar que satisfaça cabalmente as necessidades dos nossos jovens, mas a verdade é que estão a ser dados passos decisivos.

As escolas que temos hoje, não são nada parecidas com as escolas que tínhamos antes e estou seguro que depois destes 4 anos, será dado outro salto qualitativo em termos de qualidade do nosso parque escolar.

Passando agora à área da **Juventude e Emprego**, o Governo prevê um investimento da ordem dos 2,3 milhões de contos neste quadriénio, dos quais 1,1 milhões de contos se destinam às políticas de juventude onde avultam o apoio ao associativismo juvenil e as actividades das diversas



associações juvenis e os aspectos de mobilidade juvenil, sendo este último um dos aspectos essenciais, particularmente a situação arquipelágica como a nossa, em que os jovens precisam de ter oportunidade de conhecer outros espaços e outros horizontes.

Na área do emprego, o investimento directo é de 1,2 milhões de contos, aos quais acresce ainda 1,3 milhões de contos por ano, ou seja, 5,2 milhões de contos em cada um dos anos, proveniente do orçamento do Gabinete de Gestão Financeira do Emprego.

Este investimento, utilizando a comparticipação do Fundo Social Europeu, permitirá que ao longo dos próximos 4 anos, o investimento na área da formação e do emprego, ultrapasse os 25 milhões de contos. É também um investimento sem precedentes em termos passados e é um investimento que vai permitir dar cabal execução ao Plano Regional de Emprego e resolver os problemas de empregabilidade que ainda afectam alguma camada da nossa população, particularmente, o desemprego feminino.

Os Açores, neste momento, vivem uma situação de pleno emprego masculino, mas do ponto de vista do emprego feminino ainda existem algumas restrições que já estão a ser ultrapassadas. Gostava de vos dizer que o Plano de Formação para a área do turismo, vai abranger cerca de 800 mulheres no próximo ano das 2.300 que estão inscritas nos Centros de Emprego disponíveis para trabalhar.

Nós queremos que o Plano Regional de Emprego tenha plena execução, porque temos os meios para isso e queremos garantir que nenhum desempregado fique mais do que 6 meses sem que lhe seja oferecido emprego ou formação.

Na área da **Cultura**, o investimento previsto é de 6,1 milhões de contos, 1,6 milhões de contos destinam-se à dinamização das actividades culturais,



ao qual acresce ainda o orçamento privativo do Fundo Geral da Acção Cultural de 200 mil contos por ano, o que corresponde a mais de 800 mil contos.

Este investimento destina-se essencialmente a apoiar e a participar as actividades dos diversos sectores na área cultural, desde as filarmónicas até às diversas artes. É por aqui que se faz o apoio.

Temos ainda 4,1 milhões de contos que se destinam à defesa e valorização do património cultural. A esta verba ainda acresce 400 mil contos destinados especificamente para investimento na cidade de Angra do Heroísmo e na preservação do património na cidade classificada como de Património Mundial.

Em termos de obras, as mais importantes nesta área, têm a ver essencialmente com o sistema de bibliotecas e arquivos. Esta é uma das áreas em que é preciso manter o investimento.

No último mandato foi feito um investimento extremamente elevado na Biblioteca e Arquivo de Ponta Delgada. Agora há que prosseguir para Horta e para Angra.

Na área do **Desporto**, o investimento previsto é de 4,6 milhões de contos, dos quais 2 milhões se destinam a infraestruturas, 1,9 milhões às actividades desportivas, ao apoio aos diversos sectores da área desportiva, e 700 mil contos à promoção e formação na área do desporto.

Para além deste investimento de 4,6 milhões de contos, acresce ainda 3,4 milhões de contos, ou seja, 850 mil contos em cada um dos anos do quadriénio, provenientes do orçamento do Fundo Regional do Fomento do Desporto que investe essencialmente na área do apoio à actividade desportiva, ou seja, os 1,9 milhões de contos da actividade desportivo, são apenas uma parte, a parte mais pequena do total, já que o essencial da



actividade desportiva é financiado através do Orçamento Privativo do FRED.

São investimentos globais que ultrapassam os 6 milhões de contos que vão permitir trazer para a área desportiva outro dinamismo e vão permitir manter o investimento em termos da melhoria da qualidade da infraestrutura desportiva da Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Este Plano a Médio Prazo e o Plano e o Orçamento para este ano trazem para a área que é tutelada pela Secretaria Regional a Educação e Cultura, um conjunto de investimentos extremamente vasto. É indubitavelmente um dos maiores investimentos que jamais se fez nesta área.

Eu não quero entrar na questão dos números, das taxas, das percentagens e dos crescimentos, mas dir-vos-ia que em muitas das áreas o crescimento é superior a 5 vezes aquilo que era o investimento médio em quadriénios passados.

Estes investimentos, particularmente o investimento na área das infraestruturas da educação, vão permitir continuar a execução da Carta Escolar.

Eu queria terminar frisando algumas palavras sobre a Carta Escolar, porque sei que esta é uma questão que apaixona alguns dos Srs. Deputados aqui presentes.

A Carta Escolar, meus senhores, é um investimento, tal como o Plano Orientador do Investimento.

É uma carta concedida em 1998 a preços desse ano e aponta um conjunto de prioridades que se mantêm perfeitamente válidas nos nossos dias, como naquela altura.



Como a própria Carta Escolar diz num dos seus primeiros artigos, deverá ser periodicamente ajustada. Depois da aprovação do Plano a Médio Prazo, a Carta Escolar deverá ser necessariamente ajustada em dois sentidos: por um lado, em termos dos preços, porque esses tiveram uma evolução que não era aquela que nós esperávamos. Hoje os preços estipulados para cada um dos investimentos é bastante superior àquele que se esperava. Por outro lado, porque há sempre novas prioridades e ajustamentos que têm que ser feitos.

Agora, meus senhores, aquilo que era o esqueleto essencial da Carta Escolar, ou seja, a criação das escolas básicas integradas, a criação de escolas de pequena dimensão, a especialização do ensino secundário, a melhoria da rede do primeiro ciclo, são objectivos que continuam a ser perfeitamente válidos e são objectivos que nós queremos cumprir.

O facto de estarmos a apresentar perante esta Câmara um investimento tão elevado na área da educação é uma manifestação clara e inequívoca do empenho deste Governo no cumprimento daquilo que são os objectivos da Carta Escolar.

Citando uma Sra. Deputada, eu não sou empreiteiro. Obviamente, nenhum de nós pode garantir que a escola A ou a escola B fica pronta na data A ou na data B.

Aquilo que podemos garantir é o empenhamento e o esforço no sentido de que as prioridades da Carta Escolar sejam cumpridas. Esse empenhamento e esse esforço existem, vão continuar a existir e os meios necessários para isso estão consignados no documento que está perante vós.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O futuro já demonstrou que nós, nos últimos 4 anos, fomos capazes de dar uma volta à infraestrutura escolar da Região e os próximos 4 anos vão ser a continuação disso, ainda com mais recursos, mais vigor e experiência.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Eu não vou falar da Carta Escolar. Vou falar de um documento bem mais recente que também é da sua responsabilidade, isto é, o manifesto eleitoral do PS para a Ilha Terceira, onde V. Exa. era o cabeça de lista.

Nesse documento prometia-se — passo a citar:

“Concluir os investimentos na nova Escola de Ensino Artístico de Angra do Heroísmo e Francisco Ornelas da Câmara.

Construir e pôr em funcionamento as novas Escolas de Ramo Grande e Ferreira Drumond.”

No PMP não se prevê a concretização efectiva de nenhum destes investimentos.

As novas escolas têm o seu início previsto para 2004, logo não podem ser construídas e postas em funcionamento, é impossível e para os outros investimentos prevê-se o seu início em 2002, por isso muito dificilmente poderão ser concluídos.

Isto está escrito e foi dito. O senhor era o cabeça de lista e agora é o Secretário Regional da Educação.



É um lapso informático?

Por enquanto não foi corrigido, ou então é mais uma promessa não cumprida.

Estão a assumir, de facto, o critério que define a actuação deste Governo, isto é, não cumprir as promessas.

Mais uma vez é um contrato que ficou por cumprir.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Clélio Meneses:

Em relação a duas das escolas que o senhor aí citou, há a firme intenção de as concluir neste mandato. A Escola do Ensino Artístico chamada de São Carlos e a Escola Francisco Ornelas da Câmara, se tudo correr como esperamos, nas próximas semanas serão adjudicadas para obra. Nós temos a intenção de as concluir.

Em relação às outras duas escolas, nós estamos a trabalhar nos projectos.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Então por que é que disse que ia concluir?

O Orador: Não quero estar aqui a citar de memória, mas o que está no nosso manifesto julgo que não corresponde exactamente àquilo que o Sr. Deputado disse.

O que vem aí escrito...

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Construir e pôr em funcionamento. Não sabe o que é que escreveu?

O Orador: ... é que nós vamos construir essas escolas. Temos toda a intenção de as construir e estamos a trabalhar nelas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Essas últimas duas escolas não ficarão concluídas neste mandato. Serão lançadas, ficarão em andamento e serão obras que nós vamos iniciar.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Está assumir que não cumpre as promessas?

O Orador: Não senhor, não estou. Estou a assumir que nós vamos cumprir aquilo que temos prometido.

As obras da Escola do Ensino Artística e da Escola Francisco Ornelas da Câmara, nos próximos meses terão início.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Estou esclarecido. Mais uma vez foi para ganhar votos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação:

Registo com muito desagrado que sendo Secretário Regional não sabe quando começam e quando acabam as obras na sua Secretaria. É uma verdadeira vergonha que isso aconteça.

Tendo dito que não é empreiteiro, atrevo-me a fazer-lhe 3 perguntas, concretamente sobre a Escola 2,3S de Santa Cruz da Graciosa:

— O que é que se vai fazer lá?

— Quanto custará?

— Quando irá começar e terminar essa obra?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Clélio Meneses:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Gostaria de lhe dizer que essas 4 escolas que o Sr. Deputado vê previstas para a Terceira é um investimento de grande vulto, a par de reparações a nível do 1º ciclo.

O Sr. Deputado com certeza não esperava que num único mandato nós fizéssemos 4 obras com um investimento tão avultado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): É que escreveram que iam pôr em funcionamento!

A Oradora: Sr. Deputado, nós vamos contemplar essas 4 escolas neste mandato. Elas estão contempladas com investimento em 2004.

Relembro-lhe que na altura em que os senhores eram governo, faziam uma escola de grande vulto, por cada quadriénio.

No ano de 96, o vosso relatório de execução, na dotação, tinha zero escudos para Ilha Terceira. Portanto, não espere que em 4 anos nós façamos 4 escolas.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Os senhores é que prometeram que iam fazer.

Deputado Francisco Sousa (PS): Somos 6 contra 3!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Pois, para vocês só conta o poder!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na minha intervenção terei oportunidade de contrapor alguns dados bem mais reais do que aqueles que o Sr. Secretário apresentou e que provavelmente vão desmentir muitas das suas afirmações.

Para já gostaria de dizer que a sua afirmação e o seu compromisso de realmente executar as duas escolas da Ilha Terceira, que agora referiu e não as 4 que prometeu, vale tanto como uma promessa que aqui fez neste



Parlamento em 1997, dizendo: “destacar neste programa o investimento da nova escola de Angra, da Secundária de Ponta Delgada e da nova Secundária da Horta”. O seu compromisso feito há bocadinho vale tanto como este que já tem 4 anos.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Esse valeu porque o projecto já está feito!

O Orador: Sr. Secretário, das obras previstas para concluir este ano na Carta Escolar, quais as que ficarão concluídas?

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

Deputado Manuel Avelar (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à escola da Graciosa, gostava de explicar ao Sr. Deputado João Cunha que a ampliação da mesma já está pedida há mais de 10 anos e o senhor sabe disso tão bem quanto eu, porque eu era Presidente do Conselho Executivo.

Deputado João Cunha (*PSD*): E o senhor já está há 5 no poder e ainda não fez nada!

O Orador: Muito obrigado, agora é que cheguei aqui

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Em 94/95, a Secretaria Regional da responsabilidade do PSD, foi visitar a escola e pretendeu fazer algumas obras de ampliação, as quais nunca chegaram.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Em 97, aquando da visita do Governo, foi prometida a ampliação da escola. Foram dados os passos necessários a partir desse ano, o projecto está pronto.

Deputado João Cunha (PSD): O projecto está pronto?

O Orador: Está sim senhor!

Deputado João Cunha (PSD): Tem a certeza?

O Orador: Tenho a certeza, deixe-se estar descansado!

Deputado João Cunha (PSD): Quanto é que custa?

O Orador: Isso eu não sei!

Deputado João Cunha (PSD): Ah!

O Orador: Sr. Deputado, deixe-se estar descansado, porque o projecto já está pronto e o senhor sabe que ele atrasou um bocadinho, porque foram os próprios órgãos internos da escola que pediram alterações. O senhor está a par desta situação.

Brevemente vai ser lançado o concurso e este ano ainda vai ter início a obra.

Obrigado.

Deputado João Cunha (PSD): Quando é que acabará?

Deputado Dionísio Sousa (PS): Acaba quando chegar ao fim!

Deputado João Cunha (PSD): O vosso mal é esse, é que nunca sabem quando é que começa e quando é que acaba!

Presidente: Srs. Deputados, os nossos trabalhos hoje prometem. O dia está muito animado, mas vamos ver se conseguimos disciplinar os nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Apenas para prestar dois breves esclarecimentos que me foram pedidos.

Em relação à Escola 2,3 da Graciosa, nós temos um projecto concluído e temos o concurso em vias de lançamento. A breve trecho o Sr. Deputado terá notícias do lançamento do concurso para a empreitada.

Quanto é que vai custar? Isso depende da adjudicação. A devido tempo também o senhor saberá, porque agora eu também não sei.

Deputado João Cunha (PSD): Isso sei eu, é que o senhor sabe muito pouco!

O Orador: Em relação às obras que ficarão concluídas ou não este ano, também não sei.

Eu posso dar-lhe o relatório de execução das obras e então o senhor saberá.

Deputado Joaquim Machado (PS): Não sabe, mas eu sei!

O Orador: Faz muito bem, eu agradeço a informação. Faça favor.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Só sabem é prometer!

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Clélio Meneses:

V. Exa. de tanto se repetir, parece daqueles antigos discos de 45 rotações que nós tínhamos que dar um saltito na agulha senão ficava sempre no mesmo sítio.

V. Exa. em apartes ou não, insinua sempre que houve aqui uma cabala terrível, que se verificou um engano. Várias vezes V. Exa. utiliza a palavra enganar os eleitores.

Vamos aos esclarecimentos:



Isto é o manifesto eleitoral do Partido Socialista da Ilha Terceira. Não sei se V. Exa. tem, mas se não tiver terei todo o prazer em oferecer uma fotocópia do mesmo.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Tenho aqui um!

O Orador: Ótimo! Então se V. Exa. sabe ler, verá que no capítulo “Educação” diz o seguinte:

“Iniciar o processo de construção das novas Escolas EB 2,3 do Ramo Grande e Ferreira Drumond, conforme foi estabelecido pela Carta Escolar aprovada pelo actual Governo.

Finalizar o investimento da cooperação e ampliação da rede escolar.

Construir e equipar a Escola Básica de Ensino Artístico de Angra do Heroísmo.”

Deputado Clélio Meneses (PSD): O Sr. Deputado concorreu pela Terceira?

O Orador: “Ampliar e remodelar a Escola Básica Francisco Ornelas da Câmara”

Por sua vez, o jornal de campanha que também foi distribuído na ilha, diz o seguinte, em termos de educação:

“Assumimos as obras da Escola de São Carlos, Francisco Ornelas da Câmara e concluir a reformulação total da rede do 1º ciclo e educação do pré-escolar, incluindo as escolas do Porto Martins, Serra de Santiago, Santa Cruz e Pico da Urze”.

Se V. Exa não sabe ler, isso já é um problema que não nos diz respeito. Agora, não utilize, sistemática e continuamente, a tática da acusação ou da insinuação de mentira, porque senão terei que ser obrigado a concluir que V. Exa. partilha da máxima que uma mentira repetida mil vezes se torna numa verdade.



Muito obrigado.

Vozes dos Membros do Governo: Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário da Educação:

O senhor não sabe responder quais as obras que estão previstas concluir este ano, porque não quer. De facto, não vão ficar concluídas, mas eu digo quantas são.

De 8 previstas para este ano, já concluiu uma, a da Maia, que ainda este ano terá meio milhão de contos para concluir o pagamento (1 de 8).

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): E quais são as outras:

O Orador: Eu digo-lhe quais são as outras.

A do Ginetes estará pronta este ano?

As obras de reparação da Ornelas da Câmara, estarão prontas este ano?

As obras de reparação da Escola de Santa Cruz da Graciosa estarão prontas este ano?

As obras de reparação da Escola do Nordeste estarão prontas este ano?

A do Topo já está pronta?

A Maurício de Freitas já está pronta?

E a Domingos Rebelo, já está pronta? Esta vem anunciada desde 1997.

Mais. Não sou empreiteiro, mas sei o suficiente para perceber quando é que as coisas se fazem ou não se vão fazer..

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):

Dava um bom fiscal de obras!

O Orador: Era um bom fiscal de obras, Sr. Secretário da Habitação. Algumas até ficariam melhor do que as que o senhor tem feito.



Vamos ao próximo ano. Previstas:

A de São Carlos ficará pronta no próximo ano?

Não fica, Sr. Secretário!

A reparação na EB 2,3 de Vila Franca ficará pronta no próximo ano?

Nem em 2005 ficará pronta!

Vai ficar concluída a da Lagoa (1 em 3).

Pior são os anos que se seguem.

Em 2003, fica pronta a da Levada? Não fica!

Fica pronta a requalificação da Roberto Ivens? Não fica e o senhor já disse.

O Sr. Secretário tem dias em que é empreiteiro. Para Roberto Ivens soube prever a data de reabertura, para as outras, quando não interessa, o senhor diz que não é empreiteiro.

A Roberto Ivens também não fica pronta.

Em 2003, das 2 previstas para esse ano, zero!

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Já lhe explicaram a Carta Escolar?

O Orador: Em 2004, de 4 obras previstas, vai concluir a Escola das Lajes do Pico? Nem sequer dá para pagar o projecto!

Vai concluir a reparação da EB 2,3 da Horta? Não senhor!

Vai concluir a Escola Secundária da Horta? Nesse ano só tem um quarto da verba necessária a preços de 99.

E a nova Escola Básica das Velas como está na Carta Escolar? Vai ser construída e concluída em 2004? O dinheiro que lá está também não dá para o projecto!

Está a ver como é que nós sabemos? Eu sei, Sr. Secretário.

Relativamente às escolas de Angra prometidas, aquilo era o manifesto de 2000. Eu não sei se o Sr. Deputado Francisco Barros já estava na Terceira



em 96, mas digo-lhe que o contrato com os terceirenses, assinado na altura pelo senhor candidato a deputado Álvaro de Meneses, dizia — e isto é papel do vosso partido, não é nada que a comunicação social tenha publicado mal, como agora os senhores insistentemente dizem — e passo a citar:

“É premente construir uma nova escola para os 2º e 3º ciclos e ensino artístico em Angra.

Assumimos o compromisso: pugnar pela construção dessa escola considerando-a como grande prioridade da Terceira”.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álvaro de Meneses*): E fizemos isso! Francamente!

O Orador: A grande prioridade da Terceira, passados 5 anos, ainda não arrancou.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Ponte.

Deputado João Ponte (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a promessas não cumpridas, o PSD não tem qualquer autoridade moral para vir aqui reclamar as promessas eleitorais não cumpridas do PS, porque em 1989 (imaginem 89!), no PMP 89/92, estava prevista a construção da Escola da Lagoa, Maia e Ginetes.

Passados 7 anos, nem foram capazes de lançar a primeira pedra.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): 89? Os senhores quando ganharam já foi para isso!

Deputada Berta Cabral (*PSD*): Nós já perdemos as eleições. Agora, é para isso que estão aí!

O Orador: O Governo Regional do PS executou a Escola da Lagoa, executou a Escola da Maia e vai executar a Escola dos Ginetes.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Em termos de promessas não cumpridas, estamos conversados.

Obrigado.

Deputado João Cunha (PSD): Em 4 anos conseguiram empatar connosco!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É para dar mais alguns esclarecimentos sobre a Carta Escolar, já que é um documento muito falado.

Gostaria de dizer que das obras previstas na Carta Escolar, no caso da Ilha Terceira, já estão concluídas a ampliação da Escola Básica Integrada dos Altares, a ampliação da Escola Básica Integrada do Cantinho, em São Mateus, a ampliação da Escola Integrada da Ribeira Seca de Cima, em São Sebastião, a ampliação da Escola Básica Integrada da Ladeira Grande, a ampliação da Escola Básica Integrada de Santo Amaro e a ampliação da Escola Básica Integrada de São Carlos.

Se quiser passar por São Miguel, também posso dizer-lhe quantas é que já estão concluídas.

No caso do Nordeste, prometemos proceder à ampliação e adaptação da escola a ensino secundário. Vai ser iniciada este ano.

No caso da cooperação com as autarquias, o concelho de Nordeste tem concluídas as suas ampliações.

No caso da Escola Básica 1/2,3 das Furnas, a mesma está concluída e já entrou em funcionamento.

Em relação à ampliação e adaptação a ensino secundário da Escola Básica e Secundária da Povoação, a obra está terminada.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Devia ter terminado em 2000!



Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Mas por que é que devia estar pronta em 2000?

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): O senhor é que estabeleceu datas, não fui eu!

O Orador: Infelizmente teve um atraso devido às fundações e o senhor sabe por que é que teve um atraso de 90 dias.

Podia continuar a ler a Carta da Construção Escolar, porque está pronta.

Se entende que não, podemos passar ao Concelho a Ribeira Grande e digolhe que concluímos a ampliação da Escola Secundária da Ribeira Grande, a construção da Escola da Maia e extinguiu-se a sua área escolar.

Se continuar a ler a Carta Escolar vê que, apesar dela só ter dois anos de vida, ela já tem uma parte muito substancial concluída.

Porque estamos a falar de coisas passadas e porque perguntou se o meu camarada e amigo Francisco Barros tinha chegado à Terceira ontem, eu julgo que ele chegou sim e não sabe que em 1992, se não me falha a memória, o senhor já fazia parte do Governo, portanto já estava sentado ali atrás...

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Lugar onde o senhor nunca se sentou!

O Orador: ... e nessa altura já indicavam para a Terceira a “construção de uma escola tipologia ES para 40 turmas na Praia da Vitória, construção de uma escola tipologia ES para 40 turmas em Angra do Heroísmo”. Não fui eu que fiz este programa, foram os senhores em 92.

Promessas, leva-as o vento!

Deputado Victor Cruz (*PSD*): Já ninguém liga a isso!



Deputada Berta Cabral (PSD): O vosso argumento é sempre o mesmo, é que nós perdemos porque não cumprimos. Agora, usam-no contra vocês, porque estão fazendo o mesmo!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria informar o Sr. Deputado do PSD Joaquim Machado que, este ano, ficarão terminadas as obras, independentemente do planeamento que há Carta Escolar. O que interessa é a satisfação das populações a nível do ensino.

Acho que é importante referenciar as obras que hoje estão na rede e que ficarão prontas no final do ano:

— Construção da Escola Secundária/Básica da Lagoa:

Esta é uma obra significativa para os concelhos da Lagoa e Vila Franca, porque como sabe, e muito bem, vai permitir descentralizar os alunos das escolas de Ponta Delgada.

- Construção da EBIJ, da Matriz da Horta:

O Sr. Deputado que tem estado cá estes dias, tem visto o impacto, na cidade, desta escola. Esta obra ficará concluída este ano e entrará ao serviço da comunidade educativa.

- A ampliação da Escola da Povoação Maria Isabel Medeiros:

A obra está feita com algum prejuízo para os alunos, mas foi possível, numa vila onde o espaço era bastante reduzido, criar uma escola onde o ensino secundário terá as condições que não teve até ao presente.

É claro que existem outras escolas, como a da Maia, onde as obras de conclusão, como o parque desportivo, serão concluídas este ano.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Poderia também numerar um outro conjunto de obras que, este ano, em termos das escolas do ensino básico do 1º ciclo, ficarão concluídas e algumas de raiz.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso para esclarecimentos.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado: Eu fico espantada, porque pensei que o Sr. Deputado ia ficar contente com esta Carta Escolar. Esta Carta Escolar contempla muitas escolas que o senhor sabe que são fundamentais para a Região. Como disse ontem, a sua lista é maior do que a do Deputado Francisco Sousa, mas não admira. Nós temos mais escolas previstas do que o Sr. Deputado tinha no seu tempo. Ele não podia ter escolas virtuais.

Deputado Joaquim Machado (PSD): As vossas é que são virtuais!

A Oradora: Não pode querer que aquele Sr. Secretário que ali está sentado, seja um “super-homem”. Não pode querer que ele faça o que os senhores não conseguiram fazer em 20 anos.

Em três mandatos, os senhores tiveram 3 escolas de vulto e algumas reparações, pois teriam que ser feitas reparações.

Agora, querem que o Sr. Secretário da Educação, num único mandato, faça as escolas que os senhores não foram capazes de fazer, nem tinham previsto fazer.

Outra questão, para vos elucidar como as vossas escolas também passavam sucessivamente entre os planos dos vários anos.

Por exemplo, ao nível do 1º ciclo:

- Escola Primária do Outeiro, em São Miguel:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Em 93, temos a seguinte redacção: “em fase de execução o projecto para uma grande reparação e ampliação”.

Em 94, muda a sintaxe: “Escola Primária do Outeiro, São Miguel, projecto em fase de execução tendo em vista uma grande reparação e ampliação”.

Em 95, volta a mudar a sintaxe: “Escola Primária do Outeiro, São Miguel, Arrifes, grande reparação e ampliação”.

Andámos nisto de ano para ano. O Sr. Deputado vem queixar-se agora que nós também não cumprimos?

Vamos para as Escolas do 2º e 3º ciclos. Acontece exactamente a mesma coisa.

Tanto acontece que há bocadinho o Sr. Deputado João Ponte dizia-lhe que a Escola da Maia e dos Ginetes que estão a ser feitas por este Governo, foram obras que constavam em 89, no vosso plano.

Não percebo a sua insatisfação. Julgo que devia estar bastante contente com este Plano, porque contempla escolas que considera fundamentais para a Região.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Há coisas que não podem ficar em claro e uma delas é a falta da verdade, a reposição da verdade.

Em 20 anos de Governo do PSD, foram feitas 19 escolas só do 2º e 3º ciclos e secundário: a do Canto da Maia, Arrifes, Capelas, Rabo-de-Peixe, Nordeste, Vila Franca, Lagoa, Laranjeiras, Vitorino Nemésimo, Vila do Porto, e as Preparatória de Angra, Biscoitos, Praia da Vitória, Graciosa, Velas, Calheta, Madalena, São Roque, Lajes e Santa Cruz das Flores.



Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Deputado Nuno Amaral (PS): Isso qualquer Governo fazia, porque não havia nada feito.

O Orador: Em 20 anos, fizeram-se 19. Em 4 anos os senhores só concluíram uma.

Relativamente a Planos passados, Sr. Deputado Francisco Sousa, sabe que temos alguma amizade um ao outro, e reconheço, a título dessa amizade, que o senhor tem alguma habilidade, mas há-de convir que há outras pessoas que também têm, no mínimo, outro tanto.

O senhor leu o Plano de 92. Eu vou ler a proposta do Plano de 92 e vou-lhe recordar qual é a diferença entre os dois documentos.

Na proposta do Plano de 92, diz o seguinte.

“Fase inicial do processo de execução, estudos de programa base, de localização e aquisição de terrenos.”

Para seis escolas novas, duas de tipologia ES, como então se designavam e quatro de tipologia C+S, programadas para as Ilhas de São Miguel, Terceira e Faial.

Sabe qual é a diferença (o senhor sabe!) entre este documento e o que o senhor leu ontem?

É que esta foi a proposta do PSD e o que o senhor leu foi as alterações que fez juntamente com o PP, com o PC e o Deputado Independente, com a maioria que o povo não vos tinha dado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Estava a guardar as minhas munições para mais tarde...

Deputado João Cunha (PSD): Já não matam!

O Orador: Olhe que eu fui atirador de infantaria. Ainda sei distinguir o que é um tiro de pólvora seca, do com bala real, e olhe que em termos instintivos eu não era dos piores.

Deputado João Cunha (PSD): Eu também era atirador especial!

O Orador: Então quis o destino colocar-nos aqui mesmo e muito correcto.

(Aparte inaudível do Deputado João Cunha)

O Orador: Essa não era bem a minha especialidade, preferia antes utilizar o camuflado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Estado e a minha família investiram em mim para que fosse professor.

Deputado João Cunha (PSD): Foi pena não terem continuado!



O Orador: **Pois foi, porque aqui no Faial o PSD foi coleccionando derrotas desde 88 até agora.**

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Mark Marques *(PSD)*: **Mérito seu, não do PS!**

O Orador: **Alguns dos membros da bancada do PSD, também estavam nesta Câmara, se bem que localizados noutra sítio, quando em Novembro de 88 abandonei as actividades docentes para ingressar na política.**

Nessa altura, o Sr. Deputado Joaquim Machado tinha um ar mais imberbe do que tem hoje, porque hoje, à mistura com esse ar de menino imberbe, aparenta um ar de pretensamente menino sobredotado...

Deputado Joaquim Machado *(PSD)*: Olhe que não!

O Orador: ... e vem nos falar hoje de escolas como se eu tivesse que fazer um exercício muito grande para me lembrar do que se passou no final da década de 80.

Eu fui para o Conselho Directivo da então Escola Preparatória da Horta, hoje EB2/3, contra a vontade dos dominadores da vossa casa na rua Cônsul Dabney. Eu era Vice-Presidente do Conselho Directivo quando se realizou no Salão Nobre da Câmara Municipal da Horta uma reunião para decidir se se ia construir uma nova escola preparatória da Horta, ou uma nova escola secundária.

A cortesia foi tão grande que nessa reunião só participaram os deputados do PPD. O meu camarada Manuel Goulart, há menos de 15 dias, garantiu-me que não foi convocado para essa reunião e a habilidade foi tanta e tão pouca que a convocatória era para uma reunião para uma nova escola



preparatória e durante essa reunião conseguiu-se chegar à conclusão de que o que se precisava era uma nova secundária. Estamos a falar no ano lectivo de 87/88.

Essa nova escola infelizmente tem sido sempre virtual.

O PS já tem algumas culpas neste processo...

Deputado João Cunha (PSD): Muito bem!

O Orador: Calma!

... mas eu tenho-a atravessada desde 87/88.

Eu não queria puxar aqui pelos meus galões de atirador...

Deputado João Cunha (PSD): Não, porque o Sr. Presidente do Governo não quer, nem gosta!

O Orador: ... porque fui soldado durante muito tempo, mas gostava de lembrar uma coisa, cuja paternidade ainda anda um bocado nublosa.

Fui eu, enquanto Presidente da Câmara Municipal da Horta e o hoje Presidente dessa Câmara, aquando vereador a tempo inteiro, que no regresso do Colóquio da ATAM em 95, numa segunda-feira de Outubro, fomos procurar aquele homem que ali está, o Deputado Raúl Rego, quando ele era Director Regional de Organização e Administração Pública, para lhe fazer uma proposta que depois apresentámos à mistura com muitos consensos, com muitas jogadas de bastidores, no plenário da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, a qual tem sido um grande sucesso nesta Região, ou seja, as câmaras assumirem os 15% nas reparações das escolas do 1º ciclo do básico e o Governo dar o que não era seu, isto é, o dinheiro comunitário. Foi assim que eu disse na altura ao Dr. Raúl Rego.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Finalmente!



(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Essas palmas não me envergonham nem me atrapalham.

Deputado Mark Marques (PSD): Não, porque está a falar a verdade!

O Orador: E isto porque em 1991 aconteceu uma situação que também está aqui atravessada, ou seja, uma portaria que foi publicada com a atribuição de 11 mil e uns trocados à Câmara da Horta, por intervenções feitas por iniciativa daquela autarquia, nos edifícios do 1º ciclo do ensino básico e que estão preto no branco subscritas por “Je” Renato Real, como Presidente da Câmara Municipal da Horta, dizendo que não tinha sido ressarcida e que duvidava que algum dia viesse a sê-lo.

A portaria foi publica, mas a mochila das patacas com 11 mil e tal contos que suponho que são de 91 ou de 92, não quero ir remexer nos papéis, nunca deu entrada na Câmara da Horta.

Em nome da verdade disse e sento-me porque me está a dar uma fraqueza.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes. Não sei se é para referir aspectos da tropa também.

Deputado António Gomes (PS): Não, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Simplesmente para prestar algum esclarecimento ao Sr. Deputado Joaquim Machado, porque ele foi muito modesto na leitura que fez ao Plano a Médio Prazo 89/92, obviamente da responsabilidade do PSD.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Sr. Deputado esqueceu-se de referir que esse Plano também contemplava a construção de uma nova escola para o 1º ciclo do ensino básico, no lugar da Boa Hora, freguesia de Santo Amaro.

Hoje, essa escola está em vias de ser inaugurada e foi construída por este Governo.

Também se esqueceu de dizer que o PMP que acabei de referir, contemplava uma nova escola do 1º ciclo do ensino básico, para a Vila das Velas, que nunca foi feita. Foram apenas executadas as obras de beneficiação e de ampliação, mas já por este Governo.

Deputado Mark Marques (PS): Com os dinheiros comunitários!

O Orador: O mesmo Plano também contemplava uma escola do 1º ciclo do ensino básico para o lugar da Beira, freguesia de Velas.

Para finalizar, gostaria de informar ao Sr. Deputado Joaquim Machado que a escola do Topo será construída este ano.

Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O Sr. Secretário disse que não na Comissão.

Vocês não se entendem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Prescinde, muito bem!

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PS): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membros do Governo:

Três questões que eu gostaria que ficassem aqui esclarecidas.



Relativamente à **nova Escola Secundária da Horta**, em 1997 o Sr. Secretário Regional dizia que as obras da nova escola iniciar-se-iam no final de 1998.

Em Maio de 2000, numa sessão pública promovida pela Juventude Socialista do Faial, o Sr. Secretário dizia que na pior das hipóteses, as obras começariam em 2001.

A situação actual aponta para que as especialidades do projecto ainda não estão prontas e no Plano a Médio Prazo a escola está “atirada” para 2004.

Quanto ao **Parque Desportivo**, em 1997, o Sr. Secretário dizia que ele estaria funcionar no ano seguinte.

Em 99, dizia que obra arrancaria em 2000.

Há semanas é que foi adjudicado o projecto de execução do Parque Desportivo.

No que se refere à **Casa Grande**, em 99 o Sr. Secretário dizia: “teremos o processo de reconstrução da Biblioteca Pública e Arquivo da Horta em estado muito avançado ou talvez mesmo aproximando-se da sua conclusão”.

A verdade é que no Plano a Médio Prazo, até 2003, nada mais se fará naquele imóvel.

Num cenário destes Sr. Secretário, que garantias de credibilidade podem ter os faialenses sobre todas estas promessas repetidas, não cumpridas e sempre adiadas?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



Eu gostava de prestar alguns esclarecimentos em relação às obras na Ilha do Faial.

No que se refere à nova escola Secundária da Horta, o projecto, neste momento, está em fase de conclusão. Podemos considerá-lo praticamente concluído.

O projecto ficará em condições, quando houver oportunidade, do ponto de vista financeiro e também do ponto de vista de execução de obras na Ilha do Faial, de ser lançado. Essa é uma oportunidade que será aguardada.

Na verdade há restrições financeiras que terão que ser respeitadas e há também restrições que têm a ver com a oportunidade, em termos de preço, no lançamento de uma obra.

As obras estão a ficar a preços excessivos e, como tal, esta questão tem que ser ponderada.

Em relação ao Parque Desportivo, Sr. Deputado, esta é uma obra que vai continuar a prosseguir a sua preparação.

Deputado Costa Pereira (PSD): Prosseguir? Ele ainda não começou!

O Orador: O Parque Desportivo inclui também o Pavilhão. Ele vai continuar a prosseguir as suas obras.

O Parque Desportivo inclui o Pavilhão e este já tem obras este ano. Foi arranjado o seu tecto e os espaços exteriores.

Portanto, é um trabalho que vai continuar a ser feito.

Em relação à Casa Grande, esta também é uma obra que aguardará oportunidade em termos de lançamento do concurso.

Deputado Costa Pereira (PSD): O Sr. Deputado Renato Leal ouviu bem este esclarecimento!

Presidente: Srs. Deputados, não havendo mais pedidos de esclarecimento sobre esta matéria da Educação, vamos fazer um intervalo de 15 minutos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

(Eram 11 horas e 30 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Ex. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Exmos. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

O ensino da língua portuguesa não é, com certeza, uma preocupação dos partidos parlamentares na discussão deste Plano de Médio Prazo. Não fez, com certeza, parte dos manifestos eleitorais e das preocupações estratégicas dos parceiros sociais. Não faz parte da agenda da esquerda ou da direita e muito menos da agenda das elites politicamente correctas que fazem opinião no dia a dia dos jornais, da rádio, da TV ou da Internet.

Para os militantes do PPC (Partido dos Politicamente Correctos) seja na sua ala esquerda, seja na sua ala direita, está mais na moda falar de infoexclusão, de downloads, de browsers ou até da bolha que deu na Internet.

Na política interna é assunto que não suscita paixões nem disputa audiências com os BIG SHOWS, a INSEGURANÇA da 24 de Julho ou as BROADWAYS futuras do passeio público.

Na política externa não dá, com certeza, para fazer visitas de estado, nem alimenta reuniões bilaterais.

O analfabetismo não merece uma linha nas estatísticas de educação e nos anuários estatísticos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Contudo, no Censo de 1991 declararam não saber ler nem escrever 19.337 açorianos! Esperamos pelo censo que vai decorrer este ano para sabermos quantos são.

Contudo, no ano transacto, 23 em cada 100 agricultores açorianos, declararam não saber ler nem escrever!

E nos outros sectores? Como estamos?

Falamos de analfabetismo, poderíamos falar de algo mais abrangente: a literacia!

A literacia é assunto reservado, nalguns casos, a iniciados.

Contudo, mau grado na dificuldade de abordagem deste assunto, sabemos hoje, que 28 em cada 100 jovens açorianos não compreende o que lê quando termina a 4ª classe.

Contudo, 21 em cada 100 jovens açorianos reprova no 6º ano de escolaridade.

Apesar de tudo, 20 em cada 100 jovens açorianos ainda consegue terminar o 12º ano de escolaridade.

Sras. e Srs. Deputados:

No início da I República Afonso Costa erigia como objectivo e cito "extinguir essa chaga nacional a que se chama analfabetismo em duas gerações".

Falhou!

Falhou Afonso Costa!

Falhámos!

Falhámos todos nós! Os da 1ª República e os desta República!

Estamos, Sras. e Srs. Deputados, perante uma fragilidade de fundo que penaliza a competitividade da nossa economia e a nossa identidade como povo. Deixo aqui duas perguntas:



Estamos disponíveis para a combater?

E nos Açores quais são os objectivos, qual é a estratégia?

Tenho dito.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS, do Deputado José Decq Mota, do PCP e dos Deputados dos PSD Manuel Azevedo e Joaquim Machado)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Fernando Lopes:

Gostei da sua intervenção e esperava uma resposta do seu Governo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A intervenção que acabei de fazer aqui, não se destina a este Governo. Destina-se a todos nós, porque esta questão não é uma questão de Governos, ou uma questão de partidos.

Por isso mesmo, eu não a fiz numa base meramente partidária, e gostaria de dizer que ela não faz parte das preocupações, neste momento, nem da esquerda, nem da direita...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Como todas as questões!

O Orador: ... mas é uma questão de fundo.

Aliás, ainda hoje, para minha surpresa, num dos jornais diários, o Diário de Notícias,...

Deputado Mark Marques (PSD): Como é? Hoje já utilizamos os jornais? Isso é informação!



O Orador: ... e no âmbito de uma conferência de imprensa da cerimónia de apresentação do euro, em que o Banco de Portugal levanta algumas dúvidas sobre a inflação, o Primeiro Ministro de Portugal, António Guterres, lança para esta discussão uma preocupação dele. Diz ele — e cito:

“A economia portuguesa apresenta fragilidades estruturais.” Ele não está a falar da inflação.

Continua:

“Apenas 22% da população com mais de 25 anos, possui o ensino secundário completo.”, o que para ele está a afectar a competitividade das empresas.

Podemos falar de escolas e acho muito bem que falemos de escolas, mas também devemos falar do que se ensina nas escolas.

Tenho dito.

Deputada Berta Cabral (PSD): Isso é o que se chama de “politicamente correcto”!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As palavras do Sr. Deputado Fernando Lopes em relação à percentagem da população portuguesa que tem mais que o 12º ano, que o Sr. Primeiro Ministro citou, no caso dos açorianos ainda é mais gravosa, um número extremamente penalizador para a nossa economia.

A questão inicial, ou seja, a criação de uma estratégia para a língua portuguesa na luta contra o analfabetismo, é uma questão recorrente da



nossa história do Séc. XX e continua a ser uma das preocupações centrais, inclusivamente do nosso sistema educativo.

O ano passado fizemos uma prova aferida para verificar qual a situação do 1º ciclo nos Açores e no país. Os resultados continuaram a ser desanimadores.

Infelizmente, nós continuamos a ter uma taxa de insucesso demasiado grande no ensino e no que se refere a ler e a escrever, já não estou a falar de literacia. Hoje, ler e escrever é claramente insuficiente, já não chega.

Mesmo os 9 anos de escolaridade, a escolaridade obrigatória no nosso país, já começa a ser posta em causa. Se calhar isso já não chega e já não estamos a falar de 4 anos, mas sim de 9.

A verdade é que nós, nos Açores, continuamos a ter taxas de prosseguimentos de estudos muito baixas, embora variem de ilha para ilha. São Miguel é a ilha que surge com piores indicadores. Cerca de 40% dos jovens não prosseguem para o ensino secundário.

A melhor ilha, em termos estatísticos, é a Ilha Graciosa, em que apenas 10% não prosseguem.

As outras ilhas estão algures entre estes dois extremos.

São valores maus que precisam de ser respondidos através do redobrado investimento do sector educativo.

O investimento que foi feito no 1º ciclo, foi uma primeira resposta a uma situação dramática que se vivia nas escolas do 1º ciclo de toda a Região, que eram autênticas ruínas. Eram escolas de tal maneira más que os alunos tinham imensa dificuldade em aceitar aquele espaço como sendo o espaço de aprendizagem.

O investimento que agora está a ser feito na formação dos professores e no complemento de habilitação vai no sentido de melhorar o 1º ciclo, mas há



que investir e sobretudo em todos os outros ciclos. Particularmente, há que investir numa questão que não se resolve só com dinheiro ou com um plano, isto é, o valor social da educação. Temos que tentar convencer as nossas famílias de que a educação é um valor que não pode ser desprezado e temos que tentar trazer as famílias para a esfera da escola.

Sem isso, se calhar vão passar mais duas ou três gerações e nós não vamos conseguir atingir o objectivo que Afonso Costa há cem anos atrás traçou.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Fernando Lopes:

Eu aplaudi a sua intervenção. Ouvi-a com muito gosto e julgo que é o tipo de intervenção adequada.

Não me preocupa saber se estou de acordo com tudo o que foi dito ou com todas as reflexões, mas constato que é o tipo de intervenção em que um deputado está a colocar opiniões, está a colocar um tema em debate que está a suscitar reflexão e nesse sentido, embora a intervenção tenha sido curta, ela dá que pensar e tem esse mérito.

Na planificação do meu trabalho e dentro do pouco tempo que temos, ainda virei às questões da educação e às questões do debate anterior a este, por isso agora não posso gastar muito tempo.

Entretanto, queria pôr em ênfase um aspecto da segunda intervenção do Sr. Deputado Fernando Lopes, nomeadamente no que respeita à intervenção dos Governos.

É evidente que o conteúdo da intervenção é muito importante e caminha-se para os conteúdos em função das políticas educativas, as que existem e as que não existem; as que têm sucesso e as que não o têm.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Isto é verdade no plano nacional, no plano regional e o que nós temos vivido no nosso país — e não estou a datar nem estou a fazer uma referência ao presente Governo ou o anterior Governo — e na nossa Região, ao longo dos anos, é que a política educativa tem sido insuficiente, não tem sido completa e não tem conseguido dar respostas necessárias, nomeadamente, e desde logo no plano nacional e nos sucessivos governos ao longo dos anos. A nossa tem sempre uma ligação estreita com a do plano nacional. Isso é um problema que interessa a todas as áreas políticas e à sociedade.

Nós pela nossa parte, colocamos muito empenho nessa reflexão e no contributo que possamos dar para uma evolução positiva.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu agradeço as palavras do Sr. Deputado Decq Mota, porque elas foram de encontro ao objectivo da minha intervenção. A minha intervenção foi curta, extremamente curta, mas o objectivo não foi fazer um levantamento exaustivo da situação, até porque, porventura, os dados disponíveis e talvez o meu fraco conhecimento na matéria, também o não permitissem, mas sim e como disse muito bem, suscitar uma discussão.

Aliás, fi-lo de propósito ao citar Afonso Costa, não situando nesta República que vivemos, nem na anterior, não a situando neste Governo ou noutra Governo, não a situando num partido ou noutra partido. Claramente, não faz parte da agenda da esquerda ou da direita, porque penso que se queremos valorizar o debate político, se queremos valorizar esta



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Assembleia, teremos que ter a capacidade de dedicar algum do tempo que temos a debater questões que são estruturais.

Nós podemos vir aqui debater questões fiscais, questões de mais impostos ou menos impostos, de mais desenvolvimento ou menos desenvolvimento, mas nada disto tem sentido.

A questão de fundo hoje em dia, da competitividade da economia portuguesa e da nossa identidade como povo no seio do movimento da União Europeia, tem sentido, se nós não conseguirmos, eu não digo resolver, mas pelo menos pôr no caminho certo, alguns dos problemas que se arrastam há quase 90 anos, só para falarmos da referência à 1ª República, porque ela vem detrás.

Se conseguirmos fazer isto, então não estamos preocupados em dizer que é ao seu governo, ao vosso governo, a esta Assembleia, a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, é ao Governo Regional dos Açores, este ou outro, que têm a obrigação de procurar contribuir para resolução e o bom caminho destes problemas que são problemas de gerações.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Terminou a primeira legislatura que teve como responsável pela governação da nossa Região o Partido Socialista.

Deputado João Ponte (PS): Muito bem!

O Orador: Objectivamente, nesses quatro anos, na Ilha Graciosa, fez-se o reforço do quebra mar do porto comercial da Praia, a ampliação da aerogare da Graciosa, 6,9 Km de repavimentações betuminosas, duas



correções de curvas, onze cubículos, a que chamaram casas de aprestos e deram-se alguns apoios, uns foram bem aproveitados outros nem tanto.

Pouco se fez, na passada Legislatura, naquela parcela dos Açores.

A agricultura representa um dos grandes pilares de desenvolvimento, que possibilita a criação de riqueza, e falando já dos Planos que agora apreciamos, não é aceitável que o Governo Regional se desresponsabilize de matérias da sua competência como são o abastecimento de água à lavoura e os caminhos de acesso a pastagens.

Continuando no sector devemos dizer que **não vemos, no Apoio à Transformação e Comercialização de produtos agro-pecuários, verbas que nos permitam sequer pensar que a Nova Fábrica de Lacticínios possa ser iniciada.** Tão importante infraestrutura, parece continuar a ser uma miragem.

A vitivinicultura foi em tempos uma fonte de riqueza e de emprego, mas continua a passar por maus momentos, e não a vemos convenientemente apoiada sob o ponto de vista técnico e com o necessário financiamento para uma verdadeira reconversão.

As pescas são outro dos factores com mais potencialidades de desenvolvimento.

Também aqui poderiam ser tomadas medidas que criem emprego, contribuindo-se, assim, para a fixação de jovens e, daí, para o tão necessário rejuvenescimento da população.

Mas **o constante atraso nos estudos, e em consequência disso no arranque efectivo das obras do Porto de Pescas da Praia, conjugado com as, burocráticas, demoras na atribuição de apoios para a renovação da frota pesqueira, continuam a estrangular o sector e a torná-lo pouco atractivo.**



O Turismo é outro vértice do triângulo em que deverá assentar uma estratégia de desenvolvimento para a ilha Graciosa já que permite a criação de emprego qualificado e a respectiva fixação da juventude.

Assim, **a diversificação turística merece, atenção redobrada.**

A criação de um **porto para barcos de recreio náutico, um Centro de Mergulho, melhoramentos nas piscinas do Carapacho, na Praia, Barro Vermelho e Barra/Santa Catarina,** o aproveitamento de mais **percursos pedestres** e o desenvolvimento do **Turismo de carácter rural** são aspectos que, **mais uma vez, estão esquecidos e sem dotação capaz** de os fazer progredir.

O comércio é um factor complementar da economia Graciosense que tem conhecido alguns progressos, por mérito dos nossos empresários, mas **continua a ter dois aspectos bastante penalizadores** que urge resolver:

O primeiro é o transporte marítimo de cargas que terá de passar pelo restabelecimento de uma viagem semanal, regular, de um porta contentores do Continente para a Graciosa, passando por São Miguel.

O segundo é atribuição de forma mais rápida dos apoios a que os comerciantes recorrem, e têm direito.

A Habitação, é uma carência profunda **dada a elevada percentagem do parque habitacional que se encontra degradado.** Assim, as verbas contidas no Orçamento são, **na nossa opinião,** irrisórias para atacar o problema.

Nesta matéria não podemos deixar de, nesta tribuna, considerar fundamental a envolvência das Juntas de Freguesia especialmente no programa de apoio à recuperação de habitações degradadas.

A reabilitação dos velhos e deformados pisos das Estradas Regionais, ainda em semi penetração asfáltica, com as dotações previstas não



passarão da média de execução de 1725 metros por ano, conseguida durante a última legislatura.

No que concerne ao **ordenamento da zona costeira, e respectiva defesa, no Carapacho, Fenais, e Degredo apenas se aponta para a execução dos estudos.** Assim as populações continuarão a ver os seus bens, e se calhar até as próprias vidas, em constante perigo.

No ensino devo referir que a Escola Básica 2,3/S e demais valências que lhe estão atribuídas, de Santa Cruz da Graciosa não se compadece com mais atrasos no que se refere à sua ampliação. Há que, duma vez por todas, sem mais artimanhas eleicoeiras, que desenvolver esforços no sentido de se concluir o projecto e o respectivo orçamento a fim de que as necessárias obras comecem, o mais rápido possível, com o indispensável suporte financeiro garantido por parte do Governo Regional.

Mas outras obras, inscritas em anteriores planos e até em comunicados do Conselho de Governo, são importantes e necessárias para melhorar as condições de vida dos Graciosenses.

São exemplo disso a **remodelação do Matadouro, a reconstrução do Cais do Porto Afonso, a construção de Casas de Aprestos na Praia, a repavimentação em betuminoso da Estrada Pedras Brancas/Fonte do Mato/Praia, a asfaltagem de caminhos florestais, a pavimentação do miradouro da Senhora da Saúde, os anexos dos bombeiros, etc., etc..**

Mas, infelizmente, o seu grau de execução também foi igual a zero na anterior Legislatura.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:



Este Plano a Médio Prazo 2001 – 2004, para a nossa Região, **tem como novidade, apenas, mais do mesmo**. Ou seja tem as mesmas acções do anterior PMP que foi, três vezes, chumbado nesta Casa.

Agora fala-se de novo em:

Fomento Agrícola; Apoios à Transformação e Comercialização dos Produtos; Desenvolvimento Florestal; Estruturas de Apoio à Actividade da Pesca;...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Isso são acções!

O Orador: O Sr. Deputado deve estar doente!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não, não estou!

O Orador: Marque uma consulta através da Sra. Secretária, porque se for para a lista de espera demora muito tempo!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: ... Desenvolvimento do Turismo; Desenvolvimento do Sistema de Saúde; Qualidade Ambiental; Desenvolvimento do Sistema Educativo; Sistema Rodoviário Regional; Desenvolvimento da Actividade Científica e Tecnológica; Protecção Civil; etc., etc..

Esta proposta governamental chega mesmo ao ridículo de prometer **melhorar a gestão e funcionamento dos equipamentos e infraestruturas públicas**. Nisso estamos de acordo. Mas pergunto:

Após uma experiência de quatro anos na governação, ainda não viram que **para isso acontecer bastaria uma melhor racionalização e coordenação dos meios existentes, uma maior eficiência e qualidade na prestação de serviços, nomeação de pessoas com capacidade de trabalho e formação**



adequada à área em que vão trabalhar, em vez de todos esses “boys” que por aí andam largados?

(Aparte inaudível do Deputado João Ponte)

O Orador: Eu recomendo-lhe o mesmo que recomendei ao Sr. Deputado Hernâni Jorge. Marque também uma consulta através da Sra- Secretária, senão não chega lá!

O fruto que brotará deste PMP estamos em crer que **será novamente muito pouco.**

Neste início do Século XXI os Açores reclamam projectos que redimensionem o seu futuro com vista a ganharem o difícil desafio da Modernidade e do Desenvolvimento.

Os documentos apresentados pelo VIII Governo Regional deveriam ser o documento de orientação técnica com vista a ganharmos essa crucial batalha.

Este PMP, bem como o Plano anual para 2001, e a as suas programações financeiras são a demonstração da total incapacidade deste Governo no que concerne à contenção das despesas correntes e à prioridade a ter com as despesas de investimento.

Não há, nesta estrutura de planeamento, semelhança com aquilo que foi prometido e anunciado pelo PS no período da campanha eleitoral passada.

Todos estes documentos partem de um diagnóstico errado da nossa situação económica e social, apreciada, com certeza, por uma lupa “cor-de-rosa” que na verdade não passa de uma demagogia governamental reprovável.



Agora temos a certeza de que as palavras de exibicionismo político, demagogicamente, semeadas por esses Açores fora, aquando da já referida campanha eleitoral, têm na execução destes documentos, uma larguíssima margem de incumprimento e até de negligência.

Uma das questões de que os Socialistas mais se orgulham é a do suporte financeiro que estes documentos têm – “o maior orçamento de sempre...”

Mas não nos preocupa haver muito dinheiro!

O que nos preocupa são as poucas obras que com ele fazem, sinal perfeito da inação, do desleixo, do esbanjamento e do despesismo implementado pelo Governo Regional do PS !

Esta simplória forma de apresentar documentos, tão importantes para o nosso futuro, talvez seja demonstrativa da incapacidade de quem tem responsabilidades nestas matérias, e só poderá colher frutos nos desprevenidos, mas nós, neste Parlamento, não poderemos deixar de lhes fazer um frontal reparo.

Os Açorianos lutaram e conseguiram a Autonomia para que todas as parcelas da nossa Região tivessem as mesmas oportunidades de Desenvolvimento.

Mas isso parece ter caído no esquecimento deste Governo Socialista já que **estes documentos revelam bem o critério de desigualdade com que se vai, cada vez mais, massacrando as populações das Ilhas mais pequenas e por isso com menos capacidade de desenvolvimento.**

Deputado José San-Bento (PS): Isso é mentira!

O Orador: Uma das provas irrefutáveis de que assim é, são os novos mapas da Desagregação Espacial, que nos foram distribuídos, e aí se vê que a Ilha Graciosa já perdeu quase meio milhão de contos.

Deputado José San-Bento (PS): O Sr. Deputado não sabe ler!



O Orador: Com estes documentos o Governo poderá estar ciente de que nem conseguirá atingir uma modernidade superficial quanto mais substituir a pobreza estrutural em que, cada vez mais, nos está a mergulhar.

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

Deputado Manuel Avelar (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostava de esclarecer o Sr. Deputado João Cunha acerca das obras da Canada Longa Praia.

Por questões de profissão, o Sr. Deputado João Cunha sabe muito bem que deve ser a pior estrada da ilha — ou eu não morasse também lá — e que a Câmara Municipal tem que alterar primeiro a rede de águas da Canada Longa Praia/Pedras Brancas, para depois realizar a obra.

O Sr. Deputado não tem mais vontade do que eu, na reposição daquele pavimento.

Logo que a Câmara Municipal coloque a concurso, e espero que este ano ainda faça a obra, ela terá a sua concretização.

Deputado João Cunha (PSD): A obra já acabou!

O Orador: Então ponha a concurso. Sabe muito bem que acabou o projecto, mas mandou-o remodelar.

Deputado João Cunha (PSD): Essa obra já está pronta!



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Orador: Em relação ao Miradouro da Sra. da Saúde, há um projecto pronto, feito pela Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, que está em discussão na Comissão Fabriqueira, para saber se concordam com ele ou se é preciso sofrer alterações.

Em relação às obras do Matadouro da Graciosa, sabe muito bem que elas já avançaram.

Deputado João Cunha (PSD): Já avançaram?! Pintaram as paredes agora!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila.

Deputado José Nascimento Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado João Cunha:

Muito rapidamente gostaria de lhe dizer que em termos de pesca, obviamente, tem razão ao afirmar que é necessário fazer-se as infraestruturas, mas gostaria de o lembrar que quando eu estava a dar os primeiros passos nesta Assembleia em Dezembro de 94, apresentei uma proposta de alteração no sentido de se fazer, no projecto de frota pesqueira e estruturas portuárias, a reparação e alargamento da rampa de varagem e o molhe de protecção do Molhe da Praia da Graciosa, com uma dotação de 200 mil contos.

Em recordo-me ainda qual foi o resultado dessa mesma proposta de alteração em termos eleitorais.

Deputado João Cunha (PSD): É aquela que o senhor tem há 5 anos. Já há 5 anos que está no Governo!

O Orador: O Sr. Deputado votou contra essa proposta.

Deputado João Cunha (PSD): Eu votei contra!

O Orador: Votou. É ver o Diário das Sessões que confirma isso.

Deputado João Cunha (PSD): Eu votei contra. Não é como os senhores que prometem e não fazem!



O Orador: Nós temos que ter em conta que o senhor votou contra porque teve orientação para o fazer, e muito bem, mas se isso já estivesse concretizado, hoje não estaríamos a discutir esse problema.

O mesmo acontece em relação à escola. Na mesma altura eu apresentei uma proposta de alteração no sentido de haver uma dotação para ampliar a escola.

Deputado João Cunha (PSD): É a mesma coisa. Já está há 5 anos e ainda não fez nada!

O Orador: Nós vamos fazer e aí é que está a diferença.

Quanto ao porta-contentores, sabe muito bem que vêm de Lisboa porta-contentores directamente para a Graciosa, de 15 em 15 dias. Eu acho que há que melhorar a situação.

Deputado João Cunha (PSD): Isso é quando calha!

O Orador: Não é quando calha. Sabe muito bem que tivemos um Inverno muito mau e isso impediu a ida de navios à Graciosa.

Em relação ao Plano e Orçamento para 2001, quer o Plano a Médio Prazo, os números falam por si.

Se tiver em linha de conta o que foi projectado nos Governos anteriores — e dou-lhe um exemplo — de 93 a 96, na governação do Partido Socialista, verá que há um aumento bastante substancial, ou seja, um aumento de 105,15% e eu apurei este número não por aquilo que estava no Plano, mas pelos mapas de execução financeira. Foi obra feita.

A Graciosa em termos de investimento, e se virmos em termos de capitação, foi das ilhas dos Açores em que houve uma maior capitação nos últimos 4 anos.

Ela estava praticamente em 2º ou 3º lugar em relação às restantes ilhas e nalguns caso, exceptuando há 2 anos as ilhas do Pico e o Faial por razões



que se prenderam com o sismo, passou a ser a ilha mais contemplada em termos de capitação.

Disse.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O momento de análise do Plano Anual, Plano de Médio Prazo e Orçamento por parte desta Assembleia é altura de se fazer um balanço relativamente ao desenvolvimento da Região, e essencialmente nas Ilhas mais pequenas sempre está na ordem do dia a necessidade imperiosa dum desenvolvimento harmónico e equilibrado de todo o arquipélago. Nesta altura, hoje, toda a sociedade açoriana está desperta para estes documentos porque toda a população já compreendeu que do que aqui for aprovado dependerá a evolução social e económica dos Açores.

Já lá vai o tempo em que poucos se preocupavam com estes documentos; já lá vai o tempo em que havia o conceito de que quem tinha o direito de propositura propunha e, ou se aceitava e se votava a favor, ou não se aceitava e se votava contra. Hoje, estes documentos são analisados aqui, mas também lá fora, na sociedade. E, em relação aos actuais documentos, houve mesmo quem estendesse que mesmo antes do Governo Regional apresentar as suas antepropostas, se devia antecipar, no sentido de dar ideias e opiniões capazes de contribuir para chamar a atenção para as necessidades exigidas para o desenvolvimento da sua comunidade. Foi o que aconteceu com o Conselho de Ilha das Flores que reuniu extraordinariamente em 29 de Novembro presente passado, e aprovou unanimemente um documento, que foi entregue ao Governo Regional, onde



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

se apresentavam as necessidades da Ilha, a médio prazo. Por isso mesmo, na nossa apreciação, há que ter em conta as propostas em análise, mas também aquilo que foi considerado necessário por parte deste órgão consultivo de Ilha, onde estão representadas todas as sensibilidades políticas, económicas e sociais da mesma. Julgamos que nas suas propostas o Governo Regional poderia ter ido um pouco mais além do que foi no sentido de incluir nos Planos — anual e de médio prazo — mais do que incluiu e lhe foi sugerido por este Conselho de Ilha.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:
Na Ilha das Flores e no Concelho das Lajes, uma das aspirações populares mais antigas, é a construção de um Lar de Idosos a ser administrado pela Santa Casa da Misericórdia das Lajes das Flores; essa foi no passado e é no presente uma necessidade urgente e objectiva sentida na sociedade florentina. Ela é referida no PMP, mas apenas nos anos de 2003 e 2004 e com uma verba pouco significativa. Temos consciência que aquela verba poderá ser mais elevada por acréscimo através do Orçamento da Segurança Social a nível Nacional e por participação da própria instituição que vai gerir o Lar de Idosos, mas entendemos que aquela obra teria forçosamente de ter o seu lançamento já no corrente ano, e por isso deveria já ter verba atribuída no Plano para 2001.

Outra das aspirações das populações das Flores, sobejamente conhecida, é a reabilitação do Porto das Poças em Santa Cruz, com área destinada entre outros aspectos a recreio náutico, obra essa não contemplada nos Planos e que, em nosso entender, deveria ter merecido alguma atenção; nas Lajes, esperamos que durante o quadriénio seja executada a obra do seu porto de recreio, contemplado no PMP, mas ainda não inscrito no Plano para 2001.



Outro dos projectos não contemplados, ou melhor dizendo, esquecidos, relativamente às Flores é a defesa e valorização do património arquitectónico e cultural, embora as obras de recuperação das igrejas matrizes de Santa Cruz e Lajes estejam em execução e muito longe de serem concluídas. Também não descortinamos qualquer perspectiva de poder vir a ser adquirida e recuperada a Fábrica da Baleia de Santa Cruz, a qual, é propriedade do município, que também não tem condições técnicas e financeiras para a recuperar e dar-lhe um destino culturalmente útil.

Hoje, em qualquer Ilha, as diversas vias de comunicação interna são fundamentais para o seu desenvolvimento económico; não é suficiente ter turistas, eles exigem ter a possibilidade de se deslocarem dentro da Ilha; os agricultores, na sua actividade, devem poder usufruir de acessos condignos às necessidades das suas explorações. E, nas Flores, há graves deficiências nas vias, em todas elas.

Os caminhos agro-silvo-pecuários, nas Flores, estão em estado caótico e nos actuais Planos as verbas para a sua recuperação é diminuto para as necessidades. Para o corrente ano 37.500 contos em infraestruturas florestais e 15.000 em intempéries (Programa 33) é, repito, muito pouco para as necessidades hoje existentes, embora se tenha consciência que a capacidade de execução manifestada pelos Serviços Florestais da Ilha tem deixado muito a desejar. Afirmamos e queremos continuar a reafirmar que é fundamental e urgente fazer-se a pavimentação betuminosa dos caminhos agro-silvo-pecuários das Flores.

Quanto às estradas regionais, em vez da correcção, alargamento e asfaltagem da estrada Santa Cruz - Lajes, apenas se prevê a reabilitação de Santa Cruz à Ribeira da Cruz e a ser executado só em 2003 e 2004, porque os 50.000 contos em 2002 indicam tão somente o início das obras na



referida estrada. A verba para conservação corrente, 100.000 contos para 4 anos, dos quais 20.000 contos para o corrente ano, também é muito pouco para as necessidades existentes nas Flores para a reabilitação das estradas regionais.

Finalmente, em relação a vias terrestres, quero-me referir à urgência de ser terminada a abertura da estrada do Morro Alto à das Lombas, em Ponta Delgada, a fim de se terminar a estrada da volta da Ilha, pela qual me bato desde que estou nesta Assembleia; ainda está em execução a abertura dela, mas há que pavimentá-la e há que corrigir o percurso da estrada das Lombas à freguesia de Ponta Delgada, o que também ainda não será concretizado no decorrer da execução do actual PMP.

Quanto a pequenos portos nas Flores seria útil existirem verbas para o reforço do cais do Porto da Fajã Grande e a continuação de um quebra-mar no porto de pescas de Ponta Delgada.

Também seria desejável que o Governo Regional, em colaboração com as Autarquias Locais, encarasse seriamente a concretização de um Parque de Campismo nas Flores,

Quanto ao ambiente consideramos que é fundamental combater a eutrofização da Lagoa da Lomba e estudar o que se passa com a chamada “Caldeira de Água Branca”; é forçoso atender-se à Rocha dos Bordões, cuja limpeza ter-se-á de fazer por quem conheça da matéria e tenha capacidade técnica e científica sobre o património natural. É forçoso que nas Flores as autarquias e as populações se entendam quanto à localização do aterro sanitário no sentido de **em concordância com todos**, o Governo Regional também contribua para que nos próximos quatro anos sejam seladas todas as lixeiras existentes na Ilha e seja posto em funcionamento o aterro sanitário.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:
É evidente que deva dar maior atenção ao que gostaria de estar contemplado na programação regional para os próximos 4 anos, é isso fundamentalmente o que me compete fazer, embora não tenha deixado de aprofundar aquilo que vem proposto nos Planos anual e de médio prazo. Por isso mesmo agrada-me que se tenham iniciado as obras de ampliação e adaptação ao ensino secundário da Escola Padre Maurício de Freitas, em Santa Cruz das Flores, embora seja necessário manter nas devidas condições o ginnodesportivo que serve aquela escola e é propriedade da Região; também aprez-nos ainda registar a existência de verbas para a remodelação e beneficiação da aerogare das Flores, para o Jardim de Infância da Casa do Povo das Lajes, para a lota e casas de aprestos em Santa Cruz, etc.. Estamos convencidos que vão continuar algumas obras no Porto das Flores — que terá finalmente o abastecimento de água, luz e gare de passageiros. Queremos acreditar que vão continuar a limpeza de algumas ribeiras e de alguns trilhos turísticos. Gostaríamos de ter a certeza que o Posto Meteorológico em Santa Cruz viesse a ser reconstruído.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:
Nestas nossas considerações sobre o desenvolvimento das Flores queremos deixar algumas notas que julgamos poderem ser objectivos possíveis de concretizar num futuro mais ou menos próximo, que não queremos deixar esquecer e que vou tão somente enumerar:

- 1 O aumento da produção de energia hídrica e a produção de energia eólica, recentemente anunciadas pela EDA;
- 2 A necessidade de no aeroporto das Flores ser feito o abastecimento de combustíveis às aeronaves;



- 3 A urgência de certificação da iluminação da pista do aeroporto das Flores;
- 4 A integral cobertura da Ilha das Flores pelo Serviço Móvel Terrestre. Finalmente, não quero deixar de lembrar algumas necessidades de infraestruturas, ainda não mencionadas, que as quero referir para que no futuro os responsáveis também se lembrem delas e que são:
 - 5 A extensão do cabo de Fibra Óptica à Ilha das Flores;
 - 6 A criação de uma Escola do Ensino Básico para os 2ºs e 3ºs Ciclos nas Lajes, com o respectivo gimnodesportivo que serviria a Escola e a Comunidade;
 - 7 A construção do Centro de Saúde nas Lajes das Flores;
 - 8 Melhorias no Centro de Saúde de Santa Cruz e seu apetrechamento com serviços de telemedicina.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:
O desenvolvimento desta Região tem de se fazer tendo sempre em conta que ela é constituída por nove parcelas, cada uma delas com as suas particularidades próprias, e algumas delas — como é o caso das Flores — pela sua pequenez e pelo seu afastamento, têm de ter um tratamento de acordo com as suas particularidades e realidades específicas.

Disse.

Presidente: Não havendo pedidos de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Rego para uma intervenção.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para existir uma verdadeira política cultural é necessário haver um conjunto de recursos humanos, constituído por técnicos e profissionais devidamente qualificados nas mais diversas valências culturais.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

A Região continua com uma enorme carência de técnicos, tais como bibliotecários, monitores de actividades culturais, técnicos de instrumentos musicais, afinadores de piano, construtores de instrumentos populares, técnicos de som e luz, encenadores, etc, o que leva a uma não plena optimização dos equipamentos culturais ou proporciona situações de abandono desses mesmos equipamentos.

Visando minorar este défice de formação o Plano a Médio Prazo apresenta um conjunto de acções, nas quais se investirão um montante superior a 150.000 contos. Através das acções Escolas de Formação, Bolsas de Formação Artística e Técnica e da Formação de Técnicos das Áreas Culturais Carenciadas, irão continuar ser apoiados os Cursos Extra-Escolares em especial no domínio da música, atribuição de bolsas para Formação Artística e Técnicas da área cultural, desde de que se comprometam a exercer a sua actividade posterior na Região. Também serão financiados projectos de formação de técnicos e agentes da área cultural que sejam considerados necessários à Região. Destas Bolsas e apoios destaca-se as acções orientadas para os agentes de cultura tradicional popular, assim como a formação de músicos, regentes e dirigentes associativos destinados, em particular, às mais de 100 Filarmónicas da Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A dinamização cultural da Região assenta no processo criativo das associações culturais e dos cidadãos em particular, cabendo à administração Regional um mero papel de propiciar meios tendo em vista a criação e a fruição cultural.

Pelo VII Governo Regional foram regulamentadas todas as formas de comparticipação para as actividades culturais e para preservação do



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

património, e criados júris de apreciação das candidaturas apresentadas, estabelecendo-se assim critérios claros de qualidade e pertinência das actividades a apoiar, ficando reduzida a dependência em relação aos subsídios e eliminada a sua atribuição discricionária e casuística.

Assim o Plano a Médio Prazo para 2001/2004 apresenta uma verba significativa a fim de ser utilizada por associações e indivíduos em particular, na compra de equipamentos para apetrechar as associações, no domínio da música: para edição, festivais, encontros, concertos, aquisição de instrumental, actividade coral e de orquestra; no domínio das Artes Dramáticas: para apoio a projectos nas áreas de teatro, dança, vídeo (realização), cinema e actividades afins; no domínio das Artes Plásticas: para a realização de projectos nomeadamente pintura, escultura, gravura e fotografia; bem como nos domínios das Filarmónicas e dos Grupos de Folclore, Música, Danças e Cantares Tradicionais, que poderão continuar a contar com apoios significativos para o seu fardamento, instrumental e ao nível das digressões e intercâmbios, sendo estas últimas muito importantes ao nível da Região como no exterior, em especial com as comunidades emigradas, o que permite conhecer e manter vivos os laços culturais existentes e reforçar o conhecimento da genuína cultura açoriana nas comunidades.

As acções Festivais e Congressos, Outros Eventos Culturais e Espectáculos de Iniciativa Governamental — Música, Teatro, Bailados e Ópera — orçadas em 200.000 contos no PMP, serão meios que poderão apoiar os programas das festas concelhias, assim como a programação de eventos a levar a efeito, em todas as ilhas dos quais se destacam o Programa da Temporada Musical, no qual está incluído o Festival MusicAtlântico.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:



A abertura da nova Biblioteca Pública de Ponta Delgada, a conclusão da Biblioteca Pública da Horta e a construção da nova Biblioteca de Angra do Heroísmo são obras contempladas neste Plano, que através de sua modernização, visam prestar melhores serviços à população em geral e à comunidade científica em particular.

Em paralelo será implementada a Rede de Leitura Pública, dinamizada através da instalação de uma rede de bibliotecas municipais em interligação com as redes regional e nacional, por forma a dotar as povoações mais periféricas destes instrumentos do saber e do desenvolvimento. Subjacente a este Plano existem um conjunto de medidas que visam rever a política de arquivos e criar um órgão de coordenação da actividade dos arquivos regionais.

O valor dos nossos arquivos, a especificidade e as exigências do seu tratamento, impõem a sua separação funcional das bibliotecas públicas. Para isso será necessário fazer-se a curto prazo o enquadramento legal respectivo, por forma a que essa entidade se encarregue da selecção dos documentos a preservar e do estabelecimento das regras técnicas a que deve obedecer a conservação e o acesso aos documentos.

Esta nova política de arquivos passa pela utilização das novas tecnologias da informação, através da digitalização dos documentos mais relevantes, sendo deste modo a acessibilidade mais eficaz pelos seus potenciais utilizadores e a sua preservação fica mais acautelada.

Ainda no domínio das acessibilidade o nosso património documental e arquivista ficará à disposição de novos públicos, dos quais destacamos a nossa Comunidade da diáspora, assim como os meios académicos, de âmbito nacional e internacional, que possibilitarão, sem dúvida, avanços



significativos para o conhecimento do nosso património histórico e cultural.

As bibliotecas e os Arquivos são uma aposta do VII Governo, que estão representadas neste Plano pelas seguintes acções: novas instalações para Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo; Casa Bensaúde-Biblioteca Pública e Arquivo da Horta; Equipamento para a Biblioteca Pública de Ponta Delgada; Aquisição de conteúdos para as Bibliotecas Públicas; Inventariação e Tratamento dos Arquivos da Região; a Implementação da Rede de Leitura Pública; nas quais serão investidas verbas no valor de cerca de 1 milhão e 500 mil contos, que representam um quarto do valor global dos investimentos da área da cultura para os próximos quatro anos.

Os Museus na Região quer os regionais, quer os de ilha, constituem equipamentos de inegável valia no contexto regional e nacional. Para além dos valores próprios e insubstituíveis de que são depositários, têm potencialidades que se podem desenvolver, quer numa perspectiva local, designadamente através da implementação de visitas de estudo que possibilitam aos nossos jovens o contacto mais estreito com a nossa realidade histórica, quer a nacional ou internacional, constituindo uma mais valia para o sector turístico. Estas valências estão representadas no PMP através de um conjunto de acções que irão minorar muitos dos aspectos deficitários que ainda apresentam.

Este Plano traduz ainda a preocupação do Governo no apoio ao restauro, consolidação e recuperação de diversos monumentos arquitectónicos do tipo religioso (igrejas, conventos, e impérios do Espírito Santo) e civil (solares e outros imóveis de valor patrimonial, como os moinhos de água ou de vento), militar (fortes) e urbanísticos (centros históricos), através de um



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

número elevado de acções que muito contribuirão para a defesa e valorização do nosso património, no caso concreto o edificado.

Por fim importa relevar as actividades em desenvolvimento na área da cultura, relacionadas com os inventários dos patrimónios imóvel, móvel e imaterial, os projectos Atlas Linguístico dos Açores e da Enciclopédia Açoriana, instrumentos base para a defesa e preservação do nosso património, dado que só se respeita e preserva o que se conhece e os Açores são possuidores de espólios culturais que se não forem devidamente inventariados, poderão perder-se e os vindouros poderão acusar a nossa geração de não termos tido o devido cuidado em preservar importantes referências culturais da nossa Região, do nosso Povo, das Nossas Gentes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como Deputado eleito pela Ilha de S. Miguel, natural e residente no Concelho da Ribeira Grande, permitam-me tecer algumas considerações sobre o meu Concelho.

Se tivermos em conta que os Governos do PS já têm história e no que concerne ao Concelho da Ribeira Grande esta é lhe bastante favorável. Assim o Governo anterior, tal como se havia comprometido através do Plano 1997/2000, realizou obras no Concelho que eram há muito desejadas, das quais destacamos: Construção do Porto de Rabo de Peixe, Envolvente à Ribeira Grande – Trecho 1, Remodelação da ER – 3 – 1º Ponta Delgada – Ribeira Grande (em execução, neste momento), Escola B 2,3 – Maia, Ampliação da Secundária Ribeira Grande, construção do Parque Desportivo da Ribeira Grande, Remodelação e Ampliação do Lar de Idosos Augusto Ferreira Cabido, Remodelação do Lar Feminino do Centro Bem Estar Social, bem como intervenções na área da habitação ou em acções



não desagregadas que muito contribuíram para o desenvolvimento dos Ribeiragrandenses.

Se no Governo anterior este concelho beneficiou da Governação socialista, o Plano Médio Prazo agora em discussão apresenta um conjunto de acções no montante de mais de oito milhões de contos, em verbas desagregadas para o concelho, contando ainda com uma verba de 4 milhões de contos para o Plano de Intervenção na freguesia de Rabo de Peixe.

Destas acções destacam-se as relacionadas com estradas nas quais serão investidas quase metade das verbas referidas, a Envolvente à Ribeira Grande trecho 2 e 3, a beneficiação da Estrada Regional da Ribeira Grande aos Fenais da Ajuda e a estrada Lagoa – Ribeira Grande farão com que o concelho seja diferente e melhor face ao passado.

Tendo sido opção do Governo proceder a uma intervenção específica para Rabo de Peixe, o Plano a Médio Prazo para 2001/2004 apresenta uma base mínima da intervenção que atingirá quatro milhões de contos, no quadriénio. Vislumbra-se que através da articulação das várias Secretarias e com base no Plano que se encontra em preparação para a freguesia, prever um futuro risonho há muito ansiado por parte da população, não só em termos económicos, mas em especial em termos sociais.

Finalmente foi afirmado nesta Câmara que este Governo não teve em conta os pareceres dos Parceiros Sociais, ou o que eles disseram em relação à ante-proposta do Plano. No que concerne ao apresentado pela Câmara Municipal da Ribeira Grande, dos pontos apresentados para serem tidos em conta no Plano a Médio Prazo, foram introduzidas na versão final do Plano 3 acções das referenciadas que são as seguintes: Edifício escolar para freguesia do Pico da Pedra, via rápida – Ribeira Grande – Lagoa e Plano Integrado para freguesia de Rabo de Peixe.



Disse.

Deputados Vasco Cordeiro e Francisco Sousa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira **(PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

No Programa do Governo, aprovado nesta Câmara, e no capítulo da Reconstrução, é assumido como objectivo da legislatura a conclusão do processo de Reconstrução dos estragos provocados pelo sismo de 1998.

Esta disposição foi também defendida pelo Secretário da Habitação e Equipamentos que disse que “as ilhas do Faial e Pico viverão um período de plena construção” e garantiu que em 2004 a Reconstrução ficava pronta. Para cumprir estes objectivos o Plano a Médio Prazo 2001-2004 dotou-a com cerca de 22 milhões de contos.

A Reconstrução é, no presente, caracterizada pelo estabelecimento das empresas no terreno e pelo início das obras finalmente visíveis em várias frentes, o que deve ser registado positivamente. Quase três anos após o sismo, é altura de sentirmos renascer algum ânimo e entusiasmo nos sinistrados, sobretudo naqueles que já vão vendo as suas habitações em reparação ou em construção.

Mas a constatação deste presente não deve nunca fazer esquecer os muitos erros do passado deste processo (porque eles ensinam) e, sobretudo, não nos deve desmobilizar nem desviar do muito que ainda falta fazer, da pluralidade de questões que é necessário enfrentar, dos muitos casos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

atípicos, às vezes dificilmente enquadráveis na legislação em vigor, mas que merecem uma solução justa.

Por outro lado, num processo com a dimensão e a complexidade deste, é absolutamente natural que questões novas vão surgindo. Por isso, é imprescindível por parte de todos nós e de todos os responsáveis manter a vigilância e o acompanhamento deste processo porque, em primeira instância, quem está em causa são pessoas, conterrâneos nossos, que nos merecem toda a consideração e empenho na mais justa e equitativa solução para os seus problemas.

Uma das questões que a curto trecho irá seguramente vir ao de cima é a dos muitos sinistrados, arrendatários e comodatários — e outros que não se encaixam nestas categorias — que correm o risco de ficar de fora deste processo, e portanto de não terem acesso a uma casa, simplesmente porque não possuem terra própria onde construir e não têm a capacidade financeira de a adquirir. Todas estas pessoas merecem atenção e merecem uma resposta que as enquadre e socialmente as proteja.

Outra importante dúvida é sobre o muito que previsivelmente ficará por reparar principalmente na cidade da Horta, onde é observável um crescente afastamento entre os preços praticados pelos empreiteiros e os valores dos apoios (presentemente em 90 contos por metro quadrado). Por outro lado, à incapacidade de endividamento de parte desses sinistrados, junta-se, noutros, a sua idade como obstáculo. E mantém-se, infelizmente, a recusa do Governo em intervir junto dos empreiteiros a quem adjudicou empreitadas no sentido de, aproveitando as economias de escala de estarem já instalados nas ruas, praticarem aos sinistrados do 2º, 3º e 4º escalões preços por metro quadrado semelhantes aos que praticam para o Governo, se é que os que praticam rondam os apregoados 90 contos.



Outra questão fundamental é a da fiscalização das obras em curso. Que é imprescindível que seja intolerante e inflexível em questões de segurança e qualidade construtiva. Mas que tem de ser bem mais compreensiva quando se trata, por exemplo, da possibilidade de incluir em obra pequenas alterações aos projectos, sobretudo nos interiores das habitações. É que não será preciso lembrar — embora alguns às vezes se esqueçam — de que as casas, embora beneficiadas com apoios do Estado, são pertença dos seus proprietários. E são eles que nelas vão viver.

E é também fulcral uma fiscalização actuante sobre as empresas por parte de Inspecção Regional de Trabalho. É necessário acompanhar nomeadamente as condições de trabalho e de alojamento dos seus trabalhadores e o funcionamento das suas cantinas. Os muitos trabalhadores que vieram de fora, sobretudo para a construção civil, podem ocasionar fenómenos deploráveis de exploração desenfreada e desumana, tanto mais que se tratam, nalguns casos, de trabalhadores que não dominam a nossa língua nem conhecem os seus direitos. Neste domínio, como em muitos outros, uma fiscalização actuante, atenta e preventiva será certamente o melhor remédio para situações que só nos envergonharão se acontecerem.

Preocupa-nos a aparente ausência ou deficiência de planeamento nalgumas ruas e freguesias, onde verificamos aquilo que parecem ser critérios distintos para situações idênticas: umas casas são reconstruídas nos mesmos e exactos locais, à beira da estrada; outras são obrigadas a recuar vários metros, o que vai dando origem a situações de difícil compreensão pelos sinistrados. E isto para já não falar da aparência desordenada e caricata dos alinhamentos de algumas das ruas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

A questão já recorrente da inclusão dos valores do IVA nos montantes dos apoios atribuídos aos sinistrados é também uma injustiça que permanece aguardando reparação urgente e retroactiva.

E que dizer das propostas interpretativas do Decreto Legislativo Regional nº 15-A/98/A, de 25 de Setembro, aprovadas por unanimidade na Comissão de Acompanhamento do Sismo em Julho de 1999, com a anuência do Secretário Regional da tutela, e que deveriam ter sido vertidas em regulamentação a produzir pelo Governo, o que ainda não aconteceu, permitindo que algumas situações nelas clarificadas continuem a sofrer tratamento casuístico por parte do CPR?

Preocupa-nos também a situação da recuperação das Igrejas do Faial e Pico, prometida para se fazer no horizonte deste mandato, mas asfíxiada financeiramente à partida, quer pela insuficiente verba com que as Comissões de Reconstrução das Igrejas do Faial e Pico são dotadas, quer por ainda não ter sido regulamentado o acesso bonificado das Igrejas à Banca para empréstimos. Tudo isto, numa perspectiva optimista, fará protelar a reconstrução das Igrejas para o horizonte dos anos 2008 a 2010. Como resistirão até lá estas comunidades cristãs, decepadas do seu local de culto, sem a referência agregadora da sua Igreja? É uma interrogação que, como cristão, aqui sentidamente deixo.

E qual a disponibilidade para ressarcir vários proprietários desta ilha, alguns simultaneamente sinistrados, que cederam de boa vontade terrenos para instalação de pré-fabricados para outros conterrâneos e num cenário que na altura era assumido como transitório, mas que se vem prolongando significativamente? E, pior que isso, em muitos casos não há solução ainda à vista para muitos dos ocupantes desses pré-fabricados. E ainda pior, noutros casos, o próprio proprietário não pode construir a casa a que tem



direito porque tem o seu terreno ocupado pelos outros pré-fabricados e não faz sequer a ideia de quando terá o terreno livre para poder construir.

Temos, portanto, pela frente um futuro de muito trabalho. Que vai exigir de todos nós o empenho, a disponibilidade e o espírito de servir todos aqueles que o sismo castigou e afectou. Se há tarefa nobre na política é esta a de ajudar a transformar desgraças e catástrofes em crescimento económico e social, facultando a promoção efectiva das pessoas. O futuro, nesta aérea, é, portanto, ainda de muito trabalho. Principalmente para o Governo que não pode nem deve cruzar os braços, deslumbrado pelos milhões ou pelas empresas que se instalaram no terreno. Como aqui procurei reflectir há ainda muitos, sérios, difíceis e importantes problemas a enfrentar e resolver.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como deputado eleito pelo Faial não posso deixar de alinhar algumas breves considerações sobre o que à minha ilha está reservado nos documentos em discussão. De 1999 a 2001, o total das verbas adstritas ao Faial nos planos decresceu cerca de 29%.

A leitura só pode ser uma: se há mais dinheiro para a Reconstrução e menos no total global da ilha em relação aos anos anteriores, isso significa que os investimentos nos outros sectores vão abrandar e parar. O Faial é, assim, duplamente castigado: primeiro, pelo sismo de 1998. E agora castigado porque a maioria do dinheiro que o Governo canalizará para esta ilha destinar-se-á apenas à Reconstrução, quando é um direito nosso (e foi um compromisso deste Governo) que o Faial não veja o seu normal desenvolvimento atrasado pelas necessidades da Reconstrução. É que se é uma verdade inquestionável que a Reconstrução tem de avançar e as pessoas têm o direito de verem rapidamente os seus problemas resolvidos e



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

terem acesso a habitação condigna, também não é menos verdade que o nosso desenvolvimento como comunidade não se resume à Reconstrução.

E foi neste cenário que na 2ª feira tivemos mais uma desanimadora novidade: com a desculpa de lapsos ao nível do processamento informático dos dados dos Planos, quase todas as ilhas dos Açores, à excepção de S. Miguel e Terceira, viram as suas dotações ainda mais reduzidas. No caso do Faial foi quase meio milhão de contos que desapareceu, engolido neste estranho lapso.

É por efeito das opções do Governo que o Faial irá ver adiados e protelados no tempo os seus mais importantes projectos e investimentos: a nova Escola Secundária, a recuperação da Casa Grande, o Complexo Desportivo, as estradas e a Variante, o Campo de Golfe, tudo ficará para melhor altura. E isso os faialenses não compreendem nem muito menos aceitam.

Tenho dito.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Ouvi com muita atenção a intervenção do Sr. Deputado Costa Pereira. Há preocupações que são comuns às várias bancadas.

No que diz respeito à situação da reconstrução, proximamente, terei oportunidade de fazer uma intervenção sobre ela.

Todavia, gostaria de dizer que, relativamente à afirmação de que com este plano o Faial volta uma vez mais a ser desvalorizado, dentro dos montantes disponíveis e das opções que foram tomadas, com a carência que



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

efectivamente sempre tivemos de mão-de-obra nesta área da construção civil — eu também estou solidário com o Governo Socialista quando entende que tendo em conta a premência que é a área da reconstrução, tendo em conta toda a problemática, sobretudo de natureza social que é perfeitamente previsível que possa vir a acontecer, tendo em conta uma maior presença de operários da construção civil, sabendo-se que é cada vez mais difícil o seu recrutamento nas outras ilhas e no Continente Português — uma maior pressão de presença de empreiteiros e, sobretudo, de operários de construção civil, aconselha a que não seja possível termos tantas obras quantas aquelas que efectivamente nos foram sendo prometidas ao longo dos anos e para os quais legitimamente aspiramos.

Quero deixar esta nota que não vem totalmente de encontro aos nossos desejos, mas que numa perspectiva de racionalidade, de pousar no chão e ter em conta o que efectivamente está projectado e que há-de ser feito, não nos permite ir mais além.

Eu gostaria de dizer que ficaria muito contente se tudo aquilo que está previsto neste Plano a Médio Prazo para o Faial, for efectivamente cumprido dentro dos prazos que estão previstos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas dois minutos.

Na programação do meu trabalho neste plenário, abordarei ainda este tema, mas as coisas têm os seus momentos.

Ouvi com muita atenção as duas intervenções que me antecederam e gostava de deixar 3 notas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

A primeira é que também tenho procurado trazer, em tempo oportuno, questões relacionadas com a reconstrução.

Penso que o que está em discussão neste momento é a dotação financeira global para os próximos 4 anos. Aí a minha posição é favorável.

Entretanto, partilho de muitas das preocupações, algumas das quais já tinha levantado ali, que são levantadas pelo Sr. Deputado Costa Pereira.

A segunda nota diz respeito à correlação entre a reconstrução e outros investimentos públicos necessários para o Faial e diz respeito à evolução do comportamento governamental face a este problema.

Basta ler os programas de 99, de 2000 e de 2001, comparadamente, para se perceber que em 99, a postura governamental teórica de partida face ao problema desta correlação, não é a mesma da qual resulta a programação tida em 2001 e anos subsequentes.

A terceira nota diz respeito à intervenção do Deputado Renato Leal no que toca ao problema dos trabalhadores da construção civil.

Isto tem sido expresso por todas as entidades principais do Partido Socialista nesta Ilha do Faial, das mais diversas formas, mas com frases deste género:

“O Faial não pode ser um estaleiro!”

“O Faial não comporta mais obras!”

Portanto, dá a ideia de que não se pode fazer praticamente mais nada para além da reconstrução.

Na semana que o Governo cá esteve, ambos os jornais desta terra estiveram recheados destas afirmações, desde afirmações governamentais, até muito secundadas unanimemente pelos responsáveis socialistas a todos os níveis da Ilha do Faial.



Eu gostava de dizer que nós não podemos mistificar estas coisas. Por exemplo, quanto à questão da escola da Horta, se fosse posta a concurso em 2002 para começar em 2003, seria muito vantajoso ser feito, porque estão agora aqui algumas das grandes empresas de construção civil do país, interessadas nesses projectos.

Elas já estão instaladas e isso seria vantajoso e não desvantajoso.

Nós não podemos mistificar coisas e lançar para a opinião pública nuvens de poeira para disfarçar as nossas próprias opções e dificuldades.

Por agora não posso gastar mais tempo, mas voltarei a este tema na minha intervenção.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É para participar nesta triangulação faialense.

Eu percebo perfeitamente o sentido da intervenção do Sr. Deputado Decq Mota. Todavia, gostaria de fornecer mais alguns elementos para que se possa perceber por que é que eu defendo as posições que acabei de defender.

É uma velha máxima que “sem ovos não se fazem omeletes”.

Na passada década, a ilha do Faial, sem ter ainda os problemas que teve, provocados pelo sismo, teve uma empresa que por mais de uma vez recorreu ao fornecimento de blocos vindos de outras ilhas dos Açores.

Como faialense tive oportunidade de manifestar o meu profundo descontentamento por aquilo que me parecia ser uma situação, perfeitamente ultrapassada.



Posso dar como exemplo duas obras, uma das responsabilidades municipais (a reabilitação do Teatro Faialense) e outra de um empresário particular num investimento hoteleiro muito próximo desta Assembleia.

Sei que essa é uma hipótese que alguns empreiteiros ponderam poder vir a utilizar novamente.

A questão dos inertes é matéria teoricamente fácil de resolver, mas na prática surgem alguns a colocar embaraços neste problema.

Mais preocupado fiquei quando numa recente reunião em que o Sr. Presidente da Câmara da Horta participou e disse a mim e aos que estavam presentes, que começava a recear com o fornecimento de água. Isto é, o número de empreitadas e de projectos em curso, estava a afectar seriamente a previsão, a disponibilidade de água que a Câmara Municipal da Horta tinha, sobretudo para as populações, mas também para as obras.

Não quero com isto dizer que são problemas inultrapassáveis, mas para uma ilha como esta, para a qual me vêm dizer que nos bastidores já se fala em problemas de alguma complexidade, penso que não introduzirei aqui nenhuma, ou não trarei nenhuma novidade, se disser que os números que circulam aí, nas últimas semanas, já falam em mais uma situação que não era de forma alguma desejável, apontam para mais de 30 gravidezes precoces.

Nós temos que ter consciência de que tudo o quanto for feito a mais numa ilha que tem 15 mil habitantes, com uma pirâmide demográfica perfeitamente invertida e com necessidades enormes de acudir rapidamente à reconstrução, eu tenho receio que se tudo for cumprido, se possa ir mais além.

Relativamente à Escola Secundária da Horta, é um assunto sobre o qual, mais tarde, havemos de voltar a falar.



Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rápido para dizer que o mal, em relação aos inertes, é quando nós ficamos inertes.

Segundo, esta ilha teve, no tempo da guerra, 5000 soldados. Não morreu ninguém!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Renato Leal:

Sinceramente, lamento que seja um deputado do Faial a encontrar razões e explicações para o adiamento claro e sem explicação dos investimentos do Governo nesta ilha.

As suas justificações naturalmente não convencem e o Sr. Deputado José Decq Mota já explicou isso bem.

Também lamento que a coragem que nos prometeu que ia ter na discussão destes documentos se tivesse esvaído.

Sr. Deputado José Decq Mota, uma breve discordância em relação a si.

Eu não estou satisfeito com a dotação financeira global para a Ilha do Faial e dou-lhe um exemplo:

Em 99, o Faial tinha 8 milhões, 588 mil, 355 escudos. Em 2001, terá 6 milhões, 034 mil, 843 escudos, incluindo as verbas da reconstrução. Isto significa reduzir cerca de 30%. Isto eu não aceito!

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Muito bem!

Deputado José Decq Mota (PCP): Eu falei na dotação da reconstrução!

O Orador: E eu estou a falar na dotação global da ilha!



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Presidente: Srs. Deputados, não havendo mais inscrições para esclarecimentos, o Sr. Secretário da Mesa vai anunciar os tempos ainda disponíveis e depois vamos interromper os nossos trabalhos, retomando às 15 horas.

Secretário (*Raúl Rego*): **O Partido Socialista, gastou 148 minutos. Tem disponível 152 minutos.**

O Partido Social Democrata gastou 134 minutos. Tem disponível 76 minutos.

O Partido Popular gastou 48 minutos. Tem disponível 12 minutos.

O Partido Comunista Português gastou 33 minutos. Tem disponível 27 minutos.

O Governo gastou 109 minutos. Tem disponível 191 minutos.

Presidente: Naturalmente que estes tempos serão bem aproveitados.

Aproveitem agora para ir almoçar.

Boa tarde.

(Eram 13 horas e 10 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 15 minutos)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:



As propostas inscritas no Plano para o ano 2001 e no Plano a Médio Prazo (2001-2004), relativas à Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, materializam o Programa do VIII Governo aprovado nesta Câmara para as áreas da habitação, obras públicas e equipamentos e protecção civil.

O claro reforço no programa das calamidades sismo demonstra, inequivocamente, o compromisso do Governo para com o processo de reconstrução. Gostaria pois de reiterar o empenho do Governo no processo de reconstrução transformando-o desde a primeira hora como prioridade na acção da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos. Nesta fase já se investiu 12 milhões de contos, a saber: 3,2 milhões de contos no realojamento provisório, 3 milhões de contos em obras públicas, e 5 milhões 823 mil contos nos 1265 casos já apoiados nas diversas de reabilitação, reconstrução e aquisição.

Como se sabe, decorrem hoje nas ilhas do Faial e Pico 40 empreitadas da responsabilidade do Governo Regional que serão executadas nesta legislatura, num total de 1492 intervenções o que representa um esforço de investimento de 16,1 milhões de contos. A nossa atenção focaliza-se, agora, na garantia financeira do processo global, bem como na fiscalização do mesmo e, por isso, estão no terreno 12 engenheiros e 9 fiscais a acompanhar a requalificação do parque habitacional afectado pelo sismo.

A tarefa ciclópica de reduzir as vulnerabilidades sísmicas do edificado continua a ser o princípio norteador da nossa estratégia no âmbito da reconstrução e fora dela, que está a ser apoiada sem precedentes remotos ou recentes em todos os locais onde ocorrem processos desta natureza.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Neste Plano de 2001 e no Plano a Médio Prazo (2001-2004), o sector da habitação, a par do processo de reconstrução, continua a ser uma forte



aposta, quer em termos de investimento directo previsto — 11,4 milhões de contos — quer através do investimento participado com o INH (Instituto Nacional de Habitação) às autarquias açorianas nos vários acordos de cooperação habitacional que estão em curso.

Mas, neste Plano e PMP introduziram-se alterações significativas e definiram-se novas linhas de orientação estratégica para o sector da habitação que se concretizam em mais do dobro das acções que contemplavam anteriores planos. De notar, em particular, a promoção habitacional baseada no apoio ao sector cooperativo, a promoção empresarial não especulativa ou de custos controlados, a política de propriedade resolúvel, a criação de linhas de crédito especiais para intervenções preventivas e anti-sísmica com a preocupação simultânea de preservação das características arquitectónicas do parque habitacional, do incremento dos projectos de salvaguarda habitacional que reforcem a segurança da vida e dos bens dos cidadãos, retirando-os das situações de risco resultantes de deficientes ordenamentos habitacionais, para além das acções existentes das quais se destacam o reforço da cooperação com as IPSS em termos habitacionais e a habitação para jovens.

O sector da habitação será, deste modo, regulado por um novo edifício jurídico, coerente com estas novas linhas de actuação que atendem também às recomendações do Plano Regional de Habitação. Por outro lado, a Região continua a garantir o acesso ao crédito concedido à habitação em termos das bonificações praticadas, já que com o VII Governo os açorianos passaram a ser cidadãos com os mesmos direitos dos que residem no resto do território nacional.

Aliás, a pujança deste sector reside não só no investimento público que nos últimos quatro anos significou 3580 processos concluídos, como no crédito



concedido à habitação para particulares que passou de 51,4 milhões de contos em 1996, para 143 milhões em 2000. Pela parte do Governo continuaremos a trilhar uma política de promoção da melhoria do nosso parque habitacional porque se trata de uma exigência permanente perante a sua antiguidade e o seu desajustamento secular às condições de segurança, como se tem verificado nas crises sísmicas que afectaram os Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em matéria de obras públicas, o Plano e o PMP desta legislatura apontam, claramente, para o reforço das medidas iniciadas no VII Governo traduzidas no maior volume de investimento de sempre na história dos Açores no domínio das estradas regionais. Quer no âmbito da construção de novos troços de estradas, quer no domínio da reabilitação de estradas, quer ainda na reposição das infraestruturas rodoviárias afectadas pelas calamidades, teremos, nos próximos quatro anos um incremento significativo perante o Plano do VII Governo. Trata-se de ganhar as oportunidades e desafios lançados pelo III Quadro Comunitário de Apoio, acabando-se com atrasos estruturais em sede de acessibilidades a que os Açores estiveram sujeitos.

Melhoria das acessibilidades aos principais centros urbanos retirando, igualmente, o transporte pesado de mercadorias do interior destes centros, melhoria dos acessos aos portos comerciais, adequação dos pavimentos às necessidades e tipologias do tráfego, bem como o reforço dos níveis de segurança rodoviária são as linhas de orientação estratégica para este sector.

Com esta orientação teremos impactos positivos ao nível do aumento da velocidade média de deslocação entre os principais centros urbanos, maior segurança e melhorias em termos ambientais.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

As 65 acções em matéria de Estradas Regionais previstas no programa da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos mais as acções previstas para a conservação corrente, tornarão os Açores quantitativa e qualitativamente reconhecidos como uma região moderna em termos de acessibilidades garantido-se apesar destes padrões de modernidade a preservação do nosso ambiente.

O Governo garante, deste modo, a sustentabilidade de um dos principais sectores da actividade económica adequando o desenvolvimento da construção civil à optimização dos recursos diferenciados de cada ilha em termos humanos, técnicos e empresariais.

Como traço saliente deste sistema rodoviário gostaríamos ainda de realçar o contributo decisivo do novo Laboratório Regional de Engenharia Civil, como instrumento de apoio e controlo de qualidade das obras públicas na Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nos últimos quatro anos percorremos um caminho complexo ao responder às inúmeras calamidades que nos afectaram, apetrechando e organizando o nosso sistema de protecção civil que se encontrava impreparado e desajustado face às exigências de uma região com as nossas condições climáticas, sísmicas e vulcânicas.

Os próximos quatro anos ficarão marcados então pela melhoria da qualificação dos nossos recursos humanos que são agentes e beneficiários do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores. Estas acções com relevância ao nível da eficiência do funcionamento do sistema de protecção civil inserem-se num quadro crescente de assessoria técnico-científica da Universidade dos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

As propostas de Plano 2001 e PMP (2001-2004) da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos garantem o reforço do desenvolvimento sustentado iniciado com o VII Governo e a inovação nas áreas da habitação, obras públicas e protecção civil, realizando o que é justo e necessário para o presente e futuro colectivo, de todos os açorianos que, com larga maioria, nos elegeram para este mandato de estabilidade e confiança nos Açores e no seu Governo.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como tem sido enunciado bastas vezes durante este debate, a tendência deste Governo em prometer e não cumprir começa a ser histórica.

A Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, parece lutar pelo alcançar dessa façanha. Vastos têm sido os anúncios e muitas das obras anunciadas continuam por cumprir.

No decorrer do debate do Programa do Governo, o Sr. Secretário remeteu algumas das questões que lhe foram colocadas para este debate. É nessa perspectiva que gostaria de lhe colocar algumas questões e solicitar os esclarecimentos que julgo que devem ser dados a esta Câmara.

Em primeiro lugar, o Sr. Secretário Regional anunciou, logo após a calamidade da Ribeira Quente, que iria construir a estrada alternativa



àquela localidade. O anúncio foi feito com pompa e circunstância, no entanto não foi cumprido.

Também com pompa e circunstância foram anunciadas 16 pontes para encurtar a distância nas acessibilidades a Nordeste. Onde é que foi parar um terço desses viadutos?

A variante Ponta Delgada/Lagoa, tem como melhor valor apresentado 3 milhões e 700 mil contos, sem contar com o valor para expropriações, no mínimo de 1 milhão de contos. O prazo para a sua execução é de 1080 dias, ou seja, 36 meses, o que corresponde a 3 anos. No Plano estão previstos 800 mil contos apenas para 2001. Há qualquer coisa aqui que não está a jogar bem, algo não está bem, o que fica também por esclarecer.

Fala-se também num “Project Finance”. Em qualquer caso, gostaria que me explicasse como é que se vai processar a execução e em que data se concluirá a obra.

A própria Câmara Municipal da Lagoa já manifestou expressamente a sua preocupação sobre a matéria.

Mais uma vez, o manifesto eleitoral do PS, na Ilha Terceira, oficializado no site do PS na Internet, dizia:

“Proceder à reabilitação da via rápida, criando condições de segurança e de eficácia que compatibilizem a circulação de gado com veículos automóveis”.

Gostaria que o Sr. Secretário me explicasse o que é que vai ser feito lá, ou então se é mais uma promessa que não vai ser cumprida.

Noutro âmbito, o Sr. Secretário Regional declarou que as obras públicas sobre a sua alçada, seguiriam vários vectores fundamentais, entre eles o da eficiência administrativa, a fim de evitar os contenciosos consequentes.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Nessa medida, gostaria que me explicasse como é que justifica os contenciosos, os quais passo a enumerar:

- Via da Feteira com os Ginetes;
- Escola Secundária da Lagoa;
- Variante a Ponta Delgada;
- Ligação Ponta Delgada/Capelas, onde o próprio Governo perdeu a acção no Supremo Tribunal Administrativo;
- Matadouro de São Jorge, onde pagou uma indemnização por anulação da adjudicação;
- Matadouro de São Miguel, indemnização à Normaçoires; entre outros.

Finalizando, Sr. Secretário Regional, V. Exa. em declarações suas, condenou os procedimentos dos Governos do PSD, designadamente por recorrerem à consignação antecipada. Chegou ao ponto de os considerar deploráveis. Gostaria que o Sr. Secretário explicasse, porque deixou entender que eram deploráveis na medida em que já utilizou o mesmo procedimento designadamente para a empreitada de execução do aqueduto e reconstrução da estrada regional dos Fenais da Ajuda.

Eram estes os esclarecimentos que gostava de obter.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Ponte.

Deputado João Ponte (*PS*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.**

Membros do Governo:

Gostaria de prestar alguns esclarecimentos ao Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isto é o respeito que o Sr. Secretário tem por esta Assembleia. Eu peço esclarecimentos e o Sr. Deputado é que responde. Eu já estava à espera!

O Orador: Acho que o cozido fez-lhe mal.



Quando se fala em estrada alternativa à Ribeira Quente, é bom que não se esqueça os investimentos que já foram realizados por este Governo Regional naquela freguesia que totalizam 5 milhões de contos, pelo menos foi esse o valor que eu percebi até ler a imprensa de antes de ontem, que os senhores gostam muito de citar, em que se refere que o investimento ultrapassa os 8 milhões de contos. Se calhar está aqui a explicação para os milhões que a “porca comeu na Terceira”.

Como se sabe, esses investimentos que foram feitos na Ribeira Quente, foram aplicados essencialmente na construção do porto da Ribeira Quente, na protecção da orla marítima, na habitação, na repavimentação de estradas e na reposição das condições naturais, na sequência das calamidades.

Por via destes investimentos é preciso não esquecer que vão existir duas vias alternativas à Ribeira Quente, uma por mar que é o porto, e uma por ar, que é o heliporto.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Essa já existia há um ano!

O Orador: Outra questão que é preciso frisar aqui, é que só faz sentido falar-se numa via alternativa no caso de situações de emergência, porque a actual via que liga a Ribeira Quente não está saturada do ponto de vista de circulação automóvel.

Este Governo, não estando contente com duas vias alternativas, está a preparar mais uma via alternativa à Ribeira Quente através da povoação da Zona do Agrião. Este é um empreendimento que vai ser ainda executado no âmbito deste Plano de 2001.

Como se pode verificar, este Governo Regional executa mais do que promete. Prometeu uma via alternativa para a Ribeira Quente e vão existir três.

Portanto, quanto à Ribeira Quente, estamos falados.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Em relação às acessibilidades ao Nordeste, eu nunca vi o Sr. Secretário anunciar a execução de 16 pontes para o Nordeste, mas ele depois poderá confirmar.

No que se refere às acessibilidades para o Nordeste, é necessário dizer-se que este Governo Regional encarou de uma forma inovadora e integrada, a questão das acessibilidades ao Nordeste, coisa que os senhores no passado nunca tiveram coragem de fazer e é isto que é preciso dizer.

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo está a esgotar.

O Orador: Eu já termino, Sr. Presidente.

Nesta medida, o Governo lançou um concurso para o estudo do acesso ao Nordeste e esse estudo aponta para uma redução de 16 quilómetros no encurtamento da distância entre os Fenais da Ajuda e o Nordeste, daí a confusão do número 16, deve ser na redução do encurtamento, Era apenas isto, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, é para fazer uma interpelação à Mesa.

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, eu pretendia de V. Exa. um esclarecimento sobre esta metodologia do debate, lembrando que numa das nossas anteriores sessões, o Sr. Presidente não permitiu a participação de um deputado desta bancada, porque a interpelação ao Sr. Secretário Regional tinha sido feita por um outro Sr. Deputado. Portanto, não era possível ele cruzar-se neste diálogo.

Pergunto ao Sr. Presidente, se mantém essa metodologia ou se ela foi alterada, porque o Sr. Deputado Clélio Meneses acabou de interpelar o Sr. Secretário da Habitação e a resposta veio de um Sr. Deputado.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Portanto, gostaria de saber de V. Exa. qual a interpretação que faz desta matéria e qual a metodologia deste debate.

Presidente: Com todo o gosto, Sr. Deputado.

Realmente eu fiz essa interpretação anteriormente. Posteriormente, houve uma conferência de líderes onde ficou esclarecido que as pessoas podiam inscrever-se para fazer as interpelações que entendessem, ainda que cruzadas, desde que respeitassem os três minutos. É isso que está a ser seguido. As pessoas podem fazer os esclarecimentos que quiserem, podem pedir ou dar, desde que respeitem os três minutos.

Foi feita uma interpretação *lacta* deste dispositivo regimental e é assim que tem acontecido a partir do último plenário. Portanto, a Mesa está a cumprir com todo o rigor isso que foi definido em conferência de líderes.

Posto isto, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*):

Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados:

É com muito gosto que respondo às vossas perguntas, aliás, não é neste cenário que eu tremo das pernas. Não tremia antes, muito menos agora.

Em relação àquilo que já foi dito pelo Sr. Deputado João Ponte, gostaria de acrescentar que para cada um desses pontos, o Governo Regional tem respostas apropriadas. Desde logo, o investimento que está sendo feito na Ribeira Quente e as melhorias introduzidas por esse investimento, estão à vista e não merecem qualquer reparo e qualquer discussão.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Eu só falei na estrada!

O Orador: Mesmo se não se entendesse as alternativas que foram criadas em termos de segurança com as obras que foram feitas, quer o porto, quer o



heliporto, poderia informar a câmara que esses assuntos que às vezes saem ao Domingo no jornal, como se fossem uma grande coisa, numa coluna chamada “Maria Corisca”, se julgam que isso significa uma grande novidade para nós, não significa.

Entre a Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos e a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas há um acordo com a Câmara Municipal da Ribeira Grande para se fazer uma estrada alternativa de 2 quilómetros, pela zona do Agrião. Essa obra vai começar este ano.

Entretanto, procedeu-se aos estudos por um Gabinete chamado COBA, com o levantamento aerofotogramétrico feito pela força aérea, para ver se era possível fazer essa estrada alternativa no interior da ribeira, mas adoptou-se a posição de se rasgar uma estrada pela Zona do Agrião até à estrada regional. Ainda este ano, quando o tempo melhorar, essa estrada começará a ser rasgada. É menos um assunto que a “Maria Corisca” terá nos próximos jornais.

Outra coisa que também é recorrente nesse jornal, são as famigeradas 16 pontes, que eu não sei quem é que as descobriu, mas sei e isso já foi dito aqui com toda a propriedade, que o Governo Regional fez aquilo que mais ninguém teve coragem de fazer até agora, ou seja, fez um estudo das acessibilidades ao Nordeste.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Açoriano Oriental, 13 de Janeiro!

O Orador: Esse estudo é composto por 6 propostas que já recebemos e já escolhemos a melhor proposta que é aquela que preserva a actual estrada regional, por questões de turismo e lazer, e cria uma outra estrada de 16 quilómetros o que vem encurtar muito essa distância.



Essa estada vai começar nesta Legislatura e o Governo Regional vai fazer mais uma vez nessa área, deixando a sua marca como já deixou em muitas outras coisas.

Deputado João Cunha (PSD): História triste!

O Orador: Gostaria também de dizer que em relação à variante Ponta Delgada/Lagoa, não se preocupem, porque a obra está consignada, começa no próximo mês de Maio, se não houver nenhum problema com o empreiteiro, tem um prazo de execução de 3 anos e, independentemente dessa dotação, o Governo Regional está a estudar outras formas de financiamento que durante este ano serão definidas. Se houver necessidade de reforçar essa acção no próximo ano, ela será reforçada.

Nós não lançamos obras sem terrenos e sem dinheiro para as lançar, no sentido de que a adjudicação leve muito tempo.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor acabou de dizer!

O Orador: Isso era a vossa prática.

Também não fazemos aquilo que se fazia antigamente e que foi aqui referido. As consignações antecipadas são aquelas que os senhores deixaram, por exemplo, na Resolução 76/93, de 5 de Agosto...

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Já caducou!

O Orador: ... em que autorizaram a consignação antecipada da obra sem prejuízo posterior da subcomissão a contrato pelo Juiz do Tribunal de Contas.

Nesta altura é que era ilegal fazer a consignação antecipada. O Sr. Deputado que é jurista devia saber que agora não é, porque há legislação recente que permite a consignação antecipada. Esta é a grande diferença.

Eu não sei como é que um jurista vem dizer — perdoem-me a expressão — um disparate desta natureza aqui.



Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu não disse isso!

O Orador: Das duas uma: ou conhece a legislação ou então não a conhecendo é melhor não proferir essas afirmações, sobretudo com esses “rabos de palha” que têm.

Gostaria também de dizer que não há, em matéria de obras públicas, problemas com o contencioso, a não ser aqueles que os senhores nos deixaram.

O caso de Ponta Delgada/Capelas e também o da 2ª circular, foi deixado pelos senhores. Já agora, porque eu gosto que haja memória social e histórica e porque gosto que ela seja refrescada, eu conto-vos por que é. No caso de Ponta Delgada/Capelas, foi um processo sujeito a recurso — penso que o Sr. Deputado não está contra os recursos que as empresas possam fazer em termos administrativos, porque é para isso que existem essas entidades.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor também é que disse isso. O senhor não sabe o que diz!

O Orador: Sei, sim senhor.

Gostaria de vos dizer que essa obra foi adjudicada sem razão a uma empresa, por um único motivo, ou seja, de que essa empresa teria que ganhar, porque havia um contencioso com outra.

Quando nós chegámos ao Governo, verificámos que isso não era nenhum critério de adjudicação. Não se pode deixar de adjudicar uma obra ao Governo, porque o Governo tem um contencioso com outra. Automaticamente ela foi adjudicada à empresa Jaime Ribeiro e antes estava adjudicada à Marques. A Marques entendeu que havia de meter recurso contencioso.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O problema foi das comissões de análise de propostas e de toda a trapalhada que foi feita nessa altura. Nós recebemos em 96 e fizemos aquilo que estava de acordo com a comissão de análise de propostas.

Presidente: Sr. Secretário Regional, agradecia que terminasse porque já ultrapassou largamente o seu tempo.

O Orador: Aliás, a comissão de análise de propostas teve uma coisa “sui generis”, um dos indivíduos da Comissão saiu dela para não poder vincular-se a uma decisão que tinha sido politicamente imposta pela tutela. Há muitas coisas deste género que eu sei e há uma história de autonomia que todos nós sabemos também.

Deputada Berta Cabral (PSD): Faça provas disso, como diz o Sr. Secretário da Agricultura. Quem acusa tem que provar!

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário José Contente:

Deputado Dionísio Sousa (PS): Joaquim Maria!

O Orador: O Sr. Presidente dá-me licença para eu fazer um aparte descontável no meu tempo, mas com o microfone aberto?

Sr. Deputado Francisco Sousa, Dionísio de Sousa, peço perdão — é o primo — eu já lhe disse a algumas sessões atrás, que os dislates e as observações diletantes do senhor, não me preocupam nada. Incomodam muitos membros da sua bancada, muitos camaradas seus, a mim passam-me ao lado.

Deputado Dionísio Sousa (PS): O Joaquim Maria incomoda muita gente!



O Orador: Digo-lhe mais Sr. Deputado. O senhor começa a revelar sintomas preocupantes. Fico-me por aqui porque ainda o considero com inteligência suficiente para perceber o que é que eu estou a dizer.

Deputado José San-Bento (PS): Dê-se ao respeito, Sr. Deputado!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário José Contente:

O Açoriano Oriental do dia 13 de Janeiro de 1999, trazia este grande título. Numa página interior estava o senhor pomposamente em grande destaque numa fotografia, acompanhado dos seus adjuntos, no meio de duas ribeiras para as bandas do Nordeste.

Debaixo do seu grande sobretudo, disse o Sr. Secretário: “Até final deste ano será lançado o concurso para o projecto de construção da primeira ponte que vem encurtar em 1300 metros a distância ao concelho do Nordeste.

A ponte com 100 metros de altura, será construída sobre a Ribeira da Salga (a tal onde o senhor estava) que divide o concelho do Nordeste, do concelho da Ribeira Grande.”

Mais à frente refere: “são necessárias **16 pontes** niveladas por linha de água...”.

“A obra constitui, segundo José Contente — passo a citar o Sr. Secretário — o *interface* (que bonita palavra para os nossos ouvidos) entre os dois concelhos.

Vai ser executada a partir de 2000. A Secretaria Regional já possui o montante necessário para a feitura do projecto, para a construção de um viaduto que simbolicamente começará a encurtar o caminho entre a Ribeira Grande e o Nordeste. A partir daí vai avançar paulatinamente para os



projectos dos restantes viadutos que dependerão do dinheiro disponível, nomeadamente na Agenda 2000”.

As 16 pontes foram anunciadas, pelo senhor, nesta altura.

Se isto é mentira, recomendo-lhe que o seu assessor de imprensa, que por sinal até é do quadro do Correio dos Açores, trabalhe mais, porque é para isso que é pago, através do Orçamento da Região que é constituído pelos impostos de todos nós.

Deputado João Cunha (PSD): Essa ponte de 100 metros já caiu!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado João Ponte:

Eu penso que deve ter utilizado os conhecimentos que tem como Director da Norma — não sei se estou certo ou não, mas se estou devia esclarecer esta Câmara sobre esse assunto — ou então como candidato à Câmara da Lagoa. Deverá ter sido nalguma destas situações, porque eu interpelei foi o Sr. Secretário Regional.

Em relação ao Sr. Secretário Regional julgo que utilizou a tática habitual, useira e vezeira deste Governo e de alguns membros da bancada do PS, ou seja, a tática intimidatória e personalizada que é reveladora do nível que vem manifestando.

Também ficou claro na sua intervenção que, no que concerne à consignação antecipada, eu não fiz nenhum juízo de valor jurídico, apenas citei as suas palavras e uma consideração sua. O senhor é que considerou de deplorável. Eu não considerei nem legal nem ilegal.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): É deplorável, porque é ilegal!

O Orador: Se não se recordava do que é que disse, eu lembrei.



Também ficou aqui claro que a variante Ponta Delgada/Lagoa, vai arrancar, segundo as suas palavras e vão encontrar meios financeiros para concluir a obra. Foi o senhor que afirmou isto e o resto ficou sem resposta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos. Dispõe de três minutos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação às pontes, o problema está mais que resolvido. Efectivamente, esse estudo já está pronto e o projecto entre os Fenais da Ajuda e o Nordeste já existe. Ele tem algumas pontes e viadutos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Já temos pontes, já há pontes outra vez!

O Orador: Sempre teve pontes. Os senhores é que inventam pontes, mas não ganham nada com esse tipo de linguagem.

De resto, eu não sei quais são os outros esclarecimentos que o Sr. Deputado Clélio Meneses quer,...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu fiz-lhe 6 perguntas!

O Orador: ...porque o que foi criticado e continua a ser, é que era ilegal, à luz da lei, a consignação antecipada. Agora não é. A única coisa que foi criticada foi exactamente isso e isso está exarado nas resoluções que os senhores deixaram. Aí não sei qual é o vosso trame.

Deputado Clélio Meneses (PSD): E as outras perguntas ficam por responder!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário José Contente:



Para que os jornais não voltem a mentir sobre o que o senhor diz, faça o favor de esclarecer quantas pontes tem o estudo que acabou de referir.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu terei muito gosto, quando o Governo Regional decidir qual a proposta que acha mais conveniente, fazer chegar ao conhecimento dos Srs. Deputados, nomeadamente através de requerimento.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal para uma intervenção.

Deputado João Cunha (PSD): Uma intervenção de um atirador de artilharia. Agora é preciso ter cuidado!

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quando a 9 de Julho de 98 a natureza traiçoeiramente castigou de forma brutal as ilhas do Faial, Pico e S. Jorge, os 5 municípios então sinistrados ainda não dispunham dos necessários instrumentos de ordenamento do território, designadamente dos Planos Directores Municipais e dos Planos de Urbanização, o que veio, naturalmente, a criar situações bastante complexas em termos da gestão do território e da sua compatibilização com a exigência de respostas urgentes para acudir aos interesses dos muitos sinistrados.

Além disso, a ausência de estudos de natureza geológica, devidamente actualizados, veio complicar ainda mais esta situação.



Felizmente hoje estamos num patamar perfeitamente diverso, com algumas destas Câmaras já municiadas dos adequados meios de planeamento e de ordenamento, o que veio tornar mais fácil e transparente o relacionamento entre a administração, seja ela regional ou local, os projectistas, os sinistrados, os compradores e os vendedores de terrenos e os promotores de loteamentos.

Por outro lado, parece que também já se logrou ultrapassar a fase, do que me pareceu ser de algum fundamentalismo, das inúmeras zonas de risco, tendo-se conseguido chegar a soluções que, sem porem em causa a segurança das populações, dão resposta aos interesses dos sinistrados e às opções de planeamento das Câmaras.

Estamos hoje, portanto, com uma moldura legal bem definida, onde o poder discricionário e a sempre invocada Lei do Bom Senso cada vez têm menos oportunidade de serem exercidas, o que é indiscutivelmente muito bom para todos.

No que concerne à elaboração de projectos particulares, penso não faltar à verdade se disser que, antes do sismo, apenas uma percentagem muito reduzida era da autoria de arquitectos e que, de entre os restantes, subscritos por engenheiros, a esmagadora maioria não era, na fase de elaboração, nem acompanhada nem supervisionada por eles, sendo, por isso, o grosso deste bolo dominado pelos desenhadores.

Com a contratualização dos diversos gabinetes, que operam hoje nas ilhas do Faial e do Pico, assistiu-se a uma alteração radical desta prática, porquanto o número de arquitectos e engenheiros envolvidos no processo de elaboração de projectos particulares é tão elevado que não tem qualquer hipótese de comparação com situações vividas anteriormente.



Daí que seja legítimo afirmar que, por esta via e com esta deliberada opção do Governo Regional, a qualidade dos projectos naturalmente que melhorou bastante, o que, em última análise, significa mais qualidade, mais segurança e mais conforto para as populações visadas.

A concretização deste desiderato passa obviamente por uma fiscalização mais qualificada e, por via disso, mais incómoda para os construtores, o que também não era hábito e felizmente tem vindo a acontecer.

Estou profundamente convencido que as queixas que se têm verificado nesta área também vão ser ultrapassadas nos tempos mais próximos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É hoje bem visível — e devidamente apreciado! — o novo ritmo que a reconstrução está a atingir no Faial e no Pico.

Com todos os defeitos que esta metodologia possa ter, não tenho qualquer dúvida em afirmar que, se não fosse esta tão grande intervenção governamental, o processo de reconstrução estaria a ser ainda mais complicado, mais demorado e mais doloroso.

Disso são prova, por exemplo, os casos de adiantamentos a mestres e a empreiteiros que ou já desapareceram ou não cumprem com o que se comprometeram.

Todavia, este processo merece ser continuamente aperfeiçoado e é importante dar uma resposta aos sinistrados dos 2º e 3º escalões, que não podem resolver os seus problemas por administração directa, bem como àqueles outros que, sendo comodatários ou arrendatários, têm direito a uma casa, mas que não têm terreno para tal.

Confio, por isso, que, à semelhança de outras evoluções já verificadas neste processo, também aqui será possível progredir.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para além dos avultados prejuízos causados nas habitações das cerca de 3.200 famílias sinistradas, muito apreciáveis foram também os estragos provocados no património religioso propriedade da Diocese, nos cemitérios rurais, nos equipamentos educativos e de assistência social, nos estabelecimentos comerciais, nas infraestruturas portuárias, nas estradas, nos caminhos agrícolas, nas pontes e pontões, nos muros de suporte e nas obras de arte.

O PMP, no que ao sismo diz respeito, prevê para os próximos 4 anos investimentos na ordem dos 22,5 milhões de contos distribuídos por diversas Secretarias Regionais, cabendo naturalmente à Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos a fatia mais significativa, com uma dotação de 20,7 milhões de contos.

A verba sobranse encontra-se repartida por várias Secretarias, merecendo menção o montante de um milhão de contos afecto à Secretaria Regional da Educação e Cultura e que se destina ao cumprimento dos protocolos com as diferentes comissões fabriqueiras das igrejas sinistradas no Faial e no Pico.

Na semana passada teve-se conhecimento que o orçamento inicialmente previsto para estas intervenções tinha disparado para o dobro.

Trata-se de uma situação inesperada que vai naturalmente ser cuidadosamente estudada nas suas múltiplas implicações e que, dentro da hierarquização das prioridades estabelecidas, será contemplada com a melhor solução possível.

A distribuição temporal destes 22,5 milhões de contos é bastante equitativa, estando previstos para 2001 seis milhões de contos, para 2002 e 2003 cinco milhões e meio de contos em cada ano e para 2004 cinco milhões e



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

trezentos mil contos, o que, tendo em conta o valor global do PMP, não deixa de ser uma verba muito significativa que evidencia bem a vontade política deste VIII Governo Regional de resolver com qualidade e celeridade este inquietante problema.

Para isso, reafirmo, uma vez mais, o meu propósito e a minha disponibilidade para, com denodo e coragem, continuar a trabalhar no sentido da sua mais justa solução, mesmo que, para tal, tenha que assumir, como já o fiz no passado, posições menos cómodas.

A terminar, faço votos muito sinceros para que estes 22,5 milhões de contos sejam efectivamente bem gastos nos próximos 4 anos, por forma a que venhamos a ter orgulho da obra realizada e possamos encarar com mais tranquilidade e confiança as inevitáveis crises que ciclicamente nos hão-de bater à porta.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas para dar um esclarecimento ao Sr. Deputado Renato Leal.

O Governo, como anunciou há relativamente pouco tempo, já fez o estudo do número e das condições sócio-económicas dos agregados dos 2º e 3º escalões, que estão pendentes. No Faial temos no 2º escalão 85 casos e no 3º temos 32.



A partir de agora há condições para começar a trabalhar, em termos de empreitadas em relação a este problema que tem sido levantado, com dados mais fidedignos.

Era esta a informação que gostaria de deixar aqui.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:**

A principal constatação que se tem ao analisar os documentos em apreço, é a de que se está perante uma repetição. Mas, infelizmente, uma repetição em câmara lenta.

Efectivamente, os documentos em análise acabam por assumir de corpo inteiro o dois caracteres típicos do estilo da governação socialista: prometer e não cumprir e agir sem critério.

Falando, em particular, na Ilha Terceira, constata-se que a aposta eleitoral do PS, em 1996, assentou no evidenciar das necessidades e dos problemas locais, apresentando-se, passo a citar, “descomprometida com o passado, de mãos limpas”, fazendo aquilo que, na altura, chamaram de “contrato com os terceirenses”, “assumindo”, continuo a citar, “o compromisso de, no caso de vencermos as eleições, o cumprirmos escrupulosamente. Como são medidas concretas, será fácil, depois, aos eleitores avaliar o nosso desempenho”. O cabeça de lista, então independente e, logo depois, socialista assumido e membro do governo, afirmava, na altura, que o dito contrato era, e volto a citar, “mesmo um contrato e os contratos são para se cumprirem”.

Subsecretário Regional Parlamento e Assuntos Europeus (*Carlos Corvelo*): 6-3!



O Orador: O Sr. Secretário é que disse!

Os senhores disseram isto e se isso vos incomoda estão a manifestar claramente. Pensei que ia incomodar, mas julguei que não ia ser tão evidente.

A representação parlamentar socialista da Terceira da altura afirmava que, volto a citar, “as verbas inscritas nestes Planos são de facto para serem gastas nos respectivos programas e acções. É essa a nossa profunda convicção”. Rematando com a sábia divisa: “Quem cumpre o que promete, a mais não é obrigado”.

Infelizmente, para os terceirenses, o tal contrato não foi cumprido. Os investimentos e obras então prometidos voltam a ser repetidos nos documentos em análise, muitos deles com dotações insuficientes para a respectiva concretização.

Sem pretender ser exaustivo, vou elencar algumas das situações que me parecem significativas do desleixo e desrespeito que tem sido destinado à Ilha Terceira pelos Governos socialistas.

Quanto ao matadouro Industrial, depois de prometido e assumido, torno a citar, “como uma das grandes prioridades da Terceira” em 1996 e de referido, novamente, em 2000, constata-se que apenas estão previstos 50.000 contos em 2001. De certo, será para o lançamento de uma perspectivada nova actividade dos Governos socialistas: o lançamento das 2^{as} pedras.

No que concerne ao estratégico sector das pescas e, perante a precariedade das infraestruturas existentes que necessitam de urgentes intervenções, designadamente, nos Portos da Praia da Vitória, São Mateus, Biscoitos, Porto Judeu e Vila Nova, constata-se a irrisória dotação de 52.500 contos para 2001 e 46.500 contos para os restantes três anos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Relativamente ao Turismo, nada de substancial se prevê quanto a investimentos estratégicos, sendo que a Ilha continua fora dos principais circuitos turísticos da Região, vendo continuamente as rotas da Sata serem desviadas em claro prejuízo dos seus interesses. Neste âmbito continua a não estar prevista qualquer acção relativamente ao Porto de Recreio da Praia da Vitória, ao Miradouro da Serra do Cume ou à frente urbana da cidade da Praia da Vitória.

As estradas não andam por melhores caminhos, continuando a assistir-se à falta de critério deste Governo e ao incumprimento das respectivas promessas. Tendo em conta que a construção de novos troços de estrada promove o crescimento e o desenvolvimento, conclui-se que a Ilha Terceira está fora dos planos de desenvolvimento da Região por parte do Governo Socialista. De facto, em relação a 2001 e numa dotação global de 1.380.000 contos, apenas estão previstos para a Terceira 20.000 contos (1,4%). Sendo que, neste domínio e nos próximos quatro anos, apenas estão previstas duas acções para a Ilha Terceira: a Variante da Estrada Regional de São Carlos e o último troço da Via Rápida a arrancar apenas em 2003, depois de previsto desde 1997.

Quanto à Estrada Lajes/Santa Bárbara, e depois de o Governo Regional ter assumido em comunicado oficial que a obra estaria concluída em Agosto de 1998, constata-se que a obra ainda não terminou, não se percebendo como é que está também prevista uma acção distinta para o mesmo objecto, com a repavimentação da ER 1-1ª Santa Bárbara/Serreta (7,4 Kms).

A prometidíssima Estrada Lajes/Praia da Vitória apenas prevê o lançamento do respectivo concurso em 2001.

No mesmo rumo de inacção, nada se prevê quanto à reabilitação da Estrada de Santa Margarida, no Porto Martins.



Apesar de prometida, no manifesto eleitoral do PS para a Ilha Terceira, passo a citar, “a reabilitação da via rápida, criando condições de segurança e de eficácia que compatibilizem a circulação do gado com os veículos automóveis”, nada se prevê, já tendo o membro do governo responsável pelo sector assumido que também esta promessa não era para cumprir.

No que respeita a infraestruturas e equipamentos portuários e aeroportuários, o sinal mantém-se.

Apenas se prevê o início da obra da Gare Marítima e Terminal de Passageiros da Praia da Vitória para 2002.

Continua a aguardar-se a grua e o rebocador para o porto da Praia da Vitória, havendo preocupantes notícias de se manter a triste estratégia de mendigar equipamentos de refugio aos Estados Unidos da América.

A Aerogare Civil das Lajes, sendo a primeira face da Ilha Terceira e servindo um Aeroporto Internacional, continua com as suas prementes obras comprometidas com as irrisórias verbas de 15.000 contos em 2003 e 30.000 em 2004.

No sector da Saúde, e perante uma das poucas obras realizadas por Governos do PS na Terceira, suscitam-se dúvidas perante a constatação de que a conclusão dos investimentos relativos ao Centro de Saúde da Praia da Vitória apenas ocorrerá em 2003.

Perante as dotações previstas para o novo Hospital de Angra do Heroísmo, resta a certeza de que a obra não será concluída no presente mandato.

Quanto às obras de beneficiação e remodelação do Hospital de Angra, parece que quando o representante parlamentar do PS da Terceira em 1997 afirmou que, passo a citar, “com os 975 mil contos orçamentados, irá ter a ampliação e reparações que se impõem”, terá visto mais uma vez as suas legítimas expectativas goradas pelo incumprimento do Governo.



Significativo é o que se passa, ou não se passa, ao nível das construções escolares.

O início da construção da Escola 2,3 de Ensino Artístico de São Carlos apenas está previsto para 2002, depois de o Governo ter lançado a primeira pedra em 2000, em claro sinal da demagogia e eleitoralismo que o afecta intrinsecamente.

As grandes obras de reparação da Escola Francisco Ornelas da Câmara, que constituíam uma das principais bandeiras do PS na sua campanha eleitoral de 1996, só arrancarão previsivelmente em 2002, não ficando concluídas antes de 2004.

Isto depois de o PS prometer no seu manifesto eleitoral para a Ilha Terceira, cujo cabeça de lista é o responsável pelo sector, que os investimentos seriam concluídos.

As Escolas da Serra de Santiago e Porto Martins, apesar de inscritas desde 1999, só vêm o início das respectivas construções previsto para 2002.

As Escolas E/B 2,3 do Ramo Grande e Ferreira Drumond, têm sido bastas vezes noticiadas pelo Secretário Regional da Educação como se já fossem obra concluída.

O PS no seu manifesto eleitoral para a Terceira, tendo como cabeça de lista o responsável pelo sector prometia, repito e passo a citar, “**construir e pôr em funcionamento**” as ditas escolas.

O certo é que as respectivas obras não terão início sequer antes de 2004, sendo impossível, mais uma vez, o cumprimento das promessas feitas.

No mesmo sector nota-se a ausência das necessárias obras para as novas instalações desportivas da Escola Padre Jerónimo Emiliano de Andrade.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Na mesma senda de prometer e não cumprir, o PS mantém a desfaçatez de não prever sequer no Plano aquilo que prometeu há alguns meses atrás, no respeitante a Equipamentos de apoio a Idosos, Infância e Juventude.

Assim, depois de o PS prometer no seu manifesto eleitoral para a Ilha Terceira, volto a citar “ a construção de um Centro de Cuidados Geriátricos (Enfermaria de Retaguarda) na Praia da Vitória” o Governo já se apressou em ... não cumprir a promessa, nada prevendo no P.M.P..

O mesmo acontece com a construção das Casas do Povo da Serreta e Doze Ribeiras, esquecidas poucos meses depois de prometidas.

Do mesmo modo, nada se prevê quanto ao anunciado Centro Comunitário das Lajes.

Neste sector, não poderá deixar de evidenciar-se como grave que o Governo Regional dos Açores preveja para a Terceira, em 4 anos, apenas um investimento para idosos.

Ao nível da Protecção Civil e face à necessidade de construção de um novo Quartel de Bombeiros em Angra do Heroísmo, é com preocupação que se assiste apenas à previsão de remodelação do actual e apenas em 2004.

E nem sequer se pede Quartel de Bombeiros com piscina aquecida e galeria comercial...

Em relação a infraestruturas culturais, continua a notar-se a ausência expressa à recuperação de edifício para instalação do Museu do Trigo, ao apoio à construção do Auditório do Ramo Grande e à instalação da Rede de Leitura Pública, na Praia da Vitória.

Entendendo constituir, por outro lado, uma área fundamental da actividade política dos nossos dias e, nessa medida, serem sempre poucas as verbas que lhe são atribuídas, é com agrado que vejo a preocupação demonstrada



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

pelo Governo Regional para com a Ilha Terceira no que respeita à Qualidade Ambiental.

De resto, merece o meu elogio, a forma como o Secretário Regional do Ambiente — que se ausentou, na onde de ausências, na sequência da minha intervenção, mas de qualquer forma merece o meu elogio — tem actuado neste início de mandato, servindo como sinal a forma descomprometida e responsável em como assumiu, com a Câmara Municipal da Praia da Vitória, o desenvolvimento do processo de planificação urbanística da Zona Litoral dos Biscoitos.

Para além do que fica dito e do muito que poderia ser acrescentado, finalizo evidenciando que os documentos em apreço nada prevêm, ainda, quanto a necessários e ambicionados investimentos estratégicos para a Ilha Terceira como são os casos do Parque de Combustíveis, do Projecto Geotérmico do desejado Complexo Multi-usos, entre outros.

Apesar do trabalho de casa dos Senhores Deputados do PS para tentar justificar a acção, ou inacção, do Governo, tudo o que se referiu atrás corresponde à realidade e está à nossa apreciação, não merecendo, obviamente, o nosso apoio e agrado.

O PS vem-se defendendo com a boca cheia de milhões que preenchem os Planos, mas com o estômago vazio, porque as obras não são feitas. É, de facto, difícil de engolir.

Quando se afirma que os orçamentos aumentaram de forma significativa e se constata que as obras continuam por fazer é sinal de que algo está mal. Isto é, que o **muito** dinheiro está ser mal gasto nas **poucas** obras.

Mais preocupante é quando o Senhor Secretário Regional das Finanças e Planeamento assume na apresentação dos documentos em discussão que vai seguir os mesmos objectivos, passo a citar, “que orientaram o VII



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Governo Regional”. O que só pode querer significar que a prática de prometer e não cumprir se vai manter.

Como afirmava o citado manifesto socialista de 1996, tudo o que referi são de facto “medidas concretas” sendo “fácil”, por isso, “avaliar o (...) desempenho” do Governo Socialista.

Na terrível tendência do Governo açoriano se aproximar do Governo da República, já se começam a ver os representantes do Governo Regional dos Açores serem contagiados pelo ar dolorido e descolorido de Guterres apresentando aquelas que já vêm sendo as desculpas clássicas da governação socialista: por um lado, justificam os socialistas, os problemas não aumentaram, os cidadãos é que estão mais exigentes e, por outro lado, o problema é a herança recebida dos anteriores governos.

Se não fosse para resolver os problemas, se não fosse para gerir as heranças recebidas não era preciso governo.

Ao contrário do que se pretende ansiosamente fazer crer, o PS e este Governo já têm Passado de Governação, pouco se vê no Presente e o Futuro, infelizmente, não se vislumbra prometedora.

Disse.

Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Clélio Meneses:

Vamos ver se nos conseguimos entender de uma vez por todas.



V. Exa., a página tantas, começa por referir, no seguimento daquilo que os deputados do PSD eleitos pela Ilha Terceira já haviam feito em conferência de imprensa, que não vislumbra qualquer tipo de investimento estruturante e potenciador do desenvolvimento para a ilha.

Pegando — já que V. Exa. gosta tanto de pegar em documentos — no manifesto do Partido Social Democrata para a Ilha Terceira referente às eleições de 2000, em 11 medidas concretas que propõem para a ilha, que eu suponho que entendiam como de desenvolvimento estruturante, 8 estão consignadas no Plano.

Das duas uma: ou V. Exa. não tinha qualquer perspectiva de desenvolvimento e de estrutura, ou é por não estarem contempladas 3 propostas vossas que o nosso programa deixa de ter

Deputado Clélio Meneses (PSD): Os senhores é que ganharam as eleições, agora é que têm a responsabilidade!

O Orador: Além do mais, V. Exa. também está muito preocupado, quando fala na percentagem atribuída à Ilha Terceira, com aquilo que designaram por perca de peso político da ilha.

Há aqui um pequeno equívoco, um “lapsus linguae”. Quem tem vindo a perder peso político na Ilha Terceira é o PSD, não é a ilha, nem o PS.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos membros do Governo)

Deputado Clélio Meneses (PSD): O Congresso do PS é na próxima semana, não é hoje!

O Orador: Além do mais, Sr. Deputado Clélio Meneses, V. Exa. — suponho, não quero crer que seja outra coisa — está mal informado quando



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

refere na sua intervenção que em termos de equipamentos sociais há um conjunto de acções prometidas no manifesto eleitoral do Partido Socialista que não têm consecução prática no Plano e Orçamento.

O Sr. Deputado deveria saber — e suponho que sabe, equivocou-se por certo — que não constam no Plano, nem deviam constar, porque V. Exa. tem aqui o Relatório e Parecer da Comissão de Economia, onde vem anexado o relatório da Comissão de Assuntos Sociais — suponho que o Sr. Deputado Bento Barcelos tem assento — que no dia 5 e 6 de Março procedeu a audiências com vários secretários, nomeadamente com a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

Conforme consta no anexo aqui produzido, na altura foi entregue aos membros da Comissão um documento igual a este, que são os investimentos na área de equipamentos sociais, cuja responsabilidade orçamental é da Segurança Social. Aí, V. Exa. pode encontrar a Casa do Povo das Doze Ribeiras, a Casa do Povo da Serreta e já agora acrescento também a reparação da Casa do Povo da Feteira, a remodelação do ACM, a remodelação e ampliação do prédio para a creche e casa de infância da Confederação Operária Terceirense, a reconstrução do Claustro de Acolhimento de São Gonçalo, a construção do polivalente...

Presidente: Sr. Deputado, receio que não possa continuar a ler a lista toda, porque o seu tempo termina.

O Orador: ... cujo investimento total e global são 555 mil contos.

Além do mais, se V. Exa. tivesse lido isto com atenção, ou tivesse tido atenção a afirmações já produzidas anteriormente, sabia que relativamente ao Matadouro e às Pescas, as verbas inscritas apresentam 15% da dotação total. Julgo que V. Exa. pode fazer essas contas novamente.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse o seu raciocínio.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Para terminar, o Conselho de Ilha, onde V. Exa. tem assento, na reunião do dia 20 de Fevereiro, aprovou por unanimidade — também consta deste relatório — um conjunto de indicações a apresentar ao Governo, daquilo que eram entendidos como os investimentos estruturantes para a ilha, sob proposta da Câmara de Comércio. Volto a repetir: esse documento foi aprovado por unanimidade no Conselho de Ilha, portanto, com o seu voto também.

Nessa altura, o Engenheiro Luís Dutra, Presidente da Câmara de Comércio e Indústria, explicou-lhe claramente o que é que se passava com a questão da grua, do rebocador e do concurso que ia ser lançado.

Além disso, dos investimentos estruturantes apresentados pelo Conselho de Ilha, se V. Exa. fizer uma elencagem, mais de 95% deles constam do Plano e Orçamento e do PMP para a Ilha Terceira.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Paula Marques.

Deputada Ana Paula Marques (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Clélio Meneses:

De facto, os senhores olham mas não vêem, têm falta de visão.

A revista “Saber Açores”, de Janeiro de 2001, diz:

“Na Terceira surgirá o Hotel dos Franceses de 4 estrelas, na Serretinha, com 242 camas; a Quinta do Caracol com 200 camas; o Hotel do Fenal com 280 camas; a Albergaria Cruzeiro vai passar a hotel, o Hotel Teresinha, também vai ser ampliado.

A Quinta da Nascente de Água passará de hotel de 4 estrelas, com mais 52 camas.”

Na mesma revista, vê-se o projecto da Quinta do Caracol.

Srs. Deputados, sinceramente, sofrem mesmo de falta de visão.



Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Mark Marques (PSD): As revistas de imprensa agora já falam verdade!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Clélio Meneses:

Ontem, ouvimos aqui uma intervenção do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro do PP...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Só não ouvimos a sua, porque mudou-se para esse lado

O Orador: ... a quem não coloquei qualquer questão e achei até legítimo que ele tivesse uma intervenção naquele estilo, porque o Deputado Alvarino Pinheiro nunca passou pela governação, não sabe se algum dia passará...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Nem eu. Eu também nunca passei!

O Orador: ... por isso considero que teria legitimidade uma intervenção daquelas, da forma como ele próprio referiu, o PS até tinha também — confessando o que eu tinha nos tempos anteriores assumido — responsabilidades no Governo, pelo menos os deputados, e eu próprio era um deles, como ele aqui indirectamente quis focar no início da sua intervenção.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Acontece que essa legitimidade perde um pouco o sentido quando as pessoas que cometeram exactamente falhas muito mais gravosas e no mesmo âmbito, esquecendo-se completamente de certas obras incluídas em Planos de Médio Prazo que levaram 10 anos para dar início a elas, incluíram-nas e estiveram 4 anos sem gastar um escudo em determinadas obras, venham agora aqui, em termo de desobriga, ou quase numa espécie de vingança sobre aquilo que antes se dizia, com o mesmo tipo de argumentação e invocando as mesmas razões.

Sr. Deputado Clélio Meneses, se ninguém lhe disse na sua bancada quais as dificuldades que muitas vezes surgem na caminhada para a execução de determinados projectos, devia estar inteirado de que é assim que isso acontece.

Nós não reconhecemos nenhuma legitimidade a qualquer pessoa do PSD para vir pôr em causa algumas obras que se tenham atrasado, mas que vão ser executadas na Ilha Terceira, como o caso da estrada Lajes/Santa Bárbara e as escolas postas aqui em causa.

A Escola Francisco Ornelas da Câmara estava num tal estado, em 96, que na visita que os grupos parlamentares lá fizeram, um próprio Sr. Deputado do PSD, candidato em 96, desmaiou praticamente à entrada de uma sala de aulas. Essa situação foi pelo menos um tanto quanto reposta, fez-se algumas intervenções nessa altura e já foi aqui explicado o porquê do atraso da obra. Essa obra é para ser realizada, é para ser executada.

De facto, algumas dessas obras têm sofrido atrasos de alguns anos, mas vão ser executadas.

A estrada Lajes/Santa Bárbara, sabendo-se o que aconteceu com ela, conhecendo-se a verba gasta, o facto de faltar precisamente Santa Bárbara e



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Serreta, penso que não seria motivo para uma crítica tão feroz como aquela que aqui foi invocada.

É neste panorama que nós colocamos a nossa interpretação.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse o seu raciocínio.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Gostaria de invocar aqui uma casualidade muito curiosa.

Pouco antes do PSD deixar a governação, não só pela não execução de planos, porque há muita coisa que tem a ver com o Governo e com a população e que não tem precisamente a ver com a execução física dos planos, a consequência foi dada no final do ano passado aquando das eleições. De facto, espanta-nos, como é que merecendo tanta crítica o mandato anterior deste Governo na Ilha Terceira, a resposta do eleitorado tenha sido aquela que foi. Isso surpreende-nos.

Talvez tenha a ver muito com as realizações dos planos de 94, 95 e 96, tendo atingido o ponto mais negativo no ano de 94, onde de uma dotação inicial de 4 milhões e 800 mil contos, acabaram por ser executados 2 milhões e 600 mil num ano, na Ilha Terceira. Uma execução de 46,9%, baixando para 11,8.

Quando hoje se critica as percentagens que estes planos têm trazido para a Ilha Terceira, é de nos colocarmos sobre que protestos é que se fazem tão ferozes críticas a planos desta natureza.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo (que agora estão em plenitude no seu elenco):**

Em relação às referências feitas pelo Sr. Deputado Francisco Barros, penso que preparou a sua intervenção com base no comunicado do PSD que de



forma alguma coincide com a minha intervenção, daí ter feito referência a algumas coisas que eu nem referi. Veio com o trabalho de casa estudado.

A única percentagem que eu referi, não foi a que o Sr. Deputado mencionou, provavelmente estava desatento. A única que referi foi 1,4% de novos troços de estrada para a Terceira.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas isso é em 2001!

O Orador: Pelos vistos o senhor está satisfeito.

Em relação à Sra. Deputada Ana Paula Marques, que neste momento não se encontra na Sala, apenas fez referência a alguns investimentos privados, não respondendo também às questões que levantei.

Quanto ao Sr. Deputado Francisco Oliveira, de facto, esperava que todos os deputados da bancada do PS se levantassem, menos o Sr. Deputado. Pelo respeito que tenho por si e pelo trabalho que tem desenvolvido ao longo dos anos em defesa da Ilha Terceira e da Praia da Vitória, por aquilo que tem dito ao longo dos anos, não esperava uma atitude dessas.

Faço lembrar que em 97, conforme citei sem referir o seu nome que nunca refiro pessoalmente mas como deputado, o Sr. Deputado referia, em tom crítico — não digo feroz como atribuiu a mim — do inventário das condições que tinha recebido, portos sem funcionar, estradas por acabar, escolas por iniciar, matadouro por construir, paquetes passando ao largo. De facto, esta é a situação actual, por isso não percebo por que é que criticava antes e agora acha que está tudo bem.

São posturas que revelam que não é tão cómodo estar em posições diferentes em tempos distintos.

De resto, a justificação já adivinhei no fim da minha intervenção. Adivinhava a justificação do passado, do passado e do passado. O passado é que tem culpa.



Finalizo como finalizei na minha intervenção, este PS e este Governo, têm passado de governação. Já podemos falar em governos socialistas no plural. Se calhar é um privilégio para os senhores, mas os açorianos não entenderão bem assim.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Freitas*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Apenas um esclarecimento muito simples.

No que se refere ao rebocador, só quem esteve distraído é que não percebeu o que ocorreu. O concurso público foi lançado há duas semanas para aquisição do rebocador.

Quanto à grua, na próxima reunião do conselho de Governo vai ser lançado o concurso para aquisição da grua de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo.

Dentro de um ano estarão as duas coisas prontas na Terceira.

Em relação ao Parque de Combustíveis da Praia da Vitória, o projecto está na sua fase final, não é uma empreitada que vai ser feita pelo Governo, mas sim por privados.

Estão a realizar-se reuniões com os privados para se chegar à conclusão de como é que vai ser feito esse processo.

Em 2003 o Parque de Combustíveis da Praia da Vitória estará pronto.

Há outros investimentos feitos pela Secretaria Regional da Economia na Ilha Terceira que o Sr. Deputado esqueceu-se totalmente, desde a Marina de Angra do Heroísmo e do projecto do Plano Integrado da Baía de Angra que vai ter um avanço na Ilha Terceira e está avaliado em milhões de contos; o turismo, apesar dos sistemas de incentivos terem crescido, mostra que uma boa parte do desenvolvimento do turismo resulta da estabilidade



do sistema de incentivos e da confiança que os empresários da Terceira têm nesse sistema.

Vai haver muito investimento na Ilha Terceira. Pelos nossos cálculos, o investimento na área do turismo, na Ilha Terceira, anda à volta dos 11 milhões de contos que coloca naquela ilha o dobro do número de camas.

Muito obrigado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O único investimento estratégico é a indemnização à marinha.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Clélio Meneses:

Nós temos aqui três documentos em análise. Temos o Plano para 2001, o Plano para 2001-2004 e o Orçamento da Região para o ano 2001.

Penso que não nos devemos limitar a observar ou a ler os números que são mais convenientes para uma visão pessimista, mas sim devemos ter uma visão abrangente dos próximos 4 anos.

O que é que vai acontecer nos próximos 4 anos?

De facto, eu concordo consigo. No ano 2001, na construção de novos troços de estrada, temos 1,4%, o que é pouco, mas ao fim de 4 anos, Sr. Deputado, temos 25% do investimento da Região.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Duas estradas!

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Um metro de vala!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isso é para quem é mais baixinho!

A Oradora: Até podia ser em um, mas o que interessa é que é 25% do investimento da Região Autónoma.



Relativamente à energia e ao projecto geotérmico que vai ser realizado na Ilha Terceira, apenas queria dizer que já foi constituída a Sociedade Geoelectrica da Terceira SA, e o projecto será retomado em 2001, estando previsto um investimento de 6,5 milhões de contos em energia.

Ao nível da perda de peso político vou tentar elucidar o que é que se passou, falando apenas em 8 anos, os últimos 4 e os próximos 4.

O que é que aconteceu?

Considerando o investimento previsto para a Terceira nos últimos 4 anos, tínhamos 20% do investimento total da Região. Para os próximos 4 anos temos 25%. Eu não estou a ver onde é que está a perda de peso político.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O trabalho de casa está bem estudado!

A Oradora: Eu penso que a população da Ilha Terceira deve ser devidamente esclarecida do que se passa e o que se passa é isto, nem mais nem menos!

Obrigada.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Clélio Meneses:

Já agora aproveito para invocar algo que a falta de tempo não me permitiu, ou seja, o grande investimento na área da agricultura feito na Ilha Terceira, como por exemplo, os caminhos, o abastecimento de água, a electricidade nalgumas explorações — não sei se os deputados do PSD costumam passar nessas zonas para observar essas circunstâncias — e tudo aquilo que se estende por toda a ilha, ao contrário do que antes se reduzia a um canteiro.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Gostaria de invocar isso como uma das situações que depõem a favor deste Governo em relação a realizações anteriores.

Também gostaria de referir o grande investimento que está perspectivado quer para 2001, quer para os próximos 4 anos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Não estava para participar nesta fase do debate, no entanto, gostaria de deixar duas notas muito breves.

Eu julgo que na vida precisamos de ter uma conduta de humildade.

Tudo estava resolvido e muitas das críticas feitas pela minha bancada não teriam consistência se os ilustres deputados do PS, eleitos pela Ilha Terceira, e o Governo, concordassem de forma humilde de que no mandato anterior, as promessas políticas feitas, não foram concretizadas em termos de obra visível e ao serviço das populações como o matadouro industrial, a nova escola de Angra, a grande remodelação e ampliação da escola da Praia, o projecto geotérmico, a rede de estradas interiores, a estrada regional Lajes/Santa Bárbara...

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Que teimosia!

O Orador: ... o equipamento no porto oceânico, o parque de combustíveis, a nova Biblioteca Pública e Arquivo de Angra, a remodelação e ampliação do hospital de Angra, a nova praça do gado, que nem foi feita condignamente, a certificação da carne bovina e a aprovação de apoios à agropecuária. Bastava apenas isso.



Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*):

Aquilo que vocês não fizeram em 20 anos!

O Orador: Fizemos uma reconstrução que foi modelo.

Apenas mais uma observação.

A vida partidária não deve ser trazida para aqui, mas foi, por isso deve ser dito com toda a humildade que o PSD perdeu eleições, perdeu apoio político na Ilha Terceira, sem dúvida. Mas o PS estando no poder, no final do seu primeiro mandato, perde 2070 votos, 2070 eleitores terceirenses que não lhe quiseram dar o seu apoio. Isso incomodou-vos muito. Na vossa estrutura socialista foi um motivo de grande debate.

Só subiram em termos de deputados dado a ineficiência do sistema eleitoral e dada a abstenção.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Encerrado este debate, vamos passar à inscrição seguinte.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de me debruçar sobre os documentos, ora em discussão, permitam-me que faça uma breve reflexão sobre o processo que utilizamos para debater e votar os mesmos.

Com o respeito pelos fundadores da nossa Autonomia, que encontraram neste processo a melhor forma de servir as populações dos Açores, encarrega-nos o tempo, e os novos desafios, de dar um passo em frente.



Não faz sentido que no mesmo momento debatamos o Plano e debatamos o Orçamento.

Deputado José San-Bento (PS): A direita revolucionária!

O Orador: Daqui resulta o paradoxo a que a prática nos conduziu: em vez de estarmos a discutir, primeiro, o plano financeiro da Região, estamos a discutir o plano de investimentos. É como se tudo começasse ao contrário: em vez de estarmos a discutir as opções gerais para os Açores, sobre as quais o CDS/PP tem discordâncias de fundo, acabamos por começar por discutir a satisfação de interesses a colocar no Plano, o que deveria ser, evidentemente, uma discussão posterior.

Deputado Francisco Sousa (PS): Faça a proposta!

O Orador: Feita esta breve introdução, quero aqui dizer que é sobretudo em relação às opções gerais deste Orçamento que temos diferenças profundas.

Deputado Francisco Barros (PS): Ainda bem!

O Orador: Não sei, nem me importa saber se este Orçamento é mais ou menos parecido com os Orçamentos do passado, do vosso ou de qualquer outro passado. Sei apenas que este documento em concreto e aquilo a que nós, democrata-cristãos, sempre chamamos de orçamento socialista.

Obviamente, outra coisa não seria de esperar.

Como conservador acredito no valor da estabilidade política e este é sem dúvida um dos instrumentos essenciais à governação. Hoje, a quantidade de socialistas por metro quadrado nesta Assembleia, permite-vos a certeza dessa estabilidade.

Nem por isso, nós democrata-cristãos, deixamos de nos opor a este documento, nos princípios e nos propósitos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Querer falar do Orçamento é abrir espaço a que se possa explicar nesta Casa, e desta à casa de cada açoriano que as tão apregoadas transferências do Estado, somadas às não menos simbólicas transferências da União Europeia, todas juntas, pouco mais significam neste Orçamento do que metade das despesas correntes.

Este é um documento despista e não controlado. Consagra a reiterada má gestão dos serviços da Região e de algumas empresas públicas.

Acreditamos que a presença da Região na economia açoriana excede em muito o razoável, quanto mais o desejável. A Região Autónoma dos Açores é ainda monopolista onde deveria ser concorrencial, intervém de forma originária onde deveria intervir de forma supletiva e mantém funções caras e insuficientes onde não faz sequer sentido que esteja presente.

Mais do que privatizar, dos documentos estruturantes deveria resultar um pensamento estratégico açoriano.

Já é tempo de reforçar a constituição de sólidos grupos económicos, regionais, competitivos e autónomos, de modo a manter uma voz regional na condução da economia privada.

Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais do que isso, este é um orçamento que espelha a estagnação económica a que o próprio governo já se resignou.

A expectativa do aumento do IVA numa percentagem quase idêntica à inflação é bem reveladora de que nem os socialistas acreditam no crescimento da actividade económica.

Quanto ao plano apenas referir que a ligeireza do não cumprimento no passado, aliás bem demonstrada pelo líder do meu grupo parlamentar, aconselham a guardarmos a nossa conversa para daqui a quatro anos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

De qualquer forma não é demais sublinhar que nem ao Governo tem uma estratégia séria para os Açores.

Como muito bem apontou a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, o desenvolvimento da actividade científica tem uma dotação idêntica ao somatório do desenvolvimento turístico e do desenvolvimento industrial.

Afinal de contas, apostamos no Turismo, apostamos na Produção Industrial, ou serão as grandes correntes científicas que dos Açores irão invadir o mundo e trazer prosperidade, esperança e bem estar a estas ilhas e a esta gente?

Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acredito noutra política orçamental.

Nem sequer me oponho por ser oposição. Oponho-me por ser democrata-cristão.

Desta vez a esquerda pode derrotar os nossos argumentos, mas não vence as nossas razões.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Gusmão:

Um pedido de esclarecimento.

Agora que teve oportunidade de nos demonstrar um pouco dessa doutrina da chamada direita revolucionária, perguntava ao Sr. Deputado— já que falou em questões institucionais que se prendem com a metodologia e funcionamento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, órgão



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

máximo do poder regional — se ainda defende a transferência da Assembleia Regional para São Miguel e, eventualmente, para Vila Franca? Também gostava de referir que todos nós percebemos que o Partido Popular, na última campanha eleitoral, teve que recorrer ao seu presidente para vir dar uma ajuda na sua campanha eleitoral.

Sugiro ao Grupo Parlamentar do PP, nesta Assembleia, que faça um esforço, que trabalhe mais no sentido de ter outra reflexão no que diz respeito a soluções programáticas e até um discurso próprio do vosso partido.

Os senhores fazem novamente aqui uma nuvem, uma grande abstracção. Vêm para aqui falar num “monstro socialista”.

Devo dizer ao Sr. Deputado que quando começou a falar, os jovens que aqui estavam saíram, se calhar tem alguma coisa a ver.

(Risos dos deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Também gostava de referir que o Partido Popular mais não fez, através da voz do seu ilustre deputado, do que transpor a questão que o seu líder aborda no plano nacional, chegando mesmo ao ponto do Sr. Deputado defender empresas regionais fortíssimas que podem concorrer no plano nacional. Foi precisamente o que o Governo fez em relação à Sata Internacional.

Era apenas isto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O tempo é pouco e torna-se cada vez menos para gastar consigo.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Gostaria apenas de lhe dizer que em relação às ideias que defendo ou deixo de defender, ao menos tenho ideias para defender.

Deputado José San-Bento (PS): Não me interessam as suas ideias!

O Orador: Também gostaria de dizer que em relação ao meu trabalho, são os meus eleitores e os meus militantes que avaliam esse trabalho.

Olho para os seus e não falo.

Deputado José San-Bento (PS): Sabe do que falo, dos seus 4 rapazes!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Caros Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Gusmão:

Eu não quis voltar a abordar aqui um tema que é extremamente embaraçoso e que julgo, inclusivamente, que não dignifica esta Assembleia e muito menos o seu partido...

Deputado Paulo Gusmão (PP): É. É preciso tirar a gravata!

O Orador: ... ou seja, a forma como os senhores conduziram as últimas propostas de resolução, em que na Comissão de Assuntos Sociais remeteram para plenário a vossa posição e na altura em que elas foram votadas aqui, não estavam. Isso diz muito em relação ao trabalho que os senhores exercem, isso diz muito em relação aos valores que o senhor defende e não pratica: o rigor, a disciplina e as regras.

Tenho dito.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito bem. Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.



Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem, Sr. Presidente?

(Risos da Câmara)

Presidente: Muito bem, Srs. Deputados, foi no sentido de terem terminado os esclarecimentos.

Naturalmente que o Presidente de uma forma isenta não saúda as intervenções dos Srs. Deputados, embora às vezes apeteça, mas não foi o caso concreto.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A Escola, e nomeadamente a Escola Pública, deve ser assumida como um projecto de formação plena dos indivíduos que constituem uma determinada sociedade. Espaço privilegiado de socialização, é na Escola que os indivíduos se tornam pessoas, adquirem conhecimentos e atitudes, estabelecem relações entre si e ganham autonomia, espírito de crítica, capacidade de intervenção e potencialidades para fundarem uma sociedade verdadeiramente democrática.

A organização Escola reflecte sempre as finalidades políticas de quem gere os destinos colectivos. Numa sociedade democrática, só é defensável a existência de uma Escola inclusiva e integradora das diferenças (culturais, linguísticas, étnicas, etc).

Depois de quarenta e oito anos de ditadura, durante os quais a Escola cumpriu uma vontade política de impor o marasmo cultural, na certeza de que a ignorância ou o conhecimento limitado coarctam a criatividade e a contestação, a Escola dos nossos dias tem que assumir o seu papel de



despertar saberes, conhecimentos, que permitam a investigação e o acesso às tecnologias modernas.

Temos como certo que toda a dinamização social depende das mentalidades. Toda a vida económica, social, cultural e desportiva de uma sociedade depende do quadro mental dos seus membros. E, na base da formação dessas mentalidades, nomeadamente na capacidade de adaptação à mudança, está a Escola.

Numa Região com as características da nossa, em que a dispersão e o relativo isolamento favorecem uma maior rigidez nesta adaptação à mudança e à contemporaneidade, entende o PCP que o sistema educativo regional terá que assentar em pelo menos duas traves mestras:

- em primeiro lugar, Escolas de qualidade, dotadas de meios técnicos e humanos que possibilitem o cumprimento pleno da sua função;
- em segundo lugar, um projecto global e integrado de Educação.

É com tristeza e preocupação que constatamos que na maioria das ilhas ainda há muitas omissões no que respeita à existência de Escolas, que muitas das Escolas existentes não possuem apetrechamento técnico e humano suficiente, que falta um projecto global de Educação, mais do que uma mera compilação de legislação avulsa, de remedeio, sem consistência no que respeita a princípios e finalidades.

O Plano para a Educação, nos Açores, assenta numa concepção de Carta Escolar que, em termos de modelo global, está construída sobre princípios "a priori" válidos, mas cujo processo e concretização são obviamente contestáveis.

No momento presente, não podemos deixar de lembrar ao Governo essa contestação, que abarca professores, alunos e encarregados de educação.



Como não podemos deixar de lembrar os efeitos negativos para a Educação de vários factos, dos quais se destacam:

- O voto de protesto aprovado na Assembleia Municipal de Ponta Delgada, relativamente à Escola da Levada e à não intervenção na EB 2/3, Roberto Ivens, contrariando o que estava consignado na Carta Escolar;
- A deliberação, tomada por unanimidade na Assembleia Municipal do Nordeste, reclamando e exigindo a dotação no Plano, já para o corrente ano, que permitisse o início das obras na Escola Básica Integrada do Nordeste;
- O atraso na construção da Escola de Ensino Artístico de Angra do Heroísmo e a plena remodelação da Escola Francisco Ornelas da Câmara, na Praia da Vitória, ambas prometidas em 1996;
- O adiamento da construção da Escola Secundária da Horta, prevista e fazendo parte dos Planos e Orçamentos da Região há já muitos anos.

Muitos outros exemplos de erros, atrasos e omissões se poderiam aqui trazer. São sinais claros de que muita coisa vai mal na Educação açoriana. Impõe-se, também neste sector vital, uma mudança urgente na mentalidade dos nossos governantes, nomeadamente no escalonamento das prioridades, para que possamos, a curto prazo, ter Escolas em número e condições, assim como um Sistema Educativo que permitam, a médio prazo, um processo de desenvolvimento sustentado.

Para já, e pela análise dos documentos em discussão, é fácil constatar que, em termos de "Desenvolvimento do Sistema Educativo", está previsto menos 12,3% que no Plano anterior (não aprovado), enquanto que, no que respeita a "Equipamento Escolar", há uma previsão de menos 21,1% relativamente ao Plano 1996/2000.



São verbas que não favorecem um Projecto para a Educação na Região Autónoma dos Açores e não respondem às exigências que se colocam às Escolas face às reestruturações curriculares em curso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:
De entre os problemas actuais do Faial, assume uma muito especial importância a resolução da construção da Escola Secundária. Ela continua a estar, como há muito acontece, no Plano, mas tem uma dotação que apenas permitiria, no máximo, iniciar obras no fim do ano 2004.

Se olharmos para a actual Escola, vamos verificar uma óbvia falta de condições, nomeadamente:

- o espaço exíguo;
- a ausência de salas disponíveis para o funcionamento de clubes escolares ou quaisquer outras actividades de complemento curricular;
- a ausência de gabinetes para apoiar grupos de estágio, os quais se vêm obrigados a reunir em cubículos sem luz e sem arejamento, no sótão da Escola;
- a ausência de espaços para os alunos conviverem, ou para se abrigarem nos intervalos, nos dias de chuva;
- a ausência de equipamentos, laboratórios e oficinas, necessários a um ensino experimental de qualidade.

O adiamento, uma vez mais, para o fim do quadriénio, da construção desta Escola criaria uma situação de uma muito extrema gravidade. Temos como boas as declarações do Sr. Presidente do Governo no sentido de assegurar que esta Escola Secundária é mesmo para ser feita, mas a história recente das relações e reacções da Secretaria Regional da Educação face à questão das instalações escolares e sua gestão no Faial, já não é de molde a deixar tanta segurança.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Para nós esta é uma questão central. Pensamos mesmo que não têm razão aqueles que dizem, com injustificada insistência, que "o Faial não comporta mais obras". Neste caso concreto, pensamos que se passará mesmo o inverso, na medida em que, estando, como estão, presentes na Horta, em empreitadas do CPR várias grandes empresas nacionais, elas teriam apetência em concorrer a uma empreitada desta envergadura, uma vez que já estão instaladas nesta ilha.

Interpretando as necessidades desta ilha e o sentir das suas populações, o Grupo Parlamentar do PCP irá, nesta sede, tratar desta questão, apresentando uma proposta de alteração.

Seguiremos a mesma linha de pensamento usada na recente reunião conjunta do Governo Regional com o Conselho de Ilha, fazendo embora um grande esforço de compreensão das dificuldades financeiras do Governo.

Concretamente, no Conselho de Ilha foi apresentada a sugestão de haver uma dotação no PMP que previsse o início da obra em 2002 e o seu desenvolvimento nos anos seguintes.

A proposta que iremos apresentar preverá o início da obra em 2003 e a sua continuação em 2004, transitando depois para o início do quadriénio seguinte.

Esta é uma proposta que concilia as necessidades desta ilha com os ritmos possíveis de investimento e é uma proposta que, se aprovada, garante a resolução deste problema. Esperamos que assim seja.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:
A proposta de Decreto Orçamental, no seu artigo 16º, introduz alterações aos Decretos Legislativos Regionais nº 2/2000 e nº 3/2000, ambos de 12



de Janeiro e referentes ao Complemento de Pensão e à Remuneração Complementar.

Para além de, no seu ponto 1, esse artigo prever a actualização desses complementos em 6,5% este ano, introduz no seu ponto 2 diversas alterações no articulado daqueles diplomas. Não temos objecções a essas alterações, pensamos entretanto que essas melhorias deveriam transitar para a legislação comum.

Quanto ao aumento de 6,5% como é sabido não corresponde à nossa opinião sobre a actualização que seria necessária neste momento, mas corresponde mesmo assim a uma visão, restrita, mas evolutiva.

Para nós é essencial que, no que respeita ao resto do quadriénio, sejam encontradas soluções certas no que respeita à actualização dos mecanismos de compensação pelos custos da insularidade. Continuamos e continuaremos totalmente disponíveis para contribuir no sentido desta questão ter um tratamento adequado nos próximos 4 anos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:
A reconstrução das ilhas do Faial e do Pico está dotada para o quadriénio com meios financeiros que são vultuosos e que é fundamental que sejam bem aplicados.

As questões concretas, algumas delas difíceis e muito genéricas, outras mais particularizadas, que resultam do processo de reconstrução, têm sido levantadas por mim e por outros nos momentos apropriados, por forma a contribuirmos para a eficiência, rigor e adequação à realidade do processo de reconstrução. Continuaremos, naturalmente, a proceder assim.

Neste momento, e nesta sede, para além de manifestarmos a concordância do Grupo Parlamentar do PCP com a programação financeira prevista para a Reconstrução queríamos colocar uma questão precisa e concreta.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Logo no ano de 1998, pouco tempo depois do sismo, foi feito um levantamento concreto dos prejuízos directos sofridos pelas explorações agrícolas com a destruição de bebedouros, atafonas, arrecadações e equipamentos ligados à produção. Os Planos de 99 e 2000 tiveram acções ligadas a esta questão, mas o Plano para 2001 tendo embora uma acção designada por sismo-agricultura, reporta-a à recuperação de caminhos.

Não se tratando de casos de recuperação de 1ª habitação mas sim de eventual compensação de prejuízos na exploração agrícola, seria bom saber-se as razões do facto do levantamento desses prejuízos não terem tido quaisquer efeitos práticos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:
A reconstrução é naturalmente prioritária mas não pode ser motivo inviabilizador da programação de outros investimentos públicos nas ilhas atingidas.

Assumamos as dificuldades e saibamos, todos, escolher com rigor aquilo que é essencial neste momento, mas não usemos a reconstrução para ficar aquém deste patamar.

Disse.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (Fernanda Mendes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Quando do debate nesta Assembleia do Programa do Governo tivemos a oportunidade de defender as políticas respeitantes ao Sector da Saúde e Solidariedade que norteariam a acção da Secretaria Regional dos Assuntos



Sociais, num enquadramento holístico de um Programa que traça uma linha de coerência na busca do equilíbrio desejável e possível tendo em vista um desenvolvimento integrado e harmonioso dos Açores, onde os cidadãos são a chave mestra do sucesso pretendido.

Tendo estes princípios estruturado o Programa do Governo forçosamente teriam eles próprios de servir de trilho para a execução do instrumento primeiro que permitirá a sua operacionalização, o Plano Regional de Médio Prazo 2001-2004 e o Orçamento e Plano Regional para 2001 .

Assim importa salientar no que respeita a Solidariedade e Segurança Social, os referidos documentos contemplam a materialização da continuidade do desenvolvimento de apoio aos idosos com o alargamento da rede de serviços de ajuda domiciliária, particularmente no que esse apoio depende das instalações de determinados equipamentos sociais;

Com o aumento da rede de centros de convívio, melhoria da qualidade das instalações dos lares já existentes, construção de lares de pequena dimensão ou pequenas residências rurais e o aumento de camas para idosos dependentes, não se descurando, também, face a necessidade e importância na melhoria da qualidade dos serviços prestados, o apoio a formação de dirigentes e das diferentes categorias de trabalhadores das valências de apoio a idosos.

Contemplam ainda verbas condicentes ao desenvolvimento, tanto da qualidade como do número, da rede de equipamentos para crianças e jovens, nomeadamente creches, jardins de infância e ateliers de tempos livres; e para se dar início à criação da rede regional de Centros de Acolhimento para Jovens em Risco, continuidade do programa de instalação de crianças e jovens residentes em internatos em unidades de



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

tipo familiar, e apoio a formação de dirigentes e trabalhadores dessas valências.

Para o efeito o PMP prevê uma comparticipação Regional no valor de 2, 1 milhões contos.

Aos valores da comparticipação regional nas acções referidas são acrescidos ao Programa Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social os montantes de 40.000, 80.000 e 90.000 contos para os projectos relativos a promoção da Igualdade de Oportunidades, Prevenção das Toxicodependências e a criação de um Centro de Apoio a Crianças e Jovens, no âmbito da intervenção específica para Rabo de Peixe, respectivamente; e ainda 655.000 contos do Programa Calamidades respeitantes a reconstrução e ampliação do edifício da Sta Casa da Misericórdia da Horta, onde está instalado o lar e a construção do centro geriátrico como futuras instalações definitivas em substituição das actuais surgidas na sequência da resolução urgente de instalação provisória daquela população após o sismo, reconstrução e remodelação dos edifícios da Casa de Infância e a reconstrução do Lar das Criancinhas, ambos, também, na Horta.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

É de salientar, que para além das acções contidas nos Documentos agora em debate, outras, nas áreas relativas a infância, juventude, deficiência e idosos irão se concretizar com o apoio financeiro do Centro de Gestão de Prestação Financeiras da Segurança Regional, conforme mapa já apresentado em sede de Comissão quando da audição efectuada aos Secretários Regionais sobre estes mesmos documentos.



Assim o investimento na área da Solidariedade e Segurança Social tem acrescido aos 3, 8 milhões de contos da comparticipação regional, a quantia de 2,7 milhões de contos do Centro de Gestão Financeira, repartidos por apoios a conceder a construção de polivalentes, edifícios para os serviços da segurança social, casas do povo, entre outros, perfazendo, assim, um montante global de 6,5 milhões de contos de investimentos em equipamentos no sector da Solidariedade e Segurança Social nos próximos quatro anos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tendo em conta que as linhas de orientação estratégica com vista a determinação e alcance de objectivos concretos, no que ao Sector da Saúde respeita estão claramente definidos no Capítulo II do Plano de Médio Prazo, importa realçar aqui as medidas, consubstanciadas em acções, que concorram para a sua plena prossecução.

Nesse intuito torna-se evidente a importância de se continuar a desenvolver as infraestruturas de saúde através da construção de nova unidades, nomeadamente o centro de saúde de Ponta Delgada e o novo hospital de Angra do Heroísmo, finalizar as obras da unidade de saúde da Lagoa e centro de saúde da Praia da Vitória e proceder à aquisição do respectivo equipamento.

Prosseguir na remodelação/ampliação de unidades de saúde existentes por forma a melhorar e adequar as instalações dos serviços de saúde às necessidades dos utentes e melhorar a qualidade dos cuidados a prestar, como sucede com o actual hospital de Angra, o hospital da Horta e o Centro de Saúde da Povoação, bem ainda de outras unidades, para além de pequenas mas essenciais beneficiações que se tem de ir realizando tendo em vista a conservação dos referidos equipamentos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os documentos agora em apreciação contemplam ainda no programa Desenvolvimento do Sistema de Saúde verbas para o apetrechamento dos novos serviços surgidos na sequência das remodelações/ampliações, e aquisição de equipamentos para substituir os que pelo seu uso e idade estejam inadequados, e os que tem por finalidade colmatar carências surgidas na sequência do crescimento do sistema.

No mesmo programa estão também providas acções respeitantes a implementação de parcerias através de acordos de cooperação com as associações privadas de solidariedade social, organizações profissionais e associações voluntárias para o desenvolvimento de programas e acções em diversas áreas respeitantes à saúde psiquiátrica, às toxicodependências, bem como a outros, com verbas muito importantes e acima de tudo com uma verba fundamental que visa não só a formação e a actualização, mas visa também o apoio à formação pré graduada dos técnicos que hão-de vir para esta Região, para colmatar a carência de recursos humanos por todos dita como essencial, mas que é preciso um planeamento a médio e a longo prazo. Para esse efeito temos uma verba de 590.000 contos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este Plano de Médio Prazo 2001-2004 e o Plano 2001 viabilizam a prossecução das acções instituídas como fundamentais para dar continuidade às políticas preconizadas no modelo de desenvolvimento que se vem celebrando para o Serviço Regional de Saúde, de acordo com as acções e suas fases de execução. Estamos certos que é correcto e aceitável ciclos de maior ou menor orçamentação relacionados com grandes obras como a construção de um hospital e aquisição dos respectivos equipamentos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Nesta sequência refira-se que o Plano de Médio Prazo apresenta para os programas Desenvolvimento de Infraestruturas e Desenvolvimento do Sistema de Saúde verbas no valor de aproximadamente 5 milhões de contos e 4,4 milhões de contos respectivamente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se é certo que com estes documentos estão garantidos os instrumentos que nos permitem levar por diante as políticas sectoriais do âmbito da Secretaria dos Assuntos Sociais, é certo também que sobre a análise da evolução da situação económica do Serviço Regional de Saúde, interessa tecer algumas considerações sobre as razões do acentuado crescimento negativo do resultado líquido no período de 1996 a 2000.

É importante realçar que os dados para 2000 são provisórios, permitindo-nos simplesmente uma análise económica dos resultados deste sector, visto as projecções terem sido feitas com base na receita emitida e na despesa processada.

A inexistência de dados definitivos deve-se à actualização do sistema de informação contabilístico, originando um atraso nos resultados do final do ano. Por esta razão as Instituições, só irão proceder ao fecho das contas em Maio do corrente ano.

Assim verifica-se um aumento da despesa em dívida, em consequência de vários factores de funcionamento tanto externos como internos, os quais merecem a nossa atenção.

Em 1996 essa despesa em dívida ascendia a 6.144.666 contos e não 1,7 milhões de contos, como o Sr. Deputado referiu, porque esses 1,7 milhões fazia parte deste total de 6,1 e correspondia a duas linhas de crédito para pagar a fornecedores herdadas do VI Governo e pagas pelo VII Governo. Portanto, gostaria de relembrar, na sequência do que eu venho referindo,



que em 1996, a dívida ascendia a 6,1 milhões de contos, aproximadamente, para usar números mais simples, tendo sofrido um acréscimo de 6.155.334 contos, para a qual contribuiu essencialmente a reestruturação das carreiras de todo o sector da saúde, sendo o impacto previsto no Serviço Regional de Saúde entre 97 e 2001, aproximadamente, 4, 8 milhões de contos dos quais o maior montante, 1,6 milhões de contos reporta-se a 2000 com a previsão de cerca de 750.000 contos para 2001.

Outro factor determinante foi o acréscimo de produtividade na prestação de cuidados de saúde, implicando um maior consumo de recursos, nomeadamente de produtos farmacêuticos, registando-se um acréscimo na ordem dos 50% em relação a 1996, meios complementares de diagnóstico e terapêutica que apresentam um crescimento de 74% e os produtos vendidos por farmácias alvo de aumento de 14%.

O Serviço Regional de Saúde para socorrer estas situações aumentou a sua taxa de endividamento acentuando a sua despesa em dívida, cuja estimativa ascende actualmente a 12,3 milhões de contos dos quais 2,5 milhões de contos referem-se a dívida à Associação Nacional de Farmácias e 9,8 aos fornecedores. Nesta última parcela 1,3 milhões de contos referem-se à dívida do SRS ao SNS.

A acrescentar temos a baixa taxa de cobrança verificada em relação aos subsistemas, isto é, o Serviço Regional de Saúde detém, como estimativa uma verba de 3,5 milhões de contos de receita que não foi paga pelas respectivas entidades. Este aumento de receita, deve-se, como não poderia deixar de ser ao crescimento da produtividade, porque corresponde ao crescimento de prestações de serviço, ou seja de cuidados de saúde.

Assim, se não fora os aproximadamente 4,8 milhões de contos do impacto da reestruturação das carreiras da saúde — sendo essa alvo de legislação



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

nacional com aplicação directa na Região, e o acréscimo da dívida dos subsistemas, teríamos mantido a dívida que foi transitada, em 1996, do VI para o VII Governo Regional.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Muito bem!

O Orador: Assim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

É chegado o momento de se começar a olhar para estes números com seriedade e verdade,...

Vozes dos deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Membros do Governo)

A Oradora: ... não só na sua dimensão negativa, mas também sob o outro ângulo, ou seja, o do aumento da produtividade do Serviço Regional de Saúde no que respeita ao aumento dos cuidados de saúde prestados, independentemente do local e tipo. Deve-se reflectir também sobre os factores de ordem externa que de súbito possam interferir de forma imprevisível e acentuada nas despesas do Serviço Regional de Saúde, como o sucedido com a reestruturação das carreiras do sector da saúde, para que a Região possa, no devido momento e no contexto adequado, introduzir mecanismos de salvaguarda de situações deste teor.

Por fim, gostaria de salientar a importância do conhecimento cada vez mais acurado e aprofundado dos diferentes números e sua interpretação, para que o desenvolvimentos dos Sistemas Sociais, nomeadamente a Saúde se possa realizar numa cada vez maior eficiência e eficácia dos recursos existentes postas ao serviço de todos nós, já que é **impossível controlar** — agradeço que não desvirtuem o contexto do que eu tenho referido — o



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

desenvolvimento e as necessidades totais, reais e induzidas, de uma dada população surgida na sequência da dialéctica imprimida entre a busca da perfeição técnica — diagnóstica e terapêutica — e a utopia da busca da cura de todos os males que acompanham o Homem ao longo da sua evolução.

Disse!

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para solicitar um intervalo de 15 minutos.

Deputada Berta Cabral (PSD): Estão com medo?

O Orador: Não, é para fazer uma reunião com o Grupo Parlamentar.

Presidente: Srs. Deputados, uma vez que nos termos regimentais o Partido Socialista pediu um intervalo de 15 minutos, faríamos um intervalo de 30 minutos e depois seguiríamos até às 20 horas.

(Eram 17 horas e 30 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 05 minutos)

Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais:

Ouvi com atenção a sua intervenção e antes de pedir dois esclarecimentos na área da saúde, gostaria de lhe dizer que nunca tenha dúvidas de que todas as vezes que alguém desta bancada, incluindo eu próprio, queira questionar ou levantar problemas, o faça com seriedade e com verdade, da mesma forma que a Sra. Secretária Regional, no exercício das suas funções, o faz com seriedade e com verdade.

É nesse patamar que trouxemos no período de antes da ordem do dia, na terça-feira passada, a questão das dívidas da saúde.

A Sra. Secretária Regional disse que em 1996, a dívida seria de 6 milhões de contos. Nós baseámos a nossa afirmação em documentos oficiais, nomeadamente na Conta da Região de 1996, aprovada por este Parlamento.

Tenho aqui mais um dado para informar a Sra. Secretária Regional de que os valores que aqui apontou não devem corresponder à realidade, porque foi feito um requerimento por deputados da minha bancada no início de 97, na transição do 1º Governo Regional do PS para este Governo, cuja resposta da Secretaria Regional competente, apontava para uma dívida de 5.3 milhões de contos, sendo as dívidas dos subsistemas de 1.2 milhões de contos. Isso quer dizer que a dívida administrativa, o máximo dos máximos, estaria por 4.1 milhões de contos.

O que é facto — e a Sra. Secretária Regional confirmou-o aqui, por isso foi importante termos trazido esta questão a este Parlamento — é que a dívida, neste momento, está no valor de 12.3 milhões de contos.

A primeira pergunta que queria fazer à Sra. Secretária Regional é como é que vai resolver esta dívida?

Segunda pergunta:



É também visível o aumento crescente das despesas com a saúde. Em 1996 andaria por volta dos 23.9 milhões de contos, para 2001 prevê-se 45.2 milhões de contos.

Se os encargos e os gastos da saúde acompanhassem a melhoria dos serviços prestados pelo Serviço Regional de Saúde, todos os contribuintes, todos os açorianos e este Parlamento podiam ficar satisfeitos, mas acontece precisamente o contrário. Efectivamente, tem havido uma retracção na quantidade e na qualidade dos serviços prestados pelo Serviço Regional de Saúde.

Não está aqui em causa nenhuma crítica aos médicos, aos enfermeiros e outros profissionais de saúde.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Não está aqui nenhum juízo de valor à qualidade do exercício dessas funções dos profissionais de saúde, mas ao sistema em si.

Quando é sabido que a mortalidade infantil passou para o dobro ...

Deputado José San-Bento (PS): É mentira!

O Orador: ... quando é sabido que 31% dos açorianos não têm médicos de família, quando é sabido que há uma retracção no número de médicos, como é sabido também que a componente assistencial ao nível dos cuidados primários de saúde e dos cuidados hospitalares têm vindo a diminuir, como é que a Sra. Secretária Regional vai justificar, perante os açorianos, que as despesas aumentam e os serviços diminuem?

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.



Secretária Regional dos Assuntos Sociais (*Fernanda Mendes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Bento Barcelos:

Eu gostaria de tentar perceber primeiro o que é que o Sr. Deputado quer dizer com despesas de 45,2 milhões de contos; o que é que quer dizer, com essas contas que fez, que a dívida (número inventado por si) seria de 5,3 milhões de contos e que subtraía 1,2 milhões de contos dos subsistemas e assim a dívida seria de 4,1 milhões de contos? Eu não percebo essas contas, porque as contas não são estas.

Sr. Deputado Bento Barcelos, quando eu falo de 6,1 milhões de contos em 96, quando eu falo do acréscimo da despesa em dívida durante esses 4 anos de 6,2 milhões de contos, está tudo aí.

O Sr. Deputado diminuiu e disse que a dívida era de 4,1 milhões de contos. Eu não diminuí nada, eu disse que o valor global da despesa em dívida em 96, era de 6,1 milhões de contos e o acréscimo foi de 6,2 milhões, em que 4,8 foi o impacto da reestruturação das carreiras na legislação nacional, que foi imposta directamente cá. Não foi devido à má gestão do Serviço Regional de Saúde.

É evidente que este Governo teve que tomar uma opção, porque também foi dito que era necessário estabelecer prioridades e tomar decisões correctas.

Deputada Berta Cabral (*PSD*): Exactamente, mas não é na despesa corrente!

O Orador: É verdade e também é verdade que para este Governo a prioridade é a saúde dos açorianos, a melhoria da qualidade.

Deputado João Cunha (*PSD*): Ah, é?! Não sabia!



A Oradora: É sim senhor. É o aumento da oferta de cuidados, é existir recursos humanos.

Deputada Berta Cabral (PSD): Aumentam os gastos e diminuem a qualidade!

A Oradora: No vosso tempo também havia carência de médicos de família. O que é que fizeram de estruturante?

Nós temos a coragem de o fazer. Não temos os médicos hoje, mas estamos investindo na formação desses médicos.

Nós temos 45 bolseiros no pré graduado, estudantes de medicina que se comprometem, por vínculo dessa bolsa, a trabalhar nos Açores.

Deram início ao internato complementar a partir de Janeiro de 2001, 24 internos complementares, ou seja, médicos que estão a tirar as especialidades com o compromisso de virem trabalhar para os Açores.

Não os tenho hoje, mas estamos a trabalhar a médio e a longo prazo, tendo em vista a resolução dos problemas, mas isto não é eleitoralismo como os senhores deputados dizem, isto é trabalhar para o futuro e nós estamos aqui para trabalhar nesse sentido.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais: O documento que referi que contém os 4,1 milhões de contos, é uma resposta a um requerimento feito por esta bancada. Eu não preciso repetir. Apontava 5.3 milhões de contos e havia uma receita dos subsistemas de 1.2.



O que importa é que a Sra. Secretária Regional não respondeu às questões que eu levantei:

1ª. Como é que vai resolver o problema da dívida administrativa existente (12.3 milhões de contos)?

2ª. Como é que vai resolver, tendo em conta o acréscimo substancial das despesas e os níveis de qualidade do Serviço Regional de Saúde, que têm vindo a decrescer, nomeadamente os exemplos que aqui citei?

Foi possível constatar há poucos dias no Hospital de Ponta Delgada, uma posição tomada por um médico que manifestava uma grande angústia pela falta de recursos humanos para dar resposta às necessidades, evidenciando uma tendência gravosa para a área dos cuidados primários de saúde não corresponder às necessidades dos açorianos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Vieira.

Deputado Cabral Vieira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu vou começando a habituar-me, apesar de ter pouca experiência nesta Câmara, que para os deputados do PSD que andam numa procura desenfriada pelo mediatismo, nada está bem. Cabe tudo pela negativa.

Gostava de dizer aos Srs. Deputados que tudo está mal. Tudo serve para fazer barulho, mas falta-vos muita reflexão sobre este assunto, sobretudo o problema da saúde.

Eu passo a fazer-vos um enquadramento diferente deste problema, Srs. Deputados.

Para os senhores tudo o que é despesa, mesmo despesa corrente, é desperdício.

A despesa corrente não está proibida de aumentar. Nunca esteve! É moda dizer isso.



Há poucos dias isso vinha referido num jornal e muito bem. Eu também já disse isso há muito tempo: é moda dizer isso.

A despesa corrente não está proibida de aumentar. Uma grande componente da despesa corrente, Sr. Deputado, é a despesa de investimento com a despesa do Plano e as despesas de investimento na saúde e na educação.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Ela não está proibida, Sr. Deputado e eu assumo isso.

Eu penso que na ideia dos Srs. Deputados nada muda, mas mesmo nada, e tudo piora. Gasta-se mais e tudo piora!

É caso para se dizer Sr. Deputado, que nada se transforma e tudo se perde. Não é verdade, Sr. Deputado.

Na minha opinião, os senhores devem mudar um pouco o seu discurso, até pela nossa saúde.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Victor Cruz (PSD): Obrigado pelo seu conselho!

O Orador: De facto, as despesas com a saúde são despesas de investimento nas pessoas, na população activa ou inactiva.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu não acredito!

O Orador: O senhor não acredita, mas eu acredito.



Além disso, é um direito fundamental dos cidadãos. Isso está consagrado na Constituição, Sr. Deputado.

(Aparte inaudível do Deputado Clélio Meneses)

O Orador: O Sr. Deputado também deve estar doente.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado João Cunha (PSD): O Sr Deputado já aprendeu qualquer coisa hoje!

O Orador: Eu já aprendi esta e vou aprender muitas outras coisas. Dê-me tempo, Sr. Deputado.

Deputado João Cunha (PSD): Quanto ao resto ainda não disse nada!

O Orador: Mas vou dizer.

Presidente: Sr. Deputado, peço que conclua o seu raciocínio.

O Orador: De facto, há um aumento da despesa e já foi explicado pela Sra. Secretária.

Há uma melhoria efectiva, ao contrário do que diz o Sr. Deputado Bento Barcelos, dos serviços de saúde da Região. Tem que atender que há um mercado, há uma oferta que é a melhoria dos serviços e há uma procura.

Efectivamente, a procura dos serviços de saúde tem aumentado na Região e ainda bem. É sinal de desenvolvimento e faz parte do próprio progresso.

É um indicador de desenvolvimento.

Em determinada altura, eu tive hipótese de dizer aqui — na altura os senhores disseram que era música clássica — que faz parte da lei de



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Wagner. Por coincidência temos um Wagner na música clássica e temos outro na economia.

Relativamente a esse problema, Sr. Deputado, gostaria de lhe dizer que não tenha problemas com o aumento da despesa corrente. Acredite que muitas vezes o aumento da despesa corrente é a despesa de investimento e é em benefício do cidadão, em benefício da saúde e da educação do cidadão.

Portanto, não tenha qualquer complexo em relação à despesa corrente.

Pode haver alguma racionalização do serviço, é verdade, mas cuidado quando se interpretar o aumento da despesa corrente como um mal para a sociedade, porque não é.

Tenho dito.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado João Cunha (PSD): É como se diz na minha terra, “cantas bem, mas não me agradas”!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Gilberta Rocha.

Deputada Gilberta Rocha (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Bento Barcelos:

Relativamente à sua intervenção, nomeadamente quando fala na qualidade dos serviços e também de algum modo respondendo ao Sr. Deputado João Cunha quando fala de demagogia, eu acho que a demagogia vem do PSD e tem sido feita à volta da mortalidade infantil.

Deputado João Cunha (PSD): E a Sra. Deputada já não fez demagogia pelo PSD? Se calhar fez?

A Oradora: Se quiser podemos entrar na discussão, não sei se no âmbito da saúde, ou noutra âmbito qualquer.



Deputado João Cunha (PSD): Eu não tenho tempo. E mando uns apartes e a Sra. Deputada vai respondendo!

A Oradora: Não me faça perder tempo que eu não vou por aí.

Apenas queria dizer que relativamente à mortalidade infantil, se alguns dos Srs. Deputados não estão bem dentro dos indicadores estatísticos, creio que na vossa bancada haverá quem saberá disso tanto quanto eu, ou tem a obrigação de saber.

Falam sempre ao nível de um acréscimo da taxa de mortalidade infantil de 4,9 para 9,5, isto de 98 para 99, mas não falaram do decréscimo de 97 para 98 de 10,6 para 4,9.

Quer a descida, quer a subida, tem que ser vista na óptica dos pequenos números.

Todos nós sabemos que os óbitos infantis são, felizmente, bastante poucos nesta Região, embora seja sempre desejável que eles não existissem.

Qualquer oscilação vai aumentar ou diminuir muito a taxa.

Portanto, é plena demagogia estar a dizer que houve um acréscimo na mortalidade infantil e com base nisso que houve um decréscimo na qualidade de prestação de serviços, só por causa de um pequeno problema da estatística. Haverá muitas pessoas aí que sabem muito bem que a pequenez de efectivos tem essas consequências. Isso é pura demagogia.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais:



Eu tenho imensa pena não poder responder aos Sr. Deputados, mas por razões de tempo, apenas por essa razão, não respondo.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Nós não estamos a discutir o Plano? Temos o direito de pedir um esclarecimento!

O Orador: Eu vou fazer um breve comentário e levantar uma pergunta à Sra. Secretária Regional, que dará um pouco a resposta à questão levantada pelos Srs. Deputados, que eu respeito.

Nós não inventámos estas preocupações. Elas existem e são preocupações dos açorianos e dos profissionais de saúde.

Eu tenho aqui um documento de uma entidade representativa dos profissionais de saúde — médicos — que aborda estas questões e elas também estão na opinião pública.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Isso é com os médicos do PPD!

O Orador: Temos aqui um documento que é introdutório do Plano a Médio Prazo que também aborda estas questões.

Nós sabemos muito bem que principalmente ao nível dos cuidados primários de saúde, este problema do aumento da mortalidade infantil, os problema da morbilidade advêm de uma ineficiência dos cuidados primários de saúde e é nessa perspectiva que eu alerto.

A pirâmide está invertida. É preciso investir muito mais nos cuidados primários de saúde, na promoção da saúde, na educação da saúde e toda a problemática que está surgindo nessa área, nesse subsistema do Serviço Regional de Saúde, é preocupante. E quando aqui é indicada a eficiência dos serviços de saúde, verifica-se um grande aumento das urgências. Porquê este aumento? Porque não existem médicos em número suficiente



para acolher as necessidades dos utentes, nomeadamente há listas de espera, há falta de médicos de família e isto é grave.

Passava agora para uma pergunta na área do Plano.

Tendo em conta que a problemática da toxicodependência é grave — o Governo já reconheceu, aliás, como reconheceu a questão da mortalidade infantil, mandando efectuar um estudo, palavras da Sra. Secretária Regional — e está apenas dotada por verbas divididas entre a área da saúde e a área da solidariedade em 270 mil contos, perguntava se efectivamente é ou não uma prioridade para o Governo a problemática da toxicodependência?

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (Fernanda Mendes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Realmente a preocupação do Sr. Deputado é levada em consideração por esta Câmara, por todos nós e relativamente à angústia dos médicos eu também a tenho em consideração. Tanto assim é que fizemos um esforço para esbater a angústia dos médicos e conseguimos combatê-la.

Os médicos, pelo menos os que andavam mais angustiados, até mesmo os médicos do Hospital do Divino Espírito Santo, de Janeiro até hoje tenho a ideia que nunca mais foram para a comunicação social fazer o seu cartaz. Porquê?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Estão inibidos?

A Oradora: Não senhor, não estão. Eles viram a sua angústia esbatida, porque a partir do dia 1 de Janeiro de 2001, entraram mais 24 médicos do Internato Complementar, que vieram, felizmente, esbater a angústia dos



médicos do hospital, porque puderam organizar melhor o seu trabalho e a suas urgências.

Também gostaria de explicar que na saúde não existe um subsistema. Eu não sabia, desconhecia.

Nós temos um Serviço Regional de Saúde e temos um Sistema de Saúde.

Para quem estiver interessado em saber um pouco melhor o que é isto...

Deputado Bento Barcelos (PSD): Referia-me aos cuidados primários de saúde!

A Oradora: Então, os cuidados primários de saúde, relacionam-se com a tal pirâmide invertida. Muito bem, concordo plenamente, só que essa pirâmide foi construída nos vosso tempo.

Deputado Mark Marques (PSD): Claro, tinha que ser!

A Oradora: Calma, eu vou lá. Não vai ficar assim.

Gostaria de dizer ao Sr. Deputado que inverter não é fácil, não é simples. Esta é a realidade.

Portanto, não sendo fácil inverter, porque os recursos não existem nem aqui, nem lá fora, este Governo investiu a médio e longo prazo. Com que intuito? Inverter a pirâmide.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Gilberta Rocha.

Deputada Gilberta Rocha (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas mais um esclarecimento ao Sr. Deputado Bento Barcelos.

É com algum agrado que vejo que tem alguma sensibilidade para as questões, quando fala na taxa de mortalidade infantil, que referiu há pouco, e para as questões do envelhecimento demográfico, mas seria bom que ligasse isso à questão das despesas.



É óbvio que se há pessoas mais idosas, todos nós sabemos — não é preciso ser especialista no assunto — que isto provoca um acréscimo nas despesas. Portanto, não relacione isso com a qualidade.

Há aqui diversos factores que penso que estão a ser misturados, quando eles devem ser esclarecidos a toda a população.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era também para dar um esclarecimento ao Sr. Deputado Bento Barcelos em relação à sua preocupação no que concerne à prevenção das toxicodependências.

Como é óbvio, todos os dados dão sempre origem a alguns processos de tensão selectiva e interpretação variada.

Gostaria de afirmar que esta é também uma prioridade e uma preocupação nossa e é uma preocupação do Governo.

Admito que as verbas não são aquelas que eu gostaria de ver inscritas, mas também admito que, pela primeira vez, há uma dotação específica num plano desta Região para o combate à toxicodependência.

Por outro lado, gostaria de alertar esta Câmara para o facto de que, quando se apoia o associativismo juvenil, também se está a fazer a prevenção da toxicodependência.

Quando se abre um centro de ocupação de actividades de tempos livres para jovens, também se está a fazer prevenção da toxicodependência.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Quando se apoia a actividade desportiva, como alguns membros da sua bancada já tiveram oportunidade de trazer a esta Câmara, também se está a fazer prevenção da toxicod dependência.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Foram mais que 11 jogadores!

A Oradora: Quando se investe na formação profissional e se melhora a reempregabilidade dos jovens, também se está a fazer prevenção da toxicod dependência.

Portanto, sugeria que não nos limitássemos à verba que está inscrita, quer na Solidariedade Social, quer na Saúde, especificamente, para a prevenção da toxicod dependência, mas que tivéssemos uma visão mais global do que é que este Governo pretende fazer nessa área.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional:

Vamos analisar estes números.

4,1 milhões de contos foi, de acordo com o seu Governo e assinado pelo Sr. Secretário Álamo de Meneses, aquilo que era a dívida do Serviço Regional de Saúde, em Novembro de 1996. Está escrito, assinado pelo Sr. Secretário Regional ou alguém da Secretaria dele. Portanto, para mim é verdade.

Terá, eventualmente, satisfeito parte ou quase toda a parte dessa dívida, na medida em que na conta apenas está 1,7 milhões de contos. Naturalmente, fê-lo já com verbas do seu orçamento, portanto, partimos do princípio que eram mesmo os 4,1.

Neste momento, tem 7 milhões a mais. A pergunta que lhe faço é quanto disto são juros e não encargos com melhores cuidados, não encargos com o envelhecimento da população e não encargos com mais médicos ou com



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

mais meios? Quanto disto são encargos financeiros? É essa a resposta que quero saber.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): São encargos do investimento!

A Oradora: Digo-lhe mais: com este tipo de comportamento da sua bancada, dentro de 4 anos em vez de 12 vamos ter 24, porque afinal de contas as despesas correntes podem subir à vontade. Foi aquilo que aqui ouvi e pelos vistos muito bem fundamentado.

Entretanto, gostaria de saber qual a solução para este problema, porque essa questão nunca é aqui abordada e é a principal.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem !

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais: Em relação à questão da toxicodependência, não obstante a informação dada pela Sra. Deputada Nélia Amaral, que eu agradeço, devo considerar que é uma verba de todo insuficiente.

Depois de se conhecer o problema grave que é a droga, que abarca imensas famílias, imensos jovens e irá ter repercussões no desenvolvimento desta Região e no Serviço Regional de Saúde, depois de se ter verificado o que se verificou recentemente, feito por peritos, sobre o problema do número de alcoólicos que existem nos Açores que carecem de tratamento, onde é que estão os meios financeiros para, em termos de tratamento, tratar esses doentes?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Vieira.

Deputado Cabral Vieira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Berta Cabral:



O que eu disse foi que a despesa corrente não estava proibida de aumentar. Penso que concordará comigo.

Deputada Berta Cabral (PSD): Não está, mas pode!

O Orador: Eu não disse que não havia, quer na despesa corrente, quer na despesa do plano, limites a esse crescimento.

Há pouco, na minha intervenção, que a Sra. possivelmente considerou mal fundamentada, mas como sabe temos 3 minutos e eu respeito esse limite — se calhar considera bem fundamentada, mas eu interpretei doutra forma — eu pretendi fazer um enquadramento para dizer que preocupam-se com a despesa corrente, mas não se preocupam com os benefícios sociais, ou seja, se essa despesa não fosse realizada, quais eram os custos para a sociedade. Eu penso que este é o raciocínio correcto neste caso.

Aliás, devo dizer que no sector da saúde, é fácil ver que eficiência económica e contenção orçamental não são sinónimos. São completamente diferentes.

Pode ter contenção orçamental, reduzir a despesa corrente a zero e é completamente ineficiente. Portanto, não são sinónimos.

Há uma grande obsessão relativamente à despesa corrente. É moda. Mas há muita coisa que é moda e que não presta, nem tudo o que é moda é bom.

Acho que isso é qualquer coisa que caiu entre nós, naturalmente na classe política, e achamos que é mau.

Deputada Berta Cabral (PSD): Vá dizer isso à Comunidade Europeia!

O Orador: Eu digo relativamente à despesa. Eu estou a dizer que não é necessariamente mau. É este o meu ponto de vista e eu tenho direito a expor as minhas ideias. Respeito as ideias dos outros e tenho direito de expor as minhas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Eu acredito que eventualmente — e a Sra. talvez um dia ainda me dê razão — na despesa corrente, ainda temos muito investimento a fazer nesta Região, quer ao nível de médicos, quer ao nível de enfermeiros, quer ao nível de outros consumos.

Se tem dúvidas em relação a isso, eu não tenho.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (Fernanda Mendes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou começar por responder ao Sr. Deputado Bento Barcelos, porque realmente não o quero deixar angustiado, preocupado com a toxicodependência, uma vez que essa é uma preocupação de todos nós e de toda a sociedade.

É claro que a toxicodependência tem várias vertentes, como o Sr. Deputado também sabe.

Há essencialmente duas componentes que dizem respeito aos documentos que estão em debate. A primeira refere-se aos cuidados de saúde a ministrar aos toxicodependentes e a segunda refere-se à prevenção.

Ainda no que diz respeito aos cuidados a fornecer e a ministrar a esses doentes, temos outros tantos níveis. Temos o nível específico, claro, de um ambulatório especial, de um internamento quando é preciso e hoje, na nossa Região, felizmente temos, porque falar há 4 anos nesta Casa na introdução do Programa Metadona era um “tabu” e os mais antigos podem corroborar nesta ideia. Felizmente, todos nós avançámos e introduzimos esse tratamento. Tudo isto sai das tais despesas correntes e, com certeza, alguma parte do montante está ali, porque fazem parte por causa da dívida aos fornecedores.



O que é que eu quero dizer com isto?

É que grande parte da despesa com tratamento de toxicodependentes, já deriva do Orçamento do Serviço Regional de Saúde. Quando nós apoiamos as Casas de Saúde Psiquiátricas, quando nós apoiamos a Clínica de Dependência, quando nós entrámos num acordo com o SPTT (Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência da área de Lisboa) para que os nossos doentes, no caso de ser necessário, sejam internados numa comunidade terapêutica, esse dinheiro já está contemplado quer na dívida, quer no nosso orçamento.

Portanto, estamos a falar de verbas. Eu concordo que é sempre pouco, mas pela primeira vez está incluído, num projecto separado, verbas para um trabalho de prevenção primária.

Creio que este esclarecimento permite deslumbrar que, de facto, gastamos muito mais no tratamento da toxicodependência, porque eu nem sequer falei nos serviços de psiquiatria.

Presidente: Sra. Secretária, agradeça que concluisse.

A Oradora: Os 3 hospitais têm psiquiatras que fazem consultas a toxicodependentes. Eles estão a receber pelo orçamento, pelos hospitais, pelas instituições.

Portanto, nós investimos muito mais do que aquilo que poderia parecer, no tratamento das toxicodependências. Temos crescido muito porque temos evoluído no tipo de cuidados a fornecer aos toxicodependentes.

Os restantes esclarecimentos ficam para os próximos 3 minutos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Entro neste debate, não para falar das finanças da saúde, mas sim da saúde das finanças dos contribuintes, interpelando o Sr. Deputado Cabral Vieira, no sentido de ele me responder se considera um benefício social a despesa com assessores de imprensa dos gabinetes dos Membros do Governo que recebem por mês mais de 500 contos?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Logo o senhor, já é a segunda vez!

O Orador: Fica assim tão incomodado?

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer que para além dos 12 milhões, ou seja, dos 7 da dívida, as despesas da saúde passaram de menos de 30 milhões para 45 milhões, o que quer dizer, mais 15 milhões. Não me vai dizer que os 15 milhões do aumento da despesa corrente, defendida pelo Sr. Deputado Cabral Vieira, mais os 7 milhões de contos de dívida, que perfaz 22, estão aplicados nessas questões que me referiu da toxicodependência.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (Fernanda Mendes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se bem percebi, referiu-se às despesas de 45 milhões de contos. Muito me admira que essa questão seja posta pela Sra. Deputada Berta Cabral. Eu não sou especialista na área de gestão, de finanças ou de economia.

Eu já procurei esclarecer que esses 45,2 milhões de contos, dizem respeito ao orçamento global da saúde e não das transferências do orçamento da Região para as despesas correntes.

Deputada Berta Cabral (PSD): São despesas de saúde!



A Oradora: Então não são despesas correntes. Eu vou explicar.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Finalmente!

A Oradora: Sra. Deputada Berta Cabral, o valor global do orçamento da saúde, são 45,2 milhões de contos. Engloba as transferências do orçamento Regional, que são 30.340 milhões de contos...

Deputada Berta Cabral (PSD): Então subiram 10 milhões!

A Oradora: ... engloba todo o investimento efectuado na saúde.

Deputada Berta Cabral (PSD): Mais os 7 da dívida. Vai chegar lá!

A Oradora: Afinal a Sra. Deputada sabe. Foi uma malandrice.

De qualquer maneira eu vou esclarecer.

O orçamento global da saúde engloba as transferências, todo o capital investido durante estes tempos na saúde, o investimento, os equipamentos. Portanto, é o valor da saúde, o valor total.

Quando nós falamos em despesas na saúde, aquilo que é transferido do orçamento para as instituições, para o Serviço Regional de Saúde, estamos a falar em 30,3 milhões de contos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para participar neste debate que me parece extremamente interessante.

Eu tenho comigo um artigo de um excelentíssimo senhor deputado desta Casa, que no dia 10 de Janeiro do corrente ano, tecendo um vasto conjunto de considerações sobre a saúde, dizia a páginas tantas:

“Um dos assuntos que tenho em mãos é a questão das listas de espera”.

Um pouco mais à frente, refere:

“Quais foram os resultados destas medidas?

Pelo vistos foram ineficientes.”



De acordo com a informação que tenho, o programa de recuperação de listas de espera implementado a 31 de Julho de ano passado, no Hospital do Divino Espírito Santo, de Ponta Delgada, produziu apenas os seguintes resultados:

- Cirurgia Geral: mais 257 doentes operados, só no âmbito deste programa. Custo: 35 mil, 132 contos
- Urologia: mais de 64 doentes operados, só no âmbito deste programa, não contando com as operações normais programadas. Custo: 10 mil, 506 contos;
- Ortopedia: mais 17 cirurgias realizadas. Custo 107 mil e 4 contos.

Pelos visto, estas medidas não foram tão ineficientes quanto isso.

Por outro lado, no mesmo artigo e tendo em conta que o Exm^o. Sr. Deputado Bento Barcelos ainda há pouco interveio dizendo “não estou a pôr aqui em causa a classe médica, que me merece todo o respeito” — acho que sim, acho que nos deve merecer todo o nosso respeito — a páginas tantas, relativamente aos médicos, diz:

“Outros há que não cumprem horários, chegam tarde e cedo saem dos hospitais e centros de saúde onde trabalham. Alguns entram depois das 9 horas e saem antes do meio dia e não têm grande pejo em adiar consultas, visitas a doentes, etc..

Chegam-nos informações que há serviços hospitalares onde cada médico, por dia, não consulta ou presta cuidados a mais de 2 ou 3 doentes. Como é possível?”

Partindo de um universo, de acordo com as informações fornecidas pela própria Ordem dos Médicos de que estamos a falar de um efectivo referente ao ano passado de 357 médicos, V. Exa. com isto, não



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

materializando ao que é que se está a referir, está a levantar a suspeita sobre 357 médicos desta Região.

É assim, suponho, que V. Exa. quer contribuir para a melhoria do Serviço Regional de Saúde. Suponho que é assim que V. Exa. quer reagir.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Bento Barcelos (PSD): Já lhe damos a resposta!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional:

O orçamento global da saúde são 45 milhões de contos. Tem a ver com as transferências que vão do orçamento regional para a saúde e tem a ver com as receitas próprias do Serviço Regional de Saúde, porque de investimento em termos de grandes equipamentos, tem ali pouco ou nada.

Gostava que me dissesse quais foram os investimentos que foram feitos através do Serviço Regional de Saúde, em termos de novos hospitais ou centros de saúde?

Aquilo tem a ver com as transferências do Orçamento de Estado e com as receitas próprias do Serviço Regional de Saúde que, tudo junto, perfaz a despesa do Serviço Regional de Saúde. Esta é que é a questão.

Essa despesa aumentou 15 milhões de contos nos últimos 4 anos. As transferências do orçamento regional aumentaram 10 milhões também nos últimos 4 anos e a dívida aumentou 7 milhões de contos durante o mesmo período de tempo.

Gostaria que me explicasse como é que vai resolver este problema, porque esta pergunta é a essencial, é a fundamental, é aquela que representa a dívida para a Região e que vai ficar para o futuro, e ainda não está explicada a forma como a vai resolver.



Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A saúde não está na minha tutela.

As respostas pormenorizadas do sector, estão a ser dadas, e muito bem, pela Secretária que tem a tutela da saúde. No entanto, eu tenho por missão acompanhar a evolução, nomeadamente, da dívida da saúde.

Desde já, devo dizer nesta Câmara que estou apenas moderadamente preocupado com esta questão. Não há dúvida que são 12 milhões de contos que estão em dívida por um serviço que é da Região.

Eu não estou alarmado. Estou moderadamente preocupado.

Porquanto, isto é um problema que não diz respeito apenas à Região. Tenho notícia e conhecimento que na Região Autónoma da Madeira o problema é muitíssimo mais grave e no país nem sequer se fala.

Portanto, na Região estou moderadamente preocupado e digo moderadamente, porque há distância nas finanças e directamente com a Secretária da Tutela temos acompanhado isto com muita atenção.

O que é um facto, é que não obstante a dívida neste momento ser 12 milhões e 300 mil contos, a evolução do ano passado para este ano, aumentou apenas 1,5 milhões de contos...

Deputada Berta Cabral (PSD): Foram 2 milhões e tal!

O Orador: ... o que corresponde, a uma despesa que nos foi imposta e que não é de forma nenhuma controlável por nós, ou seja, o impacto das reestruturações das carreiras médicas que tiveram a sua origem lá fora.

Como já foi dito, foram 4,8 milhões de contos no total.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Apenas no exercício de 2000, o seu impacto foi de 1,6 milhões de contos no Orçamento do Serviço Regional de Saúde, portanto, inferior ao aumento da dívida.

A dívida está mantida dentro de limites que nós consideramos razoáveis. É um problema que nos preocupa, mas não nos alarma e estou certo que será encontrada uma solução, se não for autonomamente no que se refere ao problema dos Açores, será certamente quando for resolvido o problema na sua globalidade, ou seja, em termos nacionais.

Muito obrigado.

Deputada Berta Cabral (PSD): Fico mais descansada!

Presidente: Não havendo mais inscrições para esclarecimentos, vamos passar à intervenção seguinte. Para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado José San- Bento.

Deputado José San- Bento (PS): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados Regionais, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Inicio esta intervenção, sobre a discussão do Plano e Orçamento para 2001 e do Plano de Médio Prazo para o quadriénio 2001-2004, com uma observação de natureza genérica.

Com efeito parece assegurado que o PS terá pela primeira vez aprovado, no segundo momento em que é chamado a desenvolver a acção governativa nos Açores, o seu plano de acção para o médio prazo.

Tal já teria sido possível anteriormente não fosse a direita, nesta Assembleia e por duas vezes consecutivas, nunca o ter permitido. Com esse comportamento a oposição furtou-se e eximiu-se a garantir, aos parceiros sociais, um documento prospectivo e de referência, em torno de metas rigorosamente quantificadas, do investimento publico na Região.



Fica assim por realizar um balanço rigoroso aos prejuízos que o tecido empresarial nos Açores terá sofrido por essa opção política do passado, pois não foi o VII Governo Regional o principal prejudicado pela não aprovação desse documento orientador, foram os investidores, os privados e a sociedade em geral os principais lesados.

Cabe-me, em breves minutos, tecer, de uma forma necessariamente condensada, em nome da Juventude Socialista e do Grupo Parlamentar do PS, uma referência interpretativa a algumas áreas constantes nos documentos orientadores que o Governo hoje aqui apresenta, bem como proferir algumas considerações de âmbito mais geral que me parecem oportunas.

A apreciação de documentos de natureza plurianual é um momento em que se nos permite uma avaliação formal dos objectivos programáticos e das opções políticas de um determinado projecto governativo.

Assim o volume de recursos conferidos à ciência e tecnologia, no quadro quer do Plano para 2001 quer do Plano de Médio Prazo, garante um investimento inédito nesse sector. Reforça-se, assim, entre outros aspectos: a capacidade de intensificar a integração de tecnologia nos diferentes níveis de ensino da Região; a melhoria da produtividade do nosso tecido económico; bem como a criação de novas e inovadoras oportunidades de parcerias com privados em diversos domínios.

A componente científica e tecnológica deve ser uma prioridade fundamental na afectação de recursos financeiros, pois permite queimar etapas na modernização e no desenvolvimento das sociedades.

O desafio da inovação tecnológica e da sociedade de informação garante, às sociedades actuais, um salto qualitativo singular e uma oportunidade única de recuperação de diversos atrasos. Felizmente que o Governo soube



interpretar esses desafios consagrando um conjunto muito ambicioso de acções nos documentos que hoje aqui se discute.

Mas a área da ciência e tecnologia tem, ainda, outras marcas que para nós, socialistas, são de máxima importância: melhoria da igualdade de oportunidades no acesso à sociedade de informação; justiça social; inclusão e coesão social. Objectivos fortalecidos com o cariz operacional de um grande conjunto de acções que o Governo agora formalmente assume.

Se em matéria de Ciência, Tecnologia e Sociedade de Informação se nos afigura correcta e coerente a orientação governamental, o mesmo poderemos afirmar no que concerne às opções políticas direccionadas para a juventude e suas respectivas envolventes.

O Governo, por mérito da sua acção nos últimos quatro anos, conforme é do conhecimento geral, contraiu a elevada responsabilidade de se manter ao mesmo nível na vigência do actual mandato.

Esse desígnio está reflectido e garantido na documentação agora em análise!

Mas há um aspecto, em concreto, que só é dilucidado através da leitura, atenta, do Plano de Médio Prazo: refiro-me aos montantes e às medidas relativas à toxicodependência. Que são vastas e têm componentes em diversos programas, não constituindo, assim, uma única acção de intervenção como propositadamente alguns fizeram crer.

Um outro domínio onde se regista, com agrado, as orientações e as prioridades políticas consagradas nos documentos agora em apreciação, diz respeito à formação profissional e ao emprego.



O ajustamento de verbas canalizadas para os programas de formação profissional garante que se continua a conferir aos problemas da qualificação da sociedade açoriana uma prioridade indesmentível, demonstrando, ao mesmo tempo, que se colocam, cada vez mais, os jovens como destinatários directos da acção deste Governo.

O mesmo é, aliás, espelhado pelos compromissos a que o Governo agora se vincula no que diz respeito à continuação da execução do Plano Regional de Emprego. Com efeito é com muita satisfação que se regista o facto de o Governo, e num quadro de pleno emprego em muitos sectores económicos, não ter negligenciado aspectos fundamentais relacionados com as políticas de fomento da empregabilidade e de promoção do mercado social de emprego.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O debate que neste momento decorre nesta Assembleia também é, na opinião da JS, um momento oportuno no que concerne a uma avaliação, necessariamente breve e circunstanciada, do papel das oposições aqui representadas nesta Assembleia, nomeadamente o PSD e o CDS-PP.

Não é indiferente a todo o debate agora em vigor que a direita, outrora tradicionalista, liberal e bonacheirona,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Só mesmo na Quaresma!

O Orador: ... hoje seja protagonizada por um partido radical, um partido populista, um partido que, permanentemente, recorre — numa lógica de quintal — à demagogia mais infrene com um único objectivo: o de assegurar o seu próprio crescimento eleitoral.

No caso do PSD a situação é diversa, mas verdadeiramente anómala e resulta, precisamente, da desistência desse partido traduzida na



circunstância de ainda não ter feito outra coisa nesta Câmara, a não ser o seu habitual deita abaixo — afinal de contas o último congresso laranja não serviu para nada!

Deputado João Cunha (PSD): Isso é que vos incomoda!

Deputado Clélio Meneses **(PSD): Mais uma encomenda do Sr. Presidente do Governo!**

O Orador: O PSD prossegue, sem contemplações, a sua lógica de descrença sistemática!

Que PSD é esse o da actualidade? Um partido outrora estruturante, responsável por 20 anos de governação em que deu um contributo historicamente relevante, inquestionável, para o progresso dos Açores e para a afirmação da autonomia, e que hoje vive na mais evidente suspensão programática reduzindo-se a uma mera provedoria de ressentimentos ou descontentamentos populares.

O PSD hoje não está a criar uma alternativa nem muito menos a abrir novas pistas no debate político regional. O PSD parlamentarizou-se e cristaliza lentamente sem esperança.

Deputado Clélio Meneses **(PSD): Versão da JS e encomenda do Sr. Presidente do Governo!**

O Orador: O PSD, do século XXI, resume-se a polarizar um conjunto de tensões, pequenas insatisfações e conflitos naturais numa sociedade democrática e mediatizada. Para isso recorre ao sempre fácil exercício de se apoiar em citações, enunciar dificuldades, recensar obstáculos e enfatizar aquilo que a nossa sociedade ainda comporta de mais negativo, como já diversas vezes assistimos nesta Assembleia, concretamente no debate que agora decorre.



É por isso que o PSD, a insistir nesse rumo, não terá, na opinião da JS, grande futuro.

Deputado Mark Marques (PSD): Nem é preciso!

O Orador: O PSD, a seguir pela retórica abstracta, sem concretizar alternativas de fundo, sem demonstrar a capacidade de surpreender os açorianos com uma ideia inovadora, sem ter um único projecto mobilizador, sem fazer por ocupar o seu espaço, arrisca-se, apenas, a ganhar o Oscar do pior argumento e do melhor actor secundário.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Tão importante quanto a apreciação de documentos com uma natureza de orientação estratégica é, seguramente, apreciar com objectividade e rigor a postura da equipa governativa que procura interpretar e desenvolver tais documentos.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isto é que é falar!

O Orador: Assim, em relação ao Governo Regional, e o mesmo se coloca a qualquer governo, a questão que se tem de **colocar** é a de saber se estamos perante um governo acomodado, dominado por uma lógica autista, que se limitasse a auto-contemplar o que já fez, que se tenha resignado e esgotado a sua transformação da realidade social, ou se, pelo contrário — como se verifica — estamos perante um governo determinado, um governo com projecto, com rumo, com uma ideia para os Açores e que dá, permanentemente, concretização prática a essa ideia, a esse rumo, a esse projecto.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Nos últimos quatro anos, mesmo debatendo-se com inúmeras adversidades, o PS deu, no Governo, um contributo decisivo para a modernização da Região em todas as áreas, para a qualificação da sociedade açoriana, para o reforço da coesão social e para a modernização dos sectores produtivos.

No entender da JS, quer o Plano e Orçamento para 2001 quer o Plano de Médio Prazo demonstram — no horizonte temporal dos próximos quatro anos — que o Governo conhece claramente os problemas reais com que os Açores se defrontam e está apostado em contribuir para a sua resolução, procurando, nesses documentos, materializar o essencial dos compromissos assumidos perante esta Assembleia e a Região no momento da discussão do programa do actual Governo.

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Francisco Fernandes.

Deputado José Francisco Fernandes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Governo novo, vida nova. Assim devia ser para bem de todos os açorianos. Infelizmente, não é o caso.

Dúvidas e muitas começam a surgir quanto à prática política deste Governo.

Desde logo, ao apreciarmos os documentos em discussão, ficamos desiludidos no que respeita à distribuição de verbas e investimentos para a Ilha das Flores.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Na verdade, estamos em desacordo com a política deste Governo que, na prática, contempla a Ilha das Flores com verbas muito escassas para tantas necessidades.

Já na discussão do Plano e Orçamento para o ano 2000, referíamos o baixo nível de investimento na nossa ilha (cerca de 600 mil contos).

Este ano é o que se vê! Praticamente o mesmo!

E as verbas previstas no Plano a Médio Prazo? Dizem-nos que são meramente indicativas, por isso não vale a pena dar-lhes muito valor, até porque o Governo desvaloriza esse documento.

Também no que se refere a Planos anuais da responsabilidade do Governo do PS temos mais casos concretos. Sim Srs. Deputados! Este novo Governo já tem passado e no que se refere à Ilha das Flores ele é triste. Senão vejamos:

Em 1998 foi inscrita uma verba de 10.000 contos para a remodelação e beneficiação da aerogare do Aeroporto das Flores. Em 1999 e em 2000, 1.000 contos em cada ano. As obras não existem e em 2001 as verbas desapareceram. Tudo leva a crer que o Governo está à espera do tecto da aerogare desabar completamente para iniciar as obras. Mas, mesmo que esta situação aconteça (Deus queira que não!), nada poderá ser feito, porque não há verba orçamentada.

Mais Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Em 1999 o Plano também contemplava uma verba de 80.000 mil contos para a repavimentação da estrada regional Santa Cruz/Lajes. Em 2000, 100.000 contos. Para 2001, única e simplesmente, nada.

E agora Srs. Deputados? Será que as estradas regionais nas Flores são um assunto arrumado?



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

E as obras do Porto das Poças? Efectuaram-se, de facto, obras neste porto. Mas que obras? Quanto à rampa de varagem é digna de ser vista! Efectuar ali uma operação de varagem não está ao alcance de qualquer marítimo a não ser algum que pretenda abandonar a actividade, ou seja, partir a embarcação. Todos nos interrogamos, incluindo os pescadores, onde andou a fiscalização daquela obra? Onde está a verba necessária para a remodelação que urge ali ser efectuada?

Do Porto de Ponta Delgada, nem se fala! Será que estão pensando acabar com a actividade piscatória na maior Freguesia da nossa ilha?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Na área da saúde, as coisas vão de mal a pior! Tínhamos três médicos de clinica geral residentes nas Flores. Agora estamos reduzidos a dois e nenhuma medida se vislumbra para inverter esta situação. Os Florentinos continuam a ter que se deslocar da sua ilha para tratar um simples dente...

Há três anos que o Bairro de Nossa Senhora de Fátima, em Santa Cruz, espera pelas obras de electrificação. Uma vez mais nem uma palavra sobre este assunto.

O núcleo náutico das Lajes é mais uma vez adiado para 2003 ou 2004.

E o Lar de Idosos das Lajes? Será que o Governo Regional “imbitrou” com este projecto por ele ser tão, clara e justamente, defendido pela Câmara Municipal das Lajes? Não deixaremos de reivindicar esta obra, porque a justiça social e o apoio aos nossos idosos assim determinam.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Já desta tribuna levantei duas vezes o problema da ETAR da Cooperativa, em Santa Cruz.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Pergunto ao Governo, uma vez que mais um Verão se aproxima, para quando a resolução definitiva desta situação que já é de saúde pública.

E a reconstrução do observatório meteorológico há três anos demolido? Em que ficamos? É para reconstruir em local que embeleze a Vila de Santa Cruz ou é mais um caso de final triste?

A iluminação da pista do aeroporto é urgente já que permitiria à SATA operar mais ao final da tarde ou mesmo à noite principalmente em dias de cancelamentos.

A propósito de tudo isto, dirá, certamente, o Governo: “já temos tudo previsto e tudo será realizado!”

Então, pergunto novamente: onde estão as verbas orçamentadas para que tudo isto se possa fazer?

Os documentos que ora apreciamos não satisfazem as populações da Ilha das Flores que vêem mais uma vez os seus anseios de desenvolvimento frustrados

Disse.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não tenho tempo, mas como “não olho só para a minha quinta”, e as Flores me dizem muito pelas razões que todos conhecem — vivi lá e tenho alguma família originária de lá, a minha mulher e minha filha mais velha — não quero deixar passar sem pedir esclarecimentos, nem que seja para



reforçar algumas coisas que já foram ditas pelo Sr. Deputado José Francisco.

Nas Flores vive-se uma profunda insularidade, dentro da nossa insularidade. Nas Flores e no Corvo, Sr. Deputado José Manuel!

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Muito obrigado!

O Orador: É importante que essa insularidade seja cada vez mais atenuada. Não é com verbas iguais num plano de ano para ano, que essa insularidade se atenua.

Exemplo típico que eu aqui queria reforçar, e mencionado pelo Sr. Deputado José Francisco, é o caso da pista do aeroporto.

Há que iluminar aquela pista!

Dir-me-ão que é da responsabilidade da ANA ou da SATA.

Eu não sei de quem é!

Eu sei que é importante a iluminação da pista e a criação de condições para que as acessibilidades que atenuam, essas sim, sobretudo a insularidade, sejam melhores.

A iluminação da pista criará condições para que menos cancelamentos existam nas viagens para as Flores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (*PS*): **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:**

As minhas primeiras palavras são para estar de acordo com o que foi dito. Aliás, em relação à iluminação da pista, eu já tive oportunidade, em Janeiro deste ano, se não me engano, de trazer aqui essa preocupação.

Relativamente à intervenção que o Sr. Deputado José Francisco nos trouxe — ouvi com toda a atenção e com a atenção que merecem todas as intervenções que aqui são produzidas e no caso vertente porque se tratava



de questões relacionadas com a Ilha das Flores — partilho de muitas das preocupações que foram levantadas, embora tenha uma perspectiva diferente do enquadramento dessas mesmas questões.

Este debate realiza-se num momento que eu considero de privilegiado. Relativamente àquilo que é passado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Partido Socialista também já tem passado.

O passado do PSD foi julgado em 1996.

O passado do PS foi julgado no ano 2000.

Relativamente àquilo que foi o passado do PS, temos coisas que não correram muito bem, temos obras cuja calendarização não foi possível cumprir, mas não deixaram de ser objectivos a concretizar. A generalidade dos objectivos constam nos documentos que estamos aqui a apreciar.

Porque tivemos circunstâncias extraordinárias na Região nos últimos 4 anos, particularmente na Ilha das Flores, o povo dos Açores, concretamente os florentinos, perceberam essa questão e, no momento próprio, fizeram o julgamento adequado no que se refere a essa matéria.

O Sr. Deputado trouxe algumas preocupações que são partilhadas pelo Partido Socialista, pelos socialistas das Flores e por mim próprio. Muitas delas fazem parte integrante do manifesto eleitoral que o PS apresentou em devido tempo.

Devo-lhe dizer que da parte do Partido Socialista estamos, nesta matéria, à vontade, porque em devido tempo apresentámo-nos perante os florentinos com um manifesto eleitoral que contemplava, nas áreas económicas e sociais, um conjunto de medidas que entendíamos que deviam ser implementadas nos próximos 4 anos.

Quando este debate terminar, todas essas propostas, todos esses compromissos eleitorais que o Partido Socialista assumiu relativamente à



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Ilha das Flores, estarão contemplados no Plano de Médio Prazo e estarão, obviamente, dotados das verbas necessárias para a sua concretização.

Presidente: Sr. Deputado, agradece que concluisse o seu raciocínio.

O Orador: Já concluo, Sr. Presidente, obrigado.

É claro que há questões que o Sr. Deputado levantou que não constam dos nossos documentos, mas em relação a isso eu respondo-lhe com as palavras da líder da sua bancada, Deputada Berta Cabral: este não é o plano do PSD!

Deputado José Francisco Fernandes (PSD): Perfeitamente!

O Orador: Não é o plano do PSD, porque não foi sufragado pela maioria dos açorianos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Permita-me só uma graça: o Sr. Deputado Paulo Valadão não vai gostar da sua intervenção acerca das Flores.

Deputado José Decq Mota (PCP): Vai gostar com certeza!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar um pequeníssimo contributo a este debate.

Em primeiro lugar, queria manifestar concordância, em geral, com os problemas que foram colocados pelo Sr. Deputado José Francisco Fernandes, em relação à Ilha das Flores.

No entanto, gostaria de ater-me a um aspecto levantado pelo Sr. Deputado Manuel Azevedo e tem a ver com a insularidade dentro da insularidade e com a postura que se tem que ter no sentido de atenuar, combater, diminuir essa situação.

Penso que falo, como Deputado do PCP, com alguma autoridade sobre isso, porque o PCP, através do Deputado Paulo Valadão, eleito pelas Flores em 88, soube assumir esse papel e assumiu-o valorizando as Flores e todas



as ilhas mais isoladas. Ele assumiu esse papel neste Parlamento durante muitos anos.

É necessário que o poder fique completamente conectado com este pensamento: é necessário não deixar para trás, é necessário não deixar que se repitam situações como o cabo de fibra óptica e tentar corrigir, quando possível. É necessário não deixar criar um tipo de desenvolvimento a duas velocidades.

As ilhas mais isoladas são ilhas dos Açores como as outras. As ilhas mais isoladas têm que ser bem defendidas e bem desenvolvidas como as outras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Um breve esclarecimento ao Sr. Deputado das Flores do PSD.

Gostaria de explicar-lhe que a ANA, através da Secretaria Regional de Economia e com o Governo Regional, tem previsto para as Flores em 2001, 157 mil contos.

Tem como objectivo a melhoria das condições de operacionalidade da área de movimento, a instalação de áreas de segurança de fim de pista, (17 mil contos), beneficiação da sinalização luminosa da pista (é exactamente isso que se pretende, a certificação — 40 mil contos), construção e melhoria de instalações e equipamentos técnicos de apoio, (socorros, quartel, viaturas, cabos de treino, equipamentos de protecção — 70 mil contos), outros sistemas de informação (2 mil contos), melhoria da segurança operacional, vedação da segurança (6 mil contos) e outros investimentos (22 mil contos). Portanto, são 157 mil contos que serão aplicados este ano no



aeroporto das Flores da responsabilidade da ANA que resolverão, na sua totalidade, os problemas que aqui anunciou acerca da iluminação desta pista.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não me vou referir em pormenor à elencagem que o Sr. Deputado José Francisco Fernandes fez em relação aos problemas da Ilha das Flores, porque já os referi há pouco na tribuna.

No entanto, ele refere um aspecto que eu queria chamar a atenção do Governo Regional, ou seja, o problema da fiscalização das obras. O Sr. Deputado referiu concretamente uma obra feita no porto das Poças em Santa Cruz.

Neste momento começaram as obras de ampliação da escola e está em fase terminal as obras de todas as escolas do 1º ciclo.

O apelo que fazia ao Governo vai no sentido de ser feita uma fiscalização séria das obras que se estão a realizar nas Flores, para que no futuro, nenhum deputado possa dizer aquilo que o Sr. Deputado do PSD disse em relação às obras, porque ao Governo compete fazer essa fiscalização, a fiscalização daquelas que acabaram de ser feitas e a fiscalização daquelas que irão ser feitas no futuro.

Deputado José Decq Mota (PCP): Muito bem!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Secretário Regional da Economia.



Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As propostas do Plano a Médio Prazo e do Plano para 2001 apresentadas a esta Assembleia, resultam necessariamente da experiência governativa do VII Governo Regional dos Açores, das propostas do Programa eleitoral do PS apresentadas ao eleitorado em 15 de Outubro de 2000 e por este sufragado maioritariamente e estão em consonância com o Programa do VIII Governo Regional aprovado por esta Assembleia.

São propostas coerentes que têm como base uma análise atenta da nossa realidade sócio-económica, claramente explanada nos capítulos I, II e III do Plano a Médio Prazo, e que, não criando qualquer hiato com o passado recente, vem dar corpo às mudanças estruturais que este Governo iniciou na anterior legislatura.

Mantém-se praticamente inalterável a composição do envelope financeiro dos diversos objectivos gerais do Plano a Médio Prazo, em relação ao executado na anterior legislatura, e as pequenas modificações percentuais existentes, resultam de novas conjunturas originadas ou por catástrofes naturais ou por novos condicionalismos que exigem respostas mais rápidas e eficientes da sociedade. É o caso das calamidades que felizmente assume, neste novo quadriénio, menor peso relativo, ou os casos da Ciência e Tecnologia e da Qualidade Ambiental que assumem, naturalmente nos dias de hoje, maior acuidade.

A dinamização do crescimento e a competitividade da economia regional têm neste Plano, novamente, um forte crescimento e ocupam naturalmente o 1º lugar dentro dos objectivos gerais definidos para o Plano a Médio Prazo.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

No que diz respeito aos níveis de eficiência dos equipamentos e das infraestruturas de desenvolvimento previstos para o próximo quadriénio, estão inscritos cerca de 51 milhões de contos o que, em conjunto com o capítulo anterior, perfazem cerca de 113 milhões de contos, ou seja, mais de 50% do Plano a Médio Prazo.

Dentro do objectivo geral de dinamizar o crescimento e a competitividade da Economia Regional, os Sistemas de Incentivos apresentam um crescimento de cerca de 88% em relação ao quadriénio anterior, ocupando mesmo o 1º lugar no conjunto de Programas adstritos a este objectivo geral. Pretendesse, desta forma, dar um grande impulso a actividade privada, designadamente ao desenvolvimento do turismo. Isto mostra a nova fase por que passa a nossa economia e mostra também quão distante vão os tempos em que as verbas adstritas aos incentivos na área do turismo, aprovadas por esta Assembleia nos sucessivos Planos anuais, não eram despendidas por falta de candidaturas dos privados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De 1996 a 2000 tivemos como principal objectivo reequilibrar as Finanças Regionais, restaurar a confiança dos investidores no Estado, melhorar as acessibilidades, baixar os custos com os factores ligados à produção de bens e serviços na Região, enfim revitalizar o tecido produtivo, aumentar o emprego e dar os primeiros passos para que o turismo, que viveu um estado de latência durante muitos anos, sofresse um enérgico impulso.

Certa oposição disse que a recuperação económica, entretanto verificada, era conjuntural, que o aumento da construção civil se devia somente às calamidades, que os nossos Planos anuais — já que nunca nos permitiram aprovar o Plano a Médio Prazo — eram de ferro e betão, e depois, quando



era inegável o crescimento económico e que por todo o lado surgiam novos empreendimentos, mudavam de opinião, já admitiam que tinha havido recuperação económica, mas que já estávamos em derrapagem, que a recessão já se adivinhava ou que a "Economia açoriana estava já em desaceleração".

Tudo o que corria mal no continente ou no mundo era transposto para os Açores de uma forma simplista, sempre agoirando o mal ou prevendo o pior quais "velhos do Restelo" parados no tempo, não se apercebendo que a nova realidade os ia sucessivamente ultrapassando.

Acreditem que a Região Autónoma dos Açores tem futuro e que este Governo Regional tem crédito assente em obra feita. Os próximos 4 anos serão anos sem dúvida de muito trabalho, de muito investimento público e privado, mas também de forte crescimento económico.

Hoje, é indubitável em todos os sectores que há uma nova confiança dos empresários no futuro dos Açores. As instituições financeiras descrevem de uma forma simples a realidade da nossa economia. O crédito concedido a Habitação passou, de 96, de 51 milhões de contos para 143 milhões de contos em 2000. Os depósitos nas Instituições financeiras na Região, passaram de 254 milhões de contos, em 96, para 356 milhões de contos em 2000. Há, pois, na Região Autónoma dos Açores mais poupança, mais investimento e mais emprego.

Em 2000 o crédito a particulares per capita nos Açores era de apenas 64% da média nacional. Como se pode ver o actual "boom" da construção civil pouco tem a ver com reconstrução do sismo ou com as calamidades.

Mas se olharmos para outros sectores da nossa economia, o mesmo se verifica. Os anos de 98, 99 e 2000 demonstraram um forte crescimento do comércio por grosso e a retalho. A título de exemplo mencione-se o



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

número de carros vendidos, em 96, que foi de 3.178 contra os 6.034 vendidos em 2000, com um aumento das vendas de automóveis comerciais na ordem dos 84%.

O número de empresas dos Açores a receber, a nível nacional, os prémios de excelência atribuídos pelo IAPMEI, Caixa Geral de Depósitos e Banco Ultramarino, duplicou de 98 para 99 e voltou a duplicar de 99 para 2000.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mas se há sector de actividade económica que maior ritmo de crescimento apresenta, é sem dúvida o turismo. A baixa das tarifas aéreas, o aparecimento de voos directos com os principais mercados emissores, nomeadamente Frankfurt, Estocolmo, Paris, Lille, Boston e Toronto, uma forte aposta na promoção dos Açores no exterior, um significativo aumento de dormidas a partir de 97 e um decisivo apoio ao investimento privado, foram, entre outros, os principais factores que originaram a formação de expectativas positivas em relação ao desenvolvimento desta actividade nos Açores.

Com efeito, a confiança dos empresários no futuro desta actividade é facilmente demonstrada pelas múltiplas iniciativas que estão a ocorrer por todas as ilhas dos Açores, tanto na área da oferta hoteleira, da restauração, da animação e da promoção turística.

Encontram-se neste momento em construção mais de 1800 novas camas nos Açores. Até ao final do ano e apesar de alguns empreendimentos ficarem já concluídos neste verão, perspectivam-se cerca de 2.100 camas em construção.

Nos próximos 4 anos a duplicação da nossa oferta hoteleira será uma realidade. Crescer a um ritmo próximo dos 25% ao ano, é um enorme



desafio para todos nós. Não há sector da nossa actividade económica que apresente um ritmo de crescimento tão elevado e que tenha tão elevado potencial de desenvolvimento. Em termos proporcionais, somos mesmo a Região do País que mais tem crescido nestes últimos anos e seremos certamente nos próximos anos a Região que mais irá crescer.

Se é bom saber que esta actividade está a aumentar a este ritmo, também é muito importante reconhecer a enorme responsabilidade que todos temos na criação das condições para que este crescimento se faça de uma forma sustentada.

As previsões para o ano 2004 são de duplicação do número de camas actuais, de ultrapassarmos 1 milhão e trezentas mil dormidas e de atingirmos um volume de receitas directas da hotelaria próximo dos 12 milhões de contos e de cerca de 13 milhões de contos em actividades conexas.

Em 2000 o mercado português correspondeu apenas a cerca de 2/3 do total de dormidas, logo seguido do mercado escandinavo e do alemão. Os Países Escandinavos, a Alemanha, os Estados Unidos, o Reino Unido e a França foram responsáveis, em 2000, por cerca de 25% das dormidas. Cremos que este ano o mercado estrangeiro corresponderá já a cerca de 40% do total das dormidas e em 2004 poderá vir a ser claramente maioritário.

Os voos "charter" ocuparão cada vez mais um lugar de destaque no desenvolvimento do Turismo dos Açores. O circuito açoriano começará a ser progressivamente substituído por ligações directas aos diferentes "gateways" à medida que forem sendo criadas, nas respectivas ilhas, as condições indispensáveis para receber este aumento de fluxo turístico, nomeadamente no que diz respeito à oferta hoteleira.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O aumento da concorrência que irá ser uma realidade nos próximos tempos pode e deve ser acompanhado pelo reforço da cooperação entre os empresários e pelo estabelecimento de parcerias, quer seja a nível regional, nacional ou internacional.

Desejámos para os Açores um turismo de qualidade, ligado às nossas potencialidades naturais, à imagem de uma natureza intacta que nos diferencia e que pretendemos preservar. Queremos nos Açores competitividade dos serviços que prestamos que só pode ser conseguida com inovação, espírito criativo e aumento da produtividade.

A Direcção Regional do Turismo adjudicou recentemente o Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores e, em conjugação com a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, o Plano Estratégico de Marketing. Serão dois instrumentos orientadores e disciplinadores desta actividade e irão certamente rever muito dos conceitos do Plano Director do Turismo dos Açores que ao longo dos últimos 6 anos se foi progressivamente desactualizando.

Como é do vosso conhecimento, a comissão que irá propor ao Governo Regional os estatutos e regulamentos da futura Escola de Hotelaria e Turismo dos Açores, está já em pleno funcionamento. Estamos convictos que ainda este ano poderemos dar um passo muito importante na criação desta infra-estrutura, que é fundamental para a qualificação dos recursos humanos dedicados ao turismo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria agora, de uma forma sumária, descrever as principais medidas e acções dos diversos Programas que estão adstritos à Secretaria Regional da Economia e que fazem parte do Plano a Médio Prazo.



No que diz respeito ao Programa 7, referente ao Desenvolvimento do Turismo, assume capital importância a Medida 7.1 dedicada à Promoção Turística.

O desafio dos próximos anos será dar resposta ao grande aumento da oferta hoteleira que se irá fazer sentir nos próximos anos. Assim, as campanhas publicitárias, as participações em feiras e as educacionais são, sumariamente, as principais acções desta Medida.

Merecem também realce alguns investimentos estratégicos como sejam o Centro Cultural e de Congressos em Ponta Delgada e o Reordenamento da Baía de Angra do Heroísmo. Refira-se a este propósito que a Junta Autónoma do Porto de Angra do Heroísmo irá investir, no Plano Integrado da Baía de Angra, cerca de 1 milhão 645 mil contos. Por outro lado, o Centro Cultural e de Congressos será candidatado ao Programa Operacional de Economia, através do SIVETUR, e ao SIDER e envolverá um investimento da ordem de 1 milhão de contos. Também estamos a trabalhar com a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores e com outros parceiros privados para construirmos nesta legislatura o Pavilhão de Exposições nas antigas instalações do Hospital de Ponta Delgada. Trata-se de um projecto ambicioso que envolve várias vertentes e cuja configuração financeira e arquitectónica ainda não está decidida.

Nos Programas 8 e 9 dedicados ao desenvolvimento industrial e ao desenvolvimento do comércio e exportação merecem realce a dinamização do Sistema Tecnológico, o apoio a projectos de deslocalização de unidades empresariais, o apoio à qualidade, ao artesanato e à promoção de produtos regionais no exterior.

No Programa 10 estão descritos os sistemas de incentivos de apoio à iniciativa privada. Os novos sistemas de incentivos recentemente aprovados



privilegiam a qualificação profissional, a certificação de sistemas de garantia de qualidade, de acordo com as normas previstas no Sistema Português de Qualidade, a mais valia ambiental através do registo no sistema de Eco-Gestão e Auditorias ou através da adesão ao Sistema Comunitário de atribuição de Rótulo Ecológico.

Pretende-se incentivar e apoiar a iniciativa privada com vista à modernização da economia regional, apoiar as iniciativas inovadoras que assumam carácter estratégico e promover o aumento e a modernização da oferta hoteleira e do alojamento turístico em espaço rural.

Se somarmos os cerca de 16 milhões de contos inscritos no Plano a Médio Prazo com os cerca de 16 milhões de contos do Programa Operacional de Economia adstritos a Região Autónoma dos Açores para os próximos 4 anos, podemos ver o enorme desafio que tal representa para a iniciativa privada. Nunca se disponibilizaram tantos recursos financeiros à iniciativa privada como se propõe agora. Em momento algum do passado houve um Plano a Médio Prazo tão ambicioso no que diz respeito ao estímulo da iniciativa privada. Desafio aqui qualquer deputado a provar o contrário.

No Programa 13, dedicado aos transportes marítimos, descrevem-se medidas e acções fundamentais para a reabilitação de infraestruturas portuárias, com especial destaque para o porto de São Roque do Pico, Porto da Calheta, em São Jorge, para a construção de gares marítimas e de núcleos de recreio náutico e de pesca, para o reequipamento dos portos e para o apoio às embarcações de passageiros. Se adicionarmos as verbas adstritas a este Programa às verbas incluídas nas Juntas Autónomas para a aquisição de equipamentos portuários ou para investimentos em infraestruturas portuárias, de recreio náutico e de pescas, poderemos ver



melhor o enorme esforço financeiro que estará envolvido nos próximos 4 anos.

No Programa 14 dedicado as infraestruturas e equipamentos portuários refira-se a ampliação do aeroporto do Pico, a remodelação das aerogares e a cobertura dos custos com as obrigações de serviço público do transporte aéreo inter-ilhas.

No Programa 15, referente à consolidação e modernização do sector energético, avulta a acção ligada à Agência Regional de Energia, projecto aprovado no âmbito do SAVE II, conjuntamente com as Canárias, que pretende dar um impulso novo a toda a problemática das energias renováveis e da utilização eficiente da energia.

No próximo quadriénio haverá uma aposta decisiva na produção geotérmica na Ilha Terceira e far-se-ão estudos de viabilidade da introdução desta tecnologia nas ilhas do triângulo. Serão também renovados e modernizados os parques eólicos e as centrais hídricas de forma a tornar o nosso desenvolvimento menos dependente do preço do barril do petróleo ou da flutuação do euro face ao dólar. É com o objectivo de sermos cada vez mais independentes em relação à energia fóssil que deve ser entendido o recente aumento de 10\$00 feito pelo Fundo Regional de Abastecimento ao Fuel óleo adquirido pela EDA.

Não fazia sentido manter a esta empresa um preço de aquisição deste combustível, três vezes menor que o custo real do mercado, desincentivando desta forma a produção nos Açores de energias renováveis. Hoje, a produção geotérmica do maciço da Lagoa do Fogo corresponde já a 40% das necessidades energéticas da Ilha de São Miguel e competitiva em relação à produção térmica da central do Caldeirão. Por outro lado, existem ainda em certas ilhas, como sejam as Flores, São Jorge,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

São Miguel e Santa Maria, potenciais importantes na área das mini-hídricas ou dos parques eólicos que urge aproveitar. A EDA tem instruções claras de prosseguir esta política de independência energética, respeitadora do meio ambiente e consentânea com a promoção da imagem turística de uma natureza intacta que pretendemos para os Açores.

No Programa 33 surge ainda uma acção dedicada ao apoio aos comerciantes afectados pelo sismo. Durante os próximos meses construir-se-á no centro da cidade da Horta uma zona comercial necessariamente provisória de forma a minimizar os prejuízos dos comerciantes provenientes da reconstrução das suas instalações.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados,
Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com a aprovação do Plano a Médio Prazo e do Plano de 2001 dá-se início a uma nova etapa na nossa vida económica. Este Governo já demonstrou que tem uma política coerente, que aproveita o legado do passado naquilo que ele tem de bom, mas que não perde tempo em traçar rumos novos, quer seja na área dos incentivos, quer seja na área das políticas relativas aos transportes ou ao turismo.

Acreditamos que este Plano encerra um conjunto muito vasto de Programas e de Medidas que promoverão o desenvolvimento sustentado dos Açores. Acreditamos que durante os próximos 4 anos haverá com certeza acertos a fazer, fruto de novas condicionantes macro-económicas. Estamos certos porém de que, com estes instrumentos, ficam definidas as linhas orientadoras do nosso desenvolvimento rumo ao progresso, à convergência com a União Europeia e à construção nos Açores de uma sociedade mais solidária e mais justa.

Tenho dito.



(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário da Economia:

A minha primeira apreciação para a sua intervenção e também para aquilo que já foi dito aqui pelo Sr. Secretário das Finanças e que consta dos documentos do Plano e Orçamento e do Plano a Médio Prazo, vai para a falacidade dos indicadores económicos com que estamos a trabalhar.

O número que é apresentado para o crescimento do PIB, tecnicamente não tem sustentação. É um número político que se utiliza para depois se fazer as contas...

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): É do EUROSTAT!

O Orador: Estou falando das projecções que tem para o futuro.

Como estava a dizer, são números políticos, não têm sustentação técnica e são apenas utilizados para o Governo justificar o seu discurso de que caminha para a convergência.

A segunda crítica, Sr. Secretário, tem a ver não só com a sua intervenção, mas também com os documentos, isto é, tem a ver com a distância que vai entre os objectivos estratégicos definidos, quer seja nos documentos que estamos a apreciar, quer seja na sua intervenção, e a sua tradução em termos de rubricas orçamentais.

Concordo que se fez uma melhoria a este nível, comparando com a última proposta de plano apresentada há 4 anos, no sentido de não considerar o turismo como um sector complementar, considerando-o em toda a área



económica que vai desde a agricultura às pescas e passando também pelo turismo.

Mas depois de todas essas considerações e premissas, não há a tal tradução prática em termos de verbas para que se possa avançar no sentido da tal auto-sustentação da economia açoriana.

Por outro lado, Sr. Secretário, fez aqui um conjunto de promessas que também constam dos documentos e que nos deixam de pé atrás, porque algumas delas também já as ouvimos há 4 anos. É o caso do Centro de Congressos do Pavilhão de Exposições, do Campo de Golfe do Faial . Todos esses projectos foram referidos por si há 4 anos.

Também há 4 anos, o Sr. Secretário disse que iríamos assistir a um crescimento espantoso do número de camas na Região Autónoma dos Açores. Hoje, voltou a repeti-lo.

Gostaria de concluir esta intervenção, uma vez que não tenho muito tempo, dizendo, em relação ao sistema de incentivos, o seguinte:

Refere que há um grande crescimento dos sistemas de incentivos. De facto, esta argumentação é criticada também pela Câmara de Comércio. Não é bem assim, Sr. Secretário.

No último plano proposto por Vs. Exas. haviam 9,7 milhões de contos propostos para o turismo e para os outros sistemas de incentivos do comércio e da indústria.

Agora, temos 16 milhões.

O Sr. Secretário faça a conta: tire desses 16 milhões mais de 3 para pagar o que vem detrás (são responsabilidades de 96 a 2000), some esses 3 aos 9,7 e vai ver que não cresce nada. Aliás, a preços constantes, até decresce, Sr. Secretário.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!



Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Duarte Freitas:

Eu não falei no PIB, falei de outros indicadores e esses o senhor não os contestou.

Em relação ao número de camas que estão em construção, eu nomeio todas:

Hotel 5, Santa Maria — 200 camas

Holiday Inn, São Miguel — 300 camas

Seminário — 350 camas

Grupo Pavão — 200 camas

Hotel Mar — 80 camas

Hotel dos Clérigos — 70 camas

Hotel do Colégio — 100 camas

Talismã — 50 camas

Hotel Camões — 50 camas

Hotel Quinta do Caracol — 200 camas.

E por aí fora. Eu posso nomear todos. São mais de 1800 camas, não falando em projectos...

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Não são projecções!

O Orador: Eu não estou a falar aqui em projecções. Estou falando em obra que está a decorrer neste momento.

Grande parte destes projectos vão ficar concluídos em Junho ou Julho, uma vez que todos os empresários sabem que a época alta começa em Junho.

Garanto-lhe uma coisa: no final deste ano, apesar de 500 ou 600 camas já estarem prontas nessa altura, haverão mais 2.100 camas em construção, isto só para ver o que é que está em causa neste momento.



O crescimento do turismo nos próximos anos vai ser de tal ordem que se vai construir mais em 4 anos do que os senhores construíram em 20 anos.

Deputado Duarte Freitas (PSD): O senhor já disse isso há 4 anos!

Deputada Berta Cabral (PSD): Quem é que constrói, é o Governo?

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): Os empresários confiam em nós!

O Orador: Os empresários acreditam e têm confiança neste Governo. Eles sabem que há estabilidade e que este Governo vai transformar este sector num dos principais sectores de desenvolvimento desta terra.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Idade Média!

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (PSD): Idade Média e Idade Moderna!

O Orador: Quanto aos incentivos, fique o Sr. Deputado claramente esclarecido que nós temos que pagar e vamos pagar, até ao final de Junho, 1 milhão e meio de contos que abrange todos os projectos que tiveram uma factura anterior a 19 de Novembro de 99. Já passámos cerca de 700 mil contos que já estão em pagamento.

(Apartes inaudíveis entre o Secretário Regional da Habitação e Equipamentos e o Deputado Joaquim Machado)

O Orador: Sr. Deputado, agradecia que me deixasse falar.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O Sr. Secretário que está ao seu lado é que o está a incomodar e ainda por cima inadvertidamente.

O Orador: Eu gostaria de explicar os sistemas de incentivos e de uma forma clara para todos, porque isto é fundamental para os empresários e para que não fique nenhuma réstia de dúvida.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Nós temos 1 milhão e meio de contos que têm que ser pagos até 30 de Junho e estão a ser pagos.

Qualquer empresário que tenha uma factura anterior a 19 de Novembro tem que ser paga, porque entra no II Quadro Comunitário de Apoio. Resta-me pagar os que entraram depois de 99, ou seja, em Janeiro de 2000, porque uns ainda estão em construção, outros não apresentaram facturas.

O que o senhor está a referir é que eu vou pagar em 2000 ou em 2001 o que fizeram em 2000 e será assim em 2004, porque em 2005 eu vou pagar o que se fez em 2004.

As facturas têm que ser vistoriadas e depois é que têm que ser pagas. As pessoas têm que acabar primeiro os projectos, eles têm que ser executados e vistoriados fisicamente, para depois serem pagos. Vai ser sempre assim.

Os 3 milhões de contos que o senhor está a tirar de 2001, vai também tirar de 2004. A roda fica sempre no mesmo lugar.

O que temos que ver é que são 16 milhões de contos, contra 8,9 milhões de contos. É um investimento muito grande se adicionarmos ainda o Programa Operacional de Economia, que tem 27, 4 milhões de contos, que divididos por 7 anos dá 4 milhões de contos por ano. Nos próximos 4 anos podemos dizer que os empresários desta Região vão ter à sua disposição 32 milhões de contos de incentivos.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Ana Paula Marques.

Deputada Ana Paula Marques (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Duarte Freitas:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

De facto, em 1996, — e a história é sempre importante por mais que digam que não — a Região possuía 3627 camas e a ocupação era de 163 mil hóspedes.

Em 2000, 4 anos depois, a capacidade de alojamento é de 4331 camas e 214 mil hóspedes.

A nossa previsão em 2005 será para 160 unidades com 9367 camas.

Eu não sou economista, mas o senhor é. Por favor, faça a conta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário da Economia:

O Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura pelos vistos não é empreiteiro, mas o da Economia é.

O Sr. Secretário da Economia, há alguns anos, quando se perspectivava a liberalização dos transportes, dizia que ia ser fantástico, que iam baixar os preços, assumindo quase uma vitória política por isso mesmo. Agora que os preços subiram, já são superiores a 98, já não é nada com ele, isto é, quando há algo de bom, o Governo tenta apropriar-se do mérito político, mesmo que não tenha nada a ver com isso, tendo sim a ver com os privados.

Deputado José San-Bento (PS): A gente ainda não descobriu petróleo nos Açores. Os senhores já descobriram?

O Orador: Quando as coisas não correm tão bem, já não tem nada a ver com este Governo, tem a ver com tudo o resto, menos com o executivo do Partido Socialista.

Eu vou ler-lhe, Sr. Secretário, o que disse no dia 22 de Maio de 1997.

“Podemos afirmar com elevado grau de certeza, que no final do quadriénio teremos um grande aumento da nossa capacidade hoteleira correspondente



ao investimento na ordem global dos 15 a 20 milhões de contos.” E continuava por aí abaixo.

Em relação aos incentivos nacionais, dizia que tinha um plafond de 30 milhões de contos. Agora diz que tem de 26. Como é que nós vamos acreditar nisto, Sr. Secretário?

Em relação aos sistemas de incentivos, nós já tivemos aqui várias vezes essa discussão. O senhor tem que reconhecer que as coisas correram mal, porque o senhor nunca quis sanear os sistemas de incentivos.

O senhor tem que perceber o que diz aqui. Em Fevereiro, disse que as Câmaras de Comércio e os empresários estavam calados e que não protestavam relativamente aos atrasos que haviam nos sistemas de incentivos.

O senhor é capaz de dizer o mesmo em relação à opinião dos empresários no que se refere a este plano e ao que o senhor disse nesta tribuna?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Duarte Freitas:

De facto, esperava mais do Sr. Deputado.

No que se refere aos incentivos eu disse-lhe tudo e o senhor não respondeu nada. Não houve qualquer réplica da sua parte.

Os sistemas de incentivos estão a decorrer bem. Nós temos ido a todas as reuniões com a Câmara de Comércio e não têm havido protestos.

O SIRAPA está em dia. Os sistemas de incentivos na área do turismo estão com um ou dois meses de atraso, mas estão praticamente em dia.

Já foram enviados 500 mil contos para a área dos SIRALA's e, como lhe disse, até ao final de Junho, todos os projectos que tiveram início um pouco



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

antes do dia 19 de Novembro de 99, mesmo os que ainda continuam, serão totalmente pagos.

Esta é uma razão imperiosa. Nós temos que incluir no II Quadro Comunitário de Apoio e todos eles têm que ser pagos.

Quanto aos sistemas de incentivos, o processo está esclarecido, vai haver um grande aumento. O Programa Operacional de Economia, pela primeira vez tem um valor adstrito à Região Autónoma dos Açores de 27,4 milhões de contos, ou seja, a Região vai poder apreciar e avaliar os projectos regionalmente e enviá-los para pagamento a nível nacional.

Se juntarmos os 16 milhões de contos com os 16 milhões de contos que estão aqui inscritos no Plano, dá 32 milhões de contos de incentivos e é por isso que os empresários têm confiança neste Governo, apostam e já estão a apostar mesmo não estando ainda abertos os sistemas de incentivos, tal é a confiança e o optimismo que reina no tecido empresarial. Esta é uma verdade indesmentível.

Quanto aos pareceres dos parceiros sociais, é evidente que a Câmara de Comércio pretende ter mais verbas para si e diz que as verbas atribuídas à ciência e tecnologia são de mais, mas se olhar para a Universidade dos Açores diz que as verbas atribuídas à Ciência e Tecnologia são poucas e querem mais. Se olhar para a Associação dos Agricultores, eles vão dizer que as verbas adstritas ao sector económico, aos serviços e aos incentivos são de mais.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E à SATA!

O Orador: É provável que assim seja.

Nós, Governo Regional, queremos mais verbas do Continente, o Governo da República quer mais verbas de Bruxelas. A vida é assim.



Nós não vivemos num país soviético em que o Governo faz e a tudo obedece. Nós gostamos de ouvir a diversidade de opiniões, conseguimos governar em minoria e com diálogo e agora vamos governar com maioria e com diálogo.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Duarte Freitas referiu-se aos transportes que baixaram, mas que depois subiram. Quando baixaram foi vitória, quando subiram foi uma derrota.

Eu gostava de lhe lembrar que em 95 um contentor normal “box”, do Continente para os Açores, pagava em Ponta Delgada 240 mil escudos e nas ilhas o Grupo Central, 260 mil e 500 escudos. Aqui, pelo meio, os senhores criaram uma TRP que em Ponta Delgada era de 3.500, mas nas outras ilhas, provavelmente por serem mais ricas, era de 24 mil escudos.

Hoje, 6 anos depois, de 95 até agora, o mesmo contentor normal “box”, do Continente para os Açores e, neste caso, refiro concretamente o exemplo de São Miguel, paga 238 mil e 500 escudos. Claro que isto são preços de tabelas, elas estão publicadas.

Evidentemente, o mercado não funciona com estes valores, funciona muito abaixo destes valores, porque tem regras próprias em função dos volumes transportados, como é óbvio e acontece em todo o lado.



Em 95, era de 240 mil a preços de tabela. Neste momento, são 238 mil e 500. Seis anos depois, são menos 1500 escudos.

Se os senhores achavam bem em 95, o que é que acham agora?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sinceramente, fazemos um esforço para acompanhar, para compreender, mas há coisas que ultrapassam a compreensão, pelo menos do comum dos mortais.

Neste momento, eu não posso deixar de questionar o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Nestes 4 anos, na Região, tivemos uma política de turismo conjugada com uma política de transportes marítimos, transportes aéreos que conduziu ao seguinte (quanto ao alojamento, a Sra. Deputada Ana Paula Marques já mencionou):

— Turistas entrados na Região:

Em 97, o total foi de 416 mil 746;

Em 2000, 613 mil 485;

— Turistas nacionais:

290 mil 714, em 97;

458 mil 935, em 2000.

- Política de transportes, SATA Internacional e influência directa:

a) Turistas provenientes da Alemanha

30 mil 341, em 97;

43 mil 165, em 2000.

b) Turistas provenientes dos países Nórdicos (Escandinávia)

12 mil 160, em 97;



58 mil 732, em 2000.

Sr. Deputado, eu estou habituado à maldicência ou a encontrar tudo mal ou não encontrar nada bem feito ao longo do mandato do Partido Socialista, mas, sinceramente, eu gostava que perante estes resultados (porque estamos a falar de resultados de uma política) me explicasse que argumentos é que encontra para pôr em causa a política.

Deputado José San-Bento (PS): É o bota abaixo!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Não queria entrar neste despique onde por vezes há tendência para o debate cair, perdendo um bocado o sentido, mas este debate serve para colocar questões maiores, outras mais pequenas referentes às várias áreas.

Permita-me que ponha em primeiro lugar uma preocupação maior.

É evidente que o Sr. Secretário quando refere o número de camas em construção, está a falar da construção de obra, de muitas coisas objectivas e concretas, muitas delas em curso.

Os projectos que se conhecem estão adiantados. Há uma probabilidade muito grande de haver no quadriénio um aumento substancial do número de camas.

O esclarecimento que gostava de ouvir do Sr. Secretário, se fizesse o favor, vai no sentido de saber em relação a este “modelo de turismo” qual o tipo de oferta que — de algum modo é súbita — pode gerar?

Qual a previsão que a Secretaria tem sobre a ligação inicialmente da oferta e o tipo de turismo que vamos ter face às nossas próprias condições?

Uma questão mais pequena, mas julgo que não menos importante.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Em funções que desempenhei, tive a oportunidade de ser o receptáculo de um despacho de V. Exa., Sr. Secretário da Economia, relativamente à ampliação das instalações do Clube Naval da Horta.

Esse despacho, se não me falha a memória, de Novembro ou Dezembro de 1997 ou começos de 98, determinava que essas obras de ampliação das instalações do Clube Naval, seriam realizadas aquando da 2ª fase das obras da bacia sul da Marina.

É evidente que sendo possível essas obras serem feitas e promovidas pela Junta Autónoma — portanto não têm que constar desta programação — eu gostava de perguntar ao Sr. Secretário, objectivamente, se esta previsão é verdadeira? Está na intenção do Governo a realização dessa obra no quadriénio através de uma promoção feita pela Junta Autónoma.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu respondo com muito gosto às questões colocadas pelo Sr. Deputado Decq Mota e começaria pelo fim, porque o fim dá um pouco a ideia e o tom do que é que pretendemos para a Região Autónoma dos Açores e o que é que pretendemos para o turismo dos Açores.

Esse despacho que eu fiz e que o Sr. Deputado teve conhecimento noutras funções, é para prosseguir, ou seja, a 2ª fase da Marina da Horta, vai ter em consideração aquele despacho e a Junta Autónoma da Horta tem instruções



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

claras para que esta situação do Clube Nabal da Horta, seja tida em consideração.

Nós temos que ter muita atenção em relação àquilo que temos de bom e de bonito nas nossas ilhas.

A tal imagem da natureza intacta que nós estamos a promover da Região Autónoma dos Açores, tem que estar conciliada com o respeito directo pelo nosso património adquirido e construído.

Temos que ter um cuidado extremo na qualidade daquilo que vamos fazer no futuro, para que esta Região seja um destino de qualidade.

Dentro de alguns dias, nos dias 19, 20 e 21 de Abril, vamos promover na Ilha de São Jorge, a 1ª Bienal do Turismo Rural Atlântico. Vamos trazer especialistas na área, da Irlanda, da França, do Continente, da Madeira, das Canárias para discutirmos estes vários temas, o turismo da natureza, o património arquitectónico, ou seja, o cuidado que temos que ter com o nosso ambiente para promover um turismo de qualidade que tem que ter também em atenção as pequenas ilhas e sua promoção. Esse é o nosso cuidado e o nosso objectivo, mas como não somos especialistas, já adjudicámos o Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores, feito há pouco tempo, no valor de 46 mil contos e vamos discuti-lo publicamente para que aquilo que os especialistas vão dizer seja consensualizado com os diversos parceiros sociais.

O turismo e o seu desenvolvimento nesta Região não é obra do Governo, será complementado pelo Governo, mas é sobretudo a obra de privados e os privados vão ter também um Governo e vão escolher o futuro que pretendem para os Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.



Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário da Economia:

Muito rapidamente, porque o tempo da nossa bancada é quase nulo, para dizer que esta bancada não faz apenas críticas, respondendo desde já àquilo que o Sr. Deputado Herberto Rosa disse e esclarecer perante todos.

Aliás, comecei por dizer que concordávamos com a agregação do turismo, naquilo que é chamado de dinamização da actividade económica.

Em segundo lugar, para dizer que também sou capaz de subscrever tudo aquilo que o Sr. Secretário disse agora, porque o seu discurso feito agora, foi bem diferente do seu discurso da tribuna.

Em termos da definição das grandes estratégicas para o turismo, penso que são passíveis e de concordância generalizada. Em relação ao que disse agora aí, de que o desenvolvimento do turismo se faz essencialmente pelos privados, e com isso também concordamos, não foi o mesmo que o Sr. Secretário disse ali.

Se são esses privados que têm essa importância, embora o Governo tenha na definição de linha estratégica essa importância, relembro de novo quais são as críticas desses privados que se agregam na Câmara de Comércio e Indústria dos Açores. Eles são os primeiros a dizer que concordando com as linhas de definição estratégica, discordam da afectação de verbas. Quanto a isso o senhor não pode negar. Também não pode dizer que nós só fazemos críticas, e não pode negar que a Câmara de Comércio e os empresários estão não só preocupados com a questão dos atrasos dos incentivos, mas preocupados com as dotações orçamentais que foram previstas nestes planos para os sectores económicos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Secretário Regional da Economia.



Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu queria prestar uma explicação simples e clara.

Se olhar para os programas da Secretaria Regional de Economia, vai verificar que o Programa que cresce mais, é sem dúvida o do sistema de incentivos. Todos os outros, alguns deles, diminuem.

O mais importante para mim foi dar aos privados em vez de influenciar o futuro. Isso é a nossa visão e está claro no Programa.

Eu já disse, repeti e volto a repetir, que todos os parceiros sociais gostariam de ter mais dinheiro, tal como nós, no Plano.

As críticas são simples: o que um quer o outro não quer. Um quer tirar dinheiro à ciência e tecnologia, o outro quer mais dinheiro. É natural que assim seja, por isso é que há um Governo, por isso é que há uma Assembleia Legislativa Regional composta por membros eleitos pelo povo que vão corrigir o que o Governo Regional apresenta nesta Assembleia.

Presidente: Para esclarecimentos tem ainda a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (*PS*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas uma referência muito breve naquilo que me parece ser uma constatação que eu não posso deixar passar em claro e tem a ver com a última intervenção do Sr. Deputados Duarte Freitas.

Gostava de dizer que, pessoalmente, apoio a declaração do Sr. Secretário de Economia. Não vejo nenhuma incoerência entre aquilo que ele disse na tribuna e aquilo que disse agora na bancada.



No entanto, pareceu-me, Sr. Deputado Duarte Freitas, que os senhores acusaram a história do “bota abaixo” e agora fez aqui um “triplo salto mortal para trás, com aterragem em parafuso sem rede”.

Era apenas isso.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Vou usar da palavra para prestar alguns esclarecimentos, porque penso que cada um dos programas está a ser visto como compartimentos estanques e não se trata disso. Temos aqui uma estratégia definida. Há claramente uma aposta no turismo, na qualidade ambiental e na ciência e tecnologia.

Os sistemas de incentivos têm aqui um papel fundamental nestes 4 pontos. Temos Ciência e Tecnologia, Qualidade Ambiental, Turismo e Sistemas de Incentivos que são elementos associados, não os podemos dissociar e ver como compartimentos estanques.

A aposta na Ciência e Tecnologia, obviamente vai ter repercussões em toda a actividade económica, necessariamente no comércio, na indústria, na energia, todas estas actividades vão ser afectadas positivamente pela aposta na ciência e tecnologia e na qualidade ambiental.

Era apenas esta reflexão que eu queria deixar no momento.

Obrigada.

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos dar por terminados os nossos trabalhos, não sem antes divulgarmos os tempos disponíveis relativamente ao Governo e aos diversos grupos parlamentares.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Secretário: O Partido Socialista gastou 206 minutos. Tem disponível 94 minutos.

O Partido Social Democrata gastou 182 minutos. Tem disponível 28 minutos.

O Partido Popular gastou 54 minutos. Dispõe de 6 minutos.

O Partido Comunista Português gastou 47 minutos. Tem disponível 13 minutos.

O Governo gastou 192 minutos. Tem disponível 108 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, terminam aqui os nossos trabalhos.

Voltamos amanhã às 10 horas.

Boa noite.

(Eram 20 horas e 10 minutos)

Diário da Sessão n.º 018 de 06/04/01

Vamos dar continuidade ao debate das Propostas do PMP, Plano e Orçamento.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Óscar Rocha.

Deputado Óscar Rocha (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Ao discutir-se nesta Assembleia as Propostas do Plano e Orçamento para 2001 e o Plano a Médio Prazo 2001 - 2004, documentos por demais importantes no que diz respeito à gestão dos destinos da Região nos tempos mais próximos, iremos contribuir para o desenvolvimento e bem estar das nossas populações. Se a este bem-estar juntarmos SEGURANÇA poderemos depreender que estamos a falar de PROTECÇÃO CIVIL.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Protecção Civil é, e disso ninguém tenha dúvidas, uma tarefa de todos para com todos e não só daqueles que arriscam as suas vidas em prol de outras vidas.

Assim sendo, e, porque deste debate também irão sair as dotações orçamentais para as várias áreas de intervenção da Protecção Civil cabe-nos a nós contribuir desde logo, e acima de tudo, por sermos legítimos representantes do Povo, com o nosso melhor empenho, para que, se necessário, e esperemos que não o seja ao menos muito, a Protecção Civil esteja e seja capaz de responder e corresponder às exigências das populações, que quando dela necessitam não esperam que esta falhe principalmente em situações aflitivas como normalmente acontece quando é chamada a intervir.

): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Protecção Civil é uma tarefa de todos nós e em cada um deve começar. Mas por muito importante que seja e, é-o sem dúvida, a Protecção Civil não vive nem pode viver só de recursos humanos. Necessita e muito, de recursos materiais, instalações, equipamentos, viaturas, enfim todas as condições materiais para que pronta e eficazmente preste o serviço que lhe é pedido, exigido e acima de tudo devido.

Tendo em conta tudo isto, este Governo continuou a dotar todas as Corporações de Bombeiros da nossa Região com infraestruturas condignas e capazes de responder e fazer face a todas as situações que porventura nos possam ter acontecido, que como sabemos, nos últimos anos infelizmente foram várias, desde enchurradas, sismos, derrocadas, a acidentes bastante gravosos que assolaram a nossa Região.



A provar que tal passou efectivamente do papel à realidade temos que, na vigência do VII Governo Regional dos Açores, várias foram as infraestruturas concretizadas das quais destaco:

- Quartel de Bombeiros de Santa Cruz das Flores;
- Secção Destacada das Lajes das Flores;
- Quartel de Bombeiros das Lajes do Pico;
- Quartel de Bombeiros de Ponta Delgada;

Não sendo surpresa, obviamente para ninguém, estas e as demais infraestruturas do género na Região, tiveram de ser dotadas com mais e melhores equipamentos dos quais se destacam, pela sua extrema importância, as viaturas de combate a incêndios e as viaturas de transporte de doentes.

Para que fosse possível uma maior coordenação dos esforços de todas as Corporações de Bombeiros e do próprio S.R.P.C.B.A. foi instalada a rede de radio-comunicações de emergência, que já se encontra em pleno funcionamento, que importou na avultada quantia de mais de um milhão de contos, o que demonstra que apesar de se tratar de uma quantia bastante significativa no Orçamento regional, o Governo não deixou de investir na Protecção Civil que como já referi é uma tarefa de todos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Todos nós temos presente no dia a dia o “sentimento da insatisfação”, nunca estando contentes com o que temos e querendo sempre mais. Assim é com este Governo que, no que concerne à Protecção Civil prevê um investimento superior a 3 milhões de contos para o próximo quadriénio, de onde se destacam 533 mil contos para aquisição e reparação de viaturas das Corporações de Bombeiros, um milhão e seiscentos e trinta e cinco mil contos para construção e remodelação de instalações e equipamentos dos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Bombeiros, 362 mil contos para a área da formação e informação e 555 mil contos destinado ao S.R.P.C.B.A.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Disponíveis no Plano para 2001 temos uma verba que ascende a 700 mil contos para fazer face a despesas prementes e obras de extrema importância de entre as quais, destaco:

- Formação e informação dos elementos dos Corpos de Bombeiros, quadros do Serviço de Protecção Civil e diversas acções de sensibilização e informação das populações com uma verba de 35 mil contos;
- Aquisição de equipamento de vigilância sismo-vulcânica no valor de 20 mil contos;
- Realização de estudos de carácter científico com vista à elaboração de Cartas de risco no valor de 10 mil contos.

Continuando a dotar todas as Corporações de Bombeiros com instalações condignas e operacionais, destacam-se a:

- Construção do Quartel de Bombeiros da Ribeira Grande com uma previsão orçamental de 105 mil contos;
- Obras de beneficiação no Quartel da Madalena do Pico com 50 mil contos;
- Construção de anexos e reparação de diversos Quartéis com 60 mil contos.

Para que todas estas infraestruturas se tornem ainda mais operacionais, e capazes de maior rapidez de intervenção quando solicitadas, o Governo prevê, no Plano para 2001, um investimento na ordem dos 115 mil contos para aquisição e reparação de viaturas das diversas Corporações de Bombeiros da Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Este Governo dotou a Protecção Civil das verbas necessárias à sua operacionalidade.

Tendo no entanto plena consciência, de que todas as verbas que se destinam à salvaguarda da segurança de pessoas e bens das nossas ilhas nunca são consideradas demasiadas, o Governo Regional demonstra com este plano estar atento às necessidades prementes da Protecção Civil e Corpos de Bombeiros. A Protecção Civil é uma tarefa de todos e não apenas de alguns. Este Governo fez a sua parte, façamos nós a nossa.

Disse.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os jorgenses esperavam que os Planos para o corrente ano e para os próximos quatro anos fossem uma aposta muito clara para o sector agrícola.

Tal parece não vir a acontecer.

As verbas destinadas a Caminhos Agrícolas e ao Abastecimento de Água à Lavoura são insuficientes. São mesmo uma grande contrariedade, face ao que tem sido anunciado e à expectativa da lavoura da minha ilha.

De facto, quando tudo indicava que o Governo Regional pretendia fazer uma aposta muito clara no desenvolvimento efectivo desta área, os documentos orientadores da política do Governo demonstram precisamente o contrário.



A solução para os graves problemas ao nível do Abastecimento de Água não está contemplada nestes documentos.

São Jorge espera, e quase já desespera, por esses investimentos.

Em contrapartida, vemos, finalmente, uma aposta clara na resolução do antigo problema da inoperacionalidade do Porto da Calheta.

Quero congratular-me com o facto de o Governo corresponder, neste caso concreto, ao desejo da população.

O Grupo Parlamentar a que pertenço está por isso muito satisfeito e tudo fará para que a obra se concretize o mais breve possível.

Sobre este assunto, não posso deixar de prestar aqui uma justa homenagem a todos os autarcas que se empenharam neste longo e difícil processo.

Deputado António Gomes (PS): E não só!

O Orador: De uma forma muito especial a quem o conduziu nos últimos anos - o anterior Presidente do Município da Calheta, José Leovigildo Azevedo -, que pelo seu especial empenho neste assunto e pelo papel decisivo que teve na sua condução, levou sucessivos governos a tomarem medidas que desembocaram numa decisão institucional e mesmo na adjudicação da obra.

É neste caso concreto que se pode também avaliar o importante e positivo papel da Comunicação Social. Muitas das lutas travadas em prol desta causa tiveram eco nos meios de comunicação social, que as reconheceram como justas aspirações de uma povo, muitas vezes abandonado à sua sorte, e assim a voz dos que defendem investimentos justos para a sua terra, ao abrigo do desenvolvimento harmónico que todos desejamos, foi amplificada e deu frutos.

Resta agora esperar para ver.



Sabe-se que importantes empresas de navegação esperam pelas obras no Porto da Calheta para transformarem a infra-estrutura no pivot da distribuição de mercadorias em todo o Grupo Central, dada a sua localização privilegiada.

O mínimo que se exige é que as obras previstas contemplem as aspirações destas empresas, ou seja, espera-se que os barcos que operam no tráfego em causa não tenham dificuldades para operar no Porto da Calheta renovado.

Se não for assim, a luta continuará no dia a seguir à inauguração das obras com a mesma força que trouxe o povo para a rua em manifestações e assembleias populares, e com o mesmo apoio das instituições que em devida altura recusaram receber um Governo Regional em visita estatutária a S. Jorge.

Para terminar este capítulo, queria propor a este Governo que as obras do Porto da Calheta tenham início durante os primeiros meses do Verão e não no final do ano, conforme está previsto.

Mas em matéria de portos, no Plano a Médio Prazo, a ilha de São Jorge deveria contar – e não conta - com verbas suficientes para se iniciar o processo de ampliação do Porto do Topo.

Não se trata, apenas, de mais um porto. Trata-se, como já expliquei nesta Assembleia, por diversas vezes, de uma grande necessidade para uma importante zona populacional da ilha. E se porventura alguém ficar com a ideia que nós queremos imediatamente todos os nossos portos arranjados de uma só vez, digo-vos que não é assim. Não seria razoável, embora fosse justo. A verdade é que foram feitos investimentos em portos por toda a Região, enquanto São Jorge era contemplado com outros investimentos.



Agora deve ser a vez do Porto do Topo. Aquele que se encontra estrategicamente mais bem situado devido à sua proximidade com a ilha Terceira. A sua ampliação é absolutamente decisiva para o desenvolvimento da zona oriental da ilha. A sua ampliação é portanto fundamental uma prioridade para São Jorge.

Quanto à habitação, o plano contempla valores manifestamente insuficientes.

Mas neste caso concreto, existem outros problemas que vamos ouvindo diariamente – os da gestão da Habitação Degradada.

Não restam quaisquer dúvidas que a gestão dos apoios à habitação deveria passar para as autarquias.

Refiro-me às Juntas de Freguesias e também às Câmaras Municipais. São instituições muito mais próximas das pessoas. Teríamos, também por isso, com certeza, uma maior eficácia na condução destes processos.

Quem contacta com as populações facilmente se apercebe do seu descontentamento nesta matéria.

E o processo de electrificação das Fajãs de São Jorge, que parece estar esquecido.

Refiro-me às Fajãs de São João, da Ribeira da Areia e dos Cubres.

Não se percebe afinal o que se passa com o reinício deste processo.

A Fajã de São João, por exemplo, que continua a ser abastecida – e muito deficientemente – por uma Central Comunitária, está agora com um grave problema: o gerador avariou de vez, no passado fim de semana.

Embora o assunto esteja provisoriamente remediado, graças ao empenho da Empresa de Electricidade, é também prioritário que se iniciem, ainda este ano, as obras de electrificação desta Fajã.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Quero fazer justiça a este Governo.

Os Planos anual e de médio prazo prevêem a resolução de dois ou três importantes problemas há muito reivindicados pelos jorgenses. É verdade.

Mas não mais do que isso.

Penso mesmo que um Plano para os próximos quatro anos, deveria prever intenções mais claras de investimentos em São Jorge.

Além disso muitas das acções inscritas nesse documento estão dotadas com valores insuficientes.

Outras, nem constam dos planos.

Existem, em São Jorge, instituições que possuem os vossos compromissos eleitorais nos seus arquivos e já chegaram à conclusão que as promessas não correspondem às verdadeiras intenções, demonstradas agora nestes documentos.

Quem se compromete a governar os destinos desta região deve, no mínimo, incluir nos planos correspondentes à sua legislatura, os compromissos que assumiu junto da população.

Disse.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra porque fiquei sinceramente perplexo com esta intervenção do Sr. Deputado Aires Reis.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Sr. Deputado, que grande confusão vai na sua cabeça. O Sr. aqui dentro diz uma coisa, lá fora diz outra totalmente diferente e vou-lhe mostrar um artigo que saiu no Correio de S. Jorge no dia 23 de Março, que é a reacção da Câmara da Calheta, órgão em que o Sr. é número dois e que diz o seguinte:

“Esta autarquia está genericamente satisfeita com as verbas incluídas no Plano para 2001 e no Plano a Médio Prazo, aguardando que a execução física das obras acompanhe as dotações e calendarização das obras”. Para além disto, apenas diz o seguinte: “É importante que se faça o abastecimento de água à Lavoura”. Portanto, isto saiu de um órgão em que o Sr. é o número dois, como já disse.

Relativamente ao abastecimento de água, que é a preocupação da Câmara da Calheta, para além daquilo que acabei de ler, o Sr. sabe perfeitamente, porque isso já foi dito aqui, que para o abastecimento de água à lavoura há uma dotação de 106 mil contos.

Relativamente à questão do Porto da Calheta os Srs. o que fizeram durante todo tempo foi enganar os calhetenses, porque andaram sempre em vésperas se eleições a mostrar sempre péssimas soluções para o porto da Calheta que criava mais inviabilidade que aquela que ele hoje tem e foi este Governo que teve a coragem de criar a solução que vai, efectivamente, resolver os problemas da operacionalidade do Porto da Calheta.

Era só isto.

Muito obrigado.

Presidente: Parecendo não haver mais pedidos de esclarecimento, tem a palavra para uma intervenção o Sr. Secretário Regional do Ambiente.



Secretário Regional do Ambiente (*Helder Silva*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Falar de ambiente é falar de um bem com dimensão social que é também, cada vez mais, entendido como um valor económico de significado estratégico, directo e indirecto, para o desenvolvimento de uma região. O ambiente, pela sua capacidade de sustentar as nossas actividades, é afinal o elemento que assegura o nosso desenvolvimento e condiciona a qualidade de vida. Enquanto elemento sustentador da vida marinha e bem assim da actividade de pesca. Da riqueza dos nossos solos, condição necessária ao desenvolvimento agrícola. Pela simples riqueza de todo o património natural, enquanto agente promotor do turismo e do nosso próprio bem-estar. Pela qualidade da água que extraímos dos lençóis freáticos, pela capacidade de suportar as cargas de resíduos que nele depositamos, pela capacidade de nos fornecer os inertes, necessários à construção civil e garante afinal do nosso bem-estar, desenvolvimento, conforto e segurança.

Dirão alguns que o ambiente não tem valor, entendendo-o como um bem adquirido, outros que o valor do ambiente é imensurável. Digo-lhes eu, que tem valor e é mensurável e que somos possuidores de uma enorme riqueza ambiental nos Açores, riqueza esta que hoje pode ser medida pela riqueza que potencia a jusante do próprio sistema ambiental e que, noutras partes do globo, como nos Açores nalgumas áreas (nomeadamente a recuperação das lagoas que estão em curso), vai sendo medido pelo custo da recuperação ambiental que se pretende implementar e que tantas vezes se constata ser inviável de um ponto de vista prático, por não se produzir a riqueza necessária à recuperação das áreas em questão.



Como exemplo da primeira categoria de abordagem a esta problemática, permitam-me uma referência a Costanza et al., 1997 (in "Nature") que apresenta uma estimativa do valor dos serviços dos ecossistemas terrestres e dos "stocks" de capital natural cujo valor "incremental" ou "marginal" total é fixado em 33 biliões de dólares americanos por ano, logo muito superior ao PIB mundial. Neste estudo, destaca-se o valor dos serviços fornecidos pelos oceanos e ambientes costeiros que representam 63% do valor global.

Como exemplo da segunda forma de abordagem a esta problemática, uma referência para o protocolo de Quioto e do compromisso assumido internacionalmente de reduzir os níveis de emissões por forma a retardar o fenómeno tão actual, mas tão sentido também, das alterações climáticas, e da consequente subida do nível das águas do mar, cujas repercussões se farão sentir com particular incidência nas regiões insulares e, nas regiões continentais, especialmente nas zonas ribeirinhas.

Cabe-nos intervir junto do Estado, no sentido de pressionar os principais responsáveis pelos elevados níveis de emissões libertadas, como nos cabe, também, a tarefa de prevenir os futuros impactes decorrentes deste fenómeno, actuando junto das entidades responsáveis, particularmente das autarquias, no sentido de impedir a construção de estradas, habitações e outras edificações que possam futuramente ser postas em risco.

Mas é também importante que tenhamos, todos, a noção das nossas especificidades próprias que induzem necessariamente a adopção de soluções também específicas na abordagem das problemáticas ambientais. Somos positivamente específicos no que se refere à natureza e escala da poluição por emissões gasosas e sonoras ou aos impactes da descarga de águas residuais. Somos negativamente específicos no que respeita aos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

impactes decorrentes da deposição de resíduos em terra, da utilização excessiva de adubos, ou de extracção de inertes. Temos, pois, que manter o sentido das prioridades da nossa acção.

Na prossecução da sua política ambiental, o Governo Regional dos Açores terá subjacente o reconhecimento de que o bem ambiental é um bem económico, conforme anteriormente referido. Na verdade, as autarquias locais e os serviços municipalizados, a indústria, a agricultura, as pescas, o turismo, por exemplo, visam objectivamente o bem ambiental como factor de produção. Devem por isso ser internalizados, não apenas os custos de investimento e operação, mas também custos ambientais de protecção, valorização e monitorização dos recursos.

Assim, não podemos deixar passar esta oportunidade para dizer que, na consecução deste desiderato, o Governo Regional perspectiva, sem esquecer os condicionalismos sócio-económicos, iniciar, paulatinamente mas com rigor, a aplicação do princípio do poluidor-pagador e, na medida em que estejam reunidas as condições para esse efeito, o princípio do utilizador-pagador.

O que acima se disse, reflecte afinal a natureza transversal do ambiente, introduzindo uma dimensão política ao tratamento desta problemática, fundamental para que fique assegurado o objectivo primeiro de qualquer política de desenvolvimento económico, que passa hoje por assegurar um crescimento harmonioso equilibrado, durável e sustentável.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A afirmação e prossecução do princípio político do desenvolvimento sustentável, reassumido no âmbito do VIII Governo Regional e já consubstanciado na criação da Secretaria Regional do Ambiente, encerra, como norma fundamental, a necessidade intrínseca de compatibilização do



crescimento económico com a salvaguarda dos valores ambientais. Neste sentido, importa a implementação de políticas de gestão racional dos recursos endógenos, numa filosofia preventiva e minimizadora dos impactes negativos decorrentes do próprio desenvolvimento e uma atitude eminentemente pedagógica no âmbito do alargamento exigido de clarificação e partilha de responsabilidades na salvaguarda e valorização do património ambiental da Região.

Neste enquadramento, os objectivos do Governo para o sector ambiental são capeados por um conjunto de grandes linhas orientadoras que vão, do reforço das actividades de inspecção e controlo ao aprofundamento do conhecimento científico da biogeografia regional, do reforço de eficácia das acções de formação, informação e sensibilização ambientais ao planeamento integrado da gestão territorial. A este nível, permitam-me que reafirme o empenhamento deste Governo na implementação de uma política de planeamento e ordenamento do território que se estende do Plano Regional de Ordenamento do Território ao Plano de Resíduos Sólidos, passando pelo Plano Regional da Água, pelos Planos de Ordenamento das Orlas Costeiras e pelos Planos de Ilha de Recursos Hídricos. Numa palavra, diria que queremos ordem no ambiente, mas diria também que não ficaremos a aguardar estes instrumentos de planeamento para começar a trabalhar. Pelo contrário, estamos a resolver os problemas do ambiente, da eutrofização das lagoas à prevenção de cheias nas ribeiras, da elaboração de planos para os Sítios de Interesse Comunitário, a resolução da situação da orla costeira das Lajes do Pico.

Assim, constituem-se como principais objectivos do VIII Governo Regional dos Açores para o Ambiente, no âmbito do Plano de Médio Prazo:



Implementar uma Estratégia Regional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade e um reforço do conhecimento científico sobre o património natural das ilhas e da complementaridade desse património;

Promover a informação sobre a qualidade do ambiente, melhorando a capacidade de intervenção dos serviços de vigilância e monitorização da qualidade ambiental;

Compatibilizar a gestão de resíduos com a especificidade insular e com os níveis de atendimento necessários à qualidade de vida das populações;

Adequar os instrumentos de ordenamento e de gestão aos interesses específicos locais e regionais, desenvolvendo uma rede de infraestruturas de apoio e acolhimento nas áreas protegidas que permita uma informação científica sobre o património e que se assuma como espaço de usufruto sustentado dos recursos;

Implementar uma estratégia regional para a educação ambiental que induza a capacidade de opção consciente e responsável dos cidadãos e entidades;

Assegurar uma gestão integrada dos recursos hídricos em águas interiores e costeiras, superficiais e subterrâneas, e assegurar a disponibilidade em quantidade e qualidade do recurso água satisfazendo, dessa forma, as necessidades e os interesses da população e, por maioria de razão, preservar e valorizar os ecossistemas aquáticos;

Minorar riscos e prevenir danos a pessoas e bens por acção de um planeamento das bacias hidrográficas e, em complemento, por execução das necessárias obras de protecção em troços críticos;

Concretizar o planeamento integrado da orla costeira, como meio privilegiado do desenvolvimento sustentável das diversas políticas sectoriais actuates no litoral;



Assegurar a participação e intervenção dos cidadãos, directamente ou por via das Organizações não Governamentais de Ambiente, no processo de planeamento estratégico e prospectivo, disponibilizando a necessária informação;

Finalmente assegurar o cumprimento do normativo legal, de base regional, nacional e comunitária, assegurando também a sua adaptação e adequação à realidade ambiental nos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão que se põe é a de saber, então, de que recursos financeiros dispomos para atingir os objectivos propostos. O investimento proposto no Plano de Médio Prazo agora em discussão é de mais de 8,3 milhões de contos, no âmbito do Programa 24, Qualidade Ambiental, a que acrescem cerca de 2 milhões de contos no Programa 33 (Calamidades - Ambiente), ascendendo assim o montante de investimento global previsto para o sector ambiental a mais de 10,4 milhões de contos. Se a este juntarmos outros investimentos do Plano contemplados em projectos ou acções no âmbito de outros sectores mas com evidentes mais valias ambientais de que são exemplo as medidas agro-ambientais, a silvicultura ambiental, os observatórios científicos, a cooperação financeira com os Municípios, então, o montante global de investimento contemplado nesta proposta ascende a mais de 15,5 milhões de contos.

No entanto, podemos, e em bom rigor devemos, ainda juntar o investimento previsto no âmbito de outros instrumentos financeiros, particularmente no que respeita ao PRODESA e Plano de Desenvolvimento Rural que, para o período 2001 - 2004, prevêm nas Medidas de âmbito ou com evidentes mais-valias ambientais, investimentos que ascendem a cerca de 48,2 milhões de contos, dos quais cerca de 13,6 milhões de contos



representam investimento directo das Medidas 3.5 Desenvolvimento do Sistema Ambiental e 4.1 Infraestruturas de Saneamento Básico do PRODESA.

Enfim, um elevado volume financeiro que nos propomos investir ao longo destes quatro anos no sector ambiental, no âmbito dos diversos programas e medidas com evidentes ganhos ambientais, através dos diferentes instrumentos financeiros.

Com a aprovação deste Plano teremos mais e melhor Ambiente nos Açores daqui por 4 anos. Fica o nosso compromisso.

Disse

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de pôr uma questão ao Sr. Secretário Regional do Ambiente, questão que se relaciona com um problema que esteve esta semana muito na actualidade e que tem a ver com o tratamento de resíduos sólidos.

Julgo que há um plano para tratamento de resíduos sólidos e a primeira pergunta é em que pé e em que estado de desenvolvimento está esse plano?

Em segundo lugar, com a entrada em funcionamento dos aterros e do desaparecimento das lixeiras, há determinadas categorias de resíduos que podem pôr problemas ambientais designadamente os que são os originados pelos matadouros, que tratamento está previsto para esse tipo de resíduos?

Muito obrigado.



Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente (Helder Silva): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Sequeira de Medeiros:

Relativamente à primeira questão, efectivamente nós temos em curso a elaboração de um plano de resíduos sólidos que, aliás, estava praticamente concluído no final da última legislatura. Estamos a fazer alguns melhoramentos neste plano e oportunamente será objecto de apresentação e discussão pública.

Em relação à segunda questão que me pôs, designadamente a questão dos resíduos dos matadouros e o facto das lixeiras serem encerradas e passarmos a ter que utilizar os aterros para depositar este tipo de resíduos, aquilo que eu posso dizer e, aliás, na sequência da discussão que aqui presenciei há dois dias atrás, é de que efectivamente os aterros representam o local ideal para a deposição de resíduos orgânicos.

Também me pareceu ponto assente nesta Assembleia que os resíduos dos matadouros, enquanto tal, têm uma localização e um destino adequado nos aterros.

É esta, sinceramente, a minha opinião, porque se trata clara e evidentemente de resíduos orgânicos e, portanto, resíduos que serão sujeitos à decomposição natural, conforme são todos os outros resíduos orgânicos que depositamos através de lixos municipalizados.

Portanto, eu da minha parte, com alguma convicção, aquilo que posso dizer é que não tenho qualquer tipo de objecção a que a deposição deste tipo de resíduos se faça nos aterros. Digo isto, naturalmente, com a consciência que todos temos de que a gestão deste tipo de resíduos é uma competência da própria Secretaria Regional da Agricultura, com a qual, e eu aproveito



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

para o dizer, temos mantido uma estreita colaboração e um estreito diálogo como, aliás, se imporia.

Também tive a oportunidade de acompanhar, juntamente com o Sr. Secretário da Agricultura e Pescas, todo este processo da discussão pública daquilo que tem sido o destino dado a estes resíduos.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento sobre a intervenção do Sr. Secretário Regional do Ambiente, tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este debate das propostas do Plano e do Orçamento para o ano de 2001 e do Plano de Médio Prazo para o período de 2001 a 2004 é particularmente oportuno para responder a algumas grandes questões que se colocam sobre o Ambiente na nossa Região:

- Onde estamos?
- Para onde precisamos de ir?
- Que política ambiental é necessária?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na orgânica do I Governo Regional as questões relativas ao Ambiente ficaram englobadas nas atribuições da Secretaria Regional do Equipamento Social, numa direcção regional com competência também nas áreas da habitação e do urbanismo.

Em 1989, com o início de funções do V Governo Regional surge a Direcção Regional do Ambiente, integrada na nova Secretaria Regional do Turismo e Ambiente. Contudo, mantiveram-se fora deste departamento as áreas do ordenamento do território e dos recursos hídricos.



A nova orgânica e a acção do VII Governo Regional constituíram uma solução de continuidade, criando as condições básicas para a implementação de uma política de desenvolvimento sustentável. Manifestou-se, então, uma vontade política e assumiram-se orientações gerais para prosseguir com uma efectiva política de Ambiente nos Açores. Durante muitos anos a nossa Região manteve-se numa situação de quase inoperância no que respeita ao fomento e ao controlo da qualidade do Ambiente.

Conforme já tivemos oportunidade de aqui afirmar, numa Região como a nossa, geograficamente limitada, a pressão das actividades económicas, ainda que relativa, tem que merecer a preocupação de todos os que intervêm no processo de desenvolvimento. Aquilo que em outros sítios é susceptível de se diluir no espaço, adensa-se nas ilhas.

Respondendo directamente à primeira questão, não obstante continuar a verificar-se um deficiente conhecimento dos elementos caracterizadores dos principais descritores da qualidade do Ambiente, temos a convicção que, na generalidade, os problemas a este nível assumem reduzido significado na nossa Região.

A primeira campanha de controlo da qualidade do ar, realizada em 2000, e a qualidade das águas balneares, são alguns indicadores que confirmam essa convicção.

Tudo isto sendo verdade, não é menos verdade que a este panorama se sobrepõem problemas estruturais que são antigos, que já estão identificados e para os quais o PMP dá resposta em desenvolvimento da política de Ambiente.



Afirmamos, com toda a clareza, que também existem factores que não deixam de nos causar preocupação e que devemos enfrentar com ponderação, dos quais destacamos:

- A ausência de planeamento nos mais diversos domínios, desde logo, pelo escasso número de planos municipais e planos especiais de ordenamento do território em vigor;
- A ainda escassa informação actualizada e sistematizada relativa à qualidade e quantidade dos recursos hídricos;
- O incorrecto destino final de algumas quantidades de resíduos sólidos. E a praticamente inexistente valorização dos resíduos;
- O reduzido, embora crescente, número de projectos que são sujeitos a relatório de incidências ou a avaliação de impactes ambientais;
- As limitações ao nível da fiscalização, acompanhamento e cumprimento de alguma legislação ambiental.

Se é certo que o nosso Ambiente apresenta alguns sinais contraditórios, mais se impõe que eles sejam interpretados e qualificados com rigor acrescido, recusando a tentação quer da demagogia, quer do conformismo, quer da auto-satisfação.

Colocam-se então as questões:

- Para onde precisamos de ir? e
- Que política ambiental é necessária?

Senhor Presidente;

Senhoras e senhores Deputados;

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Ambiente nos Açores, apesar da nossa perspectiva optimista, encontra-se numa encruzilhada. Daí que as boas ou as más decisões irão pesar para além da conjuntura.



Num Mundo em que a consciência ambiental é crescente, onde estão absolutamente ultrapassados os modelos de crescimento económico potenciadores de enormes passivos ambientais, os Açores enfrentam o desafio de compatibilizar o crescimento económico com a salvaguarda dos valores ambientais.

O princípio do desenvolvimento sustentável, apoiado na prosperidade económica, na protecção da natureza e na equidade social e ambiental, deverá nortear toda a política de Ambiente.

É fundamental, desde logo, que se vença um processo de mudança de mentalidades, por forma a que o exercício de uma cidadania activa na defesa do Ambiente seja, cada vez mais, assumido pela generalidade dos cidadãos.

Espera-se, também, entre muitas outras acções:

- A aprovação da Estratégia Regional para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade;
- A elaboração dos planos de ordenamento e gestão dos Sítios de Importância Comunitária (SIC's), com vista à respectiva classificação como Zonas Especiais de Conservação (ZEC's), no âmbito da Rede Natura 2000;
- A consolidação e aperfeiçoamento da capacidade de monitorização e vigilância dos diversos descritores da qualidade do Ambiente;
- A sensibilização e promoção de uma gestão adequada dos resíduos;
- A conclusão do Plano Regional da Água e a implementação de um regime de gestão;
- A execução dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC's) e dos Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas;



- A revisão do Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores e a aprovação e ratificação da generalidade dos Planos Directores Municipais (PDM's);

- A revisão e integração do actual quadro legislativo e regulamentar.

Esta orientação de fundo que veio a materializar-se ao longo dos últimos anos, tem correspondência e continuidade asseguradas na actual proposta de Plano de Médio Prazo, pelo que a sua aprovação representará o virar de mais uma página deste novo capítulo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os Planos devem ser, em cada momento, simultaneamente, instrumento e expressão dos necessários e indispensáveis ajustamentos estruturais. Em termos da proposta de investimento nele contida, o PMP é, pois, um plano de consolidação da estratégia definida pelo Partido Socialista e ratificada pelo Povo Açoriano e por este Parlamento, há pouco meses. É um documento que transcreve, a nível de investimento, as prioridades estratégicas definidas, continuando a apostar fortemente na valorização da qualidade do Ambiente e nos recursos naturais.

O investimento público decorrente da estrutura de financiamento do Programa 24 – Qualidade Ambiental, é de 8,5 milhões de contos, o que representa um notável acréscimo, superior a 650%, relativamente aos 1,3 milhões de contos previstos no último PMP aprovado por esta Assembleia. Se àquele montante somássemos os 2,1 milhões de contos do Programa 33 – Calamidades/Ambiente a diferença tornar-se-ia ainda mais abissal.

Do somatório dos Planos Anuais de 1997 a 2000, conclui-se que no domínio do Ambiente foram orçamentados montantes no valor global de 6,1 milhões de contos, sendo 2,8 no Programa 25 – Qualidade Ambiental e 3,3 no Programa 33 - Calamidades.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Da análise dos relatórios de execução dos anos terminais das duas últimas legislaturas, constata-se que o investimento efectivo na área do Ambiente foi de 346 mil contos em 1996 e de 1,6 milhões de contos em 2000.

É, pois, num registo plurianual que se pode verdadeiramente avaliar a consistência das opções de estratégia de carácter estrutural. E aí a evidência confirma não só a justeza dos caminhos escolhidos, mas também a dimensão dos esforços efectivamente levados a cabo.

Disse!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente, Sras. e Sr. Deputados, Caros Membros do Governo:

Não querendo substituir a voz da direita sonolenta e por sinal ausente aqui nesta Câmara, gostava de juntar a minha voz à intervenção do Sr. Deputado Hernâni Jorge, para realmente chamar a atenção da necessidade que o Governo tem que ter no sentido de continuar a estimular as autarquias para elas completarem os Planos Directores Municipais que são fundamentais, naquilo que diz respeito às autarquias, para um desenvolvimento sustentado, equilibrado, e harmonioso dos Concelhos dos Açores que são, como já aqui se falou várias vezes, um factor e uma mais valia fundamental para um novo eixo de desenvolvimento dos Açores que é, como já aqui reflectimos, os Açores.

Muito obrigado.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Parecendo não haver mais pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes para uma intervenção.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Encontra-se reunida esta Assembleia para analisar, discutir e votar documentos de grande importância para as nossas ilhas no seu conjunto, e, naturalmente, para a Ilha do Corvo. Refiro-me ao Plano e Orçamento para o ano 2001 e o Plano a Médio Prazo.

Uma vez mais pretendo com esta intervenção reforçar e dar voz às questões que considero de grande importância para a Ilha do Corvo.

A verba de 10 mil contos inscrita no Plano para 2001 “reabilitação de estradas regionais”, parece-me ser manifestamente insuficiente para as necessidades da nossa ilha, mesmo que esta verba se destine apenas e só à reabilitação da estrada Leste da Ilha.

Como todos sabem esta estrada tem cerca de 5 km. É uma via muito antiga, estreita e com piso muito irregular.

Com o número crescente de veículos que têm chegado à Ilha, torna-se perigosa por não ter as dimensões que deve ter uma estrada regional. Daí a necessidade e a urgência do seu alargamento e asfaltagem.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A páginas 22 do Plano a Médio Prazo – Programa 22.1 – “Equipamento de Apoio a Idosos”, encontramos verbas inscritas e repartidas por três anos no total de 135 mil contos.



Analisando a sua repartição temporal, verificamos que em 2002 apenas se prevê uma verba de 5 mil contos. O restante é para fim de mandato do actual Governo!

É assim que este Governo considera os idosos da Ilha do Corvo, o mesmo é dizer: esperem e continuem a sair da vossa ilha numa altura em que todos deviam encontrar na sua terra um local condigno para uma velhice com o descanso e paz que sempre disfrutaram e merecem continuar.

Continuando a falar do Plano para 2001, no Programa “Infraestruturas Portuárias”, encontra-se inscrita a verba de 17 mil contos.

Estamos preocupados, já que o Porto da Casa necessita, em nosso entender, de uma dragagem junto ao cais assim como de um molhe de protecção de forma a melhorar a operacionalidade dos barcos que ali operam. Uma vez mais entendemos que a verba acima referida não será suficiente para obras desta envergadura.

E a propósito de barcos e de portos, quero daqui alertar o Governo Regional no sentido de reforçar o stock de combustíveis na Ilha do Corvo durante o período de inverno de forma a não vir a acontecer no futuro as roturas que houve durante o inverno que acabou de terminar.

No campo da agricultura, no Programa “Fomento Agrícola”, não se encontra qualquer verba destinada à ilha do Corvo. Pretendíamos e julgávamos que este Governo, implementa-se na nossa ilha o sistema de inseminação artificial promovendo, desta forma, a melhoria significativa, quer das vacas aleitantes quer mesmo dos vitelos que se destinam à exportação.

Sugerimos ao Governo que o Serviço de Desenvolvimento Agrário da Ilha das Flores coopere nesta matéria fazendo deslocar à ilha do Corvo técnico para o efeito.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Termino, Senhor Presidente e Senhores Deputados, e sem querer ser demasiado pessimista reafirmando que estes documentos não vão de encontro às necessidades e aspirações legítimas dos corvinos.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Óscar Rocha.

Deputado Óscar Rocha (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Manuel Nunes:

Era só para informá-lo que, em relação à Estrada Leste, a primeira fase dos trabalhos, ou seja, a construção de muros de suporte e a construção de alguns aquedutos vai ter início no mês de Maio.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sector da Saúde tem vindo a sofrer, nas últimas décadas, profundas mudanças. Desde logo, constata-se o facto de, em cerca de 25 anos, o número de médicos ter crescido de forma significativa, passando dos cerca de 11 mil existentes em 1975, para os cerca de 30 mil e 400 existentes em 1997, o que se traduz numa taxa de cerca de 300 médicos por cada cem mil habitantes.

Este dado, a que se devem associar os números relativos ao acesso aos estabelecimentos de saúde públicos, onde o número de consultas, em igual período, passou de 24 para mais de 35 milhões por ano, bem como as



urgências que evoluíram de 2 para mais de 12 milhões por ano, são apenas alguns indicadores que nos permitem avaliar, de uma forma concreta, o rápido crescimento no acesso aos cuidados de saúde, com a consequente emergência da necessidade de cada vez mais recursos humanos, cada vez mais equipamentos e, conseqüentemente, com custos cada vez mais elevados.

Os Açores, cuja criação do Serviço Regional de Saúde data de 1980 acompanharam, de forma singular, esta evolução. Se existiu algum crescimento em termos de recursos humanos na década de 80, é um facto que, à semelhança de outras regiões do país, no últimos anos tem-se vindo a verificar que o número de médicos, desde 1995, se mantém praticamente inalterável, (356 em 1995 e 352 em 1999), ao contrário de outros profissionais de saúde, como sejam os enfermeiros, em que se registou um aumento de 13% no seu número entre 1994 e 1998, e os Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica, cujo aumento, em igual período, se cifrou na casa dos 22,8%.

Em termos gerais, verificou-se, na Região, que o número de consultas, desde 1997, tem tido tendência a diminuir - de cerca de 502 mil para cerca de 441 mil em 1999, sendo que, nas urgências, se verificou um crescimento, entre 1997 e 1999, de aproximadamente 14 %.

O número médio de dias de internamento em Hospitais e Centros de Saúde tem, desde 1995, tendência a decrescer muito ligeiramente, sendo que a taxa de ocupação hospitalar indicia igual tendência, tendo passado de 68,2% em 1995 para 65,7% em 1999.

O grande desafio que hoje se coloca, em termos de Serviço Regional de Saúde, é o de saber a forma como compatibilizar uma gestão de recursos humanos que, como é sabido, se afiguram escassos, com uma cada vez



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

maior procura de cuidados de saúde, o que implica apetrechar e otimizar as diversas unidades de saúde existentes, bem como avaliar da necessidade do surgimento de novas, de modo a permitir uma resposta mais atempada aos utentes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Programa de Governo do Partido Socialista, apresentado aos eleitores em Outubro de 2000, e aprovado por esta Assembleia em Dezembro, consagra como princípios orientadores da actuação do Governo Regional, o princípio da garantia de acesso de todos os cidadãos, tendencialmente gratuito, à prestação de cuidados globais de saúde.

Para tal, a sua aposta radica essencialmente na formação e aumento dos recursos humanos, na melhoria da acessibilidade ao Sistema, através da revisão das condições de deslocações de especialistas às ilhas onde não existem hospitais, na aquisição de equipamentos e na modernização das infra-estruturas de saúde, na promoção da saúde e prevenção da doença, com especial incidência na saúde materna e infantil, na escola e prevenção das toxicodependências, e no incremento de novas formas de gestão, que permitam uma racionalização de custos e de meios.

Para além disso, a contratualização da prestação de serviços com o sector privado e o recurso às novas tecnologias como forma de organização e oferta de cuidados e de gestão dos serviços, são também apostas consideradas necessárias para um melhor funcionamento do Sistema.

Os documentos que hoje aqui se discutem, Plano e Orçamento para 2001 e Plano a Médio Prazo 2001-2004 traduzem, de uma forma clara e sistematizada, aqueles que foram os compromissos eleitorais assumidos pelo Partido Socialista.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os Programas 20 e 21 do PMP, consagram verbas globais de 9,35 milhões de contos a que corresponde, não vá nenhum Senhor Deputado enganar-se novamente nas contas, a cerca de 4,1 % do montante global de investimento previsto.

Do Programa 20 – Desenvolvimento das Infra-estruturas de Saúde, dotado com 4,9 milhões de contos, merece destaque, inserido no Projecto 20.1 – Construção de Novas Unidades, a conclusão do Centro de Saúde da Praia da Vitória, as obras no Bloco Operatório e Unidade de Cuidados Intensivos no Hospital de Angra do Heroísmo, o apoio a diversas Unidades de Saúde, como seja o caso da construção da nova Unidade de Saúde da Lagoa, e, dando forma a uma necessidade atempadamente identificada e assumida pelo anterior Governo Regional, a consignação de verbas no valor de 1,45 milhões de contos destinadas à construção do novo Hospital de Angra do Heroísmo.

Ainda no âmbito deste programa, é de realçar as medidas propostas no Programa 20.2 – Remodelação/Ampliação de Unidades de Saúde existentes, onde se prevê obras de vulto nos Hospitais do Santo Espírito de Angra do Heroísmo, da Horta, do Centro de Saúde da Povoação, a terminar no corrente ano, o apoio concedido às estruturas de apoio à Psiquiatria e Toxicod dependências e a remodelação e beneficiação de diversas unidades de saúde, tais como os Centros de Saúde da Santa Cruz das Flores, Madalena, Calheta e Angra do Heroísmo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Programa 21 - Desenvolvimento do Sistema de Saúde, consagra um conjunto de medidas de extrema importância para garantir uma melhor



prestação de serviços e a promoção de uma política realista de recursos humanos.

O apetrechamento e modernização dos nossos hospitais, com destaque para a Unidade de Cuidados Intensivos do Hospital de Angra do Heroísmo e das unidades de Cuidados Intermédios e Hemodiálise do Hospital da Horta, para além das acções previstas para a aquisição de equipamentos para vários Centros de Saúde, bem como o investimento efectuado no âmbito da Emergência Médica, indiciam o cuidado revelado na melhoria do acesso aos cuidados de saúde por parte do Governo Regional. Decerto que muito está ainda por fazer, decerto que não se conseguirão suprir todas as necessidades. Mas estamos longe, muito longe mesmo, da teoria da catástrofe e do caos que muitos aautos da desgraça ciclicamente vão profetizando.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No âmbito deste Programa, duas acções surgem que, pela sua importância e significado estratégico merecem, em nossa opinião, particular destaque.

Uma prende-se com a aposta na Telemedicina e na renovação e informatização dos serviços. A criação de uma rede informática estruturada nas Unidades de Saúde, permitindo a ligação em rede entre todos os Centros de Saúde e Hospitais garantirá, num futuro próximo, não só uma racionalização em termos de gestão como, essencialmente, um valor acrescentado à prestação de cuidados de saúde a todos os açorianos que, independentemente do seu local de residência, poderão ter o seu historial clínico, em tempo real, em qualquer Unidade de Saúde, o que facilitará diagnósticos, acompanhamento e eventuais meios complementares de diagnóstico de que necessite.



Do mesmo modo, o incremento da Telemedicina permitirá, à semelhança das experiências-piloto já verificadas entre Centros de Saúde e Hospitais Regionais e entre estes e hospitais nacionais centrais.

Esta aposta nas novas tecnologias, que contará com o apoio do Programa Açores – Região Digital, é um passo fundamental na modernização e na melhoria da prestação de cuidados de saúde.

O outro programa diz respeito ao apoio à formação profissional. Para além dos 31 cursos previstos no Programa de Formação Profissional da Direcção Regional de Saúde, esta acção revela uma estratégia cuidada e persistente deste Governo Regional em matéria de Recursos Humanos.

Sejamos realistas. A falta de médicos na Região não é um problema que tenha solução, de forma estruturante, no imediato. As medidas implementadas de criação de incentivos à fixação de médicos na Região, de que a Resolução N.º 56/99, de 8 de Abril é exemplo, e que atribui apoios de montantes significativos aos médicos que se desloquem do exterior para a Região não teve, infelizmente o sucesso que se desejará.

E não o teve por uma razão simples e prosaica: há falta de médicos em todo o país e, por muita promessa irrealista que se faça, nomeadamente em termos de prometer o que já existe, a solução não existe dentro da manga de um qualquer ente iluminado, por muita nova ou velha esperança que transporte.

Ou se começará a verificar na Região o fenómeno, à semelhança do que se passa no Continente, da vinda de médicos de outros países comunitários, ou, realisticamente falando, a aposta terá de passar por medidas estruturantes, cujos frutos não se verificarão, de forma milagrosa, no imediato.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Referimo-nos, concretamente, ao sistema de Bolsas de Estudo implementado, que consiste na contratualização de que o bolseiro terá que prestar serviço na Região o dobro do número de anos em que auferiu a bolsa. No ano 2000 estavam nessa situação 45 estudantes de medicina, 42 técnicos de diagnóstico e terapêutica e 5 bolseiros do curso de Administração Hospitalar.

Esta medida, prova evidente de que este Governo não se rege por calendários eleitorais, permite, por si só, a fazer fé no número apontado pelo Conselho Médico dos Açores da Ordem dos Médicos, suprir quase por completo os 54 Clínicos Gerais considerados como fazendo falta na Região.

De igual modo, o apoio, através de bolsa, aos médicos em regime de internato – cerca de 30 por ano, é também uma medida a destacar, pelo incentivo que comporta para que os mesmos se fixem, definitivamente, na Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O debate de documentos como o Plano e Orçamento para 2001 e Plano a Médio Prazo não se pode esgotar na sua simples análise.

É igualmente importante discernir quais as opções estratégicas que estão subjacente aos mesmos, de modo a se perceber, com mais clareza, os números e os Programas em presença.

Deste modo, não podíamos deixar de referenciar alguns aspectos que, no entender do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, devem ser apontados como subjacentes a estes documentos, dando-lhes corpo e definindo a sua linha de acção.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Desde logo, importa realçar o incremento do Programa de distribuição de Metadona na Região, aspecto palpável de uma política de prevenção das toxicodependências que passa, igualmente, pelo protocolo estabelecido entre a Direcção Regional de Saúde e o Serviço de Prevenção e Tratamento das Toxicodependências, visando o tratamento de toxicodependentes da Região no Continente.

A prevenção às toxicodependências é um trabalho de fôlego, que deve ultrapassar, em muito, a esfera de actuação do Governo Regional ou de qualquer formação política. O debate sobre este tema tem de ser feito de forma desapaixorada, realista e concreta, abdicando de muitos preconceitos e ideias feitas de que existem soluções pré-fabricadas. O combate deve ser assumido por toda a sociedade, numa perspectiva que, mesmo vivendo em ilhas, não se podem encontrar soluções localizadas numa região ou num país.

Assumamos pois, colectivamente, este processo, deixando de aproveitar o mesmo com objectivos eleitoralistas mais ou menos camuflados.

Um outro aspecto a reter prende-se com a necessidade, afirmada no próprio programa de Governo do PS, em regulamentar o Estatuto do Serviço Regional de Saúde. Os passos que estão a ser dados nesse sentido, nomeadamente no que diz respeito à Autoridade de Saúde, revela o espírito de diálogo e tolerância que este Governo tem vindo a desenvolver. Neste momento, a regulamentação do estatuto da Autoridade de Saúde aguarda um segundo parecer da Ordem dos Médicos, após terem sido integradas na proposta de Decreto Regulamentar Regional, as sugestões constantes do parecer anterior.

De igual modo urge regulamentar a Unidade de Saúde de Ilha, prevista no Estatuto do Serviço Regional de Saúde. Estão a ser dados passos no sentido



de, começando pelas ilhas que não possuem hospital e, em diálogo com os Centros de Saúde, definir o modo de funcionamento dessas unidades, nomeadamente no respeitante à racionalização de recursos, à centralização de serviços administrativos e especialidades, para além da definição de um modo racional de organização da deslocação de especialistas às ilhas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O problema das listas de espera assume, pela ansiedade que provoca junto dos utentes, uma particular importância.

Não somos daqueles que, sem propor qualquer medida concreta, prometiam o fim das listas de espera.

Pelo contrário, conscientes da gravidade do problema, intimamente associado à falta de recursos humanos, o Programa de Governo do PS apresentava propostas visando reduzir as mesmas, de forma realista e responsável.

O programa iniciado em 31 de Julho de 2000, no Hospital de Ponta Delgada apresenta, volvidos poucos meses, resultados extremamente positivos.

Nesse âmbito efectuaram-se, até ao final do ano passado, 257 intervenções na especialidade de Cirurgia Geral, 64 intervenções em Urologia e 17 intervenções em Ortopedia, o que permitiu reduzir uma parte considerável dessa famigerada lista.

Esta forma encontrada, através da contratualização com os especialistas das diferentes áreas, é um caminho que se revela proveitoso. Esperemos que o Programa se alargue aos outros hospitais da Região, dando resposta a um problema que, mais do que com palavras, é com actos concretos que se resolve.



Por fim, falemos da dívida do Serviço Regional de Saúde.

E assumamos, desde já, que a nossa perspectiva não é a de ver na Saúde um negócio que, doa a quem doer, não pode dar prejuízo.

O acesso aos cuidados de saúde não pode estar dependente da capacidade financeira dos utentes, nem de sistemas que segmentam os cidadãos entre os afortunados possuidores de algum Seguro ou utentes de algum subsistema privado e os restantes que, por via dos seus rendimentos, se teriam de sujeitar apenas a alguns hospitais públicos, de poucos recursos e orçamentos limitados.

O acesso aos cuidados de saúde, enquanto direito fundamental de qualquer ser humano, deverá ser proporcionado a todos, não obstante se deverem introduzir alguns elementos de diferenciação, desde que devidamente analisados e justificados.

A título de exemplo refira-se que, no ano passado, as despesas com medicamentos ascenderam a 4,1 milhões de contos em ambulatório, a que se deve acrescentar 2,7 milhões de contos em internamento.

Se a isso for somado o sucessivo aumento verificado, ano após ano, com os Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica, bem como os reembolsos aos utentes que recorreram à medicina privada, depressa se constata que estamos perante montantes extremamente elevados que decorrem, não como por aí já se ouviu, de uma má gestão, mas tão somente do cada vez maior acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde.

Poderíamos igualmente falar do impacto financeiro da reestruturação de carreiras da saúde, estimado em cerca de 4 milhões de contos, ou até mesmo da dívida ao Serviço Nacional de Saúde, bem como das verbas devidas por diversos subsistemas ao Serviço Regional de Saúde.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Seria, decerto, uma discussão interessante, desde que não ocultasse aquilo que é essencial: o Serviço Regional de Saúde deve, cada vez mais, prestar um melhor serviço, dotando-o quer de recursos humanos, quer de equipamentos que sirvam todos os açorianos, independentemente da ilha onde residam.

Tenhamos a consciência e a responsabilidade de assumir esta opção e este rumo pois ele é, estamos seguros, muito mais humano que as experiências verificadas no Reino Unido da Senhora Thatcher, que iam destruindo o Sistema de Saúde Britânico.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano e Orçamento para 2001 e o Plano a Médio Prazo, no respeitante à área da saúde, define com clareza quais as opções e quais as metas a atingir.

A aposta na valorização dos recursos humanos, na modernização tecnológica e na melhoria das acessibilidades ao sistema são, por si só, objectivos que deveriam merecer o apoio de todos.

Por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tudo faremos para que estes documentos tenham tradução prática no nosso quotidiano e que sejam, de uma forma concreta, um contributo para a melhoria das condições de vida de todos os açorianos.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.



Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A questão que me traz a esta tribuna é tentar esclarecer se os documentos agora em análise são bons ou maus para Santa Maria.

Francamente e após cuidada análise dos mesmos, não sei!

É verdade que obras fundamentais para o desenvolvimento de Santa Maria estão aqui previstas:

- A Casa da Matança,
- A Escola Bento Rodrigues,
- O lar de idosos,
- A gare de passageiros e porto de recreio;

Penso que neste particular só ficaram de fora, em termos de grandes obras, o Porto dos Anjos e o abastecimento de água à lavoura.

Certamente entendo que, apesar de estes dois projectos serem reivindicações antigas, há que estabelecer prioridades e os recursos existentes não chegam para tudo.

O que já não entendo é a falta de rigor com que estes documentos foram elaborados.

Numa primeira versão o Plano a Médio Prazo tinha cerca de 4 milhões de contos para Santa Maria.

Neste documento a Escola Bento Rodrigues só arrancava em 2002, não seria construído nem um quilómetro de estrada e tudo o resto deixava bastante a desejar.

Numa segunda versão a ilha passava a poder contar com quatro milhões e novecentos mil contos, para investimento até 2004.



Aqui já a Escola Bento Rodrigues começava em 2001, apesar de se terem orçamentados apenas cinquenta mil contos e já aparecia uma verba de 320 mil contos para a pavimentação de estradas.

Ainda da leitura deste documento podíamos constatar uma forte aposta no sector da promoção turística, bem como nos sistemas de apoio ao sector privado, situação que vinha perfeitamente de encontro ao preconizado como áreas estratégicas para o desenvolvimento da ilha.

Mas, afinal, esta ainda não era a proposta definitiva do Plano a Médio Prazo.

Tinha existido um “erro informático”.

Decorrente desse erro os quinhentos e dez mil contos orçamentados para o turismo passam a cento e nove mil contos e os seiscentos e setenta mil orçamentados para incentivos ao sector privado passam a quinhentos e trinta mil.

Conclusão: o investimento global para Santa Maria nos próximos quatro anos volta a cerca de quatro milhões de contos.

Destas situações pouco claras decorre que:

- É muito difícil fazer uma análise séria e principalmente perceber quais são as reais intenções dos documentos em análise,
- Os Marienses podem legitimamente questionar-se se as diversas acções previstas nestes documentos serão realmente concretizadas;
- Fica-se novamente com a sensação que o mais certo é daqui a quatro anos grande parte do aqui preconizado estar ainda em fase de projecto, a aguardar melhores dias para passar à fase de concretização;

É esta a sina de Santa Maria.

Já o foi durante os governos do PS...

Deputado Herberto Rosa (PS): Muito bem!



O Orador: ... e ao que parece em nada melhorou com os governos do PS. Basta para tal ver que todas as obras que agora se pretendem executar, já em 1996, haviam sido prometidas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O futuro dos Açores e principalmente das suas ilhas mais pequenas, dependem em muito da capacidade de executar as infraestruturas básicas para o seu desenvolvimento durante o Quadro Comunitário de Apoio vigente;

Depende da nossa capacidade para apostar decisivamente nos sectores estratégicos que poderão potenciar o desenvolvimento da Região;

Ou seja, depende, no mínimo, daquilo que está previsto naqueles documentos ser concretizado.

Do atrás exposto, seria legítimo perguntar se em termos de votação final não se deveria dar o benefício da dúvida.

Em consciência não o posso fazer.

Temo sinceramente ficar com as dúvidas que tenho e Santa Maria sem benefício algum.

Disse

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Sérgio Ferreira:

Eu vou começar por aquilo que disse relativamente ao Porto dos Anjos, em que estas obras tinham ficado fora.



Plano 2001, página 26 – Portos de Santa Maria diz: início das obras do Porto dos Anjos. O Sr. leu mal o documento.

Relativamente ao abastecimento de água as verbas também estão aqui previstas e correspondem a 15%.

O Sr. já sabe, porque já foi informado pelo Sr. Secretário, de que houve uma reunião entre a Câmara e a Secretaria e não está posta em causa, de maneira nenhuma, a realização desta obra.

Portanto, as obras estão perfeitamente enquadradas.

Em relação à Escola Bento Rodrigues é preciso dizer que se fizeram trabalhos importantes naquela escola nos últimos 4 anos.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Eu não falei nisso.

O Orador: Não, o Sr. disse que eram obras que vinham de trás e eu vou explicar-lhe o que é que se fez:

Pintura, colocação de vedação na Escola Bento Rodrigues, que era uma reivindicação de há muito tempo, desde o tempo do PSD.

A nível do parque escolar também foram realizadas diversas obras.

Abastecimento de água e o porto de recreio, como disse, essas obras vão ser feitas e ainda este ano se vai iniciar a construção da gare de passageiros e o terminal de férias.

A este nível gostaria ainda de dizer que este Governo ouviu as pretensões do PSD. Os Srs. tinham no vosso manifesto eleitoral a protecção da falésia e nós não tínhamos, mas este Governo consagrou neste Plano essa obras. Isto é só para lhe dizer que nós ouvimos a oposição, porque às vezes dizem que nós não a ouvimos.

Portanto, quando o Sr. subiu a tribuna eu pensava que só viria aqui dizer bem deste Plano, porque realmente este Plano é um dos melhores, senão o melhor dos últimos anos.



Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Qual deles?!

O Orador: Em relação ainda ao Programa 7.1, gostava de dizer que, dentro dos projectos que são realizados neste âmbito, vai haver participação de feiras, campanhas publicitárias, etc., etc., e saem dessas verbas. O Sr. acha que Santa Maria precisa de quinhentos e tal mil contos para fazer isto durante 4 anos? Acho que não.

Este Plano está dotado de verbas suficientes para fazermos uma oferta turística, para promovermos Santa Maria. Não há dúvida nenhuma que este Plano é bom e tudo o que consta nele vai ser realizado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria apenas fazer um esclarecimento muito simples:

Os incentivos para Santa Maria estão bem claros.

Já foram atribuídos ao hotel 600 mil contos. Já foram pagos 90 mil contos e com o progressivo recebimento das facturas e a respectiva vistoria serão pagos os restantes.

O hotel da Praia de Lobos em Santa Maria quando tiver em funcionamento já tem também o seu sistema de incentivos aprovado. Portanto, está claramente explícito o que irá para Santa Maria.

No caso da grande obra do porto de recreio que, de facto, vai ser uma grande obra, está aqui apenas inscrito 150 mil contos, corresponde apenas a 15% e a obra está prevista em cerca de 1 milhão de contos. Trata-se de um projecto extremamente importante para Santa Maria, transformando-a num pólo atractivo de turismo interno, principalmente de S. Miguel. Não só o transporte marítimo de passageiros veio dar uma nova animação a Santa



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Maria, como também a própria marina vai permitir receber muitas pessoas que vêm de S. Miguel e de outras ilhas, principalmente nos fins de semana, transformando Santa Maria num pólo turístico importante.

É com o aumento da oferta hoteleira; é também com a criação de infraestruturas como esta da Marina que uma nova vocação para a ilha de Santa Maria vai surgir no futuro, criando mais emprego e fixando a juventude a esta ilha.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer um pequeno intervalo de 20 minutos.

(Eram 11 horas e 40 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 12 horas e 25 minutos)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Conforme confirmou o recente Ficheiro Central de Pessoal da Administração Pública Regional dos Açores, publicitado em Setembro do ano transacto, e conforme se constata por um brevíssimo e simples olhar a desagregação departamental das despesas com pessoal do orçamento para o corrente ano, ora em apreciação, a nossa Administração Pública apresenta características típicas duma sociedade de bem-estar, quer ao nível da



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

distribuição relativa da população activa pelo sector público, quer dentro deste.

Efectivamente, são as áreas da saúde e da educação aquelas que apresentam o maior número de população empregue, sendo responsáveis por uma parte muito substancial da despesa com o sector administrativo.

É certo que nos últimos quatro anos o aumento dessa despesa foi significativo. Tal deveu-se, em primeiríssimo lugar, à revalorização das carreiras da Administração Pública, ocorrida por força de legislação nacional, e das correspondentes adaptações legislativas regionais, aprovadas, se bem me lembro, unanimemente, por esta Câmara. Se relacionarmos este facto com a adaptação fiscal, aprovada por esta Assembleia, mormente ao nível das reduções das taxas de IRS, possíveis porque previstas na Lei de Finanças das Regiões Autónomas, bem como com a criação da Remuneração Complementar, facilmente concluiremos quão significativos foram os aumentos reais de rendimento, decorrentes das revalorizações salariais ocorridas na nossa Administração Pública.

Para além disso convém lembrar que o grosso das admissões ocorridas na Administração Pública Regional, nos últimos quatro anos traduzem a regularização de situações de pessoal que já prestava serviço na Administração, satisfazendo necessidades permanentes dos respectivos serviços. A regularização desse pessoal foi, como não podia deixar de ser, para além dum imperativo de justiça social, decorrência directa do Dec.-Lei n.º 81-A/96, bem como do Dec. Leg. Regional n.º 3/99/A, de 20 de Janeiro, que regularizou, cumpridos que fossem determinados requisitos, a situação dos trabalhadores dos Programas PROSA e MEFÉ que prestavam ou tinham prestado serviço à Administração Regional, o que totalizou, no último caso, cerca de 500 situações. Esta legislação regional foi proposta a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

esta Assembleia pelo VII Governo, e aprovada, recorde-se, por unanimidade.

Dai que, e pelo menos nesta matéria, seja de estranhar - no mínimo - o lugar comum do Despesismo Público. Sobretudo por parte daqueles que, no mesmo momento, e no mesmo lugar e com a mesma cara querem reduzir impostos e receitas regionais; e aumentar desrazoavelmente a Despesa Social e até funcionalizar trabalhadores de instituições privadas, já que não foi possível pôr a Segurança Social a pagar o salário mínimo regional. Para a nossa Direita Parlamentar, a coerência e a vergonha não são como a flor humana: quando desaparecem... não tornam a aparecer!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma política de Modernização Administrativa coerente e consolidada não pode dispensar a automatização de procedimentos administrativos, e o recurso às novas tecnologias.

Neste âmbito, cumpre destacar a implementação do Projecto INFOCID, quer através da instalação dos quiosques multimédia, em fase de ultimação, e o progressivo alargamento do acervo de informação específica da Região, quer naquele suporte, quer no respectivo "site" da Internet.

O PMP consagra ainda, para o presente quadriénio, a verba de 475.000 contos para a criação de uma Rede Integrada de Apoio ao Cidadão (RIAC), que será constituída por Postos de Atendimento e um serviço de "call center", que disponibilizarão informação e alguns serviços da Administração Pública.

E porque não há modernização sustentada que não passe pela valorização dos Recursos Humanos, será mantida, ao nível da formação profissional, a estratégia de facultar formação a cerca de 2.000 funcionários/ano. As Despesas com esta formação continuarão a ser candidatas ao FSE.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

A criação do Prémio de Qualidade em Serviços Públicos, visando o estímulo a melhoria constante do funcionamento da Administração Pública, bem como a publicação de roteiros e colectâneas de legislação, serão outras actividades a iniciar ou a serem prosseguidas.

Manter-se-á o financiamento das associações sem fins lucrativos dos funcionários da Região, através do pagamento das respectivas despesas correntes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A importância do Poder Local Democrático não foi esquecida por este Governo. Desde o acompanhamento da elaboração da Lei das Finanças Locais, e a influência exercida junto do Governo da República e dos Grupos Parlamentares do PS e do PCP, no sentido da consagração de uma discriminação positiva a favor dos municípios dos Açores, passando pelo acompanhamento dos montantes anuais de transferências do OE, que este ano aumentou relativamente ao anterior, 17,2%; a criação de um eixo específico no PRODESA para apoio ao Desenvolvimento Local, com um montante previsto de 40,716 milhões de contos, devidamente protocolado com a AMRAA - bem como ainda as verbas previstas nos Planos em apreciação, de que destacaria as áreas da Educação e Ambiente - asseguram a continuidade e reforço da já longa e bem sucedida experiência de cooperação entre a Administração Regional Autónoma e o Poder Local dos Açores.

Concretamente no que diz respeito ao Programa 30, e ao nível da cooperação técnica, dar-se-á especial atenção a implementação do POCAL, prevendo-se a conclusão do programa de acções de formação já iniciado, bem como de visitas técnicas.



Ainda no corrente ano, a DROAP terá a seu cargo o apoio à organização logística do processo eleitoral autárquico.

Ao nível da cooperação financeira indirecta, prosseguir-se-á com a política de bonificação de juros aos municípios, quer no âmbito de compromissos por estes já assumidos, quer naqueles que venham a contrair no âmbito do PRODESA. Tais encargos, aliás, implicam um acréscimo substancial na dotação desta acção.

A cooperação financeira directa com as freguesias, para obras e equipamentos das respectivas sedes também é financeiramente reforçada.

Os montantes globais de cooperação previstos são - estamos certos - suficientes para ajudar as Autarquias da nossa Região a bem desempenharem a tarefa comum de desenvolver os Açores.

Disse.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As propostas em debate , Plano e Orçamento para 2001 e Plano a Médio Prazo 2001-2004 , tem como grande linha de orientação a promoção da competitividade e a diversificação da actividade produtiva . Para que se concretize esta grande orientação estratégica são necessários meios de transporte que respondam com eficácia e rapidez .



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Desde sempre dependentes desses meios , marítimos primeiro e aéreos mais recentemente , os Açores têm tido nesses mesmos transportes um elo de aproximação , ligação mas sobretudo e sempre de discórdia. À natureza arquipelágica da Região terão que corresponder e correspondem , políticas que claramente entendam o papel fundamental que os transportes assumem no desenvolvimento económico e na coesão nacional e regional .

A melhoria das condições de vida dos Açorianos conjugada com os efeitos da globalização dos mercados e das trocas comerciais, tem vindo a evidenciar de forma acentuada o carácter ultra-periférico e insular da Região bem como a sua debilidade e dependência face a esses mesmos transportes .

Sendo uma Região Insular pobre , com uma economia frágil e pouco competitiva , totalmente dependente das vias marítima e aérea, têm justificadamente, merecido estas questões atenção redobrada. São prova disso os Regulamentos (CEE) n.º 3577/92 relativo à aplicação do princípio da livre prestação de serviços aos transportes marítimos internos nos Estados-membros (cabotagem marítima) e 2408/92 relativo ao acesso das transportadoras aéreas comunitárias às rotas aéreas intracomunitárias do Conselho de 7 de Dezembro e 23 de Julho respectivamente bem como os decretos-lei n.º 194/98, de 10 de Julho, relativo à cabotagem nacional e o 138/99, de 23 de Abril, que regula as obrigações de serviço público e as ajudas do Estado aplicadas e prestadas no âmbito dos serviços aéreos regulares entre o continente e as Regiões Autónomas .

Por força deste novo enquadramento pode um Estado-membro celebrar contratos de fornecimento de serviços públicos ou impor obrigações de serviço público como condição para a prestação de serviços de transporte regulares às companhias de navegação, marítimas e aéreas, que operem de



entre ou para as ilhas . Pode também um Estado-membro em caso de perturbação grave do mercado intervir bem como , sempre que tal se justifique, compensar mediante concurso público o prestador do serviço.

Apesar das melhorias verificadas nas últimas décadas , os sistemas de transporte só começaram a ser verdadeiramente eficazes e justos, quando a eles se passou a aplicar a legislação atrás referida a qual permite gerar equilíbrios com base em inquestionáveis princípios de cooperação e solidariedade .

Tais princípios de cooperação e solidariedade que têm permitido, potenciar a economia e aproveitar as mais valias decorrentes da nossa localização geográfica e das nossas condições naturais, carecem por vezes, que sejam devidamente adequadas as normas deles decorrentes de modo a garantirem o equilíbrio dos prestadores do serviço e simultaneamente o normal e regular abastecimento das populações . Sendo a maioria das nossas ilhas mercados de tão pequena dimensão que inviabilizam qualquer serviço de qualidade minimamente aceitável, tal equilíbrio nem sempre é fácil de atingir .

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Um dos aspectos mais visíveis , gerado por tais equilíbrios, é o da progressiva sofisticação dos meios usados e , conseqüentemente, o da diferenciação dos diversos segmentos de mercado bem como, a melhoria na regularidade e na qualidade do serviço prestado .

Em termos globais e no que a mercadorias diz respeito, o desequilíbrio entre a carga de chegada e de saída é permanente, reflectindo as características da Região . A relação entre a tonelagem descarregada e a carregada é sempre superior a três. Constata-se que, na última década, em todas as ilhas houve um forte crescimento das importações. Tomando como



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

exemplo o triângulo, as importações cresceram no Faial 38%, no Pico 23% e em S. Jorge 45% tendo as exportações no Faial decrescido 19% enquanto no Pico e em S. Jorge cresceram respectivamente 22% e 44% . Neste período, estas duas ilhas viram, em termos percentuais, as exportações crescerem tanto como as importações, no que constituem uma excepção. O transporte marítimo representa cerca de 99% do tráfego total de carga.

A redução das tarifas, o aumento da concorrência e o desenvolvimento da actividade turística fizeram com que em 2000 o número de passageiros transportados por via marítima ultrapassasse os quatrocentos e cinquenta mil e por via aérea ultrapassasse um milhão.

O transporte marítimo de passageiros que atinge a sua máxima expressão na ligação Madalena/ Horta, com 327.492 passageiros em 2000, cresceu também significativamente fora do Canal sobretudo entre os portos onde foram implementadas ligações mais frequentes.

A componente mais significativa dos 1.300.000 passageiros movimentados nos aeroportos em 1999 foi a do tráfego interno representando cerca de 50% do total . Contudo, registaram-se aumentos significativos nas ligações com o exterior.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estando a função de um porto ou aeroporto muito para além de mero elo de ligação entre dois modos de transporte e fazendo estes parte de uma enorme cadeia que associa os vários tipos de transporte e serviços e que se estende muito para além das suas áreas geográficas, assumem estes papel relevante no funcionamento e competitividade de toda a actividade económica. Assim sendo, urge introduzir alterações que permitam uma



maior flexibilidade operacional, visando sempre cada vez mais e melhores ligações.

Tais melhorias operacionais não passam apenas por aperfeiçoamentos dos enquadramentos normativos mas também e, sobretudo, por investimentos na valorização dos recursos humanos e nas infra-estruturas portuárias e aeroportuárias .

No que às infra-estruturas portuárias diz respeito, os objectivos são: Racionalizar a gestão, melhorar as infra-estruturas, dotar os portos de equipamentos adequados e dinamizar a náutica de recreio. É de salientar o esforço de investimento levado a cabo na última Legislatura o qual, como o provam os documentos aqui em discussão, terá continuidade nesta. À Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos para o quadriénio 2001 – 2004 será afectada uma verba superior a 8 milhões de contos sendo de realçar entre outras, as seguintes acções:

- Apoio ao transporte marítimo de passageiros;
- Construção da gare marítima da Praia da Vitória;
- Consolidação do porto de S. Roque do Pico;
- Construção do porto da Calheta de S. Jorge ;
- Construção de vários Núcleos de Recreio Náutico;
- Reordenamento do porto da Madalena;
- Construção do Núcleo de Pesca de Ponta Delgada;
- Desenvolvimento de planos directores portuários.

Para o Desenvolvimento dos Transportes Aéreos, tendo como objectivo a promoção e diversificação das ligações aéreas com o exterior, torna-se urgente e necessário promover a melhoria da qualidade dos serviços prestados e estimular a criação de condições para a racionalização de custos.



A esta rubrica e para o mesmo período, será afectada uma verba superior a 9 milhões de contos com a qual se pretende melhorar as condições de operacionalidade dos aeroportos e aeródromos sendo de realçar entre:

- O serviço público de transporte aéreo inter-ilhas;
- A ampliação do aeroporto do Pico;
- O desenvolvimento de planos directores aeroportuários;
- A remodelação e beneficiação de várias aerogares;
- O reequipamento em meios de salvação e combate a incêndios dos aeroportos e aeródromos;
- A aquisição de diversos equipamentos aeroportuários.

Em termos de acessibilidades estes investimentos permitem uma oferta de condições de base ao nível das infra-estruturas portuárias e aeroportuárias que garantem condições de operacionalidade com mais e melhor segurança. Disse !

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila.

Deputado José Nascimento Ávila (**PS**): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo**

Este é o mês de comemorar e Festejar o 25 de Abril, a Revolução dos Cravos, que representa para todos os Portugueses o corolário da luta contra a ditadura que durante 48 anos dominou o nosso país.

O 25 de Abril de 1974 constitui, deve constituir imperativamente para os portugueses, um momento de enorme júbilo que advém, em substância, da devolução da liberdade que eleva o Homem à sua inteira dignidade. Sem



Abril o nosso País não seria o que é, os Açores também não, nem tão pouco cada um de nós.

Foi graças ao 25 de Abril de 1974 que o Poder Local ganhou uma legitimidade que não tinha, e da sua consagração constitucional deriva um papel reforçado no âmbito do desenvolvimento económico-social.

É graças ao 25 de Abril que hoje estamos aqui juntos a debater problemas relacionados com a nossa especificidade, com as nossas características geográficas, económicas, sociais e culturais do Povo dos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os Municípios e Freguesias formalizam a organização dos cidadãos residentes na respectiva área territorial, para a realização de interesses comuns e específicos.

A convivência diária com a generalidade dos cidadãos por parte dos eleitos locais, que lhes permite conhecer as carências das comunidades que representam, alicerça o princípio da subsidiariedade no exercício do poder democrático tão perto quanto possível daqueles que por ele são afectados. Conscientes desta realidade o primeiro Governo Regional da responsabilidade do P.S., adoptou uma política de cooperação com as Autarquias Locais estabelecendo um novo tipo de relacionamento que se materializou, desde logo, na criação de um departamento governamental, no âmbito da Presidência do Governo Regional, com competências próprias nessa área, de forma a permitir uma eficácia e coordenação entre a administração Regional e as autarquias da Região.

De facto, foi sentida pelo Governo do P.S. a necessidade em incrementar essa ligação, de modo a permitir uma resposta mais célere aos problemas com que se debatem as autarquias, bem como dignificar o Poder Local



democrático, privilegiando um contacto directo na busca de soluções comuns, no respeito mútuo que sempre deverá existir entre órgãos com competência e atribuições próprias.

De salientar que a colaboração entre os dois níveis de administração é ainda mais importante numa Região pequena como a nossa.

O resultado prático dessa ligação materializou-se na celebração de contratos de Cooperação Financeira Indirecta, bonificação dos juros resultantes de empréstimos contraídos pelos municípios. Pelo programa do Plano da responsabilidade do Secretário Regional Adjunto da Presidência, foram contratualizados nos anos de 1997/2000, 49 projectos, num valor total de investimento de 8,2 milhões de contos a que correspondem empréstimos no valor de 1,2 milhões de contos.

Relativamente ao Programa de Cooperação Financeira Directa com as Juntas de Freguesia, entre os anos de 1997 e 2000, e para efeitos de aquisição de Mobiliário e Equipamento, o VII Governo Regional atribuiu apoios no montante global de 69.790 contos, o que representou um acréscimo de 46,5% relativamente ao investimento efectuado pelo último Governo do P.S.D. Para além disso, procedeu-se à informatização de todas as juntas de Freguesia da Região, dotando-as de equipamentos e formação adequada às suas necessidades .

No que diz respeito à Cooperação Financeira Directa com as juntas de Freguesia, durante o último mandato, e relativamente às Reparações/Aquisições de Novas Sedes, foram prestados apoios no valor de 186.103 contos, que representou um acréscimo de 21,5% relativamente aos apoios concedidos pelo anterior Governo da responsabilidade do P.S.D.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Importa igualmente realçar que o VII Governo Regional, desde a sua tomada de posse, estabeleceu, com os Municípios da Região, 80 Contratos ARAAL de Colaboração e de Cooperação, o que representa um investimento superior a 5,5 milhões de contos.

Importa também clarificar que as atribuições e competências das autarquias, o seu financiamento e organização resultam da nossa Constituição e das leis gerais da República, e, como consequência desse facto, não foram obras de qualquer Governo Regional.

No entanto, há que pôr em evidência que na fase de elaboração da Lei das Finanças Locais actualmente em vigor, lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, foi por influência directa e legítima do VII Governo Regional, do P.S., que se conseguiu uma diferenciação positiva com a introdução de um factor de ponderação de 1,3 para a população da Região Autónoma dos Açores, no cálculo de Fundo de Garantia Municipal.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No quadro legal vigente desenvolve-se a cooperação técnica e financeira entre a administração regional e as autarquias da nossa Região Autónoma dos Açores. Há que realçar algumas vertentes da sua concretização relativamente ao tempo do mandato do 1.º Governo Regional do P.S. bem como do mandato em curso do actual Governo Regional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se a indicação dos números que referi da cooperação, não obstante o seu significado na concretização de tantos projectos de interesse e



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

desenvolvimento regional, não fosse suficientemente elucidativo, o relacionamento franco e privilegiado das administrações regional autónoma e autárquica é também feita no dia a dia da colaboração técnica prestada, pelos diversos Departamentos da Administração Regional, no exercício das suas competências.

O relacionamento responsável e o interesse público subjacente determinam que se continue a realizar anualmente um encontro com os responsáveis das autarquias (presidentes de câmaras e assembleias municipais, vereadores), que a partir de 1998 assumiu a designação de Seminário para Eleitos Locais, realizados com a preocupação de, concentrando temas de actualidade e interesse manifesto, fazer a sua apresentação promovendo a reflexão e o debate, envolvendo o membro do Governo da tutela, dirigentes e técnicos da administração regional.

No seu programa eleitoral para esta legislatura, este Governo tem como meta os seguintes objectivos e medidas a executar:

O relacionamento com as autarquias locais está a efectuar-se através da coordenação dos actos e mecanismos de cooperação e do reforço dos contactos institucionais. Esse relacionamento deve ser sempre estabelecido na base das competências próprias de cada órgão, procurando soluções comuns e não de confronto. O papel das Autarquias, devido à sua proximidade com o cidadão, deverá ser realçado e apoiado sem discriminações;

Deste modo, o VIII Governo prosseguirá a cooperação financeira com as autarquias locais, o apoio técnico relativamente a todas as fases de acompanhamento de candidaturas aos fundos comunitários e à cooperação do Governo Regional, bem como na coordenação e centralização da informação respeitante ao investimento municipal co-financiado;



O contacto permanente com o Poder Local passa igualmente pela realização de visitas técnicas às câmaras municipais, pela análise, elaboração de pareceres e acompanhamentos da execução financeira dos projectos municipais, pelo apoio técnico aos municípios e freguesias na área das finanças locais - aplicação da nova lei das Finanças Locais – e pela análise dos instrumentos financeiros (orçamento, planos de actividades e contas de gerência) das autarquias;

De igual modo, o projecto do INFOCID-Açores permitiu a inclusão de informação relativa a pagamento de serviços prestados pelos Municípios da Região iniciativa que se espera e que possa a ser aproveitada pelas nossas Autarquias;

A realização de inspecções junto da Administração Local, competência da Inspeção Administrativa Regional, deverá ser sempre entendida, quer como um acto normal de fiscalização, quer, fundamentalmente, como uma forma de colaboração e de permitir uma melhor e mais eficaz gestão dos recursos disponíveis. Esse trabalho decorrerá em função de um plano previamente definido;

Foram também estabelecidos protocolos com os municípios visando a sua participação no processo de emissão de passaportes, melhorando os mecanismos da obtenção destes por parte dos interessados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com estes pressupostos, suponho que estão criadas as condições para poder corresponder ao que os Açorianos exigem, e ainda bem, para que todos os responsáveis da administração regional e local trabalhem com empenho e com transparência para assim poderem servir melhor o interesse do bem comum.



Disse!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Ana Paula Marques.

Deputada Ana Paula Marques (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aquando da aprovação do Programa do VIII Governo Regional dos Açores, em Dezembro de 2000, tive a oportunidade de nesta tribuna e pela 1ª vez, proferir uma intervenção cujo tema centrava-se no âmbito do Turismo. Afirmei então que este sector constitui uma actividade fundamental pela capacidade intrínseca de gerar riqueza, criar postos de trabalho, estimular o desenvolvimento regional, valorizar a cultura e a natureza, exercendo assim um efeito multiplicador sobre toda a economia.

De facto, para aqueles que acreditam no nosso modelo de desenvolvimento que pressupõe uma nova atitude, uma nova forma de pensar e agir e porque acreditamos e queremos assegurar o futuro dos Açores nas próximas décadas, temos um plano de Desenvolvimento estratégico nunca antes experimentado nos Açores. Vamos melhorar a dinâmica do desenvolvimento económico, vamos favorecer a qualificação das pessoas e estabilizar o mercado de emprego, vamos reinvestir nas redes de estruturas do território e no reforço da nossa posição geo-económica, vamos promover o equilíbrio sustentado do território, vamos melhorar as condições de vida dos açorianos e dos níveis de protecção, inserção e solidariedade social.



Nos Açores vive-se um clima de confiança, assiste-se a uma nova concepção de desenvolvimento sustentado da economia. Criámos factores inéditos de confiança e suscitámos níveis executados e potenciais de investimento privado sem precedentes na Região. Por isso, sentimos orgulho na nossa já curta história de governação socialista. Não posso deixar de exprimir este sentimento porque para nós socialistas o desenvolvimento contém elementos afectivos.

Importa, talvez tentar perceber-se o conceito de desenvolvimento. Até aos finais da década de 60 do último século, recuando portanto 40 anos, desenvolvimento confundia-se com crescimento económico. Foi então que se começou a dar importância aos factores residuais do crescimento, como a educação, o capital humano o progresso tecnológico. Foi também nessa altura que se questionaram os objectivos economicistas essenciais ao desenvolvimento. Nessa altura surge a necessidade de se olhar com mais atenção para os aspectos sociais; a saúde, a educação, o bem-estar e o conforto surge assim uma nova atitude; as políticas de desenvolvimento deviam apontar para o crescimento com equidade (Justiça Social distributiva). O desenvolvimento, pressupõe o combate às assimetrias sociais, bem como às assimetrias territoriais. O nosso modelo de desenvolvimento implica a participação activa de todos.

O Programa Operacional para o Desenvolvimento Económico e Social dos Açores (PRODESA) apresenta como 1º grande vector de orientação estratégica da política de desenvolvimento **Potenciar a Dinâmica de Desenvolvimento Económico** apontando para o incremento de competitividade e parceria para os sectores da Agricultura, Pescas e Indústrias Transformadoras em consonância com o fomento da diversificação do sistema produtivo, designadamente na afirmação



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

crecente, em termos de valor acrescentado e criação de empregos, do Turismo e outros serviços.

A transversalidade da actividade turística sobre toda a economia tem um efeito multiplicador envolvendo, o comércio, a indústria, o artesanato, a gastronomia, a cultura, o património natural e histórico, as acessibilidades.

Não restam dúvidas de que existe uma vocação natural do arquipélago para o turismo fora do contexto tradicional (sol-praia), o nosso produto turístico tem um enorme potencial nas vertentes natureza, património histórico e cultural, desportos náuticos, golfe e turismo rural.

Nos primeiros 20 anos de Autonomia houve em alguns PMP manifesta vontade de apostar no desenvolvimento da actividade turística, mas de facto não passou de um plano de intenções, porventura bem pensado mas nunca executado. Os Açores estavam fechados para o Mundo. Comentava-se então nalguns corredores dos Ministérios do Governo da República que os Açorianos não estavam interessados nas verbas para a promoção do turismo realizadas pelo ICEP. A Região Autónoma da Madeira levava a maior fatia do bolo, porque além das suas verbas levava também as que eram destinadas aos Açores.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

A Oradora: Com a Nova Autonomia, os Açores passaram a reivindicar aquilo a que tinham direito, este facto é incontestável.

Os Açores nunca foram tão falados e isso é motivo de alegria porque é uma conquista dos Socialistas e do seu Governo.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)



A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Também já tive oportunidade de afirmar em intervenções anteriores que hoje estamos, cada vez mais, perante novas formas de turismo e lazer, e um novo perfil de turista. É necessário criarem-se as condições que permitam a satisfação do consumidor, pois com as novas tecnologias de informação, os cidadãos possuem um melhor e mais aprofundado conhecimento das regiões. Segundo estudos feitos pela União Europeia têm prioridade os problemas do meio ambiente, a qualidade da oferta turística e o respeito pelo património e a cultura.

O PMP 2001/2004, documento que se encontra agora em apreciação nesta Câmara, no que diz respeito ao desenvolvimento do turismo apresenta como grandes objectivos: - valorizar e diversificar a oferta turística regional; aumentar a notoriedade nacional e internacional do destino turístico açoriano e minimizar a sazonalidade da procura turística. Para alcançar um turismo competitivo, sustentável e de qualidade é necessário implementar linhas de orientação estratégicas para o sector. Planear de forma integrada e ordenar o território; estruturar e diversificar os produtos; fomentar o emprego e o profissionalismo; redefinir a promoção e o marketing turístico; aumentar e modernizar a oferta hoteleira; aumentar e dinamizar a oferta de animação turística; reforçar a promoção institucional e privada do destino Açores, dirigida a mercados alvo e fomentar uma cultura de turismo.

Tendo em conta os objectivos enunciados, os projectos definidos, já existem impactos que podem de facto demonstrar que o turismo é um sector em crescimento. As campanhas de Promoção Turística são visíveis quer na televisão quer em jornais e revistas de grande tiragem. A nossa



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

presença em feiras da especialidade, é reveladora do sucesso já alcançado e ainda em Janeiro deste ano fomos presenteados com o 1º prémio na BTL. O enorme número de unidades hoteleiras em construção na Região é uma realidade. A criação de mais 4000 camas ao nível do alojamento hoteleiro e de 300 unidades de turismo em espaço rural. A criação de mais mil postos de trabalho para o sector turístico, a recuperação de três unidades termais nas Ilhas do Faial, da Graciosa e de São Miguel. A criação de um centro cultural e de congressos em São Miguel, a conclusão do parque de campismo das Furnas são motivos de orgulho para a governação socialista. Os empresários açorianos mostram optimismo relativamente ao nosso desenvolvimento económico. Em Fevereiro de 2001 o então presidente da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores defendeu numa entrevista à Revista Saber Açores que os “indicadores disponíveis apontam para um crescimento da nossa economia”, defendendo ainda que “o turismo é o sector onde se deve apostar” apelando para que “o sector venha a crescer de forma sustentada e que esse crescimento possa ir substituindo a dependência do sector primário”. Enquanto que os empresários estão confiantes na nossa economia outros, os pronunciadores da desgraça, advogam o caos, para esses tudo está mal, tudo não passa de um sonho cor-de-rosa, que começa a dar sinais de insustentabilidade. Felizmente os Açorianos sabem que tudo isto não passa de meras palavras, de inverdades proferidas por aqueles que pensaram, pensaram mas pouco concretizaram.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é um insulto aos açorianos!



A Oradora: O Plano de Ordenamento Turístico da RAA, modelo de desenvolvimento de médio e longo prazo que já foi adjudicado, é certamente um instrumento de referência orientador do futuro do turismo nos Açores. Este Plano traçará os objectivos e as estratégias de actuação para os diversos agentes envolvidos na actividade turística regional, quer públicos quer privados.

O PMP 2001/2004 tem programado um investimento de 6.616 milhões de contos, a distribuir da seguinte forma 1,641 em 2001, 1,520 em 2002, 1415 em 2003 e 2,040 em 2004.

É de salientar ainda, que além deste investimento, existem ainda os sistemas de incentivos regionais e nacionais que contêm verbas para o investimento na actividade turística. Ainda a iniciativa Comunitária Líder + também prevê verbas para o turismo em espaço rural. A primeira linha de orientação estratégica deste programa é precisamente ganhar o espaço rural para o turismo com a finalidade de valorizar o ambiente e o património cultural enquanto mais valias regionais.

Terminaria esta minha intervenção com as palavras proferidas pelo professor Armando Narciso no I Congresso Açoriano, que julgo terem grande actualidade, apesar de terem sido escritas na década de 40 do século anterior.. Passo a citar: “Há quem diga, em linguagem pitoresca, que o turismo é a indústria que manufactura e exporta o clima e a paisagem. E, na verdade, o turista que leva, dum região, os benefícios causados pelo clima e pelas águas medicinais e a recordação grata dos quadros panorâmicos, dos costumes populares e das obras de arte, provoca uma exportação, exportação que como qualquer outra, faz entrar ouro estrangeiro”.

Tenho dito.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Consola a ouvir!



Deputado Joaquim Machado (PSD): Contenta-se com qualquer coisa.
Não é difícil!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para pedidos de esclarecimento tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada referiu que este Governo tinha desenvolvido a recuperação de unidades termais e referiu-se especificamente ao Faial e gostaria que me informasse qual foi a unidade termal no Faial que foi recuperada?

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Ana Paula Marques.

Deputada Ana Paula Marques (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de informar o Sr. Deputado que o processo de recuperação das Termas do Varadouro, julgo que há um projecto e penso até que já houve a sua apresentação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Um esclarecimento simples.

Como sabem as Termas do Varadouro tiveram um problema no passado com o sismo de 98 que submergiu a fonte termal que dava origem àquelas termas.



Entretanto, a Câmara Municipal da Horta tinha, de facto, feito um furo a cerca de 2 km de distância que permitia ter em consideração que as águas provenientes deste furo seriam semelhantes às águas termais utilizadas nas Termas do Varadouro.

Já por duas vezes vieram a este local técnicos do Instituto Geológico Mineiro para observar e tirar amostras dessas águas e tentar aproveitá-las para a zona termal.

Está adjudicado também a uma empresa da especialidade a possibilidade da recuperação de todo aquele espaço.

Sem o conhecimento profundo desta água não haverá certamente possibilidade de recuperar as Termas do Varadouro, porque necessitam de uma água que seja comprovadamente termal.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado João Ponte.

Deputado João Ponte (PS): Sr Presidente, Sras. e Srs. Deputados Regionais, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Um dos desafios que cabe a cada um de nós, enquanto deputados, é o de estarmos empenhados, de forma responsável e consciente, na promoção de políticas que levem à redução das assimetrias sociais e económicas dos diferentes concelhos e freguesias dos Açores, de modo a promover-se o desenvolvimento integrado e equilibrado da Região.

Hoje não persistem dúvidas de que o sector das obras públicas é um dos que mais contribui, por força dos investimentos que são realizados, para a redução destas assimetrias.

Efectivamente, o sector da construção civil desempenha um papel importante na economia regional, quer em termos de emprego directo



gerado – cerca de 15% da população activa, quer, ainda, na contribuição para o Valor Acrescentado Bruto.

Para a conjuntura económica favorável que se verificou nos últimos quatro anos nos Açores, foi decisiva a contribuição do sector da construção civil, onde as obras públicas apresentam um peso significativo, com um plano de desenvolvimento de obras faseadas em volume e no tempo e no cumprimento dos prazos de pagamento aos empreiteiros e fornecedores.

É prática corrente a defesa de mais e avultados investimentos para as nossas ilhas, concelhos e freguesias, porém, também no pedir tem que haver bom senso e razoabilidade, pois os recursos financeiros não são ilimitados, e não devemos, nem podemos, colocar em causa o modelo de desenvolvimento económico sustentado da Região.

A política de investimentos, no domínio das obras públicas executadas na última legislatura e as previstas no âmbito do presente Plano a Médio Prazo, revela o esforço do Governo Regional em reduzir o atraso estrutural a que os Açores estavam acometidos.

Para se atingir patamares de desenvolvimento económico e social, semelhantes aos verificados na União Europeia, que teimosamente, e bem, ansiamos, é imprescindível melhoramos e reforçamos as nossas acessibilidades, onde o sistema de transportes rodoviários assume-se como uma das componentes fundamentais.

Em matéria de Obras Públicas este Plano corporiza o objectivo orientador do Programa do Governo, num aumento da eficácia e operacionalidade do Sistema Rodoviário Regional, melhorando as acessibilidades mediante a construção de novos troços de estradas e de obras de arte, bem como, pela conservação e reabilitação das vias existentes, dando resposta ao crescimento do parque automóvel, em circulação, de cada ilha.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Nesta vertente assume papel relevante, pela dimensão dos respectivos parques automóveis em circulação, e tráfego que geram, e ainda, pelo abandono a que foram votadas, durante largos anos, as suas estradas, os investimentos previstos no Plano a Médio Prazo para as ilhas de São Miguel e Terceira, que totalizam cerca de 21 milhões de contos.

A melhoria das condições de segurança nas estradas continuará a constituir matéria de extrema importância e prioridade nas ordens de preocupações deste Governo. A melhoria das condições de circulação das nossas estradas, o reforço da sinalização vertical e horizontal das nossas vias, contribuirão para o aumento da segurança do Sistema Rodoviário Regional, e para a redução dos índices de sinistralidade que persistem nas nossas estradas.

No âmbito do Sistema Rodoviário Regional, o Plano a Médio Prazo reserva um montante de 25,5 milhões de contos, cerca de mais 35% (a preços de 2000) do que o último plano do governo de responsabilidade do PSD.

Sr Presidente, Sras. e Srs. Deputados Regionais, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apesar dos progressos que ocorreram nos últimos anos, e da situação de quase pleno emprego que atravessamos, são ainda em número considerável as famílias que não tem acesso a uma habitação condigna, que queremos que todos tenham direito.

Por outro lado, os aspectos relacionados com a segurança estrutural do nosso parque habitacional – onde grande parte das habitações não possuem elementos resistivos em betão armado e o potencial crescimento da população açoriana, impõe-nos a necessidade de continuar a renovar e ampliar o parque habitacional dos Açores.



O grande impulso dado à área social através de um crescimento da construção de habitação e da recuperação de habitação degradada, constituiu um sector fundamental e prioritário da acção do primeiro mandato do Governo Regional do Partido Socialista, tendo com isso contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento sócio-económico e estrutural da nossa população.

Prova disto foi o esforço financeiro assumido pela Região, na ordem dos 11 milhões de contos em investimento directo, mais cerca de 12 milhões de contos assumidos pelo INH nos acordos de cooperação com as Autarquias Açorianas.

Estimular o acesso à habitação própria, será uma das políticas da Habitação do VIII Governo Regional, através da criação de condições e mecanismos favoráveis aos cidadãos de determinados estratos sociais acederam, por iniciativa própria, à melhoria da sua situação habitacional. Não devemos ter dúvidas que a implementação de uma política favorável à aquisição de habitação própria, trará grandes benefícios ao agregado familiar, reforçando a sua privacidade e preservando a intimidade pessoal dos seus membros, para além, de ser um factor de fixação de pessoas e famílias nas zonas mais rurais, podendo ainda retrain o fluxo de jovens para os meios urbanos.

O direito constitucional dos cidadãos em possuírem uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto, encontrou, no Programa do VIII Governo Regional do Partido Socialista, a determinação e vontade de concretizar, o mais possível, tal objectivo social. Este Plano, materializa esta vontade com a afectação de um verba significativa, cerca de 6 milhões de contos, na promoção de políticas de apoio à construção ou aquisição de habitação.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Continuará a ser uma preocupação deste Governo a recuperação das habitações sem condições mínimas de habitabilidade, dotando-as de conforto, salubridade e segurança, elevando assim a qualidade de vida das populações.

A necessidade de se proceder a uma intervenção com o objectivo de preservar o nosso património arquitectónico e urbanístico, passará por uma aposta clara na reabilitação urbana e na conservação do tecido habitacional regional.

A este objectivo, será associada um nova preocupação, na salvaguarda das populações, no que se refere à segurança sísmica, com a adopção de um conjunto de medidas que melhorem a resistência das habitações aos fenómenos sísmicos.

Por todos estes argumentos, só haveria um caminho possível, o de continuar a aposta no investimento na habitação.

No programa da Habitação, o Plano a Médio Prazo reserva um montante de 11 milhões e 450 mil contos, cerca de mais 22% (a preços de 2000) do que o último plano do governo de responsabilidade do PSD.

Sr Presidente, Sras. e Srs. Deputados Regionais, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como é constatável, o passado do Partido Socialista, apesar de curto, marcou de forma positiva e indelével, em matéria de obras públicas e habitação, o desenvolvimento desta Região e a recuperação do seu atraso estrutural.

Já por diversas vezes foi reafirmado nesta Assembleia, pelo maior partido da oposição, e quando se fala da acção governativa do passado, que “o PS também já tem passado.”



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Efectivamente, o PS já tem “passado” governativo, do qual os socialistas e muitos não socialistas se orgulham.

O sucesso governativo deste Governo, em áreas como as Obras Públicas e a Habitação, a que não serão alheios os resultados eleitorais que permitiram uma nova maioria parlamentar de apoio ao Governo nesta Assembleia, contribuíram para a redução das assimetrias sociais e económicas das diferentes Ilhas e para o reforço da promoção do desenvolvimento integrado e equilibrado da Região.

A referência atrás referida não se enquadra na prática do auto-elogio do Governo, muitas vezes insinuada pelos partidos da oposição, mas sim consubstanciada na constatação efectiva e real de factos e obras, que o passado registou, o presente testemunha e o futuro confirmará.

De facto, estamos perante aquilo a que o PSD chamou, a quando da discussão do Programa do Governo, da “política dos quatro Ps” (“Promessas, Projectos, Propostas e Primeiras Pedras”), e à qual o PS acrescentou um P, transformando-a na política dos cinco Ps (“Promessas, Projectos, Propostas, Promoção e Pagamentos em Dia).

(Risos da bancada do PS)

É nesta linha de actuação política que Açorianos esperam que o VIII Governo Regional dos Açores continue a promover e a desenvolver um conjunto de políticas que potenciam o desenvolvimento integrado, económico e social das suas localidades.

Os Açorianos esperam e merecem, na certeza que continuarão orgulhosos do VIII Governo Regional dos Açores do Partido Socialista.

Disse.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, não há mais inscrições. Peço a vossa atenção para os tempos ainda disponíveis que o Sr. Secretário vai divulgar.

Secretário (Raúl Rego): Tempos disponíveis:

PS – Tempo gasto 276m, tempo disponível 24m;

PSD – Tempo gasto 197m, tempo disponível 13m;

PP - Tempo gasto 54m, tempo disponível 6m;

PCP - Tempo gasto 47m, tempo disponível 13m;

Governo – Tempo gasto 216m, tempo disponível 84m.

Presidente: Srs. Deputados, chegámos ao fim dos nossos trabalhos da parte da manhã. Retomamos às 15 horas com as intervenções finais, seguindo-se depois a votação dos documentos em apreciação.

(Eram 13 horas e 15 minutos)

Presidente: Estão reabertos os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 30 minutos)

Vamos dar início às intervenções finais relativas ao debate que efectuámos. Tem a palavra o Sr. Deputado do Partido Comunista Português, José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:



Está a chegar ao fim este longo debate do Plano e Orçamento para 2001 - 2004.

O Grupo Parlamentar do PCP veio para este debate com uma orientação clara, definida pelas II Jornadas Parlamentares do PCP e que tive oportunidade de explicitar na intervenção inicial. Procuramos seguir com rigor e total coerência essa orientação.

É importante precisar, neste momento, as razões da nossa opção.

O PCP e a CDU/Açores defendem intransigentemente a economia produtiva regional, isto é, defendemos há muitos anos o direito de produzirmos de acordo com as nossas potencialidades; defendemos, não menos intransigentemente, que sejam realizadas políticas sociais que visem o combate à exclusão social e a introdução de muito maior justiça social; defendemos uma política evolutiva de justa compensação dos trabalhadores pelos custos acrescidos gerados pela insularidade; defendemos uma política e práticas que visem combater e diminuir o trabalho precário; defendemos uma política de saúde que vise garantir a existência de um eficiente Serviço Regional de Saúde, generalizado e tendencialmente gratuito; defendemos a realização de uma política educativa coerente, assente na valorização e dignificação da instituição Escola e na participação de toda a sociedade; defendemos uma política na área da cultura que vise criar condições generalizadas de fruição cultural e apoios isentos à criação cultural; defendemos uma política ambiental moderna, preservadoras do nosso património natural e que vise criar uma melhor qualidade de vida.

Somos uma força política que procura, coerente e permanentemente que sejam criadas condições para que exista um desenvolvimento com verdadeira e generalizada repercussão social. Somos uma força política que defende e defenderá sempre os mais desfavorecidos. Somos uma força



política que valoriza e valorizará sempre o trabalho e defende e defenderá sempre os trabalhadores, sejam por conta de outrem, sejam por conta própria.

É neste contexto geral que teríamos que optar, ou por absolutizar as diferenças, as divergências, as críticas e as reservas, por vezes profundas, que temos em relação às propostas governamentais de Plano e Orçamento para 2001 e de Plano de Médio Prazo 2001 - 2004, ou então por procurar, através de diálogo político contribuir para alguns equilíbrios em dotações e principalmente algumas clarificações de orientação.

Optámos responsabilmente por esta última via e procurámos neste debate, deixar bem clara essa opção e a postura que dela resulta.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao definirmos este tipo de comportamento tivemos também que fazer outro tipo de opções, nomeadamente, no que toca às áreas e matérias que privilegiaríamos nesse diálogo.

Surgiu desde logo, em primeira linha, a nossa preocupação pelos sectores produtivos em geral e pela agricultura e agro-pecuária em especial. Apresentámos, neste Plenário a visão que temos da política agrícola que pensamos ser necessária. Colocámos questões concretas ao Secretário Regional da Agricultura e embora saibamos que vivemos e continuaremos a viver num período de grande indefinição quanto ao futuro e que essa indefinição exige uma permanente atenção e mobilização do sector, obtivemos da parte do Governo o compromisso público de que não visa diminuir a importância económica relativa do sector e de que não visa impor produções de leite abaixo dos limites comunitariamente estabelecidos. Obtivemos também resposta de que irá ser realizado um



profundo debate preparatório com o sector sobre a postura regional a adoptar no crucial processo de negociação intercalar da quota do leite em 2003. Será aqui o momento adequado para deixar o repto de que este assunto seja tratado por todos os partidos com o espírito de um “pacto de regime” tal importância que assume essa negociação para o futuro da economia regional.

Neste sector o Governo reconheceu ainda que muito há que fazer na área das infraestruturas agrícolas, pelo que apresentaremos propostas tendentes ao reforço, no quadriénio, das verbas para a rede viária rural e apresentaremos também uma proposta que visa a elaboração de plano regional de recuperação dos caminhos rurais.

Quanto à área da pesca, foi afirmado pelo Governo, perante esta Câmara, estar em fase final de preparação um fundo de garantia salarial tendo nós defendido ser indispensável que essa medida fosse encontrada e estabelecida num quadro de diálogo com o sector, nomeadamente com os representantes dos pescadores.

Defendemos perante o Governo a visão que temos da política educativa e a necessidade que existe de haver uma política educativa muito mais profunda no que respeita à orientação e muito mais objectiva no que toca ao investimento no parque escolar.

Na sequência deste último ponto anunciámos ontem que iremos apresentar uma proposta de alteração no que toca à nova Escola Secundária da Horta e que visa garantir de forma segura o arranque dessa obra em 2003 e não em 2004.

A proposta em apreço visa, não só assegurar o arranque no ano anterior ao previsto como garante a continuidade da obra no último ano do quadriénio.



Defendemos na área da política social ser necessário rever as metodologias usadas na programação da construção e renovação das infraestruturas de apoio social, aos idosos e à criança e iremos apresentar nessa área uma proposta de alteração, muito objectiva, que visa o arranque este ano e a conclusão no quadriénio do Lar de Idosos do Concelho das Lajes das Flores, velha necessidade sentida desde 1976 e antiga aspiração que une todos os florentinos.

Defendemos neste Plenário a necessidade de haver uma política evolutiva de consolidação e actualização da compensação dos trabalhadores pelos custos da insularidade e obtivemos do Governo a garantia de que as melhorias legislativas introduzidas, pelo Decreto Orçamental, no articulado dos diplomas do Complemento de Pensão e da Remuneração Complementar, serão vertidas para a legislação comum, o que representa um passo significativo na consolidação legal daqueles conceitos.

Informámos em Plenário estarmos de acordo com a programação financeira no que respeita a reconstrução das ilhas atingidas pelo sismo de 9 de Julho de 1998, não deixando de sublinhar as preocupações que a execução material deste processo nos levanta e reafirmamos a nossa determinação em continuar a contribuir para a boa resolução de situações difíceis e concretas que resultam deste processo.

Dentro do tempo que o Regimento nos atribuiu procurámos aplicar com rigor a opção de abordagem concreta de orientações e problemas concretos que afectam ou interessam ao conjunto desta sociedade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Permita-se-me uma reflexão mais sobre a economia regional.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O turismo aparece hoje com um sector económico com uma potencialidade renovada. O Governo Regional afirma apostar nesse sector, o que nos parece bem, mas essa situação exige uma clarificação rigorosa. O desenvolvimento dos Açores depende actualmente em 45% do desempenho da cadeia de valor da Agricultura, 4% do turismo, 3% da pesca e 48% da dinâmica de apoio externo.

Estes valores permitem e indiciam o raciocínio de que o desenvolvimento do turismo é muito importante e para que se dê, não é necessário pôr em causa aquelas que são as nossas essenciais capacidades produtivas.

Afirmaria mesmo que perante a perspectiva, diria que inevitável, de haver uma diminuição da dinâmica de apoio externo, é indispensável que sectores como o turismo se expandam e consolidem. Sublinho entretanto, que nesta linha de raciocínio, estamos no essencial a acrescentar, a harmonizar e a fortalecer a economia regional e não estamos a minar, diminuir ou desaproveitar as nossas capacidades produtivas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma palavra final para sublinhar o facto da postura que assumimos não significar existir uma linha de concordância geral com as políticas e algumas práticas do Governo.

As discordâncias, as divergências e as concepções diferentes não só existem, como são bastante acentuadas.

Entretanto perante o facto de podermos exercer a nossa acção política contribuindo para um processo social e político que se quer dinâmico e que desejamos participado não hesitamos e participamos.

Aqueles que confiam em nós sabem que este esforço, por vezes difícil, é o caminho mais certo.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Será em consonância com tudo o que afirmámos que iremos conduzir as nossas votações.

Será sempre em consonância com os nossos princípios e valores que continuaremos a conduzir a nossa acção política.

Disse

Muito Obrigado

Presidente: Para uma intervenção final, em nome do CDS/PP, tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Ao longo dos últimos quatro anos, a apreciação, pela Assembleia, dos Planos e Orçamentos do Governo Regional, deu origem aos momentos de mais intensa discussão parlamentar e de maior expectativa política.

Agora, perante um Governo com maioria absoluta, a situação é bem diferente, pois prevalece apenas a vontade do Partido do Governo, o que certamente não será o melhor para se atingir as soluções mais úteis e mais equilibradas para o conjunto da sociedade açoriana.

Há um ano consubstanciaram-se importantes decisões dos Partidos da Oposição no sentido da diminuição dos impostos e do aumento das Pensões e da Remuneração Complementar.

Infelizmente, agora não foi possível prosseguir esta importante medida, já que o Partido Socialista votou contra o aumento para 25% da redução do IRS.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Apesar de tudo, os Açorianos vão continuar a beneficiar pelo menos das reduções de 20% no IRS e de 30% no IRC, que a oposição conseguiu no passado.

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O Partido Popular não pode estar de acordo com um Orçamento que no geral se afigura expansionista, mas que não contempla um aumento condigno do Complemento de Pensão para os reformados e Pensionistas da Região.

O Partido Popular tinha proposto que para este ano o Complemento de Pensão, tivesse um aumento de 25%, passando de 6.000\$ para 7.500\$00.

Um aumento de 1.500\$00 mensais traduzia um esforço orçamental perfeitamente possível e compensador para aqueles que já deram uma vida de trabalho à sociedade e ainda auferem pensões de miséria, que a todos nos envergonham e põem em causa o sentido de justiça da nossa democracia e da própria autonomia, naquilo em que ela poderia corrigir.

Inacreditavelmente o PS chumbou essa proposta e apresenta agora uma envergonhada actualização de 6,5%, valor um pouco acima da inflação, que corresponde apenas a 400\$ mensais.

Senhor Presidente e Senhores Deputados

O Partido Socialista tem o hábito de acusar injustamente a Oposição de não indicar o cabimento orçamental das suas iniciativas.

O Partido Popular não tem qualquer dúvida de que num Orçamento anual superior a 200 milhões de contos, se houvesse um mínimo de vontade política os Socialistas encontrariam cabimento para aumentar em 1.500\$ mensais os Reformados e Pensionistas da Região que auferem menos do que o salário mínimo, e em menor percentagem os que o ultrapassam mas não pagam impostos.



Governar é fazer opções. Não se pode gastar no “farelo” e depois vir dizer que não se tem dinheiro para a “farinha”.

Nunca a Região teve tantos meios financeiros ao seu dispor, é o próprio Governo Regional do PS que o apregoa.

Por isso, não encontra cabimento orçamental para actualizar condignamente os Pensionistas, porque o não quer.

Durante o debate, tivemos oportunidade de apresentar vários exemplos bem elucidativos da insensibilidade do PS para esta magna questão social.

É isso que nos distingue dos Socialistas.

Mas há muitos outros critérios e prioridades neste Plano Anual e de Médio Prazo que merecem as maiores dúvida e até discordância.

Este Governo Socialista reservou no PMP para apoio à investigação científica e tecnológica uma verba de 8,5 milhões de contos.

Parece-nos um exagero numa região com a nossa dimensão, com o grau de subdesenvolvimento que nos caracteriza, com as carências básicas que nos colocam na cauda do país e da Europa, com um nível de pobreza que nos envergonha, com um grau de analfabetismo assustador, com o maior numero relativo de utentes do Rendimento Mínimo Garantido do país, e naturalmente com um numero de verdadeiros cientistas muito reduzido.

Custa-nos a acreditar que se trate de uma medida prioritária, justa e urgente, aplicar metade dos Impostos que todos os Açorianos num ano pagam em IRS, em apoios à investigação científica no PMP, quando temos as nossas estradas no estado que conhecemos, quando as escolas têm as carências sabidas, quando o serviço regional de saúde está endividado e labuta com limitações quotidianas e quando uma habitação digna ainda é uma miragem para muitos açorianos, incluindo jovens casais da classe média.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Para o Partido Popular este Governo Regional do PS, com este tipo de opções, está a perder a noção da realidade, enveredando por uma megalomania nada consentânea com as reais necessidades e prioridades da maioria dos Açorianos.

O Partido Popular estará atento e compromete-se a fazer as denúncias desta utilização abusiva dos dinheiros públicos, que também são nossos, e que deveriam dirigir-se prioritariamente para a satisfação das necessidades básicas das populações e não para grandezas e fanfarronices.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Os diversos Planos têm vindo a perder algum crédito, na medida em que se têm transformado, em documentos onde os Governos tentam contentar todas as aspirações de cada uma das Ilhas, mas sem atenderem à real capacidade de virem a executar, no período determinado, os projectos e as acções inscritas.

O mais grave é quando já existe por parte do Governo a intenção de não executar alguns daqueles projectos, como ficou claramente demonstrado pelo Partido Popular, durante este debate.

Em cada uma das Ilhas dos Açores todos nós conhecemos imensos casos de promessas, que foram inscritas pelo Governo Regional nos diversos Planos e Orçamentos, mas que nunca foram executadas. Algumas delas remontam ao Plano de 1997.

Aliás, mesmo em relação a Resoluções aprovadas unanimemente pelo Parlamento dos Açores, o Governo Regional de forma prepotente acaba por não as respeitar, mesmo quando são de simples solução, como é o caso das medidas que visam resolver a situação de crise que afecta os taxistas da Região. Bastaria um pouco de boa vontade e alguma competência.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Partido Popular não tem qualquer problema em reconhecer que este Governo Regional do PS, nos primeiros anos do mandato anterior, teve algumas medidas inovadoras e muito positivas para a Região e para as suas populações, algumas delas até propostas pelo CDS/PP.

Porém, à medida que o tempo tem passado, este Governo tem vindo a transformar a sua prática política numa rotina que compromete as expectativas criadas, seguindo aliás um percurso muito semelhante ao que aconteceu com o Governo Socialista da República, que nos últimos tempos já entrou em fase de agonia, arrastando consigo o próprio país, que mergulha a todos os níveis numa preocupante crise, que naturalmente também já vem chegando aos Açores, nos sectores que mais dependem da política nacional.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Este Governo Regional arredou dos seus objectivos a realização das reformas que a nossa Região exige, quer no campo social quer na área económica, sendo notória a crescente insatisfação de diversos sectores face à incapacidade Governamental de dar as adequadas respostas aos crescentes problemas que persistem na nossa sociedade.

É ver a indefinição que paira sobre a lavoura açoriana e a sua insatisfação perante o facto de o Governo Regional não acautelar devidamente a resolução dos seus problemas, numa perspectiva de futuro, pois que para além de persistirem as limitações estruturais do passado, surgiram novas e graves dificuldades que continuam a ensombrar e a perturbar o sector mais importante da economia regional, com a crónica desvalorização dos seus produtos, a falta de infraestruturas, o mau estado dos caminhos agrícolas e os atrasos nos projectos de investimento.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Se no Turismo, nas ilhas maiores, o sector tem evoluído muito positivamente, nas Pescas, por exemplo, continua a assistir-se a uma grave crise, sobretudo na pesca industrial, com naturais reflexos na respectiva indústria, assistindo-se paralelamente, por parte do Governo, a um tratamento discriminatório para com os pescadores artesanais e em relação a algumas das suas Associações de classe.

Nas áreas sociais, o caos que se vive na Saúde é preocupante e não tem merecido a devida e eficaz resposta por parte do Governo Regional.

Só que o problema parece ser mais profundo e tem a ver com o próprio sistema socialista que preside à filosofia do Serviço Nacional de Saúde, no qual o Serviço Regional se insere. Um sistema que é insensível ao papel do mercado, que trata especialistas de rara sensibilidade como meros funcionários públicos, que ignora o papel das seguradoras e que dispensa o contributo dos que podem participar os custos dos respectivos serviços é um sistema injusto obviamente ineficaz.

Paralelamente o Governo não consegue melhorar o funcionamento do Serviço e gradualmente vai perdendo o controlo sobre os seus custos, permitindo que, de novo, entre numa perigosa derrapagem financeira, com uma dívida que neste momento já atinge os 12 milhões de contos, sem que o Orçamento Regional preveja qualquer solução para este buraco financeiro.

Só lamentamos que os Socialistas se tenham esquecido das receitas que propuseram no passado, quando eram oposição, já que a doença agora é a mesma.

Deputado João Cunha (PSD): *Pior!*



O Orador: Por último uma preocupação sobre o comportamento do serviço da dívida regional, que já vem crescendo a uma média de 700 mil contos por ano.

Para 2001 prevê-se um acréscimo de 30%, envolvendo já custos da ordem dos 2.7 milhões de contos.

Finalmente uma denúncia sobre a aplicação do Rendimento Mínimo Garantido, que é obra do Governo da República, e que poderia e deveria ser na Região um importante instrumento de assistência social aos excluídos da sociedade, nomeadamente junto daqueles que objectivamente estão incapacitados de auferir o seu meio de sustento.

Pelo contrário, tem-se criado nos Açores imensas injustiças com a aplicação desajustada do Rendimento Mínimo Garantido, o respectivo controlo e a fiscalização não funcionam eficazmente e nalguns casos em vez do Rendimento Mínimo trazer mais gente para o mercado de trabalho está, incompreensível e injustamente, retirando gente do trabalho, tudo isto nas barbas do Governo Regional e à custa daqueles que de forma séria persistem em trabalhar.

Em conclusão: O entendimento do Partido Popular é de que os documentos não traduzem uma programação realista, não atendem a prioridades requeridas por importantes parceiros e agentes económicos e sociais, não contemplam os apoios ao investimento com as dotações necessárias, não apontam para a racionalização da Administração Regional, antes pelo contrário, nem indicam uma vontade de diminuição do peso do sector público na economia, não fazem as melhores opções por forma a dar satisfação aos sectores mais pobres da nossa sociedade.

Por tudo isto, e de forma fundamentada, o Partido Popular vai votar contra estes documentos



Oxalá que os Açorianos não se arrependam da maioria absoluta que deram ao Partido Socialista.

Presidente: Para uma intervenção, em nome do Partido Social Democrata, tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Um governo saído de eleições cria novas expectativas.

Deste segundo governo socialista os açorianos esperavam que cumprisse as velhas promessas, abraçasse novas causas, tivesse coragem reformadora, espírito criativo e visão estratégica.

Ao oitavo governo pede-se que confirme no Parlamento as razões da vitória eleitoral alcançada.

Ainda não o fez.

O PS venceu as eleições, mas começa a não convencer os açorianos.

O que há de novo no reino socialista é apenas a maioria absoluta, que responsabiliza o governo e subtrai-lhe as desculpas.

Os açorianos ainda não sentiram as vantagens da maioria absoluta do PS.

O governo está menos dialogante e julga-se auto-suficiente.

O governo está mais distante do povo e o partido que o suporta é uma extensão do poder, guiado pelo eleitoralismo e comandado por uma rede clientelar, umas vezes disfarçada de “Estado paralelo”, outras descaradamente assumida.

A “força da razão” cede perante a “razão da força”. O governo está fechado sobre si, encantado com o poder, é incapaz de resistir à tentação da propaganda, é propenso ao terrorismo verbal, está vocacionado para comandar a sociedade que não liberta.



Em 1993, no debate sobre o Plano de Médio Prazo e Orçamento, o então Deputado Carlos César acusou o governo do PSD de ter sofrido quatro derrotas.

Primeiro, acusou o PSD de não realizar a solidariedade nacional, mas agora desperdiça as virtudes da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, transmite uma versão pouco ambiciosa da sua revisão, acorrentado que está ao Governo da República decadente, do qual é alma gémea.

Os Açores não podem ser prejudicados pela crise do socialismo de Guterres, no qual a Autonomia Cooperativa se baseia.

A segunda crítica que o então Deputado Carlos César apontava ao governo social-democrata, e passo a citar “... concerne à sua capacidade de contenção das despesas correntes e à priorização das despesas de investimento.”

O debate demonstrou que hoje tal crítica assenta neste governo como uma luva.

O estilo socialista é incompatível com a contenção das despesas correntes e se há característica da estratégia de desenvolvimento do PS é que nada é prioritário, pois a todos se dá um doce, mas a ninguém se mata a fome.

A terceira derrota política de que o então Deputado Carlos César acusava o governo social-democrata era, passo a citar “... a derrota política ... do governo, ao partir para uma actividade governativa originalmente informada pela reprovação generalizada dos parceiros sociais que se expressaram, desde as organizações empresariais às sindicais.” Fim de citação.

Mais uma vez, ao criticar o último governo social-democrata saído de eleições, o Deputado Carlos César antecipou uma crítica ao Presidente Carlos César.



A coerência discursiva impõe a este governo uma acutilante autocrítica.

O PS teve maioria absoluta, mas está isolado, a sua estratégia não é a dos parceiros sociais, pois a desconcertação social é o fruto mais recente da democracia musculada do PS.

Em 1996, a intensidade crítica dos parceiros sociais era muito menor, sinal evidente de que o segundo governo socialista é pior do que o primeiro, prova irrefutável de que o tempo é o verdadeiro inimigo do PS e do governo.

Que não se diga que as críticas dos parceiros sociais são suportáveis e naturais, porque todos querem mais para o seu sector ou actividade.

Pelo contrário, os parceiros sociais querem o que lhes prometeram, querem que se concretize o que está anunciado no discurso e, em muitos casos, querem outra política, outra estratégia, outro rumo para os Açores.

A última crítica do então Deputado Carlos César era que os Planos de 1993 e 1994 seriam a execução material pré-eleitoral de 1992.

Na verdade são muitos os exemplos de que em 2001 vamos pagar a factura do eleitoralismo do PS no ano 2000.

Criticas de ontem que são verdades de hoje.

Nada é eterno. Muito menos perante incoerências insanáveis.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PSD está apto a aprender com os erros do seu passado e com os erros do presente socialista.



Os açorianos esperam algo de verdadeiramente novo, que acautele o futuro em vez de o hipotecar.

Não podemos adiar reformas – como a da saúde ou da administração pública; não devemos conviver com incertezas que é o sentimento dominante entre os nossos agricultores e pescadores; não podemos baixar os braços perante a toxicodependência ou a crescente insegurança dos nossos maiores centros populacionais; temos de recuperar o atraso na educação e não a encarar apenas na perspectiva da construção civil; há que enquadrar estrategicamente o desenvolvimento turístico, privilegiar o investimento privado como base do nosso desenvolvimento, garantir a qualidade do nosso ambiente e libertar a sociedade civil – que é um dos maiores desafios da democracia participativa.

Nos últimos e nos próximos anos, considerando os apoios financeiros da União Europeia, vivemos um enquadramento financeiro favorável, mas ao nosso ritmo de crescimento económico levaremos muito tempo, tempo demais para atingirmos a convergência real.

Há oportunidades que estão a ser perdidas.

Entre o que se prometeu e o que se programa e entre o que se programa e o que se realiza vai uma grande distância.

A estratégia de desenvolvimento do governo, que a maioria absoluta do PS irá aprovar, está ferida na sua credibilidade.

O executivo tem quatro anos para confirmar o que prometeu e restituir à sua estratégia a credibilidade perdida.

Os documentos do governo prevêem obras com as quais estamos de acordo, objectivos que subscrevemos, investimentos que aplaudimos.

Este Plano de Médio Prazo e o Plano para 2001 são panfletos eleitorais. Não são boas estratégias de desenvolvimento para os Açores.



Deputado João Cunha (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Ao maior investimento de sempre tem de corresponder um crescimento económico gigantesco, o ataque final às injustiças sociais, o fim ou o princípio do fim dos constrangimentos estruturais do nosso desenvolvimento.

Em 2002, 2003 e, sobretudo, em 2004 veremos se se confirma o optimismo do governo que, para já, não condiz com as dúvidas dos empresários, dos agricultores, dos pescadores, dos sindicatos, dos alunos, dos professores, dos profissionais de saúde, dos agentes culturais, dos pais e dos filhos, das açorianas e dos açorianos.

Do governo do PS não digo que não faz nada, tem mesmo algumas medidas positivas, digo que fica longe do que prometeu, alguém do que devia fazer e, o pior de tudo, alguém do que podia fazer com os muitos milhões que tem.

O optimismo do governo não condiz com as incertezas do povo e com algum pessimismo que, infelizmente, hoje se sente.

Aos políticos cabe tomar medidas que restituam a confiança no futuro.

O PSD confia nos açorianos, no seu trabalho, na sua inteligência, na sua ambição mobilizadora das melhores energias de um povo que já deu provas de saber ultrapassar os obstáculos.

A democracia tem a vantagem de ser o povo a mudar de governo e não o governo a substituir-se ao povo.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem!*



(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Neste debate e na vida política açoriana o governo faz oposição à oposição.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Nunca saiu da boca deste governo um único elogio ou reconhecimento do trabalho do PSD.

Neste debate, o PS em cinco horas e com 30 Deputados, não viu um único defeito na estratégia do governo.

Nós criticamos porque é essa a missão de um partido de alternativa.

O PS bem sabe que é assim, porque não fez outra coisa durante 20 anos.

A diferença é que o PSD apresenta e apresentará propostas e também sabe e saberá reconhecer o que está bem.

O aumento das pensões e das reformas e a diminuição do IRS que o PSD apresentou e o PS reprovou foram a primeira prova de que o PSD não prescindirá de apresentar propostas e que o PS está, em regra e por princípio, indisponível para as aprovar.

Também apresentaremos propostas de alteração para o ano de 2001 e desafiamos o PS a aprová-las.

Deputado Bento Barcelos (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: As nossas propostas não fazem com que uma má estratégia passe a ser boa, mas reforçam o combate à toxicod dependência, reforçam as verbas da habitação degradada e do abastecimento de água à lavoura, privilegiam a iniciativa privada com mais meios financeiros para o



incremento à actividade económica e dão resposta à necessidade urgente de compensar os rendimentos dos trabalhadores.

Neste debate o governo privilegiou os que estão à sua esquerda e discriminou os que estão à sua direita.

As nossas propostas não têm cor partidária, são fruto de uma vontade prevalecente nos açorianos.

Sente-se na governação açoriana a falta de um líder que coordene a estratégia de desenvolvimento em vez de coordenar as tácticas partidárias.

A um Presidente do Governo exige-se que seja um Presidente para todos e não para alguns, que fomente o consenso e não semeie a guerrilha partidária.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: O PSD acaba este debate de consciência tranquila – identificamos os problemas, demos voz a muitos açorianos que não subscrevem a estratégia do governo.

O PSD está a trabalhar todos os dias, ao lado do povo.

O governo com maioria absoluta e tantos milhões, não tem qualquer desculpa para o que não fizer ou fizer mal, apenas terá culpa.

Falta uma legislatura para mudar de governo.

Temos quatro anos para afirmar uma alternativa.

É o que o PSD está fazendo e fará.

Prosseguiremos a nossa política de ajudar os açorianos.

Hoje na oposição.

Amanhã no governo.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*



(Aplausos de pé da bancada do PSD)

Presidente: Para uma intervenção, em nome do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Momento da Verdade do Governo!

Assim pensam alguns sobre todo o processo que temos vindo a desenvolver ao longo dos últimos três dias, e que culminará, dentro de momentos, com a votação das propostas do Plano e Orçamento para 2001 e do Plano de Médio Prazo 2001-2004 que o VIII Governo Regional submeteu à apreciação desta Câmara.

Esta afirmação do Momento da Verdade, denota uma visão parcial e limitativa da importância do momento, e constitui uma confissão, ao mesmo tempo de derrota e de impotência, de alguns partidos da oposição, nomeadamente do PP e PSD, face às propostas de investimento que estão perante nós, deputados.

Na verdade, ao falar assim, parecem alguns quererem colocar-se na asséptica política e comodista posição de serem meros espectadores do exercício e da materialização duma determinada estratégia de desenvolvimento para os Açores.

Colocam-se, a eles próprios, redutora e lamentavelmente, no campo de quem nada tem para avançar, abdicando do exercício de um dos mais nobres poderes que aos deputados e aos partidos políticos pode assistir em Democracia: A definição, a modelação do nosso desenvolvimento e, por conseguinte, do nosso futuro colectivo.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

É certo que são as propostas do Governo, é certo que estamos perante um concreto trabalho já pensado, já debatido, já analisado pelo Governo. Mas daí a abdicar de forma tão clamorosa dos poderes que o Estatuto confere a este Parlamento vai um passo que alguns partidos não hesitaram em dar com prejuízo para a Autonomia e para esta Assembleia. Aliás, o facto desta postura não ser inédita, nomeadamente da parte do PSD, não atenua, pelo contrário, agrava a perspectiva de pessimismo que enforma a actuação desse partido.

É uma afirmação de derrota e de impotência, uma confissão perante os açorianos:

Derrota no sentido de não conseguir ultrapassar um estado de espírito de crítica permanente, feroz, destrutiva em que a sinceridade de algumas atabalhoadas tentativas de elogio é logo desmentida pela obsessão de criticar, pelo visível prazer do deita abaixo.

Impotência, na medida em que o PSD não conseguiu estabelecer a coerência lógica entre a já velha Nova Esperança e a importância do desafio com que neste momento é confrontado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Estas são propostas do Governo! Mas é aos deputados que compete discuti-las, melhorá-las, aprofundá-las e, por fim, votá-las.

Daí que seja incompreensível a posição de alguns partidos da oposição de, abdicando dos seus poderes, preferirem utilizar o alçapão da maledicência ao palco do confronto de ideias e propostas devidamente analisadas em tempo válido.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Espíritos há que teimosamente pretendem fazer passar a ideia de que estes documentos enfermam de um qualquer vício de legitimidade ou de mérito pelo facto de alguns parceiros sociais tecerem críticas às concretas opções parcelares que afectam as áreas da vida económica, cultural e social em que se movem.

Aliás, pelos lados de alguns partidos da oposição, nomeadamente PP e PSD, passam frémios de regozijo pelo facto de surgirem críticas aos Planos por parte dos parceiros sociais.

Como se a grande questão que aqui estivesse em causa fosse a necessidade, obsessiva, absoluta e total, de evitar a existência de críticas, e não aquela outra de definir uma estratégia de desenvolvimento, de fazer opções de investimento, de assumir corajosamente, mas quantas vezes com pena por não ter mais recursos, o que deve ser prioritário e o que não pode ser.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Esta postura de fazer colecção de críticas alheias, usurpá-las e atirá-las contra o Governo como se fosse essa a grande função de um partido político é típica do mais completo desnorte e indecisão.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Os partidos políticos que assim procedem claudicam nas tarefas que por natureza lhes estão confiadas, soçobram no cumprimento do seu desígnio de fazer política no mais nobre e digno sentido da palavra, demitem-se da defesa de um projecto de desenvolvimento que apresentaram aos açorianos



e que, nuns casos mais, noutros menos, sempre terá recebido o apoio e a aceitação de, pelo menos, parte do eleitorado.

A grosseira confusão entre aquilo que se espera de um parceiro social e se exige de um partido político é flagrante!

Numa sociedade livre e democrática como a nossa, numa sociedade em que o Governo ocupa o lugar que lhe compete e lhe está destinado deixando espaço e liberdade aos parceiros sociais para que ocupem o que por direito lhes pertence, é legítimo, desejável, e sintomático de uma sociedade democraticamente saudável e de um poder político respeitador, que surjam críticas dos parceiros sociais.

Esse é um direito que lhes assiste como representantes de determinadas áreas económicas, sociais, culturais e empresariais.

As críticas que surgem neste exercício de cidadania, são importantes como manifestação da vontade de uma determinada classe, profissão ou sector económico.

Mas ao Governo, a um bom Governo, como é o caso, exige-se que faça opções, principalmente quando a escassez de recursos é uma realidade.

E fazer opções é exactamente atender num determinado grau às necessidades de um sector e noutro, porventura menor, às necessidades doutro.

Assim sendo, é perfeitamente natural que surjam críticas e opiniões diversas.

Mas a naturalidade com que se encara o exercício desse direito de crítica, não significa menos atenção ou importância dada ao seu conteúdo.

Ora, de um partido político deve esperar-se algo mais pela sua própria natureza e funções.

E é isso precisamente que parece faltar ao PSD.



O PSD assumiu-se, nestes três dias, como a caixa de ressonância das críticas doutros com manifesto e inegável prejuízo para ambos:

Para os Parceiros Sociais, porque pelos excessos do PSD viram as suas críticas usurpadas e instrumentalizadas.

Para o PSD, porque é o indício suficientemente claro da sua incapacidade de avançar com opções diferentes em termos de estratégia global de desenvolvimento para os Açores.

Deputado João Cunha (PSD): Não apoiado!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: A Nova Esperança acantonou-se na crítica fácil; reincidiu em velhos tiques destrutivos; acobertou-se no mutismo quando convidada a participar neste processo de desenvolvimento.

A Nova Esperança de Nova já demonstrou não ter nada, e a Esperança dum postura diferente, jaz morta e enterrada neste Plenário, ao terceiro dia de discussão.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Mas ainda a propósito das críticas dos parceiros sociais, porventura alguém pensa que ao Governo Regional não agradaria satisfazer as necessidades de todos?

Alguém, no seu perfeito juízo pensa que o Governo Regional e o Partido Socialista, tendo os meios para dar resposta positiva a todas as pretensões, por um minuto, por um segundo, hesitaria?



Logo aqui reside o problema! Nas críticas dos parceiros sociais o PSD vê malevolamente má vontade do Governo. Como se o Governo e o PS estivessem rendidos a uma qualquer prática masoquista de ouvir críticas.

Porém, a questão coloca-se a outro nível. Ao nível duma estratégia global de desenvolvimento para os Açores. Mas é, precisamente, este o patamar da discussão a que o PSD se recusa chegar, por comodismo, por desinteresse ou por impotência.

Deputado Francisco de Sousa (PS): *Muito bem!*

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano e Orçamento para 2001 e o Plano de Médio Prazo 2001-2004, não saltam do nada para o Plenário da Assembleia. Existe um conjunto de referências políticas de enquadramento destes documentos que não têm sido realçadas ao longo deste debate.

Na verdade, é importante que a Assembleia tenha consciência de que os Planos e o Orçamento têm uma génese parlamentar já aprovada, e não é esta a primeira vez que surge perante o Parlamento a estratégia de desenvolvimento que o Partido Socialista tem pensada, e em parte já concretizada, para os Açores.

A aprovação do Programa do VIII Governo Regional constitui o primeiro momento em que, perante o órgão máximo da Autonomia e à consideração do mesmo foi colocada a perspectiva do PS sobre o caminho que os Açores teriam de trilhar no futuro.

Mas não significa isto, como, desde logo, o Governo e o Partido Socialista deixaram bem claro, que se encare o futuro da nossa Região e as previsões de investimento necessárias ao seu desenvolvimento como uma coutada de um só partido, como o exclusivo de uma só perspectiva.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Desde sempre foi manifestada ao mais alto nível a abertura necessária para analisar e discutir outras visões, novas propostas, diferentes perspectivas, que constituíssem o enriquecimento dos documentos em benefício da Região.

E aqui reside mais um dos aspectos a relevar no comportamento do Governo Regional em todo este processo.

Apesar de usufruir de uma larga maioria parlamentar de apoio, o Governo e o Partido Socialista mantêm uma postura de humildade democrática que já os caracterizou no passado, que se revela no presente e que, temos a certeza, vai manter-se no futuro.

Mas a este espírito de abertura e de diálogo, a este exercício de humildade, a este desafio de participação, houve quem, corajosamente o abraçasse e houve quem lhe retribuísse desprezo e crítica, querendo agora e só agora corrigir caminho e dialogar.

Não perceberam estes últimos que o diálogo para o PS e para o Governo não é um fim em si mesmo, não é praticado para satisfação intelectual ou política dos socialistas, mas corresponde a uma convicção de que é assim que poderemos avançar, corresponde a um grande amor pelos Açores e à vontade de sempre lhes dar o melhor.

(Aplausos da bancadas do PS e do Governo)

A audição, prévia à elaboração dos documentos, de numerosos parceiros sociais, partidos políticos com assento parlamentar constitui igualmente uma circunstância que deve ser relevada como manifestação de um Governo democrático e valorizador da participação de todos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

A tudo isto acresce, mas nessa parte não me deterei, o cumprimento das disposições legais relativas à audição dos parceiros sociais já na fase de apreciação das concretas propostas, a qual decorreram no escrupuloso respeito pelos prazos e entidades a auscultar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista chega ao fim deste debate devidamente esclarecido sobre as propostas, e consciente da importância e do carácter verdadeiramente histórico destes Planos de Investimento na prossecução do desenvolvimento futuro da Região.

Esta é a estratégia que a nossa Região deve seguir, por forma a dar continuidade ao crescimento económico e ao aumento do bem estar social dos açorianos.

Mas a nossa apreciação destes documentos, a nossa concordância com os mesmos, não radica apenas na partilha de pontos de vista no que respeita às opções de investimento que aqui estão previstas.

É a certeza de que, à semelhança do que já aconteceu com o VII Governo Regional, os investimentos previstos são investimentos a realizar .

O nosso voto favorável traduz-se, assim, na soma da concordância ao nível da previsão com certeza da realização.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista sai desta Sessão Plenária com a consciência tranquila por iniciar a realização daquilo com que se comprometeu com os Açores, com a satisfação de ter contribuído e participado na concreta definição do nosso desenvolvimento, com o orgulho de, pelo seu voto, a Região iniciar um novo patamar de desenvolvimento construindo um novo século.

Disse!



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

(Aplausos de pé das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Cabe-me, como Presidente do Governo, encerrar, nesta ocasião, os debates parlamentares que nos ocuparam nos últimos três dias, sobre as propostas, por nós apresentadas, que informarão a actividade governativa e influenciarão a evolução da nossa vida económica e social nos próximos quatro anos.

Fazêmo-lo, exactamente, num ano em que se comemoram 25 anos de Autonomia Democrática e no uso dos poderes de autogoverno que dispomos constitucionalmente desde então. Agimos na convicção de que somos capazes – de que temos sido capazes! - de, com mais amor aos Açores do que quaisquer outros teriam, com a nossa criatividade e o nosso trabalho, construirmos os Açores melhores que ambicionamos, de um extremo ao outro das nossas ilhas.

Gerações sucessivas de açorianos lutaram pela possibilidade de viverem momentos políticos e institucionais como este, em que tomamos nas nossas mãos a parte que nos cabe na condução do nosso próprio destino.

Lutámos por mais competências e atribuições, e conseguimos: e, lutámos por mais solidariedade e recursos, e alcançámo-los.

Hoje, temos desafios acrescidos para defendermos a nossa Autonomia, que nos impõem a responsabilidade de tudo fazermos para conciliarmos os açorianos com as suas instituições, para ganharmos o respeito de todo o



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

país e dos nossos irmãos residentes noutros países, e para nos afirmarmos específica e consideradamente no espaço em que nos inserimos da União Europeia.

Não devemos, apesar disso, abandonar a vigilância permanente que devemos exercer sobre os nossos direitos, nos contextos constitucional, legal e de afectação de recursos nacionais, tanto mais que cumprimos os nossos deveres de correcta inserção nesses âmbitos. Espreitam-nos, assim, oportunidades para nos reafirmarmos como comunidade autónoma em momentos próximos e importantes como a Revisão Constitucional Ordinária, que se poderá iniciar em 2003, buscando aperfeiçoamentos e reforçando os instrumentos de defesa da acção governativa regional.

Mas a defesa da Autonomia Política não se pode excluir da consideração das suas envolventes contemporâneas, as quais divergem das motivações que animaram justamente os autonomistas do final do século XIX, ou mesmo das preocupações pioneiras nas últimas décadas de setenta e oitenta.

Num Mundo em que cada vez mais as soberanias clássicas nacionais se mitigam face à globalização económica e à progressiva internacionalização institucional, a tendência actual é a dos Estados perderem mais poderes independentes do que as regiões perderem os seus poderes autónomos.

A prazo, porém, a verdadeira Autonomia Açoriana, como as outras, será cada vez mais sinónima da expressão da sustentação do seu desenvolvimento económico e viabilidade financeira, da capacidade imputada pelos seus recursos humanos e da valorização da especificidade das suas culturalidades próprias.

A luta política – necessária e em curso – pela defesa da nossa Autonomia e da qualidade de vida dos Açorianos, que assegure a perenidade da utopia e



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

da realidade autonómicas, deve estar, assim, voltada para os âmbitos mais estratégicos da sua consolidação: um modelo de desenvolvimento económico claro e apropriado, uma política de finanças públicas sustentada e uma aposta decidida e intensa na valorização das pessoas, na inovação, na Educação e na Formação Profissional.

É essa a perspectiva do Governo e são esses os objectivos essenciais que contamos potenciar através da execução do Plano a Médio Prazo que será aprovado nesta Assembleia, e que constitui o maior plano de investimento de sempre em termos reais na nossa Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Mais uma vez, o Governo foi denegrido pela oposição sobre a sua capacidade de cumprir os seus compromissos. A resposta a essa dúvida da oposição já foi dada pelos açorianos há menos de cinco meses atrás, nas eleições legislativas regionais. Mas, o Governo tem ainda a credibilidade comprovada, atestada pelos níveis de execução financeira anteriores dos seus planos de investimento – 86,5% de execução em 1997, 91% em 1998, 94,2% em 1999 e 90,7% em 2000 – o que evidenciou um grau de realização claramente acima de qualquer prestação média anterior dos Governos do PSD. Em síntese, se houve governos que habituaram os açorianos a não cumprir os seus compromissos, não foram os Governos do PS mas sim os Governos do PSD.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Por isso, ao contrário do que acontecia nos tempos dos Governos do PSD, os Planos que aprovamos são para valer, e a confiança dos agentes sociais e económicos na eficácia do Governo só tem encontrado razões para crescer.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Mais uma vez, também, a oposição, tal como o fizera aquando da discussão do anterior Plano a Médio Prazo, acusa-nos de não fazer reflectir na estrutura do Plano os objectivos que anunciamos, de não apresentar um modelo de desenvolvimento e de não inovar. Velhas críticas de uma oposição inadaptada aos novos tempos! Porém, se é possível concordar com a óbvia linha de continuidade das actuais propostas de planeamento face ao anterior quadriénio, é impossível negar o que, hoje, os açorianos vêem: um modelo de desenvolvimento, em que ficou claro que ao Governo cabe a função de embaratecimento dos custos e facilitação dos circuitos da economia; que as bases económicas tradicionais da nossa economia podem contar com um apoio dirigido à sua modernização, capitalização e competitividade num contexto de diversificação produtiva; que a tendência terciarizadora e o papel motor e ascendente das actividades ligadas ao turismo ganharam dimensão de prioridade; e que, todo esse movimento definidor reestruturador, é assente num esforço requalificador dos recursos humanos e das práticas ambientais, num quadro interventivo, assegurado da solidariedade social.

Em tudo isso, avançámos no nosso anterior mandato, executando um planeamento do qual as propostas que hoje apresentamos são herdeiras.

O PMP 2001/2004 é um Plano de continuidade. É verdade. É natural, por isso, que os que sempre falaram mal continuem a fazê-lo.

Não deixará, todavia, de, na sua execução, aprofundar com continuado êxito aquele modelo de desenvolvimento, e evidenciar uma maior atenção, quer para os problemas ainda sem resposta que se podem avolumar, quer para outras problemáticas nascentes.



Assim, empenhámo-nos no nosso primeiro mandato na recuperação da credibilidade financeira da nossa Região e na estabilidade das finanças públicas autonómicas, conseguindo reduzir a dívida de 132,6 milhões de contos em 1997 para 49,5 milhões de contos em Dezembro de 2000, e recorrendo ao endividamento fundamentalmente para minimizar os efeitos de catástrofes. Em 1999 gastámos nessas intervenções 12,5 milhões de contos e em 2000 dispendemos 8,2, tendo o endividamento em cada um desses anos sido de 5 milhões de contos. Agora, propomo-nos prosseguir essa política conducente à apresentação de orçamentos equilibrados que temos vindo a praticar,...

Deputado Francisco de Sousa (PS): *Muito bem!*

O Orador: ...adicionando uma revisão favorável da Lei de Finanças Regionais, sendo certo que o acréscimo de endividamento proposto para 2001 é muito inferior às despesas das calamidades, o que significa que, não fora essa despesa excepcional, seríamos o único dos três governos do país a não recorrer ao endividamento. Mesmo adicionando a dívida de fundos e serviços autónomos, a dívida que hoje temos é menos de metade (42%) da que herdámos dos Governos do PSD. Todos sabemos, ainda, que a maior parte das nossas despesas correntes constitui despesa obrigatória esmagadoramente influenciada por decisões a nível nacional de aplicação directa na Região, e que, nas despesas facultativas, os governos do PS têm desenvolvido a maior contenção. A nossa preocupação, porém, é alcançar sempre o máximo de eficiência no limite dos nossos recursos.

Confrontámo-nos com um ciclo contínuo de catástrofes naturais que causaram enormes estragos e perdas de vidas. Mobilizámos meios, recuperámos equipamentos colectivos, desembaraçámo-nos em todas as acções de emergência e iniciámos e planeámos a reconstrução habitacional.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Agora, estimando que não voltem a ocorrer outras contrariedades, contamos concluir todo o processo de reabilitação e reconstrução, legando aos açorianos milhares de novas habitações, equipamentos e estradas para o futuro.

Deparámo-nos, em 1996, com uma situação de governamentalização sufocante da sociedade açoriana, em que o império do arbítrio governamental na subsidiação económica e social era regra de aplicação geral. Sector a sector, regulamentámos a concessão de subsídios, numa obra eminentemente democrática, que transferiu direitos para os cidadãos, para as instituições e para as empresas, e que nos tempos do PSD eram apenas direitos da administração. Agora, consolidando essa política, devemos zelar melhor pela boa aplicação dessas ajudas melhorando a fiscalização que ainda não soubemos implementar.

Anunciámos em 1996 a nossa aposta no sector turístico. Também os governos do PSD a proclamavam. Porém, fizemos crescer para mais do dobro nos últimos quatro anos o sector, do que ele havia crescido nos 6 anos anteriores. Agora, marcamos como objectivo o de exceder em 2004 a duplicação da actual capacidade hoteleira, passando de 620 mil dormidas anuais para um valor próximo dos 1,3 milhões, vitalizando múltiplas actividades económicas complementares, dinamizando o mercado interno e criando milhares de novos empregos para os açorianos e para as açorianas.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Conferimos ao Serviço Regional de Saúde uma nova ordem jurídica enquadradora, concluindo, iniciando e melhorando hospitais, centros e postos de saúde; valorizámos os profissionais de saúde e investimos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

extraordinariamente no equipamento e modernização tecnológicas e na formação de novos médicos. Agora, temos que melhorar a cobertura de assistência médica às famílias, regulamentar o Estatuto Regional de Saúde, e eliminar desperdícios que não beneficiam os profissionais como os utentes e oneram o financiamento do sistema.

Executámos o maior investimento de sempre na Agricultura e preparamo-nos para o voltar a fazer, defendendo a produção, a qualidade e a modernização, numa conjugação que permita a melhoria dos rendimentos dos agricultores e uma efectiva ocupação do mundo rural. O mesmo se passará nas Pescas.

Conferimos prioridade ao aumento da escolaridade e do sucesso educativo, mas temos que acentuar mais esse esforço para nos equipararmos às médias nacional e europeia. Reabilitámos, mais de 90% das escolas do 1º ciclo do ensino básico, alterámos aspectos fundamentais na gestão do sistema, e lançámos 7 novas escolas profissionais. Agora, continuaremos, no maior plano de construções escolares jamais realizado nos Açores no mesmo período de tempo, a melhoria ou construção de instalações para os ensinos básico e secundário, reafirmando a Educação como grande prioridade, a qual, sem incluir outras componentes anexas como as políticas de Juventude, do Desporto, da Cultura e da Formação Profissional, representa, em termos de funcionamento e investimento, um quinto do nosso orçamento total, contra, p.e., 14% no Orçamento de Estado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Aumentaremos, ainda mais, a nossa aposta na formação profissional, ajudados pela vitória que obtivemos na UE que nos fez passar de uma ajuda



de 12 milhões de contos do F.S.E. no II Q.C.A. para 24 no novo Quadro que estamos a iniciar.

Montámos novas áreas da administração vocacionadas para o Ambiente, para a Sociedade da Informação, para o apoio à investigação científica e à inovação tecnológica. Agora, duplicamos os investimentos nesses sectores que terão importância acrescida e estratégica na sustentação do nosso desenvolvimento.

Todos o reconhecem: revolucionámos os sistemas e infraestruturas de acessibilidades, designadamente nas áreas dos transportes e comunicações. Agora, queremos prosseguir essa infraestruturização, consolidar esses ganhos comparativos e estimular o sector privado no seu aproveitamento.

E é assim, sector a sector - e só falei de alguns – que podemos evidenciar o que fizemos e, agora, o que vamos continuar a fazer. Os açorianos demonstraram claramente nas últimas eleições que compreenderam esse percurso. Só a oposição parece não ter percebido que os açorianos perceberam que ela ainda não percebeu o que se está a passar.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apesar deste percurso de sucessos, o VIII Governo inicia as suas funções não sem um conjunto de preocupações, sobretudo em novas áreas de intervenção, para as quais urge vocacionar e activar a administração. Poder-se-á, a esse propósito, dizer, que nos confrontamos, sem procurar, com o que a oposição de direita procura sem encontrar.

Se a problemática da toxicod dependência está a merecer - e ainda bem! – a atenção de todos os partidos, outros fenómenos e insuficiências terão que



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

suscitar o nosso inconformismo. Entre outros, são os casos da continuada burocracia paralizante da administração pública, das facilidades que ainda favorecem a corrupção e a criminalidade económica, da segurança das pessoas e bens, dos direitos das mulheres, da protecção das crianças, da violência e das desregulações familiares, da prostituição e do combate ao alcoolismo, do enquadramento do voluntariado e do mecenato, da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, da educação cívica e moral, do absentismo e da incapacitação profissional, da discriminação positiva dos portadores de deficiência, da atenuação da precaridade no emprego, da qualidade alimentar e defesa dos consumidores, da inclusão social tecnológica ou da protecção da memória do património cultural e arquitectónico.

Em todos esses aspectos o Governo terá que ser mais exigente com o seu trabalho.

A maioria que pedimos aos açorianos e que nos foi concedida nas eleições, assegura, é verdade, a estabilidade governativa e transmite-nos as maiores responsabilidades, mas não isenta a oposição de uma participação construtiva. Correspondendo ao apelo que fizemos aquando da discussão do Programa do Governo, o PCP disponibilizou-se para trabalhar connosco na melhoria dos documentos que hoje vamos votar.

Gostaria muito, repito, gostaria muito que os partidos de oposição não se limitassem a promover a desesperança, a exercitar a maledicência e a auto-excluírem-se da obra de progresso que estamos a empreender.

Mas, se isso não for possível, no todo da oposição ou em parte, cá estamos, como cá estivemos, para lutar, com todas as nossas forças, pelo prestígio dos Açores e pelo bem-estar dos Açorianos.

Muito Obrigado!



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

(Aplausos de pé das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, terminadas as intervenções finais e conforme decidido na nossa Conferência de Líderes passaríamos às votações.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa para interpelar a Mesa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Nós entendemos que deviam ser distribuídas por todos os Srs. Deputados as propostas de alteração entradas na Mesa antes de passarmos à votação dos documentos, para que toda a gente saiba antes o que é que está em votação.

Presidente: Eu pensava que já tinham sido distribuídas.

O Orador: Nós não distribuímos as nossas, mas também não recebemos dos outros partidos.

Portanto, pedíamos à Mesa, não um intervalo do Partido Socialista, mas um intervalo para que os serviços da Assembleia pudessem distribuir por todos as propostas de alteração apresentadas.

Podemos fazer a votação na generalidade, mas entendemos que sem conhecermos as propostas de alteração não devíamos passar à votação na especialidade

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer aqui um intervalo para que os serviços possam fotocopiar as propostas de alteração entradas na Mesa e voltamos depois para a votação dos documentos que estivemos a analisar.

Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, eu sugeria que primeiro distribuíssem as propostas, porque consoante as propostas poderemos ter



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

necessidade de um intervalo ou não e para não estarmos aqui dentro de 10 minutos, vermos as propostas e depois pedirmos outro intervalo a seguir, penso que poderíamos aguardar 2 ou 3 minutos para vermos as propostas e depois então decidíamos se era necessário um intervalo maior.

Presidente: A minha ideia era essa também. Não era fazer nenhum intervalo agora, mas só o tempo necessário para fotocopiar as propostas.

(Pausa)

Srs. Deputados, distribuídas as propostas de alteração, vamos fazer um intervalo de 30 minutos a pedido do Grupo Parlamentar do PSD.

(Eram 16 horas e 50 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 17 horas e 25 minutos)

Vamos proceder à votação dos documentos e vamos iniciá-la pelo Plano a Médio Prazo.

Os Srs. Deputados que concordam na generalidade, com a Proposta do Plano a Médio Prazo, mantenham-se, por favor, como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o Plano a Médio Prazo foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 2 votos contra do PP.



Presidente: Passamos agora à votação na especialidade e vamos votar Programa por Programa.

Para o Programa 1 existem duas propostas de alteração, uma apresentada pelo PCP e outra pelo PSD.

Está à discussão o Programa 1 com estas duas propostas de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, é só para informar que o Grupo Parlamentar do PSD propõe um reforço no Programa 1, ao Projecto 1.1, Acção 1.1.1 – Abastecimento de água, no valor de 85 mil contos, fazendo uma dotação de 210 mil contos, o que vem potenciar um investimento global da ordem de 1,4 milhões de contos.

Esta alteração tem em vista a possibilidade de se acelerar o abastecimento de água às explorações pecuárias, dando uma contribuição efectiva na diminuição dos custos de produção, na melhoria da qualidade do produto e consequentemente na sua remuneração.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (**PCP**): **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs.**

Membros do Governo:

A nossa proposta de alteração, sendo muito simples, vai no sentido de fazer chegar às ilhas produtoras e transformadoras de leite a possibilidade de se fazer uma gestão da qualidade em condições.

A outra proposta de alteração que está em apreciação e que diz respeito a um reforço nas infraestruturas agrícolas também nos parece ir de encontro à linha que defendemos neste debate, daí que votaremos as duas.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções vamos passar à votação.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Vamos votar em primeiro lugar a Proposta de Alteração do PCP.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração, apresentada pelo PCP, foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos agora à votação da Proposta de Alteração apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração do PSD foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 2 abstenções do PP.

Presidente: Vamos agora votar o Programa 1 com a alteração decorrente da aprovação da proposta anteriormente apresentada.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 1 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos de abstenção do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Para uma interpelação à Mesa tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.



Deputado Duarte Freitas (PSD): É só para dizer que o nosso sentido de voto sobre o Programa 1, foi contra e não abstenção como o Sr. Secretário divulgou.

Presidente: **Rectificada a votação, vamos passar agora ao Programa 2, para o qual existe uma Proposta de Alteração apresentada pelo PCP.**

Está à discussão a proposta de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer que a nossa Proposta de Alteração diz respeito a uma redução na acção - regularização de mercados, tendo em conta a natureza dessa acção e a possibilidade dessa redução poder ser incluída nos caminhos rurais.

Muito obrigado.

Presidente: Não há mais intervenções, vamos pôr à votação a proposta apresentada pelo Partido Comunista Português para o Programa 2.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 2 abstenções do PP.

Presidente: Vamos passar à votação do Programa 2 com a proposta já aprovada.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 2, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 2 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos a favor do PCP e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos ao Programa 3, para o qual não existe nenhuma proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 3, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 3 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos a favor do PCP e 2 abstenções do PP.

Presidente: Para o Programa 4 há uma Proposta de Alteração do PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Trata-se de um reforço para os caminhos rurais, que sabemos que é modesto, mas dentro desta linha de orientação que seguimos é, de facto, o possível. Pensamos que é uma medida estrutural positiva.

Presidente: Vamos votar a Proposta de Alteração do PCP para o Programa 4.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 2 abstenções do PP.

Presidente: Vamos agora votar o Programa 4 com a alteração resultante da proposta aprovada.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 4, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 4 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos ao Programa 5, para o qual existe uma Proposta de Alteração do Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Só para dizer que se pretende com a nossa alteração um reforço duma verba de 5 mil contos para Associação dos Portos de Santa Maria para executar obras no Porto da Maia e Porto dos Anjos e um reforço de 5 mil contos em 2003 e 10 mil contos em 2004 que se destinam aos portos da Ilha das Flores, essencialmente ao Porto de Ponta Delgada onde pretendemos que seja feito um desassoreamento, a protecção e a remodelação do respectivo porto.

Presidente: Vamos agora votar a Proposta de Alteração apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD, e 2 abstenções do PP.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 5 com a alteração introduzida.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 5, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 5 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Vamos passar ao Programa 6, para o qual não existe nenhuma Proposta de alteração. Passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 6, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 6 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos ao Programa 7, para o qual existe uma Proposta de Alteração do PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A redução de verba de 20 mil contos neste Projecto destina-se à criação da nova acção que diz respeito à remodelação da Igreja de S. Francisco na cidade da Ribeira Grande.

Presidente: Vamos votar a proposta apresentada pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Secretário: A Proposta de Alteração foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 7 com a alteração aprovada.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 7, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 7 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Programa 8. Para este Programa não existe nenhuma alteração, vamos votar.

O Partido Socialista propõe que se vote, em conjunto, o Programa 8 e 9, para os quais não existem propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam com os Programas 8 e 9, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os Programas 8 e 9 foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Programa 10. Para este Programa existe uma Proposta de Alteração do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Alteração do PSD vem no sentido de reforçar a verba do sistema de incentivos para que possa haver mais verba disponível para



recuperar alguns atrasos e eventualmente poderem entrar novos projectos, já que parece estarem praticamente em vigor os novos programas.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar a Proposta de Alteração apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração, apresentada pelo PSD, foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 abstenções do PCP e 2 abstenções do PP.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 10.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 10, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 10 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos ao Programa 11, para o qual existe uma Proposta de Alteração do PS.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A redução em 20 mil contos nesta acção destina-se a fazer face à nova acção 25.2.43, remodelação da Igreja de S. Francisco na cidade da Ribeira Grande.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Presidente: Vamos votar esta Proposta de Alteração, apresentada pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração, apresentada pelo PS, foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Vamos agora votar o Programa 11 com a alteração verificada.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 11, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 11 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos agora ao Programa 12, para o qual existe duas Propostas de Alteração, uma do PS e outra do PSD.

Estão à discussão estas Propostas de Alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A redução da verba em 10 mil contos visa dotar o reforço de verbas para as construções escolares no âmbito do Projecto 17.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O PSD propõe reduzir a verba de 60 mil contos no Projecto 12.1 – Edifícios públicos, Acção e Edifício dos Jardineiros do Palácio de Santana e Acção “Apoio a Diversas Entidades”

Sem proceder a grandes análises, parece evidente que o investimento de 60 mil contos previstos para o edifício dos jardineiros do Palácio de Santana não são assim tão essenciais ao desenvolvimento dos Açores.

Parece também óbvio que a ordem de prioridades do PSD tem outros critérios e outros valores, representados, aliás, nas nossas propostas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria, com aquela frontalidade que procuramos colocar sempre nas nossas atitudes políticas, dizer que vamos votar contra a Proposta de Alteração do PSD, porque independentemente duma análise de pormenor da aplicação do dinheiro nesse património que é o Palácio de Santana, existe uma perspectiva de aproveitar uma situação com a qual nós não concordamos. Nesse sentido votamos contra a proposta do PSD.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar em primeiro lugar a Proposta de Alteração apresentada pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração, foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos agora à votação da Proposta de Alteração apresentada pelo PSD.



Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração, foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 2 votos contra do PCP, 17 votos a favor do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos agora à votação do Programa 12, com a alteração verificada.

Os Srs. Deputados que concorda com o Programa 12, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 12 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Programa 13. Para este Programa existe uma Proposta de Alteração apresentada pelo PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Com esta nova acção pretende-se elaborar o estudo de viabilidade do Porto das Velas em S. Jorge e para isso dotamos a acção 13.3.13 com as verbas que consideramos serem imprescindíveis para esse estudo.

Presidente: Não havendo mais intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com a Proposta de Alteração apresentada pelo PS, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.



Secretário: A Proposta de Alteração, foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos agora à votação do Programa 13 com a Proposta de Alteração já introduzida.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 13, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 13 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos à votação do Programa 14, para o qual não existem propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 14, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 14 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos ao Programa 15, para o qual existe uma Proposta de Alteração, apresentada pelo PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A introdução desta nova acção que visa apoiar a electrificação do Campo de Jogos e Zona de Lazer de Rabo de Peixe, é uma acção que nós consideramos importante, porquanto é a própria Junta de Freguesia que, num documento mandado a esta Casa, o pedia.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Nós consideramos que é imprescindível que naquela freguesia se faça o máximo possível de apoio.

Por isso, além de criarmos uma nova acção, introduzimos também um novo projecto, o 15.3, neste Programa de Consolidação e Modernização do Sector Energético.

Presidente: Não há mais intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Vamos agora votar o Programa 15, com a introdução desta alteração.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 15, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 15 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos ao Programa 16, para o qual existe duas Propostas de Alteração, uma apresentada pelo PS e outra pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

É para dizer que a redução desta verba de 30 mil contos neste Programa destina-se à dotação de uma outra acção que fazemos mais à frente no Programa 25, Projecto 2, Acção 25.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para dizer que a proposta do PSD reduz em 85 mil contos a verba deste Programa que se destinaria ao reforço da verba do abastecimento de água à lavoura.

Entendemos que gastar 35 mil contos nos gabinetes da Direcção Regional de Ciência e Tecnologia, só no ano de 2001, não é uma prioridade.

Muito menos será ainda gastar 50 mil contos na aquisição de um parque gráfico para produzir o Jornal Oficial, quando nestes 25 anos ele foi sempre produzido, e bem, pela iniciativa privada.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar a Proposta de Alteração ao Programa 16, apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração, apresentada pelo PS, foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Vamos votar agora a Proposta de Alteração para o mesmo Programa 16, apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração, apresentada pelo PSD, foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 abstenções do PCP e 2 abstenções do PP.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 16 com a alteração introduzida.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 16, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 16 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Programa 17. Para este Programa existem três Propostas de Alteração, sendo uma do PCP, uma do PS e outra do PSD.

Estão à discussão estas Propostas de Alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer que reputamos de muito importante esta nossa proposta referente a uma maior dotação e antecipação do início da obra da Escola Secundária da Horta que passa de 2004 para 2003 e fica com uma dotação bem mais vultuosa de 300 mil contos no primeiro ano e 1 milhão de contos no segundo ano.

Pensamos que é uma proposta extremamente importante e achamos que consolida a perspectiva desta escola ser feita e esperamos a sua aprovação.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.



Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Neste Programa o Partido Socialista apresentou uma variedade de alterações, na medida em que entendemos que há algumas escolas que deviam ter as suas obras com início um pouco mais cedo que aquele que estava previsto.

Assim, desde logo entendemos que o caso da Escola Francisco Ornelas da Câmara, da Praia da Vitória, deve ter um reforço para este ano de 100 mil contos, por forma a que se possa arrancar mais cedo com esta obra.

O mesmo diríamos para com as Escolas de Santa Cruz da Graciosa e do Nordeste no âmbito da sua adaptação ao ensino Secundário. Este tipo de acções destas duas escolas é seguido em várias escolas da Região que neste momento já leccionam o ensino secundário, mas que necessitam de obras de adaptação para este efeito.

Por outro lado, fazemos deslocar no tempo o resto da despesas referente às Escolas da Carreirinha e do Pico da Urze.

Portanto, para nós é importante que essas escolas tivessem as suas obras um pouco mais cedo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O manifesto eleitoral dos faialenses contemplava, muito naturalmente, a construção da nova Escola Secundária da Horta.

No Projecto do PMP que temos estado a discutir esta acção está dotada com uma verba de 500 mil contos em 2004.

Inconformado com esta decisão e na qualidade de Deputado Socialista eleito pelo círculo eleitoral do Faial tenho a consciência, com denodo e



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

coragem, Sr. Deputado Costa Pereira, não desaproveitei nenhum dos meios ao meu alcance para sensibilizar o Governo no sentido de antecipar o início desta construção para 2003 e de dotar esta acção com uma verba, que desse garantias inequívocas que ela vai mesmo arrancar daqui a dois anos.

Regozijo-me por isso com a abertura, entretanto, demonstrada pelo Governo e pelo Grupo Parlamentar do PS e por essa razão o Partido Socialista apresentou esta Proposta de Alteração.

Porém, ao ter conhecimento de outra proposta, oriunda do PCP, e que visa também atingir este mesmo desiderato, entendo que não faz sentido haver duas de idêntico teor, pelo que retiramos a nossa relativa ao Programa 17, Projecto 17.1.49, não sem antes anunciar que o Grupo Parlamentar do PS vai votar favoravelmente a Proposta de Alteração do PCP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Até ontem o Faial não podia receber mais obras, hoje parece que já pode.

Ficamos todos muito satisfeitos com isso e a prova é que vamos votar a favor da Proposta de Alteração, apresentada pelo Partido Comunista Português. Esta também é a prova, e nós tínhamos razão, de que muita má vontade havia.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O início das obras na Escola do Nordeste está prometido desde 1998 e, segundo a planificação do Governo, deviam ser concluídas em Setembro que vem. Passados mais de três anos ainda não arrancaram.



A Câmara Municipal do Nordeste, considerando que é de grande prioridade este empreendimento e ultrapassando absolutamente as suas responsabilidades, estabeleceu uma parceria com a Secretaria da Educação para arrancar com estas obras.

O projecto está pronto, as obras podem, de facto, arrancar. O que é certo é que, quer a proposta do Governo, quer agora a alteração do Grupo Parlamentar do Partido Socialista continuam a não disponibilizar os meios necessários para iniciar e desenvolver a sério os trabalhos este ano.

Como o PSD coloca a educação como prioridade, neste ano de 2001 propomos um reforço de 200 mil contos para as obras da Escola do Nordeste, porque investir na Educação, em obras escolares é bem melhor, muito melhor do que gastar nos gabinetes dos Secretários.

As crianças do Nordeste merecem mais e melhor, daí a nossa proposta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (**PP**): **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs.**

Membros do Governo:

Aproveitando a oportunidade em que todos os Grupo Parlamentares vêm intervindo nesta matéria, quero dizer que, sendo a posição do Grupo Parlamentar do CDS/PP globalmente contra os documentos apresentados pelo Governo Regional, pelas razões aqui expressas, é evidente que a nossa postura de abstenção, relativamente aos programas, evidencia que não estamos em desacordo com todos os projectos e acções neles contidos, como, de resto, tivemos oportunidade de referir.

Por conseguinte, as próprias propostas de alteração a cada um dos programas e projectos, nalguns casos evidenciam e vão na direcção das críticas por nós aqui apresentadas, noutros casos vão até em sentido contrário, é nosso entendimento e julgamos traduzir a nossa posição. A



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

postura de abstenção é aquela que mais se coaduna com aquilo que temos apresentado.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar em primeiro lugar a Proposta de Alteração apresentada pelo Partido Comunista Português.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração, apresentada pelo PCP, foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 2 abstenções do PP.

Presidente: Vamos votar agora a Proposta de Alteração apresentada pelo PS, para o mesmo Programa 17 que se encontra prejudicada na acção 17.1.49 – Construção da Escola Secundária da Horta, uma vez que acabámos de aprovar a proposta do PCP sobre a mesma matéria.

Com esta consideração vou pôr à votação a proposta apresentada pelo PS, para o Programa 17.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração, apresentada pelo PS, foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.



Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O PSD absteve-se mesmo depois de durante estes dois dias ter ouvido que, quanto ao conteúdo e quanto ao calendário, este era o melhor programa.

Ao terceiro dia ressuscitou uma proposta. Damos o benefício da dúvida. Vamos ver se esta intenção era boa ou era apenas uma mera cosmética de ocasião.

Deputado João Cunha (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Vamos passar agora à votação da Proposta de Alteração, apresentada pelo PSD, para o mesmo Programa 17.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração, apresentada pelo PSD, foi rejeitada com 29 votos a contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 abstenções do PCP e 2 abstenções do PP.

Presidente: Vamos votar agora a totalidade do Programa 17, com as alterações introduzidas.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 17 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Srs. Deputados, os Programas 18, 19, 20 e 21 não têm Propostas de Alteração. Se V. Exas. não virem nenhum inconveniente eu poria à votação em conjunto este Programas



Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputados Duarte Freitas (**PSD**): **Sr. Presidente, nós não percebemos bem quais eram os Programas que estaria a propor que se votasse em bloco.**

Era só.

Presidente: Estava a propor que se votasse em conjunto os Programas que não têm alterações propostas e que são os Programas 18, 19 20 e 21.

Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD):Concordamos que se vote em bloco esses Programas com exceção do Programa 18.

Presidente: Portanto, os Srs. querem a votação do Programa 18 em separado.

Assim sendo, vou pôr à votação o Programa 18.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 18, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 18 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Vou pôr agora à votação em conjunto os Programas 19, 20 e 21.

Os Srs. Deputados que concordam com estes Programas, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Secretário: Os Programas 19, 20 e 21 foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos agora ao Programa 22, para o qual existe três Propostas de Alteração, uma do PS, uma do PSD e outra do PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós apresentámos uma Proposta de Alteração no sentido de poder, durante a presente legislatura, ser construído o Lar de Idosos das Lajes das Flores, aspiração desde há muitos anos da população deste Concelho.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Nós apresentamos várias Propostas de Alteração a este Programa, desde logo uma que tem a ver com a construção dum Centro Comunitário em S. Bento, em Angra do Heroísmo, na Terceira, tendo em vista a sua maior rapidez na construção desta obra.

Por outro lado, reforçando-se as verbas que se destinam à prevenção das toxicod dependências no sentido de darmos maior reforço e capacidade do Governo poder implementar e executar o Programa e a política que tem para este sector que, tal como o Sr. Presidente do Governo disse na sua intervenção final, esta é uma área que nós consideramos e reputamos da maior importância. Por isso o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que este Programa deve ser reforçado com uma verba de 60 mil contos.



Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista considera prioritária a construção do Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia das Lajes das Flores como inclusive ficou bem expresso no manifesto eleitoral de ilha que apresentou na última campanha eleitoral.

A concretização deste objectivo está contemplada na Proposta de Plano a Médio Prazo, que estivemos a apreciar e agora estamos a votar, na acção 22.1.12 com uma verba de 10 mil contos correspondente à comparticipação final.

Esta Proposta de Alteração, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP, visa antecipar o calendário previsto para a construção do Lar de Idosos das Lajes e vai merecer o voto favorável do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Voto favorável que se fundamenta nas razões que começámos por enunciar e também porque sabemos que a Câmara Municipal das Lajes inscreveu no seu Plano de Actividades, para o corrente ano, a construção de um Lar de Idosos e entendemos que deverá ser evitada uma duplicação de equipamentos que, obviamente, devem constituir responsabilidade do Governo Regional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD propõe um aumento de 60 mil contos no Projecto 22.4 para a prevenção das toxicodependências.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

De facto, entendemos que o combate à toxicod dependência não tem dono ou ideologia partidária. É um problema em crescente gravidade e os meios adequados fornecidos pelo Governo, nos últimos tempos, tem sido claramente insuficientes. Tivemos inscritas cinco intervenções prioritárias relativamente à toxicod dependência, a saber: prevenção primária, redução de riscos, tratamento de toxicod dependência, reinserção social e execução de tráfico de droga em justiça penal.

Para algumas destas intervenções existem diferenças de entendimento. Quanto a uma penso que há consensualidade e urgência relativamente a ela, que tem a ver exactamente com a prevenção primária.

O PSD tem, ao longo dos últimos tempos, manifestado as suas ideias com coerência. Não traz aqui nenhuma proposta cénica, contrária a comportamentos anteriores como já aconteceu aqui, e está dando nesta medida o seu contributo.

Entendemos que os 60 mil contos destinados à casa dos jardineiros do Palácio de Santana poderão ser muito mais bem aproveitados e está mais de acordo com as prioridades que o PSD tem sobre esta matéria. Por isso mesmo apresentamos esta proposta.

Presidente: Não havendo mais intervenções vamos votar pela ordem de entrada das propostas. Vamos votar em primeiro lugar a Proposta de Alteração do PCP, relativa ao Programa 22.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 1 abstenção do PP.



Presidente: Vou pôr agora à votação a Proposta de Alteração para o mesmo Programa 22, apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 1 abstenções do PP.

Presidente: Ainda para o mesmo Programa 22, vou pôr à votação a Proposta de Alteração, apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor PSD, 2 abstenções do PCP e 1 abstenção do PP.

Presidente: Vou pôr agora à votação o Programa 22 com as alterações introduzidas.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 22 foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Passamos agora ao Programa 23. Não existindo nenhuma alteração, vamos votar.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 23 foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 1 abstenção do PP.

Presidente: O Programa 24 tem uma Proposta de Alteração apresentada pelo PS.

Não há intervenções, vamos votar a Proposta de Alteração, apresentada pelo PS, para o Programa 24.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 24 com a alteração aprovada.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Passamos ao Programa 25, para o qual existe uma Proposta de Alteração, apresentada pelo PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.



Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O reforço de verba no montante de 25 mil contos neste Projecto refere-se à acção que tem a ver com a Igreja do Senhor dos Passos na cidade da Ribeira Grande e porque há obras que estão a ser executadas e que nós entendemos que devem ser reforçadas por forma a que se consiga antecipar o máximo possível de forma a que não se continue a degradar aquele importante imóvel naquela cidade, fazemos este reforço de verba nestes dois anos.

Presidente: Não havendo mais intervenções vou pôr à votação a Proposta de Alteração, apresentada pelo PS, para o Programa 25.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 25, com a alteração aprovada.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 25 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Para o Programa 26 não existe qualquer alteração. Vamos passar à votação.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 26 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Para o Programa 27 existem duas Propostas de Alteração, uma do PS e outra do PSD.

Está aberta a discussão sobre estas propostas.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Há aqui duas propostas que são, de facto, contraditórias. Não temos possibilidade de fazer um outro juízo pelo que nos vamos abster em ambas as propostas e neste Programa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Esta Proposta de Alteração do PSD pretende reforçar os apoios para a habitação degradada, entendendo que esta é uma área que ainda há muito para fazer e que necessita de mais verbas do que aquelas que estariam previstas.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar em primeiro lugar a Proposta de Alteração, apresentada pelo PS, para o Programa 27.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 abstenções do PSD, 2 abstenções do PCP e 1 abstenção do PP.

Presidente: Vamos votar agora a Proposta de Alteração, apresentada pelo PSD, para o mesmo Programa.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 abstenções do PCP e 1 abstenção do PP.

Presidente: Vamos agora votar o Programa 27 com a alteração introduzida.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 27 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 abstenções do PCP e 1 abstenção do PP.

Presidente: Passamos ao Programa 28, para o qual existe uma Proposta de Alteração, apresentada pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Para o PSD os 20 mil contos que o Governo pretende gastar este ano para financiar noticiários na televisão, ficavam melhor nas obras da Escola do Nordeste, daí a nossa proposta.

Deputado João Cunha (PSD): *Muito bem!*



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo do Governo.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para dizer que este Programa 28 não é nada daquilo que, pelos visto, o PSD pensa que é.

Toda a dotação que aqui está destina-se exclusivamente a dar execução à Proposta de Resolução aprovada nesta Assembleia sobre correspondentes e respectivos meios técnicos da RTP das ilhas mais pequenas, no apoio à Amostra Atlântica de Televisão, na finalização do programa de microcoberturas, nos apoios a produções de ficção (apenas uma, Gente Feliz com Lágrimas de João de Melo, com realização de Zeca Medeiros) e no apoio à realização de programas culturais por parte da Televisão nas ilhas das Flores, Corvo, São Jorge, Graciosa e Santa Maria.

A dedução de verbas corresponderia, em teoria, à não realização destes únicos e exclusivos objectivos deste Programa.

Esta ocasião evidencia bem como o PSD faz propostas de alteração e as consequências do facto de as fazer, sem recorrer previamente a uma concertação e a um diálogo com o Governo Regional dos Açores.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Continuamos no âmbito do debate desta proposta de alteração apresentada pelo PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Infelizmente o Sr. Presidente do Governo não nos quis brindar com a explicação de outras verbas avultados em mais de meio milhão de contos que vai gastar em edifícios, em gabinetes dos membros do Governo, mas quis vir justificar estes 20 mil contos.

Sr. Presidente, eu não só sei do que estou a falar, como me há-de permitir V. Exa., como também conheço um bocadinho as coisas e também tenho alguma habilidade.

Reconheço a habilidade que teve agora ao fazer esta explicação, mas não fez V. Exa. um exercício plenamente verdadeiro, porque se o tivesse feito tinha incluído também na intervenção que parte do dinheiro deste projecto destina-se também a financiar programas desportivos, daí eu ter mencionado “noticiários na televisão” e parte significativa desta verba Destina-se a pagar os salários de vários trabalhadores contratados da RTP/Açores que, por decisão de Lisboa, iam para a rua nas vésperas das eleições e o Sr., para evitar o descontentamento desses trabalhadores e as propostas de reivindicação e de actuação que eles fizeram, apressou-se a pagar.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Com a vossa proposta os trabalhadores iam para a rua.

O Orador: Esperava também que, no decorrer destes debates, o Sr., sobre despesas correntes, se tivesse levantado para desmentir que há muitos assessores de imprensa no seu Governo a ganhar mais de 500 contos por mês e um fotógrafo que também ganha mais do que isso.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Sr. Presidente, Srs. Deputados:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

É para dizer o que já disse aqui:

Este Programa destina-se aos objectivos que eu aqui mencionei e apenas esses objectivos.

Quanto à estrutura salarial de adjuntos ou assessores, é como em toda a parte, há quem preste e há quem não preste.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isso é que é falar bem!

Deputada Berta Cabral (PSD): Que arrogância!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Prescindo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

É lamentável que o Sr. Presidente do Governo não tivesse justificado e pedisse a palavra para, por exemplo, dizer para que é que serve a casa para os jardineiros do Palácio de Santana e muitas outras questões que aqui, perante as quais, ficou em silêncio cúmplice com a sua consciência.

É lamentável também que diga todos os dias que o PSD só fala mal, que suba à tribuna e que outros do seu partido digam que o PSD não tem propostas, mas a associar às propostas da redução dos impostos, do aumento das pensões, quem sabe dos trabalhadores das IPSS e de mais uma mão cheia de propostas do PSD, a resposta do PS, comandada certamente pelo seu líder, é dizer que não a tudo o que vem do PSD,...

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: ... porque esse é que é o seu princípio e, portanto, não critique mais o PSD por não apresentar propostas, porque nós todas as que apresentamos, os Srs., sem justificação, com ou sem razão, o que querem é certificar-se de que do PSD não passa nada nesta Casa. Esse é o seu estilo.



Portanto, há, de facto, também estratégias que prestam e estratégias que não prestam....

Deputado Duarte Freitas (PSD): *Muito bem!*

O Orador: ... A sua estratégia não presta.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É sempre bom libertar o Dr. Victor Cruz do doloroso silêncio a que se remeteu desde que achou que a sua estratégia de valorização pessoal passava por falar neste Parlamento apenas quando eu falasse, ...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Há uns que nem aparecem e outros que saem da sala.

O Orador: ... mas passamos-lhe essa concessão.

E respondemos com a maior sinceridade possível àquilo que ele agora coloca. Pede-me para justificar por que é que nós vamos construir uma casa para os jardineiros que trabalham no Palácio de Santana.

Tenho que lhe dizer a verdade: nem sei bem como justificar isso. A única coisa que me ocorre é que não é justo que eles se vistam e dispam numa cabana, que comam ao ar livre, que não tenham condições para desempenhar com dignidade o seu trabalho.

Também sei que construir num espaço, num imóvel e num jardim classificado obedece a um conjunto de exigências.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Orçamento é o que é, mas penso que os jardineiros do Palácio de Santana, como todas as outras pessoas que não vivem em boas condições por esta Região fora, também têm esse direito.

Tive a adiar esse investimento a que me comprometi desde o dia que cheguei ao Palácio de Santana, já lá vão 4 anos, junto dessas pessoas que trabalham para nós e acho que é a altura de cumprir esse compromisso e por isso é que esta proposta está aqui, com o orçamento que tem e com a natureza arquitectónica que lhe é exigida.

Depois, Sr. Deputado, eu fui muito claro na apresentação do Programa do Governo: fiz um convite directo a todos os partidos da oposição para trabalharem connosco no aperfeiçoamento destes documentos.

Tive posteriormente ainda a oportunidade de, em encontros que promovi com as direcções dos partidos políticos, voltar a pedir que nos apresentassem propostas, que dialogassem connosco e fizéssemos um esforço para melhorar este documento, num esforço naturalmente concertado que permitisse a nossa análise prévia, quer da vossa parte, quer da nossa. Nós apresentamos a nossa parte...

Deputado Clélio Meneses (PSD): O PS apresenta aqui e nós não podemos apresentar!

O Orador: ... que afinal é a Proposta do PMP, a Proposta do Plano para 2001 e a Proposta do Orçamento para 2001.

Nesta Assembleia o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português entendeu responder positivamente a esse apelo e de forma atempada apresentou-nos as suas sugestões, as suas propostas. Dialogamos e provamos que, para que haja possibilidade de concertação, não é possível que ela ocorra só por um lado. O Partido Comunista respondeu a esse desafio.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Se não houve concertação com o PSD é porque falhou um lado. O lado que falhou foi o do PSD.

Deputado Mark Marques (PSD): Foi o vosso.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito rapidamente para dizer, em primeiro lugar, que a minha estratégia não é falar no Parlamento quando o Sr. Presidente fala, sob pena de raramente falar, porque raramente cá vem.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Além do mais, e sobre este plenário, as propostas apresentadas são da autoria do Governo. O Sr. tinha mais razões para responder a perguntas do PSD do que eu, para estar respondendo a perguntas dos deputados do PS.

O proponente era V. Exa.. Se nada falou a não ser agora, é mais grave para si do que eu ter estado em silêncio ouvindo, muito feliz, as intervenções dos deputados do Partido Social Democrata.

Em segundo lugar, quero dizer-lhe que agora é que ficou claro para que são os 60 mil contos para a casa dos jardineiros. Pense bem Sr. Presidente. Há muita gente que trabalha para o seu Governo que tem muito menos condições do que essas para fazer tudo aquilo que o Sr. Presidente disse.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Eu não acho que o Sr. deva deixar aqueles, que o Sr. agora quer dar a mão, na rua ou nos jardins bonitos do Palácio de Santana, o que acho é que esses 60 mil contos estavam melhor empregues noutra sítio e essa foi a nossa proposta.

A sua justificação é a confirmação da vertente luxuosa de alguns aspectos da governação socialista em detrimento de outras opções muito mais enriquecidas.

Quanto ao resto, porque é que o Partido Socialista não aceita as nossas propostas?

Eu não sou assessor de V. Exa.. Eu tenho direitos de propositura aqui neste Parlamento até há hora regimental. O PSD, até à hora regimental, apresentou as suas propostas e, portanto, o Sr. não as aprova não é por que não tenha tempo, não é por que não queira dialogar. Nós fizemos o nosso papel apresentando as nossas propostas. V. Exa. pediu um intervalo, se é que para isso precisava de um intervalo, e perguntasse se eu queria conversar consigo sobre elas e a minha resposta teria sido que sim.

Quanto a essas interpretações, a dificuldade que o Sr. Presidente tem para dizer a todos os açorianos porque é que não aceita as propostas do PSD....

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Já tinha feito 2 vezes.

O Orador: ... O Sr. não aceita realmente porque não quer e se para isso não bastasse tudo o resto, o voto tem mais força do que as desculpas. O Sr. votou contra porque quis. Eu estava disponível para votar a favor. Não voto, necessariamente, porque o Sr. não deu um único sinal de abertura e, portanto, assim vai por água abaixo a conversa do costume do Partido Socialista e do seu Líder, segundo o qual o PSD não tem propostas e não sabe o que quer....



Deputado Vasco Cordeiro(PS): Eu sou líder do Grupo Parlamentar. Está aqui escrito que o PSD nem sequer ia apresentar propostas.

O Orador: ...O PSD tem propostas e já lá vão 10 num curto espaço de legislatura e o PS ainda não aceitou uma única proposta do Partido Social Democrata.

Nós vamos continuar a insistir e vamos apresentar propostas durante estes 4 anos sobre os Planos e sobre muitas outras coisas e vamos ver no fim qual é a sua real intenção: se é aprovar propostas à sua esquerda ou se é negar sempre propostas à sua direita, nomeadamente ao PSD.

A sua má vontade ficou bem clara nesta reunião plenária.

O PS de Carlos César, o Governo liderado por Carlos César não quer mesmo saber das propostas do PSD, mesmo quando elas fazem todo o sentido.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Lá foi conseguindo o Sr. Deputado Victor Cruz intervir nesta Assembleia...

Deputado Mark Marques (PSD): Onde o Sr. nunca cá põe os pés!

O Orador: ... e eu congratulo-me por isso, porque melhora a prestação parlamentar embora ele não esteja ao seu melhor nível, mas eu sei que ele é uma pessoa com qualidades pessoais e que sabe desembaraçar-se do exercício das suas funções e há-de um dia ter sorte como eu tive...



Deputado Mark Marques (PSD): Ele tem é mérito, não é sorte.

O Orador: ... e a sorte, com certeza, tem que ser baseada no mérito que cada um tem e ele tem mérito para isso. Acredito que um dia venha a ser Presidente do Governo Regional se o seu partido também o permitir que seja candidato mais vezes.

De qualquer modo, Sr. Deputado, o que eu lhe quero dizer é o seguinte: eu da minha parte tinha imenso gosto em que fosse possível fazer aprovar aqui propostas que também viessem do PSD. Devo dizer-lhe que isso até, num plano político-partidário, seria vantajoso para o Governo e para o Partido Socialista, porque evidenciaria que nós tínhamos essa capacidade de absorver outros contributos e dos valorizar. Mas o problema é que os Srs. tudo fizeram para que não fosse possível isso.

O Sr. Deputado sabe que, e vou repetir, eu fiz esse apelo na discussão do Programa do Governo, fiz esse apelo num encontro que tive com a Direcção do PSD e, portanto, eu já tinha apelado duas vezes. Os Srs. agora é que deviam vir ter connosco, como o PCP veio, dizendo: nós temos estas soluções,...

Deputado Berta Cabral (PSD): Vejam bem! É preciso ter lata!

O Orador: ... os Srs. querem, querem, não querem, não querem.

O PCP connosco teve esse procedimento. Não creio que o Partido Comunista nos Açores se sinta como assessor do Partido Socialista. Toda a gente sabe as diferenças que existem entre o Partido Socialista e o Partido Comunista que nunca foram ocultadas.

Portanto, se foi possível nós acharmos consenso com alguns, e no caso do Partido Popular, no decorrer destes trabalhos, rejeitou liminarmente qualquer acessibilidade em relação a um processo desta natureza, penso



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

que há aqui alguém que falhou e quem falhou foi efectivamente o PSD. O PSD tudo fez para ficar de fora e assumirá essas responsabilidades.

Deputado Paulo Gusmão (PP): O passado diz tudo, quem tem palavra e quem não a tem.

O Orador: Devo dizer que estou muito tranquilo.

Eu, o meu Governo e o meu Partido queremos ser julgados em 2004 por aquilo que nós fizemos até lá, por aquilo que os Açores forem daqui a 4 anos. Seremos naturalmente objecto da justiça eleitoral dos açorianos e veremos se fizemos muito ou se fizemos pouco. Eu tenho a certeza enorme de que vamos fazer muito e que os Açores daqui a 4 anos serão profundamente diferentes e para melhor, mercê da nossa obra, do nosso trabalho e daqueles que quiserem ou quiseram colaborar connosco.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu peço desculpa de me intrometer neste episódio intercalar ou nestas variações políticas em ré menor que os líderes dos dois maiores partidos resolveram, intervalando a votação, fazer, mas intervenho porque o meu partido foi falado e tendo sido falado, é importante e é claro vir aqui reafirmar e concordar com o Sr. Presidente do Governo Regional no que respeita às claras diferenciações que existem entre os dois partidos, o pequeno partido que eu lidero e o maior partido que o Sr. Presidente lidera, mas também afirmar que temos a profunda convicção de que sempre que



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

conseguirmos trazer para o debate político, para a participação e para alguma influência nas resoluções de causas que são justas, movimentos que são sérios, opiniões que são credíveis, fá-lo-emos.

Continuaremos com este procedimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer que há regras parlamentares de funcionamento e o Regimento permite apresentar propostas até à hora que o PSD as apresentou e permite fazer um intervalo para conversarmos. Portanto, quem falhou, volto a dizer, foi o Governo.

Quero dizer-lhe mais:

No próximo Plano cá estaremos nós e o PSD voltará a apresentar propostas para que não se diga que o PS não tem tempo de as avaliar. Da próxima vez apresentaremos um dia antes e vamos ver o resultado.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero dizer que não desejo má sorte no trabalho do Presidente do Governo ou ao Sr. Presidente do Governo, porque isso corresponderia a pior sorte para os açorianos.

Agradeço, no fim, as palavras que me dirigiu sobre o meu futuro, que pode corresponder aos meus anseios, e apenas acrescento: espero que, para ser Presidente do Governo Regional, não tenha que levar tanto tempo na oposição como V. Exa. levou.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)



Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu queria, se me permitem, ainda adicionar outra constatação: é preciso não esquecer que nós até fomos apanhados de surpresa pelas Propostas de Alteração do PSD.

Deputada Berta Cabral (PSD): Que engraçado!

O Orador: A Sra. Deputada Berta Cabral ainda há pouco tempo, em entrevista que aqui está publicada no Açoriano Oriental,...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Os Srs. já lêem jornais?

Deputado Mark Marques (PSD): As revistas de imprensa, já servem?

O Orador: ... garantia que o Grupo Parlamentar do PSD não iria apresentar propostas de alteração.

Deste modo, efectivamente, não nos podíamos situar num plano de dizer: vamos lá ver se eles afinal apresentam e conseguimos dialogar e trabalhar para estas finalidades.

Portanto, tudo isto é uma jogatana do PSD.

A verdade é que nós temos um Plano aprovado. Quem quis contribuir contribuiu, quem quis fingir que contribuía, mas não queria contribuir, não contribuiu. Foi isto que aqui se passou.

Sr. Deputado Victor Cruz, olhe, eu vou-lhe dizer uma coisa: oxalá que o Sr. leve muitos anos na oposição para depois ser presidente do governo, porque eu durante estes anos aprendi muito e muito e se não tivesse aprendido, hoje não teria o êxito que este Governo tem tido na condução dos destinos dos Açores.

Faz-lhe muita falta ainda o tempo de aprendizagem e de humildade que eu tive durante 20 anos nesta Casa.



Voices da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, este debate intercalar, como dizia o Sr. Deputado Decq Mota, está muito interessante, só que o tempo é escasso. O PSD neste momento tem 24 segundos e tem duas inscrições.

Deputada Berta Cabral (PSD): Eu prescindo, porque o Sr. Presidente do Governo recuou.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Vinte e quatro segundos para repetir o que já disse.

O PSD não fingiu, apresentou propostas. O PS fingiu que gostava que nós apresentássemos propostas e na verdade chumbou as propostas, como sempre faz.

Quanto ao resto da oposição e do tempo, o que fica registado é que V. Exa. pensará que um dia eu serei presidente do Governo, o resto o povo vai dizer quando.

Voices da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não vai ser preciso esperar 20 anos!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

É para dizer apenas o seguinte:

Enquanto eu cá estive, nos tempos da oposição, nunca tive a sorte de ter o tempo que os partidos da oposição tinham para falar, nem o respeito do Presidente do Governo de não me contraditar depois de esgotado o meu tempo. Felizmente agora já não será assim.

Além disso eu estive aqui tanto tempo, e ainda tenciono estar mais algum, que não terei, infelizmente, a felicidade de o ver ser Presidente do Governo, porque quando o Sr. for eu já não estarei cá.

(Risos da bancada do PS)

Deputado Berta Cabral (PSD): Vai morrer cedo. Não lhe desejamos isso.

Ficar aí muito tempo, não, mas fique vivo e que seja por muito tempo!

Presidente: Srs. Deputados, não havendo mais intervenções sobre esta Proposta de Alteração, apresentada pelo PSD, e foi nesse âmbito que se verificou este debate, vamos votar esta Proposta de Alteração, do PSD, para o Programa 28.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 abstenções do PCP e 1 abstenção do PP.

Presidente: Vamos pôr agora à votação o Programa 28.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 28 tal como está, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 28 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Passamos ao Programa 29, para o qual há uma Proposta de Alteração, apresentada pelo Partido Socialista

Não há intervenções, vamos votar esta Proposta de Alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 29 com a proposta aprovada.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 29, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 29 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Passamos à votação do Programa 30, para o qual não existe nenhuma alteração.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 30, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 30 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 1 abstenção do PP.



Presidente: Passamos agora ao Programa 31, para o qual existe uma Proposta de Alteração apresentada pelo PSD.

Não havendo intervenções, vamos votar a Proposta de Alteração do PSD.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Alteração para o Programa 31, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 2 votos contra do PCP, 17 votos a favor do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 31.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 31 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Passamos ao Programa 32, para o qual não existe nenhuma Proposta de Alteração.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 32, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 32 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Passamos ao Programa 33, para o qual existem duas Propostas de Alteração, sendo uma do PS e outra do PSD.

Estão à discussão estas Propostas de Alteração.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Não há intervenções, vamos votar. Votaremos em primeiro lugar a Proposta de Alteração do PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração, do PS, foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção de PP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa para uma declaração de voto.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Srs. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Nós votámos, naturalmente, a nossa proposta porque ela tem em vista a atribuição de uma verba para reabilitação de estradas na ilha das Flores que consideramos bastante importante.

Por outro lado também visa a abertura de uma nova acção no Projecto - sismo para as bonificações e apoios aos sinistrados

Presidente: Passamos agora à votação da Proposta de Alteração, apresentada pelo PSD, para o Programa 33.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração, do PSD, foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 abstenções do PCP e 1 abstenção de PP.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Presidente: Vamos agora votar o Programa 33 com a alteração introduzida.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 33 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos a favor do PSD, 1 abstenção do PP.

Presidente: Vamos passar à Votação Final Global do Plano a Médio Prazo.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional – Plano a Médio Prazo para 2001/2004, em Votação Final Global, foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 1 voto contra do PP.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Passamos de seguida à votação da Proposta de Decreto Legislativo Regional – Plano Regional para 2001.

(Pausa)

Srs. Deputados, depois desta pequena Conferência de Líderes que houve aqui, vamos fazer a votação em bloco de alguns artigos, uma vez que o



debate está feito e de alguma forma também a aprovação do Plano de 2001, uma vez que ele se engloba no PMP.

Eu chamava a atenção das Direcções dos Grupos Parlamentares para verificarem com cuidado a votação que vai seguir-se.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O Grupo Parlamentar do PS requeria a contagem dos tempos, por favor.

Presidente: O Sr. Secretário faça o favor de divulgar os tempos.

Secretário: Eu tive que mudar a metodologia de contagem dos tempos nesta última fase dos nossos trabalhos por razões óbvias, pelo menos para as pessoas que estão a controlar os tempos.

Os tempos disponíveis são os seguintes:

PS – 17 minutos e 6 segundos

PSD - Já não dispõe de tempo

PP – 4 minutos e 40 segundos

PCP – 9 minutos e 24 segundos

Governo – 74 minutos.

Presidente: Eu pergunto, e para isso estava a chamar a vossa atenção, se posso pôr à votação em bloco os Programas 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 25, 27, 28, 30 e 31.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Se eu bem percebi, vamos passar a votar Programas que, salvo melhor interpretação, já foram votados. Esses Programas que acabou de enunciar, em relação aos seus Projectos eles constam, tal e qual, no Plano que acabámos de aprovar.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Eu pergunto, que vantagem é que há, e se demonstrarem que há eu aceitarei, em repetir novamente esta votação sobre os mesmos Programas e sobre os Projectos?

Se for essa a interpretação, pergunto se não seria mais razoável não repetir esta votação e apenas fazer a votação em relação aos Programas para os quais haja alteração para 2001? É esta a questão que eu deixo à Assembleia e à Mesa.

Presidente: Foi exactamente esse problema que foi aqui debatido. Entretanto há pelo menos uma proposta de alteração do PCP, entrada na Mesa, em relação a um Programa e em relação a este Plano de 2001.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, eu penso que o documento tem que ser votado na generalidade.

Não pode ser doutra maneira, porque a votação na especialidade foi antecipada, com excepção desta proposta de alteração e depois tem de haver votação final global. Portanto, penso que é imprescindível.

Presidente: Eu também me parece isso, conforme já tinha anunciado.

Vamos votar na generalidade o Plano para 2001.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Plano para 2001 foi aprovado na generalidade com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto contra do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota para uma declaração de voto.



Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Reputo esta votação e esta declaração de voto importante que com ela queremos sinalizar uma actuação.

Nós, mediante um processo que foi de diálogo, fizemos uma aproximação a posições do Governo. Dialogámos e vimos algumas posições nossas efectivamente aceites.

Conseguimos no grau que foi possível, influenciar alguma coisa.

O quadriénio tem 4 anos e esta posição de abstenção no Plano Anual deste ano mostra que vamos estar, ano por ano, plano por plano, orçamento por orçamento, sempre abertos ao diálogo; vamos estar, de facto, atentos à situação e à evolução.

Em relação ao Plano deste ano, concretamente, no nosso diálogo não houve intenção nem possibilidade de procurar influenciar muito, porque estava tudo muito pré-determinado.

Fica assim sinalizado que a posição de diálogo do PCP, em relação a este tipo de problemas, terá permanentemente a sua actualização. Não a hostilizamos, mas nem sempre podemos concordar.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos agora votar a Proposta de Alteração ao Programa 22, apresentada pelo Partido Comunista Português.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 1 abstenção do PP.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Presidente: Vamos votar agora o Programa 22 com a alteração aprovada.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 22 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 16 abstenções do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Passemos agora à Votação Final Global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional relativa o Plano para 2001 foi aprovada, em Votação Final Global, com 29 votos a favor do PS, 16 votos contra do PSD, 1 voto contra do PP e 2 abstenções do PCP.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, vamos passar agora à votação, na generalidade, do Orçamento da Região para o ano de 2001.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional, Orçamento da Região para 2001, foi aprovada na generalidade com 29 votos a favor do PS, 16 votos contra do PSD, 1 voto contra do PP e 2 abstenções do PCP.



Presidente: Srs. Deputados, temos aqui presente uma Proposta de Alteração, apresentada pelo PSD, relativa ao Mapa II.

Está à discussão o artigo 1º.

Para uma interpelação à Mesa tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, penso que seria de votar primeiro a alteração proposta pelo PSD e depois pôr à votação o artigo 1º, com ou sem a alteração, consoante a votação da proposta.

Presidente: A sua interpelação tem todo o sentido, porque é no artigo 1º que se inclui o Mapa II.

Se nós considerarmos na votação dos artigos que estão incluídos os Mapas já não se fará depois a votação em separado, o que me parece útil.

Portanto, sendo assim, este Mapa II, onde se propõe uma alteração do PSD, diz respeito ao artigo 1º. Está aberto o debate sobre esta Proposta de Alteração.

Não havendo intervenções, vamos votar esta Proposta de Alteração ao artigo 1º, Mapa II, apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 2 votos contra do PCP, 16 votos a favor do PSD, e 1 abstenção do PP.

Presidente: Passamos agora à votação na especialidade e vamos votar o artigo 1º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 1º. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 15 votos contra do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Artigo 2º. está à discussão.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 2º. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 15 votos contra do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Passamos ao artigo 3º.

Parece não haver intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 3º. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 15 votos contra do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Passamos ao artigo 4º.

Parecendo não haver intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 4º. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 15 votos a favor do PSD e 1 abstenção do PP.



Presidente: Passamos ao artigo 5º.

Parecendo não haver intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 5º. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, votos a favor do PCP, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Artigo 6º. Está à discussão.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 6º. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 1 abstenção do PP.

Presidente: Artigo 7º.

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 7º. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 1 abstenção do PP.

Presidente: Artigo 8º.

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 8º. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 1 abstenção do PP.

Presidente: Artigo 9º.

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 9º. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 1 abstenção do PP.

Presidente: Artigo 10º.

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 10º. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Artigo 11º.

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 11º. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 1 abstenção do PP.

Presidente: Para interpelar a Mesa tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.



Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É só para dizer que quando há alterações a um decreto e depois tem vários artigos desse mesmo decreto que são alterados, não há problema nenhum porque nós votamos os dois a favor e, portanto, pode ficar assim, mas agradecia que tivesse em atenção porque há artigos que são alterados e podemos concordar com algumas alterações e outras não.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Isto seria a mesma coisa que admitir que dentro dum corpo dum artigo, não havendo mais direitos, mas que fixe matérias diferentes, seria possível votar só contra umas ou contra outras. A questão que se coloca é que está à votação aquele artigo e concorda-se e vota-se a favor ou discorda-se e vota-se contra e não se entra na discussão do corpo do artigo.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma interpelação à Mesa tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Pela primeira vez, por força da adaptação fiscal, podemos fazer este tipo de alterações. Na Assembleia da República isso acontece todos os anos e é óbvio que os artigos não são votados em bloco. Não podem ser.

Se repararem, o Orçamento de Estado tem inúmeros artigos alterados por força dum único artigo. É disto que aqui se trata.

Como eu disse, não tem problema nenhum porque votamos a favor das duas alterações, mas é um precedente que se tem que ter em conta nas próximas votações.



Presidente: Portanto, a Mesa talvez não tenha compreendido bem. Significa isso que votando o artigo 11º, estamos a aceitar, implicitamente, os artigos 12º. e 13º..

Agradeçia que explicassem melhor, porque ainda não percebi.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ao votarmos o artigo 11º, estamos só a votar o artigo 11º. A questão colocada pela Sra. Deputada Berta Cabral é em relação ao teor do artigo 11º e a influência que ele tem ao nível de outra legislação, mas parece que esse problema está ultrapassado e estamos todos de acordo.

Presidente: Vamos votar o artigo 12º.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 12º., por favor, mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 12º. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 1 abstenção do PP.

Presidente: Passamos agora ao artigo 13º.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 13º, por favor, mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 13º. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 1 abstenção do PP.

Presidente: Artigo 14º.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 14º., por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.



Secretário: O artigo 14°. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Artigo 15°.

Vou pôr à votação o artigo 15°.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 15°, por favor, mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 15°. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP, e 1 abstenção do PP.

Presidente: Passamos agora ao artigo 16°.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota para uma intervenção sobre este artigo.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É apenas para realçar um aspecto.

Nós vamo-nos abster neste artigo em função do seu ponto 1, porque nós defendemos aqui, ao longo destes meses, uma actualização diferente do complemento de pensão e da remuneração complementar.

O ponto 2 trata dum conjunto de beneficiação, digamos assim, desta legislação. O Governo assumiu já o compromisso de que iria verter para a legislação comum.

Por que o ponto 1 contraria a nossa linha de orientação política, vamo-nos abster e esperamos para, quando o conteúdo do ponto 2 for vertido para a legislação comum, nessa altura então votarmos a favor dessa parte.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções sobre este artigo 16°, vamos votar.



Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 16º. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 abstenções do PCP, e 1 abstenção do PP.

(Pausa)

Presidente: Eu sei por que é que estou parado e espero ser esclarecido sobre esta matéria.

Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Eu percebi que o Sr. Presidente estava com alguma dificuldade, mas nós votamos favoravelmente todos os artigos e por isso não tem problema nenhum.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Nesta situação concreta realmente é um bocadinho diferente daquilo que falávamos anteriormente do artigo 11º. E, portanto, aqui justifica-se integralmente a opinião da Deputada Berta Cabral.

Presidente: Vamos passar à votação do artigo 17º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 17º. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 1 abstenção do PP.

Presidente: Artigo 18º.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 18º. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 1 abstenção do PP.

Presidente: Artigo 19º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 19º. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 1 abstenção do PP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Trata-se duma questão que sendo pequena é importante realçar.

É positivo que o Governo tenha acolhido a sugestão, que sei que foi feita por vários parceiros sociais, no sentido de modificar, alargar um pouco, melhorar não só a orgânica de planeamento, mas modificar o prazo das audições por forma a que este trabalho possa ser feito doutra maneira.

Portanto, não queria deixar de frisar a nossa especial concordância com este aspecto particular.

Presidente: Há aqui uma proposta de aditamento com a designação de artigo 19º-A.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Por várias vezes e inclusivamente no decorrer dos debates do Plano e Orçamento temos referido alguns problemas existentes com os caminhos agrícolas, com os caminhos rurais desta Região. Há um conjunto de questões relativamente a esta matéria que nós consideramos que têm que ser esclarecidas e tem que se saber quem são os donos de alguns caminhos nalgumas ilhas da Região. Por isso mesmo é que nós propomos que seja feito durante este ano um plano de recuperação destes caminhos, como estão, do estado actual deles, etc..

Pensamos que é fundamental saber-se em que condições estão e o que é necessário fazer-se em relação aos caminhos agrícolas e aos caminhos rurais desta Região.

Presidente: Não havendo mais intervenções sobre esta matéria, vou pôr à votação a Proposta de Aditamento de um artigo 19º-A, apresentada pelo Partido Comunista Português.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Aditamento foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 1 abstenção do PP.

Presidente: Passamos à votação do artigo 20º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 20º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à votação final global do Orçamento.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional - Orçamento Regional para 2001, foi aprovada, em votação final global, com 29 votos a favor do PS, 15 votos contra do PSD, 1 voto contra do PP e 2 abstenções do PCP.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)